

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**O DISCURSO POLÍTICO GAÚCHO NO CONGRESSO
NACIONAL: UMA ANÁLISE DA BANCADA FEDERAL
GAÚCHA NA 50ª. LEGISLATURA (1995-1999)**

DENISE MARTINS BITTENCOURT

TESE DE DOUTORADO

ORIENTADORA: PROFA. DRA. CÉLI REGINA JARDIM PINTO

Porto Alegre, 2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**O DISCURSO POLÍTICO GAÚCHO NO CONGRESSO
NACIONAL: UMA ANÁLISE DA BANCADA FEDERAL
GAÚCHA NA 50ª. LEGISLATURA (1995-1999)**

DENISE MARTINS BITTENCOURT

**Tese apresentada como requisito
parcial para a obtenção do grau de
doutor em Ciência Política**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. CÉLI REGINA JARDIM PINTO

Porto Alegre, 2005

**“Uma das mudanças básicas nos últimos duzentos anos é a crescente compreensão de que a verdade é construída mais do que descoberta”
(Ernesto Laclau, 1998).**

**Ao meu pai
Nero Rodrigues Bittencourt (*in memoriam*) pelo exemplo de retidão,
caráter, responsabilidade e, acima de tudo, por me ensinar o valor da força
de vontade que devemos ter e colocar em prática para vencer todos os
obstáculos.**

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, representado por seus eminentes professores. A todos eles agradeço pela oportunidade e pelo privilégio de poder ter participado de um curso tão qualificado.

Em especial agradeço a minha orientadora, professora doutora Céli Regina Jardim Pinto, pela confiança depositada em mim, novamente. Sou-lhe muito grata por sua orientação segura e especialmente por sua paciência.

Agradeço, também, ao CNPq, importante instituição, pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou este trabalho.

Agradeço a minha família, a minha grande mãe, sempre pronta a colaborar e com a qual pude contar incontáveis vezes.

Ao meu filho amado, pelo carinho, alegria e mesmo compreensão, apesar de seus sete aninhos, pois nem sempre a mamãe podia participar de todas as brincadeiras. A ti (André) meu obrigada e também meu pedido de desculpas. Agora terminou filho!

Agradeço, também, ao meu marido Ari, por sua compreensão, apoio, incentivo, colaboração, para que eu me dedicasse ao máximo. Entre mestrado e doutorado foram dez anos de desafios e batalhas diárias. Obrigada, principalmente pelo trabalho de digitação.

Enfim, creio que de algum modo sobrevivemos e tudo sempre valerá a pena, porque nos fortalece.

RESUMO

Esta tese examina o conjunto dos pronunciamentos da bancada do estado do Rio Grande do Sul no Congresso Nacional brasileiro no período compreendido entre 1995 e 1999. Analisa como essa bancada constitui o Rio Grande do Sul e qual é a presença e o funcionamento de um discurso político gaúcho sobre o Rio Grande do Sul nestes pronunciamentos e na atuação desta bancada, na sua relação com a esfera federal. Há, no Rio Grande do Sul, um modo historicamente singular de fazer política, um modo a partir do qual constitui-se um discurso do Rio Grande do Sul sobre o Rio Grande do Sul, mais especificamente, um discurso político gaúcho que ressignifica e reatualiza permanentemente as tradições e a história política do estado, construindo e reconstruindo, dessa forma, uma posição particular do Rio Grande do Sul em relação ao restante do país no seu modo de fazer política. Este estudo pretende ser uma contribuição para a compreensão das práticas políticas gaúchas, através da perspectiva e do instrumental metodológico da Análise do discurso.

Palavras-Chave: Discurso Político, Congresso Nacional, Federalismo, Regionalismo, Análise do discurso, Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This thesis examines the statements of the representatives of the state of Rio Grande do Sul in the Brazilian National Congress in the period between 1995 and 1999. It analyzes how those representatives constitute Rio Grande do Sul and what is the presence and functioning of a gaucho political discourse about Rio Grande do Sul in those statements and in the acting of those representatives in their relation with the federal sphere. In Rio Grande do Sul historically there has been a peculiar way of doing politics, a way through which a discourse of Rio Grande do Sul about Rio Grande do Sul is constituted. More specifically, this is a gaucho political discourse that re-signifies and updates permanently the traditions and the political history of that state, in this way constructing and reconstructing a peculiar position of Rio Grande do Sul in relation to the rest of the country in its form of doing politics. This study intends to be a contribution to the understanding of the gaucho political practices, through the perspectives and the methodological instruments of discourse analysis.

Key-words: Political Discourse, National Congress, Federalism, Regionalism, Discourse Analysis, Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

Introdução

1. O Rio Grande do Sul e o Brasil nos anos 90	10
2. O objeto de análise e a constituição do corpus discursivo	18
3. Quadro teórico de referência	21
3.1. A Análise do Discurso	22
3.2. O Legislativo	30
3.3. A organização federativa	38
4. Problemática	45

Capítulo I – AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO

GAÚCHO

48

1. O Rio Grande do Sul: uma perspectiva histórica	53
1.1. Da ocupação	53
1.2. Da Independência à República	56
1.3. O Positivismo no Rio Grande do Sul	69
1.4. O Rio Grande do Sul na política nacional	71
1.5. O Rio Grande do Sul: de 1945 a 1964	73
1.6. O Rio Grande do Sul no período da ditadura militar	76
1.7. O Rio Grande do Sul: da transição democrática aos anos 90	80

2. As representações e os imaginários sociais	84
3. O discurso literário	86
4. O discurso da mídia	90
5. O discurso político	91

**Capítulo II – O PERFIL DA BANCADA GAÚCHA NA 50^A. LEGISLATURA
DO CONGRESSO NACIONAL (1995-1999) 94**

1. A bancada gaúcha	102
2. As profissões e a política	109
3. Profissões por partido	117
4. A experiência política	122

**Capítulo III – O COMPORTAMENTO PARLAMENTAR NO CONGRESSO
NACIONAL E A ATUAÇÃO DA BANCADA GAÚCHA NA 50^a. LEGISLATURA
(1995-1999) 129**

1. O comportamento parlamentar no Congresso Nacional	130
2. A atuação da bancada gaúcha no Congresso Nacional	144
2.1. Os parlamentares gaúchos nas Comissões	148

2.2. A natureza das proposições	153
2.2.1. A bancada gaúcha nas votações	156
2.2.2. A bancada gaúcha e as emendas ao orçamento	166
Capítulo IV – OS PRONUNCIAMENTOS DA BANCADA GAÚCHA: OS TEMAS, SUA NATUREZA E SIGNIFICADO NOS PARTIDOS	173
1. Os temas	174
2. A natureza dos pronunciamentos	175
2.1. Análise da natureza dos pronunciamentos	176
3. Análise dos pronunciamentos por partido	179
3.1. Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	179
3.2. Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	200
3.3. Partido dos Trabalhadores (PT)	232
3.4. Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	252
3.5. Partido Democrático Trabalhista (PDT)	266
3.6. Partido Progressista Renovador (PPR)-Partido Progressista Brasileiro(PPB)	280
Conclusão	312
Bibliografia	316

INTRODUÇÃO

1. O Rio Grande do Sul e o Brasil nos anos 90

O plano de estabilização econômica, “O Plano Real”, implementado em julho de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso ainda era Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, teve efeitos não apenas sobre todos os setores da economia, mas também sobre a vida de todos os brasileiros.

Com o objetivo primeiro de combater a inflação, o Plano Real se caracterizou essencialmente pela gestão das taxas de câmbio e de juros altos.

Ao tomar posse em primeiro de janeiro de 1995, já com a moeda estabilizada e a inflação bastante reduzida, o presidente Fernando Henrique e sua equipe de governo começam a por em prática o seu projeto que, na verdade, ia muito além da estabilização econômica. Ou, pelo menos, significou muito mais do que isso.

Segundo Sallum Jr:

“O governo Cardoso buscou com perseverança cumprir o propósito de liquidar os remanescentes da Era Vargas, pautando-se por um ideário multifacetado, mas que tinha no liberalismo econômico sua característica mais forte” (Sallum Jr, 2000:31).

E ainda acrescenta:

“O objetivo central do programa de governo de Fernando Henrique era preservar a estabilidade monetária e mudar o padrão de desenvolvimento brasileiro, superando a Era Vargas que – nas palavras do Presidente – “ainda atravança o presente e retarda o avanço da sociedade”. Já que ela fora parcialmente constitucionalizada em 1988, o cerne do programa do novo governo consistia em um conjunto de projetos destinados a reformar parte da Constituição e alterar leis infra-constitucionais que materializavam institucionalmente o remanescente do varguismo” (Sallum Jr, 2000:41).

O plano de estabilização envolvia ainda um conjunto de medidas complementares para assegurar o seu êxito, quais sejam:

1. Manutenção do câmbio sobrevalorizado em relação ao dólar e a outras moedas a fim de estabilizar os preços internos, pressionando-os para baixo através do estímulo às importações.
2. Maior estímulo à abertura comercial para manter o câmbio valorizado e reduzir o preço das importações.
3. Política de juros altos.
4. Programa de ajuste fiscal, controle dos gastos públicos, realização de reformas estruturais, envolvendo os setores previdenciários, administrativo e tributário a fim de equilibrar as contas públicas.
5. Fim do estímulo direto a atividades econômicas específicas, a não ser em alguns casos voltados à exportação.

6. Ao estado caberia, grosso modo, ocupar-se da preservação da concorrência, através da regulação e fiscalização das atividades produtivas, no caso, dos serviços públicos não estatais.

Essas foram, em linhas gerais, as práticas que marcaram a política econômica do governo Fernando Henrique, sobretudo no seu primeiro mandato.

Do ponto de vista dos estados, o Plano Real repercutiu diretamente sobre o chamado “Pacto Federativo”, na medida em que provocou um profundo impacto sobre as finanças estaduais, pois o pacto federativo, como sabemos, não depende somente da organização constitucional dos poderes, da divisão de competências, mas também da distribuição de recursos. Nesse sentido, o “federalismo financeiro” (Croizat, 1999), acaba condicionando o exercício de outras competências.

Na prática, as medidas implementadas pelo Governo Fernando Henrique no período 95-98 e que atingiram diretamente os estados, diziam respeito principalmente à:

1. Manutenção do Fundo Social de Emergência que retinha receitas antes repassadas aos governos estaduais

2. Aprovação da Lei Kandir que diz respeito à tributação de ICMS sobre as exportações, afetando fortemente vários estados que tinham neste imposto uma de suas principais fontes de receita.

3. Reestruturação dos bancos estaduais; renegociação das dívidas dos estados com a União: o governo federal assumiria a dívida contraída pelos estados junto aos bancos privados, passando os estados a dever à União. O pagamento seria feito a juros subsidiados e em até trinta anos. Em troca, os estados deveriam privatizar as suas estatais, principalmente as de tele-

comunicações e energia, adotando um programa de ajuste fiscal voltado para a redução da folha.

No que diz respeito especialmente ao Rio Grande do Sul, vamos encontrá-lo, nesse momento, como um dos estados mais endividados da federação. O governador eleito Antônio Britto, pertencente ao PMDB, partido que mais tarde seria incorporado formalmente à coalizão governista, procurou logo de início colocar em prática um conjunto de medidas a fim de ajustar a economia gaúcha ao programa de estabilização e descentralização do governo federal.

Isso significou, entre outras coisas, a implementação na esfera estadual de um programa de privatização de alguns serviços públicos como telecomunicações (CRT), eletricidade (CEE) e rodovias, cuja manutenção ou até mesmo construção foi concedida a empresas privadas em troca da exploração de serviços que prestam pedágio. Além disso, procurou atrair empresas multinacionais, sobretudo automotivas, através do oferecimento de incentivos fiscais, lançando-se numa feroz “guerra fiscal” com outros estados. Foi dessa forma que conseguiu a instalação da montadora General Motors no Rio Grande do Sul.

Como o foco da política federal não era o desenvolvimento ou o fortalecimento da indústria nacional, haja vista a equiparação constitucional das empresas multinacionais às nacionais, ficou claro que tanto em nível federal quanto estadual, o objetivo era atrair ao máximo os investimentos estrangeiros e se possível promover sua associação com empresas nacionais.

Na versão dos economistas, essas políticas promoveram a desvalorização e a descapitalização das empresas locais. Além disso, cabe destacar que em razão do grande estímulo às importações, tornou-se particularmente difícil para as

empresas locais competir com os importados. Isso também contribuiu para o aumento do desemprego.

A esse respeito, um dos setores industriais no Rio Grande do Sul que mais sofreram o impacto do plano de estabilização e por conseguinte da política cambial, foi o setor coureiro-calçadista, um dos principais pólos de indústrias exportadoras¹, na medida em que tais políticas desfavoreceram as exportações, provocando a retração do setor e maior desemprego.

Cabe lembrar que, pelo menos, há duas décadas o Rio Grande do Sul, em diversos setores já vinha integrando-se ao mercado internacional. A produção

¹ Segundo Schneider, o desenvolvimento e a pujança do setor coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul devem ser compreendidos a partir de sua historicidade e de sua relação com o ambiente sócio-econômico local e regional. Isso aponta para as transformações que ocorreram, sobretudo, na década de setenta, nas formas de sua inter-relação com a economia colonial teuto-brasileira com o modo de vida dos colonos e com as estratégias locais de reprodução social da força de trabalho e na capacidade de sua articulação com a divisão internacional do trabalho. A industrialização desse setor percorreu um longo caminho até conquistar, de fato, o status de setor industrial.

Nessa trajetória, podem ser identificadas duas fases distintas. A primeira, vai de 1890 a 1930 e é o período em que o artesanato do couro-calçado, apesar de pulverizado e tratado em pequenos ofícios rurais, conseguiu se autonomizar em relação às demais formas de artesanato rural.

A segunda fase vai de 1930 a 1970 e representa um período de rápido crescimento das atividades ligadas ao artesanato do couro-calçado. Além disso, cresceu o número de estabelecimentos e aumentou a ocupação de pessoal em cada unidade. Nessa fase, a região do Vale dos Sinos, especialmente a cidade de Novo Hamburgo, passou a ser o principal pólo produtor de calçados do Rio Grande do Sul. Mas, é somente a partir de 1970 que o setor coureiro-calçadista assumiu feições verdadeiramente industriais. E dois fatores contribuíram para esse fato: de um lado, o estado brasileiro passou a exercer um papel decisivo no desenvolvimento das indústrias de bens manufaturados, pois os setores industriais que dependiam da capacidade de consumo da classe trabalhadora (como têxteis, calçados, vestuário, etc) sofriam uma grave crise de realização. O baixo poder aquisitivo da população obrigou o estado a incentivar as exportações para assim dinamizar as indústrias desse setor.

De outro lado, em decorrência dessa política, as indústrias de calçados conquistaram uma fatia importante do mercado internacional, especialmente dos Estados Unidos.

Dessa forma, a conquista desse nicho de mercado levou o setor coureiro-calçadista gaúcho a transformar rapidamente sua base tecnológica e sua estrutura produtiva, inaugurando-se um período expansionista, somente comparável em termos econômicos ao fenômeno soja (Schneider, 1996:298-322).

local, de certo modo, voltou-se mais para o mercado internacional em detrimento do mercado interno. A redução dos investimentos federais com a conservação ou melhoramento da infra-estrutura na região sul (rodovias), aliada a outros fatores, como uma nova ordem econômica mundial, a formação de blocos econômicos, contribuíram, de certa forma, para o declínio do mercado interno.

Ao iniciar a década de 90, o Mercosul despontava como um propulsor para uma maior integração comercial do Rio Grande do Sul com os países do Prata, apesar de muitas indústrias gaúchas já manterem negócios de longa data com esses países. A grande questão, entretanto, para os empresários gaúchos era quanto a definição e a operacionalização das políticas do Mercosul, a fim de que seus produtos fossem protegidos. E essa tarefa, segundo eles, deveria caber ao Estado.

Na década de 90, acentuam-se as disparidades econômicas entre as regiões no interior do Rio Grande do Sul, indicando tratar-se de problemas decorrentes não apenas da distribuição desigual do crescimento econômico gaúcho, mas de fatores histórico-estruturais da produção local², agora agravados pela nova realidade econômica.

² De acordo com Alonso e Bandeira, a estrutura espacial da economia do Rio Grande do Sul é constituída fundamentalmente por três grandes regiões econômicas. A primeira delas seria o Nordeste, compreendendo as áreas industrializadas situadas ao longo do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, que passou, à medida em que se expandia o parque industrial, a diferenciar-se do restante da região de agricultura colonial diversificada, que já cobria, então, a maior parte do norte do Rio Grande do Sul. O progressivo acúmulo de economias de localização e de urbanização encarregou-se de atrair um número cada vez maior de novos empreendimentos manufatureiros para essa área, à medida que, no Rio Grande do Sul, também ocorria o aproveitamento de oportunidades de substituição de importações, processo que resultou na industrialização do país. Como resultado, o nordeste veio a caracterizar-se como a região industrial por excelência do estado.

A segunda seria o Sul, a área menos dinâmica do estado, cuja estrutura caracteriza-se pela reduzida industrialização e pela concentração fundiária com predomínio da pecuária e da

Neste período, encontramos a agricultura como um dos setores que mais sofreram os efeitos das políticas governamentais nas últimas décadas, agravada ainda pela existência de um quadro de dificuldades econômicas pelas quais o país já vinha passando desde a década de 80 e que se tornou também, nos últimos anos, um dos setores mais vulneráveis em uma economia cada vez mais internacionalizada.

Como sabemos, o Rio Grande do Sul tem como base de sua economia a produção primária, especialmente a agricultura. Segundo alguns economistas (Alonso e Bandeira, 1990), o setor agrícola gaúcho já apresentava na década de

cultura de arroz. Embora com a introdução da lavoura mecanizada, que se iniciou nas primeiras décadas do século XX e foi responsável por uma relativa dinamização da economia de algumas áreas, esta não se desenvolveu.

Os centros urbanos existentes, apesar de seu porte, não conseguiram sustentar um crescimento industrial significativo, apresentando uma função quase que exclusivamente terciária.

Esta situação é resultado de um processo de descapitalização e perda de dinamismo da região, perdendo importância a partir dos anos trinta, período em que o país passou a implantar um novo modelo de desenvolvimento. Esse modelo, conhecido como substituição de importações, induziu a concentração dos investimentos públicos e privados no centro do país e marginalizou os pontos mais periféricos, inclusive o Rio Grande do Sul. A falta de diversificação de sua atividade produtiva, decorrente da descapitalização de suas elites e de sua não percepção adequada das transformações que estavam em curso contribuíram também para essa situação. Esse longo processo de empobrecimento tornou-se mais agudo a partir dos anos oitenta, quando a atividade primária brasileira, voltada para o abastecimento do mercado interno entrou em concordata, tendo em vista ser este setor e a agroindústria a ele vinculada, os responsáveis por praticamente toda a geração de emprego e de renda no sul do Rio Grande do Sul.

A terceira região seria o NORTE, cuja base econômica também está fortemente vinculada ao setor primário, onde a propriedade da terra está menos concentrada, predominando as pequenas e médias propriedades. Nessa área, a produção agrícola é a mais diversificada, embora se destaque a soja como principal produto, ocorrendo uma presença mais significativa da indústria, especialmente segmentos vinculados à base agropecuária local. Certas cidades dessa região conseguiram também, com o passar do tempo, sediar algum crescimento industrial diretamente vinculado à produção primária, seja pelo processamento de produtos agrícolas locais, seja pela produção de insumos e implementos para a lavoura.

Evidentemente, essa caracterização da estrutura espacial econômica do Rio Grande do Sul é bastante simplificada, pois ficou de fora algumas áreas de menor expressão econômica, como o litoral, não enquadráveis, segundo os economistas, de forma adequada em nenhuma das regiões anteriormente mencionadas. Esse esquema também não leva em conta algumas especificidades locais, assim como a existência de várias zonas de transição (Alonso e Bandeira, 1990).

80 um menor crescimento em relação ao restante do país, e prosseguiu na década de 90 com a mesma tendência. Algumas explicações para o baixo dinamismo do setor estariam relacionadas com a crise do cooperativismo no Rio Grande do Sul, com o desgaste da fertilidade dos solos da região, em consequência de práticas agrícolas inadequadas e principalmente pela acentuada redução dos recursos destinados ao financiamento do setor que passou de uma situação de crédito fácil e barato para outra de autofinanciamento crescente. Paralelamente a isso, os preços recebidos pelos agricultores apresentavam uma tendência declinante, sobretudo no caso das culturas de arroz, milho, soja e feijão, sendo os três primeiros produtos os mais importantes na formação da renda agrícola no estado. Soma-se ainda a tudo isso, o encarecimento crescente do crédito rural, o aumento dos custos de produção e as importações subsidiadas de alimentos.

Este é, portanto, o quadro da agricultura gaúcha nos anos 90, e de modo geral, da agricultura brasileira. Com a pecuária não foi diferente, seguindo também a mesma tendência de retração no período, haja vista a interligação dos dois setores e o emprego praticamente das mesmas políticas governamentais.

Ao longo deste período, o Rio Grande do Sul ainda sofreu alguns revezes climáticos, como enchentes, o que também se constituiu em objeto de preocupação para alguns parlamentares.

Ainda durante a década de 90 o MST (Movimento dos Sem Terra), manteve-se na ofensiva, pressionando o governo federal com invasões de terras, muitas das quais ocorridas no Rio Grande do Sul.

Em síntese, estas são as condições históricas em que se produziram os materiais textuais que compõem o nosso objeto de análise: **os pronunciamentos da bancada gaúcha no Congresso Nacional na 50ª. Legislatura.**

2. O objeto de análise e a constituição do corpus discursivo

Esta tese examina, a partir do conjunto dos pronunciamentos da bancada gaúcha no Congresso Nacional, constituído por deputados e senadores, no período compreendido entre 1995 e 1999, como a bancada gaúcha constitui o Rio Grande do Sul e qual é a presença e o funcionamento de um discurso político gaúcho sobre o Rio Grande do Sul nestes pronunciamentos e na atuação desta bancada, mais especificamente ainda, na sua relação com a esfera federal.

Partimos do pressuposto de que há um discurso no Rio Grande do Sul, sobre o Rio Grande do Sul, que o constitui como singular, especialmente em sua forma de fazer política, em relação ao restante do país.

A escolha dos pronunciamentos da bancada gaúcha no Congresso Nacional como objeto de análise deu-se em razão dos mesmos refletirem crenças, opiniões, interesses, estratégias, clivagens e alinhamentos que conformam uma relação de forças entre diferentes grupos em um dado campo político, sendo importante considerar suas condições de produção discursivas, isto é, o contexto que os motivaram e também suas condições extradiscursivas, ou seja, aquelas que dizem respeito ao espaço de sua enunciação.

A delimitação do espaço temporal relacionado ao objeto de estudo, ou seja, à 50ª. Legislatura (1995-1999), prende-se ao fato de que o contexto político-econômico e social brasileiro, neste período, colocou em evidência as questões federativas e regionais no debate político nacional, mobilizando, dessa forma, as bancadas regionais. Trata-se de um momento de forte tensão inter-regional pela disputa por recursos e investimentos (guerra fiscal), devido não apenas às mudanças fiscais e tributárias implementadas a partir da nova constituição, mas também em consequência dos novos desafios que são colocados aos estados, entre os quais a redefinição da integração do Brasil na economia mundial e da nova divisão internacional do trabalho que já se configurava no início da década de 90. Tais fatos, associados aos novos processos produtivos, tiveram um impacto sobre as economias regionais, redefinindo novos espaços políticos e econômicos, a partir de nichos setoriais e espaciais no mercado mundial.

É, pois, um período de grande questionamento e reivindicação por parte dos estados, entre os quais o Rio Grande do Sul, em relação à União, no que diz respeito aos critérios de partilha dos fundos de participação, quanto às formas de repasse de recursos e também por maior autonomia no sistema de arrecadação dos estados.

Em razão de tal contexto, justifica-se este estudo, o qual, através da análise dos pronunciamentos de uma bancada regional, procurou não se limitar ao estudo de sua composição e de seu perfil ideológico-partidário, mas examinar a presença de um discurso político gaúcho e seu peso na atuação da bancada no Congresso Nacional.

Este estudo pretendeu ser uma contribuição para a compreensão das práticas políticas gaúchas, sob a perspectiva e o instrumental metodológico da Análise do Discurso.

Nosso corpus discursivo é formado, portanto, pelo conjunto dos pronunciamentos proferidos por deputados e senadores da bancada gaúcha, entre 1995 e 1999.

As condições de produção deste corpus são heterogêneas. Trata-se de textos produzidos em circunstâncias enunciativas variadas, anos diferentes, o que inclui diferentes sujeitos falantes, políticos de vários partidos, diferentes destinatários em uma diversidade de situações de enunciação. Mas esses pronunciamentos constituem um conjunto passível de ser analisado do ponto de vista discursivo por apresentarem indícios da existência de determinadas relações e seqüências discursivas entre eles. A esse respeito Courtine (1981:24) define **corpus discursivo** como sendo: “um conjunto de seqüências discursivas estruturado segundo um plano definido com referência a um certo estado de condições de produção do discurso”. Isso significa, portanto, que um corpus discursivo não é um conjunto aleatório de textos. Na verdade, a constituição de um corpus discursivo é produto do trabalho do analista, de acordo com suas hipóteses de pesquisa.

O **corpus** desta tese é composto por documentos oficiais: os pronunciamentos da bancada gaúcha proferidos entre 1995 e 1999, obtidos através dos Anais do Congresso Nacional e da Câmara Federal. Entre 1995 e 1999, a bancada gaúcha no Congresso Nacional proferiu um total de 5.829 pronunciamentos sobre temas variados. Entretanto, de acordo com os propósitos

desta tese, realizamos um recorte discursivo que estabeleceu como pertinentes os pronunciamentos que tivessem como tema o Rio Grande do Sul, o que totalizou 313 pronunciamentos, cerca de 5,36% do total geral de pronunciamentos.

A partir daí, procedemos a outros recortes, levando em conta os temas relacionados ao Rio Grande do Sul, sua natureza e significado. Esses recortes possibilitaram em um primeiro momento, a identificação das questões mais importantes para os parlamentares gaúchos referentes ao estado, bem como conhecer seus interesses, suas estratégias políticas e principalmente perceber os elementos que constituíram a sua percepção do Rio Grande do Sul nesse período.

Para melhor emprendermos nossa análise, os temas ainda foram listados por ordem de frequência e classificados quanto à natureza e também por partidos.

Esta forma de organização dos dados nos possibilitou, entre outras coisas, verificar quais os temas politicamente mais relevantes para a bancada, como os temas são tratados por cada partido, se houve preferência ou não por determinados temas, se houve variação temática em cada ano correspondente ao período pesquisado, como foram tratadas as questões regional e federativa pelos partidos e sobretudo testar nossas hipóteses.

3. Quadro teórico de referência

Esta tese insere-se no quadro teórico da análise do discurso, particularmente na sua vertente teórico-filosófica a partir dos trabalhos de Michel

Foucault (1969, 1996), Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), Laclau (2000), sem desconsiderar, contudo, os importantes conceitos desenvolvidos pela escola francesa de Análise do Discurso a partir do final da década de 60, que teve, principalmente em Michel Pêcheux, um de seus representantes mais importantes. É desta vertente que extraímos os conceitos de Condições de Produção, Formação Ideológica, Interdiscurso, Discurso e Sujeito. Ao mesmo tempo, tomamos em consideração para efeitos desta tese, os conceitos de Discurso e Formação Discursiva de Michel Foucault, mas principalmente os conceitos de Discurso, Discurso Político, Ideologia, Antagonismo e Hegemonia, desenvolvidos por E. Laclau e C. Mouffe, por oferecerem melhores condições de análise, dentro dos objetivos desta tese.

Além destes, consideramos fundamental para nossa análise a compreensão da estrutura e do funcionamento do Legislativo brasileiro, mais especificamente do Congresso Nacional, por ser este o espaço de enunciação dos pronunciamentos políticos. E ainda, as noções de Federalismo e Regionalismo, por serem importantes variáveis a também influenciar o comportamento parlamentar.

3.1 A Análise do Discurso

Podemos dizer que a Análise do Discurso, surgida na França na década de 60, surgiu com contraposição à lingüística clássica, no sentido de que ela

pretendia dar conta da análise da construção dos sentidos em discursos relacionados a uma determinação histórica, situando-se, portanto, entre a lingüística e as ciências sociais, buscando, dessa forma, a relação entre as mesmas.

Nesse sentido, a Análise do Discurso propõe:

- 1) uma concepção de língua como materialidade que produz sentidos;
- 2) A concepção de sujeito como sujeito histórico, atravessado pelos discursos que o constituem e interpelado pela ideologia;
- 3) A concepção de discurso como materialidade lingüística e histórica.

O discurso é, portanto, o objeto teórico da Análise do Discurso.

Para Pêcheux (1969), discurso é efeito de sentido entre os interlocutores. Ou seja, todo discurso produz diferentes sentidos, conforme as condições de produção em que os enunciados deste ou daquele discurso são produzidos. É Pêcheux (op. cit.), quem introduz o termo “Condições de Produção”, as quais participam como elementos constitutivos do discurso.

As condições de produção são definidas por Pêcheux como as circunstâncias de produção de um discurso, circunstâncias essas que são historicamente determinadas e remetem à relação de forças de sentidos nas quais um determinado discurso é produzido. As condições de produção remetem ainda a lugares determinados na estrutura de uma formação social. Tais lugares estão

representados no discurso por uma série de formações imaginárias que designam o lugar que o(s) sujeito(s) atribui(em) a si e ao(s) outro(s).

Nessa perspectiva podemos dizer que as condições de produção de um discurso, estão relacionadas, de certo modo, ao conceito de formação discursiva, já que ambas regulam o que pode e deve ser dito e compreendido a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica data.

Em sua obra “A Arqueologia do Saber” (1969), Foucault desenvolve o conceito de **Formação Discursiva**, onde preocupado em descrever as relações entre enunciados no campo do discurso, observa que entre as relações de enunciados há séries lacunares, desvios, jogos de diferenças, etc, concluindo, com isso, que é necessário descrever também os sistemas de dispersão, os quais, por sua vez, estão relacionados com as formações discursivas.

Para Foucault, portanto, reconhecemos uma formação discursiva quando

“se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva” (Foucault, 1995:43).

Desse modo, segundo Foucault, um enunciado pertenceria a uma Formação Discursiva, assim como uma frase pertenceria a um texto. A regularidade dos enunciados é, então, definida pela Formação Discursiva e um conjunto de enunciados, apoiados em uma mesma Formação Discursiva constitui o que Foucault chamou de **discurso**. Conforme o autor:

“Chamamos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo” (Foucault, 1995:135-136).

Um discurso, portanto, somente funciona como tal graças às regras que o governam. A formação discursiva é, nesse sentido, um conjunto ou um corpo de regras que precedem a realização de um discurso.

Pêcheux e Fuchs (1975) retomam a noção de Formação Discursiva de Foucault, porém, reconfigurando-a no interior do quadro epistemológico da Análise do Discurso, introduzindo a noção de “formação ideológica”. Segundo os autores, a formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas relacionam-se com as posições de classe. Mas comportam necessariamente uma série de formações discursivas interligadas, as quais determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição, excluindo ou apagando o que não pode e não deve ser dito.

Em síntese, a **Formação Discursiva** é a exteriorização de uma determinada formação ideológica, a manifestação no discurso da materialidade.

Cabe ainda explicitar outro importante conceito desenvolvido pela Análise do Discurso. Trata-se da noção de **interdiscurso**.

Segundo Pêcheux, o processo discursivo não tem início, pois um discurso está sempre atravessado por outro. Na perspectiva do autor, há sempre um “já-dito”, o que levou Pêcheux a elaborar, portanto, a noção de “pré-construído” para designar, no nível sintático das construções discursivas exteriores, o(s) traço(s) que recupera(m) os fragmentos de discursos anteriores. Ao pré-construído liga-se o interdiscurso, que significa, conforme Pêcheux, a instância de constituição do sentido, pois ele é o domínio do dizível que constitui as formações discursivas, ou seja, aquilo que pode ser dito em cada formação discursiva depende do que é ideologicamente formulável, por assim dizer, no espaço do interdiscurso.

Para Pêcheux, há uma estreita relação entre discurso e prática política, por ser aquele o instrumento desta. Sendo assim, a ideologia é um elemento integrante do discurso. Nesse sentido, podemos dizer que Pêcheux aproxima-se de Althusser. Em Foucault, porém, a ideologia não tem a mesma implicação. Por essa razão, o discurso para Pêcheux não é o mesmo para Foucault. Entretanto, podemos dizer que ambos compartilham com a mesma noção de que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia.

Isto significa, portanto que não existe um sujeito único, mas diversas **posições-sujeito**, as quais estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas.

Partindo-se, portanto, dessas noções, podemos perceber que o discurso, em linhas gerais, ainda pode ser definido como uma tentativa (provisória) de fixar sentidos.

Para a Teoria do Discurso a realidade e, principalmente, a verdade, é uma construção discursiva.

Existem inúmeras formas de discurso, mas a forma que particularmente interessa a esta tese é a do **discurso político**.

O discurso político é um dos discursos mais complexos existentes na sociedade. A sua especificidade, ou seja, o que o distingue dos demais discursos existentes na sociedade, como o religioso e o científico, por exemplo, está justamente no seu **caráter de luta**, e de constante construção de novos sujeitos. A luta é aqui entendida como o jogo da construção do antagonismo, onde cada discurso busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão do mundo do inimigo.

Conforme Céli Pinto,

“A característica fundamental do discurso político é que este necessita para sua sobrevivência impor a sua verdade a muitos e, ao mesmo tempo, é o que está mais ameaçado de não conseguir. É o discurso cuja verdade está sempre ameaçada em um jogo de significações. Ele sofre cotidianamente a desconstrução, ao mesmo tempo só se constrói pela desconstrução do outro. É portanto, dinâmico, frágil e, facilmente, expõe sua condição provisória” (Pinto, s/d, p. 12).

Encontramos ainda em outros autores, como Laclau e Mouffe (1985) e Laclau (2000), a preocupação com o fenômeno discursivo, mais especificamente com os fenômenos das práticas sociais, as quais, para eles, somente podem ser entendidas enquanto produção social de sentido. Dessa forma, o discurso é justamente o espaço onde estas práticas se materializam na linguagem (Pinto, 1989).

O discurso para Laclau e Mouffe vem a ser o resultado de práticas articulatórias, as quais constituem e organizam as relações sociais. Para Laclau, fundamentalmente, o espaço social deve ser considerado como um espaço discursivo. Por discursivo entende ele não somente a palavra e a escrita mas toda a ligação das palavras, as ações que lhe são fixadas, formando, assim, totalidades significativas.

Uma das noções fundamentais desenvolvidas por Laclau é a de **Prática Articulatória**, sobre a qual desenvolve entre outras, o conceito de **Hegemonia**.

Segundo o autor,

“Chamamos articulação qualquer prática que estabeleça a relação entre elementos de tal forma que suas identidades sejam modificadas como resultado da prática articulatória. À totalidade estruturada resultante da prática articulatória nós chamamos de discurso” (Laclau e Mouffe, In: Pinto, 1989:18).

Sob este enfoque, a noção de discurso pressupõe a contingência de todos os sentidos. Em decorrência disso, o discurso, sendo resultado da prática articulatória, trabalha sempre na direção de fixar sentidos, pois o real só pode ser apreendido através de práticas articulatórias, não existindo conhecimento antes do discurso.

Os antagonismos também são inerentes à sociedade. Em outros termos, eles aparecem como a condição de sua estruturação. A fragmentação social e o antagonismo não podem ser erradicados. Isto, segundo Laclau, significa afirmar que toda a objetividade social resulta de um fenômeno de constituição de fronteiras, e é no deslocamento de fronteiras (sempre contingentes), que se dá a **articulação hegemônica**.

Segundo Laclau e Mouffe, a articulação hegemônica supõe o caráter aberto e incompleto do social. Porém, nem toda prática articulatória é hegemônica. Somente a presença de uma vasta área de elementos flutuantes e a possibilidade de sua articulação a campos opostos, o que implica, em uma constante redefinição destes últimos, é que constituem, portanto, um terreno que permitem definir uma prática articulatória como hegemônica (Laclau e Mouffe, 1985).

As duas operações principais pelas quais a hegemonia age são definidas respectivamente como **lógica da diferença** e **lógica da equivalência**.

Segundo Laclau,

“La première définit des identités purement différentielles (au sens saussurien), tandis que la seconde crée au sein de l’espace social une frontière ou un clivage interne à travers lesquelles les identités sociales établiront des relations de substitution partielle d’un côté ou de l’autre de la frontière” (Laclau, 2000:11).

Outro importante conceito desenvolvido por Laclau e Mouffe é o de ideologia. Neste ponto os autores rompem com o conceito clássico (marxista) de ideologia, apesar de inspirarem-se no conceito de ideologia em Gramsci. Neste sentido, ideologia é para esses autores, um **campo de luta**. Mais especificamente, a ideologia é, para eles, uma vã tentativa de impor um fechamento ao mundo social, cuja característica essencial é a articulação infinita das diferenças e, por conseguinte, a impossibilidade de qualquer fixação última do sentido (Laclau e Mouffe, 1985).

Para Laclau e Mouffe, os sujeitos também não podem ser a origem das relações sociais. Não existiria, neste sentido, um sujeito fundante. O que está em

jogo é a posição sujeito. Diferentemente de Foucault, Laclau não estabelece uma distinção entre práticas discursivas e práticas não-discursivas, constituindo-se, assim, para ele, num fenômeno único.

Em suma, alguns destes importantes conceitos desenvolvidos por Pêcheux, Foucault, Laclau e Mouffe, são tomados como referência teórica na presente tese.

Conforme mencionamos no início da introdução, nosso objeto de análise: os **pronunciamentos da bancada federal gaúcha**, são condicionados pelo seu espaço de enunciação, ou seja, pelas suas condições extra-discursivas. Em outras palavras, não apenas pelos partidos que compõem a bancada, mas, sobretudo, pela estrutura e funcionamento do Congresso Nacional.

3.2. O Legislativo

Segundo Foucault, existem certos princípios e procedimentos que controlam os discursos, ou melhor, as condições de seu funcionamento, impondo, assim, aos indivíduos que os pronunciam, um certo número de regras.

Desse modo, conforme indica Foucault,

“A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que no jogo de um diálogo, da interrogação da recitação, devem ocupar determinada posição e formar determinado tipo de enunciados): define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito

sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (Foucault, 1986:39).

Nesse sentido, como sabemos, as funções do Congresso Nacional Brasileiro, Câmara e Senado, não são idênticas e encontram-se especificadas na Constituição Federal, assim como respectivamente nos regimentos internos do Congresso, Câmara e Senado. Os referidos dispositivos estabelecem as atribuições e os limites de atuação dos deputados e senadores, sendo, por exemplo, seu dever comparecer às sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, sessões do plenário, nas reuniões das comissões das quais são membros e sessões conjuntas do Congresso Nacional. É assegurado também aos parlamentares, entre outros, o direito de oferecer proposições, discutir e deliberar sobre qualquer matéria, assim como a apreciação nas respectivas casas, fazendo uso da palavra, obedecidas as disposições regimentais, solicitar as autoridades informações sobre fatos relativos à administração pública. A partir da Constituição de 1988, cabe destacar ainda, a recuperação por parte dos deputados do direito de atuar no processo de elaboração do orçamento da União (cf. Regulamento Interno da Câmara dos Deputados).

Nos últimos anos, diversos estudos têm tratado da dinâmica do funcionamento do Legislativo Federal. Entre eles tem se destacado os trabalhos de Argelina Figueiredo (2000), Olavo Brasil de Lima Junior (1997), Fabiano Guilherme dos Santos (1997), Jairo Nicolau (1998, 2000), entre outros. Nesses estudos, os referidos autores abordam não apenas a estrutura e organização do

poder Legislativo Federal, mas questões relativas a representação, recrutamento, composição partidária e atuação parlamentar no Congresso Nacional, além, da relação entre os poderes, especialmente entre Executivo e Legislativo. Conforme Olavo Brasil de Lima Junior, uma das questões que tem preocupado os cientistas é o grau de representatividade democrática da Instituição. Segundo o autor, a representatividade implicaria, de um lado, na garantia do cumprimento da vontade do eleitor. Ao mesmo tempo, conforme ainda Lima Junior, o grau de representatividade do Legislativo Federal também tem sido analisada em relação à sua capacidade de refletir os diferentes segmentos sociais, especialmente em termos de classe, gênero, etnia, etc (Lima Junior, 1999).

Jairo Nicolau (1998), tem desenvolvido, em seus trabalhos, uma abordagem que enfatiza os aspectos eleitorais, os resultados da composição, representação e também o comportamento e a disciplina partidária no Legislativo Federal. A este respeito, em seu artigo “Disciplina Partidária e base Parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)”, Nicolau enfatiza a importância de investigar a disciplina partidária e seu peso efetivo na aprovação ou não de medidas de interesse do governo para a compreensão do presidencialismo no Brasil.

Outro estudo bastante aprofundado a respeito do comportamento das bancadas partidárias no Legislativo Federal foi desenvolvido por Argelina Figueiredo e Fernando Limongi. Dentro de uma abordagem institucionalista, os dois autores tem revelado importantes facetas, não apenas da estrutura e funcionamento da instância Legislativa, de seu processo decisório, mas

principalmente da relação entre Executivo e Legislativo, assim como do próprio papel do Congresso na esfera decisória nacional. Para estes autores, o que na verdade parece caracterizar o sistema decisório nacional nos anos 90 é o seu alto grau de delegação de poderes, ou seja, do Legislativo para o Executivo, de um lado, e no Congresso Nacional, dos parlamentares para as lideranças partidárias o que, de certa forma, tem provocado efeitos negativos para o papel do Congresso (Figueiredo e Limongi, 2000).

Sob uma perspectiva que também privilegia a análise das relações entre Executivo e Legislativo, Fabiano G. dos Santos desenvolve e compartilha em uma série de artigos de posição semelhante a Figueiredo e Limongi, no sentido de que a partir do período pós-constituente o Executivo não só tem aprovado seus projetos junto ao Legislativo como o tem feito no momento em que deseja. Ao contrário dos projetos propostos pelos membros da própria Câmara dos Deputados, que demoram para serem apreciados. Isto demonstra que

“... na verdade a agenda decisória do Congresso é elaborada no Palácio do Planalto e na Esplanada dos Ministérios, com a conivência e apoio do Colégio de Líderes e Mesa Diretora da Câmara, ambos dominados pelos grandes partidos” (Guilherme dos Santos, 1995:19-20).

Tal fato, segundo os autores, somente pode ser comparado à vigência do período autoritário. Neste sentido, o executivo acaba por definir a natureza e o próprio conteúdo da agenda pública, além de influenciar no padrão de recrutamento e trajetória política dos parlamentares (Guilherme dos Santos, 2000).

Paralelamente a estes estudos, encontramos na área da Antropologia Política os recentes e importantes trabalhos de Palmeira e Goldmann (1996), Carla Teixeira (1998), Marcos Bezerra (1999) e Karina Kuschnir (2000). Suas pesquisas através do instrumental teórico da Antropologia Política contribuem para a compreensão de fenômenos sociais e políticos em suas múltiplas dimensões ao enfatizar principalmente os aspectos menos formais da política, das relações e atividades parlamentares. De modo geral, tratam de temas diversos, como violência, campanhas eleitorais, clientelismo e favor, política e religião, honra e decoro parlamentar, identidade camponesa, voto e adesão partidária. Neste sentido, Palmeira e Goldmann, em um dos seus trabalhos, abordam a questão da “assistência” (parlamentar) como uma prática política clientelista com finalidade de se obter voto. Assim, demonstram que, a concessão do voto a um determinado candidato, especialmente em áreas rurais, tem ainda se caracterizado como uma forma de retribuição de favor ou de serviço recebido.

Carla Teixeira, em seu livro “A honra da política”, parte de estudos de caso empíricos de cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar para analisar questões como ética e honra na sociedade brasileira. Demonstra que apesar de serem valores um tanto em baixa na concepção dos brasileiros em relação aos seus políticos, a noção de honra, especialmente ainda é um valor distintivo da política.

Marcos Bezerra desenvolve em seu livro “Em nome das bases”, um estudo sobre a participação dos parlamentares na elaboração e na execução do orçamento da União e de suas redes de relações com lideranças locais com

autoridades do executivo e agentes privados, como escritórios de consultoria e de empreiteiros. O autor ainda constrói a sua análise tomando como referência o ponto de vista dos parlamentares.

Também Karina Kuschnir, a partir de um estudo etnográfico em seu livro “O cotidiano da política”, analisa as redes de relações e a prática política de uma família de políticos em um subúrbio do Rio de Janeiro. Kuschnir mostra de que forma o político exerce o papel de mediador, garantindo para si o acesso a bens simbólicos e materiais. E, sobretudo, comprova o quanto nossa sociedade ainda valoriza as relações pessoais.

Podemos dizer, em relação aos trabalhos referidos no campo da Antropologia Política, que provavelmente uma de suas maiores contribuições para a compreensão da política brasileira contemporânea está na percepção de que muitas das práticas que tendemos a enquadrar à política local como resquícios de uma cultura tradicional, na verdade, são práticas estruturantes da política contemporânea brasileira na esfera institucional. Assim, o favor, o clientelismo, por exemplo, continuam a invadir a chamada “grande política”, orientando sua ação. Da mesma forma que o local é invadido pela racionalidade moderna, o moderno também é permanentemente invadido pelo local. Há, ainda, dois importantes trabalhos, os quais cabe destacar, a respeito do estudo de bancadas regionais. São eles os trabalhos de Iná Elias de Castro e de Leôncio Martins Rodrigues. Em sua obra “O Mito da Necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino” (1992), Iná E. de Castro investiga a construção do espaço regional (nordeste) a partir das estratégias da elite nordestina para

conservar seu *status quo*, analisando as relações políticas da mesma com o poder central.

Seu argumento principal é de que a permanência das condições estruturais da região nordeste é possível pela conservação e influência histórica de suas elites no poder, utilizando como recursos de preservação uma relação clientelística com o poder central. Entre outros recursos utilizados para empreender sua investigação, Iná de Castro utiliza os discursos parlamentares também como fonte de informações para obter respostas mais adequadas à questão central de sua investigação; pretendendo, assim, extrair dos temas manifestos dos discursos, as identidades políticas de seus representantes³.

Assim, foram selecionados pela autora quatrocentos e setenta e seis discursos dentre seiscentos, proferidos por cerca de quatrocentos e três Deputados Federais nordestinos entre 1946 e nas dez legislaturas seguintes, até 1987. Sendo que, foi selecionada uma amostra estratificada de aproximadamente vinte por cento (84 oitenta e quatro deputados) para seleção dos discursos. “Os critérios da amostra foram a proporcionalidade da bancada de cada estado e a inclusão dos representantes em grande número de legislaturas” (Id. Ibid).

Além disso, também foi traçado pela autora o “perfil” da bancada no período, e em cada legislatura, com base em três variáveis: atividade principal, tradição política familiar e número de mandatos.

Já Leôncio M. Rodrigues, em um de seus mais recentes trabalhos “Partidos, Ideologia e Composição social” (2002), realiza um estudo sobre as

³ Diferentemente da autora, esta investigação toma no conjunto dos pronunciamentos dos parlamentares gaúchos não apenas seu material fundamental de análise, mas o seu próprio objeto, utilizando a Análise do Discurso como método de análise do discurso político.

bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. A partir das eleições de 1990, 1994 e 1998, o autor analisa a composição social das bancadas dos seis principais partidos na Câmara dos Deputados (PPB, PFL, PMDB, PSDB, PDT e PT), mostrando a vinculação entre a composição social de um partido e a sua atuação no Congresso.

Examina também o tipo de recrutamento social dos representantes, mostrando que o recrutamento partidário segue um padrão relacionado com características sócio-ocupacionais e ideológicas significativas, a ponto de diferenciar os partidos não somente em termos ideológicos como também em termos do perfil social, predominante de seus representantes no Legislativo.

Em suma, todos esses importantes estudos revelam em suas análises a complexidade não apenas do Legislativo Federal, ao tratarem da organização e funcionamento do Congresso Nacional, mas também por demonstrarem de que forma atuam as diferentes forças políticas no seu interior, e, por conseguinte, o comportamento parlamentar.

Dessa forma, a maior parte desses estudos demonstra que, de modo geral, o Legislativo Federal caracteriza-se, essencialmente, por ser um poder que cada vez mais está perdendo a sua função maior: a de legislar, em razão do alto grau de ação legislativa do Executivo sobre o Legislativo. No interior do Congresso Nacional, por sua vez, ainda, há regras regimentais que distribuem o poder entre os parlamentares, favorecendo as lideranças partidárias. Os regimentos internos, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado, concedem amplos poderes às lideranças partidárias para que estes atuem em nome dos seus partidos. Os

líderes, na verdade, são eleitos por suas bancadas, o que significa que, individualmente, os parlamentares tem pouco poder de influência sobre a direção dos trabalhos legislativos. Além disso, significa também a existência de um certo grau de disciplina e coesão partidárias⁴ dentro do Congresso Nacional, ao contrário do que entendem o senso comum (Limongi e Figueiredo, 1998).

Cabe mencionar ainda que, obviamente, a forma de atuação parlamentar é influenciada por diversas variáveis. Entre as quais a estrutura federativa.

3.3. A organização federativa

De modo geral, o federalismo possui diferentes e controvertidas significações, não existindo, portanto, uma definição universal de federalismo. É possível encontrar diferentes definições, algumas até mesmo antagônicas.

Essa diversidade de significações está intimamente relacionada ao uso ideológico e ao contexto no qual é empregado, podendo significar uma doutrina,

⁴ Segundo Limongi e Figueiredo, analiticamente a coesão partidária deve ser distinguida da disciplina partidária. A coesão depende da distribuição das preferências. Quanto mais homogêneas forem as preferências dos parlamentares filiados a um determinado partido tanto maior a coesão. Controle sobre a agenda protege interesses comuns do grupo contra os incentivos para agir de forma oportunista. A disciplina depende da alteração do comportamento diante da ameaça ou aplicação de sanções. Empiricamente não é fácil distinguir um caso do outro (Limongi e Figueiredo, 1998).

um arranjo político institucional ou mesmo instituições da sociedade civil como associações de entidades autônomas, federações sindicais, esportivas, etc.

No sentido que interessa à Ciência Política, e sobretudo a este trabalho, o termo federalismo, conforme Levi (1986), diz respeito à teoria do Estado Federal. O princípio constitucional no qual se baseia o chamado Estado Federal é a pluralidade dos centros de poder soberanos, de forma que ao governo federal, que possui competência sobre todo o território da federação, seja conferido uma mínima quantidade de poderes.

Para Amado Cavalcanti (1983), a união efetuada por vínculo federativo origina uma dualidade dos governos que coexistem no mesmo território e nas relações dos membros associados.

Outros autores, como M. Croizat (1999), estabelecem ainda uma distinção entre Federalismo e Federação. Segundo Croizat, o termo Federalismo está ligado à ideologia enquanto que Federação remete à aplicação da organização federativa, isto é, a organização de um governo central baseado no reconhecimento de governos locais autônomos, o que pressupõe a divisão de poderes e de competência. O Federalismo seria o princípio, a doutrina que justificaria a união para a cooperação, para superar forças, dentro da diversidade.

Ainda segundo Croizat, uma Federação está assentada sob três princípios:

1. **O princípio da separação:** estabelecida por uma Constituição Federal que organiza as divisões de competência legislativa entre duas ou mais ordens de governo;

2. **O princípio de autonomia**, que define cada esfera de governo (federal, estadual, municipal), como autônoma, ou soberana, em seu domínio de jurisdição; e

3. **O princípio de participação**, ou seja, as unidades federadas devem ser representadas através do Legislativo e, desse modo, participam das decisões federais (Croisat, 1999:25).

Para Abrúcio (2001, independentemente do tipo de arranjo federativo adotado, há pelo menos cinco aspectos considerados comuns às nações organizadas sobre princípios federativos. São eles:

1. A presença de heterogeneidades em um país, que podem ser étnicas, regionais, lingüísticas, territoriais, políticas, econômicas, etc. A adoção de um sistema federativo, neste caso, estaria vinculo à crença na sua capacidade de lidar com estas heterogeneidades;

2. Outro importante princípio é a presença de um discurso defensor da unidade na diversidade, que constitui-se no federalismo;

3. Neste sentido, o federalismo possui uma natureza pactual, ou seja, origina-se de um pacto entre as unidades territoriais, entre seus representantes, que resulta em uma nova entidade: o governo federal;

4. Outro princípio comum à organização federativa é a interdependência entre as unidades federativas, ou, melhor dizendo, a compatibilidade entre autonomia e interdependência, que deve se traduzir em cooperação;

5. Contudo, o sistema federativo não visa a eliminação dos conflitos, mas regulá-los e administrá-los, sobretudo em um país marcado por heterogeneidades sociais como o Brasil.

No Brasil, como sabemos, a colonização portuguesa não conseguiu criar uma unidade político-administrativa capaz de ordenar a ação dos grupos privados instalados nas diversas regiões do território brasileiro. Somente após a independência, e mais especificamente durante o segundo reinado, o governo imperial conseguiu criar um poder central forte capaz de impedir a fragmentação política e territorial (Abrúcio, 1998).

Com a crise do Império e a instauração da República, mais especificamente com a Constituição de 1891, inaugura-se no Brasil um Sistema Federativo de ampla autonomia estadual de inspiração e formas liberais. Fruto, em grande parte, do descontentamento das províncias ante ao centralismo imperial.

Do rompimento com a tradição do centralismo imperial, basicamente dois princípios passam a ser defendidos, melhor dizendo, reivindicados pelas províncias. São eles: autonomia financeira e autonomia política, ambos acabaram reforçando uma hierarquia de importância entre os estados, dos quais sobressaiam São Paulo e Minas Gerais, no âmbito nacional, além de garantir às elites regionais o comando da política local.

Desta forma, o que caracteriza o sistema federalismo na Primeira República assim como todo o sistema político brasileiro, neste período, é a política dos governadores, constituindo-se estes nos principais atores políticos, tanto no plano nacional quanto no plano local.

Para alguns autores, como Kugelmas e Sola (2000), Abrúcio (1998), Camargo (2001), o que parece, de modo geral, caracterizar o Sistema Federativo brasileiro a partir de então é uma trajetória de processos ora de centralização ora

de descentralização do poder correspondendo, desta forma, às oscilações entre autoritarismo e avanços democráticos.

Podemos apontar assim algumas peculiaridades do sistema federativo brasileiro. Em primeiro lugar, ele não conseguiu desenvolver o princípio de interdependência entre a União e os Estados, agravando o desequilíbrio político e econômico entre estes. Em segundo lugar, o Federalismo no Brasil surgiu dissociado da República. Embora tenha tido sua inspiração no modelo norte-americano, o arranjo federalista brasileiro teve na sua origem e na sua forma, características muito distintas. Especialmente pela existência de práticas clientelísticas, patrimonialistas e personalistas, que constituem-se nos traços marcantes da sociedade brasileira, onde a ênfase do poder e das relações recai em grande parte sobre a esfera local. Em terceiro lugar, uma peculiaridade já apontada anteriormente, refere-se aos períodos ora de centralização ora de descentralização do poder. Neste sentido, a Revolução de Trinta marcará uma nova fase do federalismo brasileiro, com um perfil mais centralizador, porém, não ficando imune às interferências regionais, que apenas adaptaram-se aos novos rumos tomados pela política. Conforme coloca Abrúcio,

“somente a partir do Estado Novo, como era chamada a ditadura varguista, foi possível consolidar a construção efetiva do Estado Varguista-desenvolvimentista. A variável Varguista deste Estado redefiniu o padrão de relações intergovernamentais. Em primeiro lugar, em termos constitucionais, foi abolido completamente o federalismo. Em nenhum momento do século XX a estrutura de governo se tornou tão unitária como no Estado Novo” (Abrúcio, 1998:44).

Somente no período compreendido entre 45 e 64 o Federalismo volta a ser um preceito político-constitucional com a volta das eleições para os cargos Executivos e Legislativos em nível estadual e mesmo municipal.

Ainda segundo Abrúcio,

“Analisando o período 45-64, conclui-se que, apesar de a política estadual já não ser igual à da Primeira República, em virtude especialmente da urbanização do País, o republicanismo esteve ausente da base do sistema político. Isso porque as mudanças socioeconômicas do período não foram acompanhadas de transformações institucionais. Ainda continuava a vigorar nos estados um forte “executivismo” em detrimento do Legislativo; nas relações entre estado e municípios, a política de submissão dos prefeitos ao governador; no terreno partidário, o controle dos “notáveis “ – que no Brasil estavam ligados ao familismo”- sobre a estrutura partidária e a preferência pelas estratégias individuais de ação sobre o fortalecimento da atuação partidária” (Id. Ibid., p. 56).

O regime militar instaurado a partir de 64 conseguiu, de fato, por algum tempo, abafar o poder dos governadores no fortalecimento do poder central. Entretanto, persistia ainda a ausência de uma “republicanização da política estadual” (Id. Ibid.)⁵.

A complexificação dos processos sociais, especialmente da crise financeira do governo federal, a partir do início da década de 80, bem como a reconquista por parte dos governadores de seu papel na política nacional, sobretudo com as eleições de 1982 e mais ainda com as reformas estabelecidas pela constituição de 1988, constituíram um marco de significativas mudanças sobre o modelo de federalismo até aqui existente.

⁵ Segundo Abrúcio, mantinha-se um esquema de patronagem entre o governo federal e a elite política local para garantir maiorias governistas no congresso nacional e nas assembleias legislativas (Abrúcio, 1998:107).

Para Abrúcio, trata-se do surgimento de um “federalismo estadualista”, que transformou os governadores numa espécie de “barões da federação”, com grande influência na política nacional, especialmente pelo controle exercido sobre as bancadas estaduais na Câmara Federal. Este fortalecimento dos governadores, segundo o autor, também ocorreu em razão do enfraquecimento do presidente da república no sistema político brasileiro (Abrúcio, 1998).

Para Aspásia Camargo, a constituição de 88 consagrou o princípio federativo, fortalecendo financeiramente os estados e municípios, deixando, porém, o governo federal em uma posição bastante ambígua, no sentido de que não conseguiu completar a engenharia institucional necessária para dar organicidade a um processo de descentralização que precisa dar conta de um país marcado por profundas diversidades regionais e por uma extensão continental (Camargo, 2001).

Nesta direção, Kugelmas e Sola consideram que as clivagens regionais marcadas por grandes desigualdades, a fragmentação do sistema político, as dificuldades da representação e a própria questão da indefinição institucional e administrativa entre outras, fazem da questão federativa no Brasil, muito mais do que um tema específico, confundindo-se com a própria formação histórica do Estado nacional, perpassando o conjunto de questões da agenda do país (Kugelmas e Sola, 2000).

Nesse contexto, Federalismo e Regionalismo apresentam-se intimamente relacionados, embora possuam significados distintos. O termo Regionalismo, por exemplo, é bastante elástico e costuma ser empregado para descrever fenômenos muito díspares.

Como sabemos, o Regionalismo é um fenômeno europeu, cuja matriz histórica e ideológica se desenvolveu onde se consolidou o Estado Nacional. Porém, de modo geral, o Regionalismo pode ser entendido como um movimento de contestação, de reivindicação, de autonomia e também como ideologia, isto é, o Regionalismo apóia-se sobre uma dimensão territorial, identitária, política e ideológica.

A região é aqui entendida como uma configuração política, espacial, integrante de um conjunto mais amplo que a engloba, ou seja, o próprio Estado. A região é uma comunidade, um núcleo político, e, portanto, é um espaço de poder, de disputas.

Podemos dizer ainda, que a comunidade regional envolve outra importante dimensão: a cultural, significando esta as representações sociais que a comunidade regional constrói sobre si mesma.

4. Problemática

A partir da explicitação de todas essas noções referidas até aqui identificamos algumas questões que são centrais nesta tese. A primeira diz respeito à consideração de que há no Rio Grande do Sul um modo historicamente diferente de fazer política, um modo, a partir do qual, construiu-se um discurso do Rio Grande do Sul sobre o Rio Grande do Sul, mais especificamente, um discurso político gaúcho que ressignifica e reatualiza permanentemente as tradições e a

história política do Estado, construindo e reconstruindo, dessa forma, uma posição particular do Rio Grande do Sul em relação ao restante do país, no seu modo de fazer política e na sua forma de se relacionar com o governo federal. Haja vista, a existência do que podemos chamar de “uma relação historicamente tensa” entre o Rio Grande do Sul e o governo federal, o que pode ser verificado em vários momentos de sua história, quando as suas elites políticas sempre estiveram prontas para reagir contra o poder central, nas ocasiões em que este se colocava, sobretudo, contra os seus interesses.

Dessa forma, buscamos neste trabalho, examinar quando é que este discurso consegue neutralizar as clivagens ideológico-partidárias? quando estas mesmas clivagens ideológico-partidárias redefinem este discurso? e se há momentos em que este discurso perde importância ou não, em qual ou em quais partidos?.

Estas questões, entre outras, nos levaram a considerar que a construção de um discurso político gaúcho, ou seja, de um discurso do Rio Grande do Sul sobre o Rio Grande do Sul está presente nos partidos e na atuação dos parlamentares, sobretudo nos seus pronunciamentos, manifestando-se na relação da bancada com o governo federal. As estratégias discursivas presentes nos pronunciamentos são construídas predominantemente em torno das questões que envolvem o Federalismo e o Regionalismo, sendo que tais questões transcendem, sobretudo nos pronunciamentos da bancada, em razão da presença de um discurso político gaúcho. Por esta razão, as noções de Federalismo e Regionalismo são centrais

no discurso que constitui a(s) questão (ões) gaúcha no Congresso Nacional, pela bancada.

A partir do que foi exposto acima construímos quatro capítulos. O primeiro, trata da identificação e da análise das condições de produção do discurso do Rio Grande do Sul sobre o Rio Grande do Sul. O segundo capítulo examina o perfil da bancada gaúcha na 50ª. Legislatura, levando em conta a origem profissional dos parlamentares, suas atividades anteriores, a entrada no meio político, a existência ou não de experiência política e o número de mandatos exercidos no Legislativo federal. O terceiro capítulo examina o comportamento parlamentar no Congresso Nacional e a atuação da bancada gaúcha na referida legislatura. O capítulo em questão está dividido em duas partes, onde a primeira procura identificar e analisar os fatores de ordem externa e interna à arena legislativa que podem condicionar o comportamento dos parlamentares no Congresso Nacional, de maneira geral. E a segunda parte discorre sobre a atuação da bancada gaúcha influenciada sobre muitos aspectos por estes fatores. E, por fim, no último capítulo, apresentamos os pronunciamentos selecionados e efetuamos a sua análise dentro dos recortes dos objetivos da tese.

CAPÍTULO I

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO POLITICO GAÚCHO

Este capítulo tem por objetivo identificar e analisar as condições de produção de um discurso do Rio Grande do Sul sobre o Rio Grande do Sul, isto é, do discurso que constitui o Rio Grande do Sul como um estado distinto dos demais estados da federação, particularmente na sua forma de fazer política.

Partindo-se, portanto, do pressuposto de que há um discurso neste estado que o constitui como um estado singular, busca-se principalmente, neste capítulo, verificar como se constituiu um conjunto de significados que lhe deram este sentido, construindo, dessa forma, um discurso do Rio Grande do Sul, sobre o Rio Grande do Sul.

Nessa perspectiva, consideramos o que constitui o discurso do Rio Grande do Sul, sobre o Rio Grande do Sul é o entrecruzamento de enunciados, de relações discursivas, presentes na pluridiscursividade da sociedade gaúcha que articulados em uma totalidade estruturada o significa e o representa como tal.

O Rio Grande do Sul é, nesse sentido, constituído por um conjunto de enunciados discursivos que o nomeiam, o recortam, o descrevem e o explicam. Enunciados estes, produzidos em um espaço específico de constituição dos sentidos, ou seja, na e pela sociedade gaúcha. Dito de outra forma, são os próprios gaúchos que falam de si, constituindo dessa forma, um discurso *do* Rio Grande do Sul; e, ao mesmo tempo, trata-se de um discurso sobre o Rio Grande do Sul, onde discursos de natureza distinta são enunciados sobre ele. Neste sentido, de acordo com Orlandi,

“os “discursos sobre” são uma das formas mais importantes da institucionalização dos sentidos. É justamente no “discurso sobre” que se encontra uma polifonia. Ou seja, “o discurso sobre” é um importante “lugar para organizar as diferentes vozes (dos discursos de)” (Orlandi, 1990:37).

Desse modo, todos os enunciados desses discursos funcionam como um pré-construído no discurso do Rio Grande do Sul, sobre o Rio Grande do Sul, pois todo o discurso está sempre relacionado a outros discursos, os quais inclui ou exclui, ou seja, está relacionado com o próprio interdiscurso que o determina.

Por conseguinte, o discurso do Rio Grande do Sul, sobre o Rio Grande do Sul é também construído pela presença e pela interação de outros discursos, de uma série de significações, existentes na sociedade.

Assim sendo, identificamos principalmente na história⁶, nas representações e imaginários da sociedade gaúcha, bem como no discurso literário, no discurso da mídia, entre outros, e, sobretudo, no discurso político, no seu sentido estrito, ou

⁶ Entendida aqui como acontecimento discursivo, ligada a práticas discursivas, que se organiza a partir das relações de sentido estabelecidas em condições específicas e concretas na sociedade e não como uma sucessão de eventos cronológicos.

seja, aquele que é enunciado nos locais específicos da política, os elementos que articulados constituem o discurso do Rio Grande do Sul, sobre o Rio Grande do Sul.

Nessa perspectiva, a noção de discurso adotada, conforme foi referido na introdução desse trabalho, é a que concebe o discurso como uma totalidade estruturada, resultante da prática articulatória, organizada a partir de um centro, o qual determina o funcionamento de elementos que anteriormente estavam dispersos no campo da discursividade. O discurso assim entendido, organiza elementos diferentes, constituindo-os como equivalentes. Essa totalidade articulada constitui-se em uma unidade relativamente unificada, isto é, ela é heterogênea e muitas vezes contraditória, onde cada enunciado, cada discurso, possui sua própria lógica, ou seja, podem pertencer a campos e a tempos históricos distintos. Porém, cada um deles está, de alguma forma, ligado ao outro, completando-se e diferenciando-se ao mesmo tempo. No entanto, o que os torna parte de um discurso relativamente unificado é a presença constante do sujeito por eles construído, qual seja, o Rio Grande do Sul, o qual os unifica.

Contudo, essa articulação é sempre precária e contingente (Laclau, 1994). Ao mesmo tempo, cabe observar que o discurso do Rio Grande do Sul, sobre o Rio Grande do Sul, o qual o constitui especialmente como singular, o constitui como tal em relação a algo.

O Rio Grande do Sul, dessa forma, também é constituído pela presença de um “exterior constitutivo”, ou seja, pela presença de outros discursos, de outra cadeia de significados que dele se diferencia e com os quais se relaciona. Objetivamente, queremos dizer com isso que o Rio Grande do Sul é também

constituído na e pela relação de forças com o governo federal e as demais unidades da federação. Relação esta estabelecida historicamente no processo de constituição da sociedade brasileira.

Ele é, portanto, constituído por essa tensão permanente entre interior/exterior, pela possibilidade de se excluir dele o que ele não é e, por conseguinte, com o que lhe antagoniza. De acordo com Laclau (1994), o antagonismo constitui-se na impossibilidade da construção de um sentido positivo e definitivo de toda formação discursiva. Dessa forma, os sentidos estabelecidos por um discurso são sempre precários, contingentes e limitados por seu corte antagônico. Este caráter precário deve-se ao fato de que os sentidos fixados por um discurso tendem sempre a serem modificados na relação com os demais discursos existentes no campo de discursividade, espaço no qual os discursos disputam sentidos hegemônicos. Ainda segundo o autor, os sentidos não são previamente constituídos, devendo ser entendidos em seu contexto, a partir de condições de emergência específicas, pois nunca se cristalizam por completo.

Entendemos, portanto, que os sentidos são construções coletivas, por meio das quais indivíduos concretos constroem a partir de uma interação os significados dos fenômenos a sua volta, ou seja, a sua realidade. Uma realidade constituída discursivamente, como um fato, um acontecimento em si, constitui-se em um evento real, porém, a simbolização desse fato constitui a realidade.

O real aqui, é entendido como o real sócio-histórico. Na perspectiva de Pêcheux (1990), o real está relacionado às práticas sociais, que têm como agente constituído/constituído o próprio sujeito.

Nesse sentido, percebemos os acontecimentos históricos como acontecimentos discursivos, como processos, onde, de acordo com Pêcheux, são colocados em relação a uma memória. Apreender a historicidade dos acontecimentos é compreender seus sentidos em suas condições de produção específicas, em uma sociedade. E esse processo de significação é histórico porque cria a tradição, o passado, e influencia os novos acontecimentos.

Para Orlandi,

“Na construção da sua identidade é no discurso histórico que o homem se constrói em sua dimensão memorável, aquilo que – resultando política e ideologicamente do confronto das relações de força e de sentido, e instituindo o que chamamos “tradição” – se apresenta como aquilo que deve ser dito (e conseqüentemente também o que deve ser excluído, o que não deve ser dito), e, logo, “lembrado” (ou esquecido) a propósito do passado, e no que diz respeito à constituição da sua memória. Nessa construção, alguns discursos ganham autoridade como lugares privilegiados, definidores. Eles “se criam” como documentos da memória” (Orlandi, 1990:124-125).

Portanto, é também na sua historicidade que o Rio Grande do Sul se constitui e constrói em diversos momentos dessa historicidade a sua especificidade em relação ao restante do país.

1. O Rio Grande do Sul: uma perspectiva histórica

2.1 Da ocupação

O Rio Grande do Sul, como sabemos, foi uma região tardiamente ocupada, tendo sua formação e desenvolvimento condicionados pelas lutas entre Portugal e Espanha. Desde o início houve a necessidade da criação de fortificações para garantir as fronteiras e garantir a exploração do gado e do comércio na região.

Sendo assim, o estado de tensão permanente, em face das disputas territoriais, tornava, segundo Cardoso (2003) mais vigorosa a pressão da ordem militar sobre a ordem civil.

O povoamento do Rio Grande se fez a partir dos Açores, São Paulo, Rio de Janeiro e também do povo da Colônia do Sacramento, que se transferiu para o Rio Grande, além da presença de escravos e índios pampeanos.

O processo de fixação à terra ocorreu através da concessão de sesmarias àqueles que se destacaram nas lutas contra os castelhanos, como os militares ou àqueles que dispunham de recursos pecuniários suficientes para se instalarem como estancieiros, onde o gado permaneceria como a principal atividade econômica.

Conforme Vizentini,

“A criação extensiva de gado foi a primeira atividade econômica da região. As peculiaridades das lutas de fronteiras, a doação de terras a quem pudesse defendê-las foram responsáveis pela militarização do Rio Grande do Sul, e pela formação de uma elite proprietária de grandes extensões de terra onde era praticada a pecuária extensiva. Esta elite desenvolveu características patrióticas patrimonialistas. Graças ao importante papel que desempenhou para a formação do Estado Português, gozou sempre de uma autonomia bastante grande” (Vizentini, 1982:25).

Essa autonomia se deveu ao fato do Rio Grande do Sul ter permanecido, durante muito tempo, isolado politicamente do resto do país e, muitas vezes, o estancieiro só encontrava limites na força dos outros estancieiros, ou no poder real (Cardoso, 2003).

Na década de 1780, ocorreu a mercantilização da economia Rio-grandense, através do charque e também do trigo, pois eram produções especializadas para atender o mercado interno da colônia.

A integração tardia do Rio Grande do sul foi possível através de uma economia periférica, subsidiária da economia central, porém de grande importância para seu desenvolvimento, pois a atividade de criação nas estâncias e a produção do charque existiam em função das capitânicas centrais, do Nordeste e das minas do Brasil. No século XVIII, a mão-de-obra escrava é introduzida em maior número na região.

A partir daí, definem-se as relações de produção escravistas, onde nas charqueadas esta modalidade alcança o nível de produção mais significativo.

Podemos dizer que o século XVIII assinala a incorporação definitiva do Rio Grande à colônia portuguesa, através de incontáveis batalhas e de infindáveis

acordos que, em geral, não atendiam aos interesses das populações locais. O que parece sugerir, portanto, que a importância política do Rio Grande para a Coroa Portuguesa advinha unicamente de sua posição geográfica e estratégico-militar.

As lutas fronteiriças fizeram surgir na elite local um espírito militar acirrado. Logo, estas consideravam-se importantes por serem uma elite com uma atuação militar permanente.

Na época colonial coexistiram segmentos sociais de pequenos proprietários plebeus com a camada senhorial dos grandes proprietários. Além disso, dado as condições peculiares da formação inicial, a militarização da população foi muito generalizada e a atividade econômica e social da região subordinava-se de forma total aos interesses e ao poder da Coroa Portuguesa.

Porém, conforme Cardoso,

“Num segundo momento de constituição da sociedade senhorial gaúcha os chefes de parentela puderam reforçar o domínio que exerciam e consolidar o poderio econômico que haviam alcançado. A Coroa, com o objetivo de garantir seus interesses, conferiu cada vez mais autoridade, prestígio e possibilidades de apropriação de bens econômicos aos *senhores* locais. Paralelamente, os funcionários reais, civis e militares passaram a utilizar, cada vez mais, a parcela de poder auferido para expropriar os habitantes da região não amparados pelo Poder, tornando-se, eles próprios, empresários econômicos. Assim, quando a rotinização da vida econômica e política no primeiro quartel do século XIX permitiu a estabilização da camada de proprietários de terras, gados e escravos, eles passaram a exigir, de forma crescente, maior participação no poder, visando mais o acrescentamento da riqueza pessoal do que o fortalecimento e os interesses do Erário e do Poder Real.

(...) Desfigurava-se, assim, o sentido original da ordem patrimonial-estatal e lançavam-se as bases para o desenvolvimento da sociedade latifundiária, escravocrata e pastoril do Rio Grande do Sul, mais próxima do patrimonialismo-patriarcal que do patrimonialismo estatal” (Cardoso, 2003:131-132).

Já no século XIX, as fronteiras já estavam praticamente consolidadas e a sociedade Rio-grandense começava a esboçar os traços de uma sociedade que se estruturava a partir de uma dinâmica própria, distinta das outras regiões do Brasil.

1.2. Da Independência à República

A vinda da família real para o Brasil, em 1808, teve também seus reflexos no Rio Grande, na medida em que D. João pretendia dar continuidade à política expansionista no Prata, contando, logicamente, com os fiéis estancieiros militares. Assim, já em 1809 ocorreu a primeira tentativa de ofensiva ao Prata. Mas, somente em 1820, a Banda Oriental do Uruguai foi anexada ao Brasil com o nome de Província Cisplatina.

A sua anexação foi benéfica para o Rio Grande, pois com a guerra as charqueadas uruguayas foram desorganizadas e o gado oriental foi encaminhado para as charqueadas Rio-grandenses.

Em 1820, as notícias sobre a Revolução do Porto provocaram agitações em todo o Brasil e os locais onde mais era comentada, era nas lojas maçônicas. Nessas lojas discutiam-se idéias políticas em voga naquele momento, como o Liberalismo. Além da maçonaria, a própria imprensa também serviu como um

meio de difusão das idéias político-liberais (Federalismo, República) e dos movimentos de independência das colônias hispânicas.

Para alguns pesquisadores, como Hélió Trindade (1991), o Rio Grande do Sul foi provavelmente a única província a sofrer forte influência da cultura política platina, assim como dos movimentos separatistas que assolaram a América Hispânica por ocasião dos processos de independência, em particular o Artiguismo⁷.

Entretanto, no Rio Grande do Sul, o pensamento liberal, nesse período, possuía ainda algumas limitações, na medida em que boa parte da oligarquia local encontrava-se mobilizada nas campanhas militares na Cisplatina e, portanto, identificada com a ideologia expansionista do Império Colonial Português. Com a criação da Província Cisplatina, parte desta elite diluiu-se pela região, recebendo, inclusive, altos cargos administrativos. Tratava-se de uma forma utilizada pelo poder central de “amenizar” o poder dos estancieiros-militares nessa região e dessa maneira mantê-los leais à Coroa.

Por outro lado, havia também os inconformistas identificados com a contrapropaganda absolutista que utilizavam panfletos liberais para sua divulgação.

⁷ Segundo Helga Piccolo, o artiguismo significou uma proposta política que buscou no federalismo a sua base, a sua expressão e foi nos anos dez do século XIX, o projeto político mais importante da região.

O artiguismo defendia uma confederação a partir da “soberania de los pueblos”, entretanto, o projeto de Artigas não se restringia apenas à questão da autonomia mas, também, defendia um projeto de reforma social. Porém, evidentemente, este projeto de reforma social colidia com os interesses da oligarquia platina que desejava manter a ordem vigente. Da mesma forma, no Rio Grande do Sul, embora os senhores proprietários de terra e escravos se identificassem com os princípios federalistas defendidos por Artigas, estes não aceitavam o seu reformismo social, sobretudo porque defendia o fim da escravidão (Piccolo, 1998).

Em 1821, a Corte de Lisboa baixa um decreto criando nas Províncias, em caráter provisório, Juntas Governativas. Essas juntas seriam escolhidas pelo colégio eleitoral das paróquias e prestariam contas diretamente à Lisboa. Esse decreto, na prática, visava desarticular qualquer tentativa de emancipação política do Brasil. E no Rio Grande do Sul, sobretudo em Porto Alegre, onde as idéias liberais estavam mais disseminadas entre os militares menos autoritários, entre o clero e as camadas populares, este ato teve grandes repercussões. Com a Independência, em 1822, a Junta foi alterada e transformada em Governo Provisório (Pesavento, 1985).

Dois anos após a independência, D. Pedro outorgava a primeira constituição do Brasil, criando quatro poderes e centralizando o poder em suas mãos. O Rio Grande passa à condição de Província, com o nome de Província do Rio Grande de São Pedro, denominação que perduraria até 1889.

Podemos dizer que a partir da Independência a ocorrência de vários episódios políticos concorreram para a eclosão de eventos que foram determinantes na história política do Rio Grande do Sul e que tiveram extrema repercussão no restante do país. Entre eles, a perda da Província Cisplatina, o autoritarismo de D. Pedro I, com políticas fortemente centralizadoras, o que começou a desagradar as elites regionais, desencadeando assim a própria Revolução Farroupilha.

A perda da Província Cisplatina foi um duro golpe para as elites Rio-grandenses, porque estas retornavam do Uruguai sem o gado para a pecuária, para as charqueadas, sem suas propriedades e sem seus altos cargos administrativos.

E, principalmente, retornavam com o moral arrasado, pois o militar-estancieiro orgulhosamente descendente dos “bravos” que participaram das primeiras batalhas pela Conquista do território sulino, sentia-se derrotado. Fora de combate começava a pensar sobre a situação econômica da Província. As políticas autoritárias e centralizadoras do Imperador deram início também às primeiras divergências entre a Província e o Poder Central. Para eles, esse centralismo era o causador da ruína da Província.

Para alguns historiadores, como H. Piccolo (1998), a Independência, na verdade, não correspondeu aos anseios dos liberais rio-grandenses, pois estes acreditavam que com ela surgiria uma nova nação, anti-colonialista, anti-absolutista e principalmente liberal.

A elite local percebeu que havia mais uma vez sustentado uma guerra, cujos esforços despendidos não tinham sido devidamente reconhecidos e muito menos recompensados pelo Imperador.

A Província do Rio Grande permanecia como uma economia subsidiária, de exportação, fornecendo tropa de mula para o transporte e charque para alimentar os escravos. Na verdade, a Independência não alterava este quadro, pois o Rio Grande continuava a desempenhar o mesmo papel econômico à época do colonialismo luso, sendo sua principal função de ordem estratégica, a fim de resolver as questões fronteiriças quando necessário, ou seja, quando estas ameaçavam a unidade nacional.

Ao mesmo tempo, as idéias político-liberais européias continuavam a ser difundidas cada vez mais, sobretudo, as idéias de Locke, Montesquieu e Rousseau.

Os temas em voga nesse período, tanto na Província quanto no restante do Brasil eram *centralização versus descentralização*, *Regionalismo/Federalismo versus unitarismo*, *avanço liberal versus regresso conservador*. Pode-se dizer que no Rio Grande do Sul entre 1831 e 1834 ocorreu um avanço liberal, e entre 1834 e 1840, um avanço conservador.

Segundo Wanderley G. dos Santos,

“As tentativas de descentralização e autonomia regionais em relação ao Poder Central manifestam-se no Brasil já antes da independência com a Confederação do Equador, de 1824, tendo como um de seus líderes Frei Caneca, cujas idéias republicanas, bem mais do que simplesmente favoráveis à monarquia descentralizada, podem ser encontradas em suas obras políticas e literárias.

Até aproximadamente 1845 eclodem ainda as rebeliões no Maranhão, no Rio Grande do Sul e no Pará, estimuladas, segundo os centralizadores da época, pela legislação liberal que então contribuía para o esfacelamento do Império, ou seja, pelo excesso de descentralização, enquanto os descentralizadores atribuíam à excessiva centralização a responsabilidade pelos mesmos acontecimentos” (Santos, 1978:36).

Na Província do Rio Grande as idéias liberais alastravam-se, atingindo vários grupos da elite local (estancieiros, militares, comerciantes), que desejavam a valorização do poder local e consideravam ainda que a única liberdade possível era a da propriedade privada. Esse discurso parece ter encontrado espaço no Rio Grande do sul, sobretudo pelas condições históricas em que se estruturou a sociedade gaúcha.

No período Regencial, o Ato Adicional de 1834 instituiu as Assembléias Provinciais, que concedia às províncias um certo grau de autonomia. Para a elite Rio-grandense, esse Ato foi viável até certo ponto, porque criava a Assembléia

Legislativa na Província, com o poder de legislar sobre assuntos civis, judiciais e eclesiásticos, o que poderia representar o primeiro passo para a Federação. O Federalismo na sua ótica representava um grupo de Estados independentes, atendendo as suas aspirações regionais, com leis próprias, específicas para cada região.

Segundo H. Piccolo,

“No Rio Grande do Sul, o federalismo remete ao poder privado regional e a seus interesses no espaço fronteiriço. Este poder privado, representado por senhores de terra e de escravos, queria ocupar espaço políticos que a centralização política vigente no Brasil não permitia. Economicamente dominantes na Província, não encontravam, no entanto, respaldo junto ao Governo Central para as suas reivindicações. Daí os conflitos com o centro político nacional, dos quais a luta armada, traduzida numa guerra civil – a Guerra dos Farrapos – foi a expressão” (Piccolo, 1998:280).

Portanto, para esta elite, o Ato Adicional de 1834 era ainda insuficiente, pois desejava uma participação maior nas decisões políticas e econômicas do país (Love, 1978).

A situação se agravou quando o governo regencial, com o objetivo de buscar mais recursos, ordenou a taxaço às elites regionais, e no Rio Grande do Sul os produtores de charque não suportaram também a concorrência do charque uruguaio, mais barato no mercado brasileiro.

Dessa forma, estava montado o cenário para a eclosão do que foi a maior de todas as revoltas provinciais da época, não apenas pela sua duração (10 anos), mas pelas próprias características e dimensões adquiridas pelo movimento: idéias separatistas e proclamação da República do Piratini.

Entretanto, a Revolução Farroupilha, como sabemos, não foi uma reação unânime de toda a Província contra o Poder Central, mas uma revolta da classe dominante, uma luta de estancieiros criadores de gado, contra os impostos e outras medidas, que iam de encontro aos seus privilégios. Embora tenha havido participação de alguns elementos da plebe rural e urbana e até mesmo de escravos⁸, a verdade é que foi um movimento da campanha e de seus caudilhos. Tanto que as regiões litorâneas permaneceram, em geral, fiéis ao Império.

Em síntese, podemos dizer que as elites Rio-grandenses foram defensoras e aliadas do poder central quando este contemplava os interesses daquelas. E foram sediciosas quando o poder central se antepunha aos seus interesses. Assim, a Revolução Farroupilha foi a expressão mais radical dessa situação onde fundamentalmente, segundo Sandra Pesavento,

“O que os revolucionários almejavam era a independência política com relação ao domínio do centro, mantendo contudo os laços econômicos com o resto do país, através da continuidade do fornecimento do charque ao mercado interno.

Nesta medida, propunham federar-se às demais províncias que, como eles, quisessem adotar a forma republicana” (Pesavento, 1985:39).

⁸ A expressiva participação de escravos foi mais um aspecto singular deste movimento, chegando a existir a famosa tropa dos “lanceiros negros”, que em um dos episódios derradeiros da revolução foram massacrados em combate cerca de trezentos negros.

A participação dos escravos não foi aleatória e nem tanto por lealdade aos seus senhores. Havia grupos dentro do movimento favoráveis à abolição, tendo prometido sua libertação ao final da guerra. Porém, as profundas divergências internas associadas ao desgaste de uma longa guerra, levaram à insustentabilidade do movimento e a conseqüente derrota dos Farrapos. A questão dos negros, na verdade, passou a ser um problema a mais para as lideranças que já visualizavam sua derrota. E como estancieiros e charqueadores que eram, a maioria manteve-se escravocrata até o fim.

Nesse sentido, ao contrário do que pensa o senso comum, o movimento reivindicou não o separatismo ou a autonomia radical, mas justamente a participação da oligarquia regional nas decisões do poder central.

Leitmann (1979) observou, por exemplo, que as reivindicações de autonomia, de separatismo foram, na verdade, utilizadas pelos revolucionários como estratégias de chantagem e de ameaça para barganhar com o Império sua participação efetiva na política nacional.

Com o término da guerra, a produção nas estâncias e nas charqueadas estavam arruinadas. A guerra havia deixado marcas profundas.

O período que segue após a Revolução Farroupilha e que se estende até praticamente o final do século XIX, pode ser caracterizado como um período de grande efervescência política, em razão, inicialmente, da estruturação político-partidária no Rio Grande do sul⁹, das disputas entre as elites políticas locais, onde em alguns momentos ao longo desse período transformaram-se em conflitos acirrados e ainda, pela influência do Positivismo¹⁰, no ambiente político e

⁹ Em 1848, ocorre a formação do partido conservador no Rio Grande do sul e com a sua formação houve a rearticulação do Partido Liberal. Em 1852, surge ainda o Partido Liberal Progressista.

¹⁰ O positivismo comteano, como sabemos, teve grande influência na América Latina durante a segunda metade do século XIX, onde alguns partidos e governos organizaram seus programas com base na doutrina positivista de Comte. Esta influência ocorreu, especialmente no Chile, México, Uruguai, Argentina e Brasil, atingindo seu mais expressivo desenvolvimento no Rio Grande do Sul, onde suas manifestações não se limitaram a um ou a outro aspecto do sistema comteano, mas abrangeram os aspectos políticos, científicos, religiosos e, ainda, estéticos.

O positivismo, segundo Comte, consistia essencialmente em uma filosofia e uma política, ambas inseparáveis. Motivado pelas questões políticas e sociais da sua época, sobretudo pelos efeitos da Revolução Francesa, Comte elabora um conjunto de idéias onde o conhecimento positivo, ou em outras palavras, a ciência, teria um papel preponderante na reorganização da sociedade. Em linhas gerais, podemos dizer que para o positivismo comteano somente o progresso científico conduziria ao progresso social, intelectual e moral da sociedade. Dessa forma, o sentido da política positiva corresponderia à "ditadura" orientada pela ciência. O significado de "ditadura", para Comte, nada tinha a ver com o arbítrio ou a tirania, mas significava o governo da lei, um governo forte que garantiria a manutenção da ordem e do progresso. Comte, em certo

intelectual brasileiro, que no Rio Grande do Sul teria grande expressão, marcando profundamente a política Rio-grandense a partir do final do século XIX, até as primeiras décadas do século XX.

Na verdade, a Revolução Farroupilha foi um movimento fundamentalmente Liberal e Republicano. E estas duas correntes marcarão definitivamente a política Rio-grandense a partir de então.

Entretanto, no início da década de 60, a política Rio-grandense começa a se agitar novamente, pois apesar do clima de conciliação, surge na província uma manifestação de oposição identificada com o espírito regionalista, expresso no Partido Liberal histórico de Silveira Martins. O aspecto reformista do partido recaía sobre a defesa de uma maior participação e autonomia provincial e abolição da vitalidade do senado. Além disso, se auto-proclamavam os verdadeiros herdeiros políticos dos Farrapos.

A partir de 1870, as idéias republicanas ganham força em todo o país. O movimento republicano teve seu crescimento ligado praticamente ao espaço surgido do choque entre os dois partidos tradicionais: conservador e liberal, e, principalmente, das contradições sócio-econômicas dentro das próprias elites, que também foram responsáveis pelo clima favorável à propaganda das idéias

momento, passa a simpatizar com o regime republicano e formula a idéia de “República Positiva”, como sendo o que possibilitaria a regeneração e o progresso social. Para Comte, é a moral que deve nortear a política e a ela pertence a supremacia social, ou seja, os interesses coletivos acima dos interesses particulares ou privados. E, para isto, sustenta ser necessário a aliança entre a classe intelectual e a classe dos trabalhadores para assegurar a todos trabalho e educação.

republicanas¹¹. Nesse mesmo ano surge o primeiro partido republicano no Rio de Janeiro.

No Rio Grande do Sul, à exceção do resto do país, já se havia consolidado uma forte clivagem ideológico-partidária, pois a idéia de República estava desvinculada do Partido Liberal (Pinto, 1986).

Na passagem da Monarquia para a República, esta clivagem já girava em torno de dois partidos bem organizados: o Partido Liberal e o Partido Republicano Rio-grandense.

O PRR, no período de propaganda no Rio Grande Sul, apesar de ser à época um partido ainda pequeno, já chamava a atenção por sua forte organização e disciplina doutrinária. Seus membros se declaravam positivistas e não dividiam com os demais partidos republicanos e monárquicos a doutrina liberal.

Segundo Céli Pinto,

“O PRR era composto por um grupo que não estava diretamente ligado à tradicional elite pecuária da Campanha Gaúcha e, por conseqüência, estava desligado dos interesses econômicos mais significativos do estado e não desfrutava da rede de relações coronelistas do poder dos partidos republicanos com base nos outros estados. (...) A presença do positivismo comteano no discurso do PRR deve ser entendida a partir de múltiplas considerações da luta política do Rio Grande do sul. Uma primeira consideração relacionava-se com a origem do partido, isto é, com sua desvinculação do movimento republicano brasileiro em geral. O PRR não se originou de dissidência do Partido Liberal monárquico. Seus membros, em sua maioria quase absoluta eram jovens saídos dos bancos das escolas de direito de nível superior, onde o positivismo era a ideologia da moda” (Pinto, 1986:104-105).

¹¹ Na verdade, como sabemos, diversas manifestações de idéias republicanas já haviam ocorrido no Brasil muito antes desse período, como a Inconfidência Mineira e diversas revoltas regionais entre 1831 e 1845, entre as quais a Revolução Farroupilha.

A proclamação da República, como sabemos, não representou uma revolução ou uma transformação radical para o Brasil, em geral, e muito menos para o Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, as elites locais também passam a se defrontar com as contradições surgidas das transformações socio-econômicas do Estado¹². Com o golpe de 15 de novembro de 1889, os partidos republicanos assumem os governos, que a partir da Constituição de 1891 passam a ser estados federados. Dessa forma, inaugura-se no Brasil um Sistema Federativo de ampla autonomia estadual, de inspiração e formas liberais, transplantado, ao menos em parte, do federalismo norte-americano, que foi a primeira e a mais importante experiência de pacto federativo de estados soberanos. Porém, não sem a marca da incerteza e do paradoxo, pois, conforme Renato Lessa,

“Os problemas derivados de uma opção pelo federalismo, implantado pelo centro, apenas em parte dizem respeito às inconsistências da primeira elite republicana, que além da vaga acessão às idéias federalistas e da defesa da autonomia estadual, não possuía um projeto a respeito de como esses valores poderiam se materializar em uma ordem política e administrativa” (Lessa, 1988:52).

¹² O Rio Grande do Sul no final do século XIX começa a sentir as transformações que ocorrem no país, sobretudo decorrentes das alterações das relações de trabalho. A economia brasileiro já estava atrelada à economia mundial desde a época colonial e com o crescimento das exportações de café as relações com o mercado internacional tornaram-se maiores, com investimentos estrangeiros na produção e na infraestrutura.

Ainda, segundo Lessa,

“O federalismo, que em outros contextos apareceu como demanda de partes que voluntariamente querem se coligar, no caso brasileiro não pode dispensar uma roupagem construtivista. Para implantá-lo não bastava apostar na espontaneidade social. Pelo contrário, havia que fabricar seus atores” (Id. Ibid., p. 54).

No Rio Grande do Sul, o Federalismo assumiu em alguns momentos da história política do estado características bastante distintas em relação ao restante do país, acentuando assim a sua singularidade histórico-política e a sua contraditória relação com o governo federal, a começar pela promulgação da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul em julho de 1891, poucos meses após a da Constituição Federal. Pois, sob muitos aspectos a Constituição Estadual, de forte inspiração positivista, entrava em choque com a Constituição Federal, inspirada no modelo Liberal Republicano norte-americano. Muito embora, a propaganda republicana, e mesmo a implantação do novo regime, tivessem sofrido influência do positivismo.

Assim, o Rio Grande do Sul, sendo regido por uma constituição de inspiração positivista, era considerado, nesta época, uma espécie de corpo estranho à federação brasileira.

Apesar da influência do positivismo na busca da eficiência administrativa e da moralidade dos negócios públicos, isto não impediu que os dirigentes recorressem à fraude eleitoral para manterem-se no poder, como fez, por exemplo, Borges de Medeiros, sucessor de Castilhos e também fiel à cartilha positivista.

Porém, as fraudes eleitorais no Rio Grande do Sul, ao contrário do restante do país, existiam para desarticular o coronelismo, mantendo o PRR no poder. Entretanto, pode-se dizer que em nenhum outro lugar do Brasil os republicanos conseguiram alijar a oligarquia tradicional como no Rio Grande do Sul.

Escrita e promulgada pelo próprio Julio de Castilhos, a constituição estadual caracterizava-se principalmente pela concentração do Executivo e do Legislativo nas mãos do presidente do Estado (governador), e por sua aplicação fiel dos princípios positivistas¹³.

¹³ A “ditadura republicana” castilhista concentrou todos os poderes no presidente (governador), embora criasse também um mecanismo próprio para a ratificação das leis, incluindo a participação das autoridades municipais. O Presidente do Estado eleito pelo sufrágio direto dos eleitores tinha poderes para eleger seu sucessor. A articulação entre governo e sociedade se fazia por intermédio da cidadania política (direito de votar e ser votado), da organização dos poderes locais e das garantias da ordem e do progresso do estado. Embora a Constituição Castilhista fosse praticamente de inspiração positivista, havia alguns pontos distintos do pensamento contista, como por exemplo:

a Assembléia orçamentária tinha para Comte uma característica mais ou menos corporativa (os representantes deveriam ser escolhidos pela agricultura, a manufatura e o comércio), enquanto que no Rio Grande do Sul, para Julio de Castilhos, os deputados, eleitos na circunscrição eleitoral, deveriam ser originários de todos os grupos sociais, embora predomassem membros da oligarquia rural.

Além disso, a relação entre o poder temporal e espiritual não é a mesma para Julio de Castilhos e Comte. Este concebia regeneração espiritual e moral como precedentes à organização política, enquanto que para Castilhos a renovação espiritual seria o resultado da transformação política.

Na verdade, o positivismo castilhista era muito mais político do que filosófico-religioso. Entretanto, a concepção de “ditadura” parecia comum para ambos, significando fundamentalmente, a ação necessária conduzida por um político superior, a fim de modificar os homens e as instituições da sociedade, de acordo com o interesse público, devendo este executar em circunstâncias difíceis, medidas extraordinárias ordenadas para a salvação do Estado e da Nação (Trindade, 1999).

1.3. O positivismo no Rio Grande do Sul

Através da Constituição, Julio de Castilhos criou uma estrutura legal para garantir a reprodução do PRR no poder e implementar um projeto político de governo bastante distinto e até mesmo original, em relação do restante do país, para a época. Pois, seu desejo era de mudar a sociedade pela via da *modernização conservadora*, incorporando vários setores, como o proletariado. O conceito de “bem público” para o castilhismo também possuía em caráter distinto, ultrapassando o conceito de individualismo liberal, pois o bem público se desenvolveu em uma sociedade moralizada por um Estado forte que se impõe sobre os interesses individuais em favor dos interesses coletivos. Ao mesmo tempo, de uma maneira muito hábil, Castilhos construiu um discurso onde somente o PRR poderia representar o novo regime, ou seja, a República, e conseqüentemente, os verdadeiros interesses da sociedade Rio-grandense, enquanto que seus adversários políticos (os liberais), representavam o atraso e o conservadorismo.

Nesse sentido, conforme Céli Regina Jardim Pinto, o positivismo foi fundamental para a construção do discurso do PRR. Porém, enfatiza que,

“O positivismo, entretanto, não se resumiu a dar bases para instituições autoritárias. Seria um equívoco atribuir a uma base filosófica o fato de que as instituições Rio-grandenses tenham sobrevivido por tão longo período de tempo, apesar de terem sido alvo de constantes ataques quer a nível nacional, quer regional. O positivismo foi fundamental na

forma como o PRR apresentou suas instituições ao povo Rio-grandense, colocado antagonicamente ao liberalismo, atribuindo-se a este último a responsabilidade pela paralização administrativa (...). O positivismo, por outro lado, era uma doutrina científica que possibilitava a organização da política e da administração do estado de uma forma verdadeiramente democrática, onde o bem geral, a incorporação do proletariado à sociedade e a administração pública voltada para os interesses das classes produtoras se realizava completamente. Portanto, se por um lado foi no positivismo que o PRR foi buscar um modelo para as instituições políticas autoritárias que implantou no estado, por outro, foi através dele que construiu um discurso não-oligárquico e que apresentou estas instituições como as únicas capazes de responder às necessidades da população do estado” (Pinto, 1986:106).

Segundo J. Love (1978), os acontecimentos da fase inicial da República Velha acabaram moldando de forma distinta a política gaúcha, especialmente a guerra civil de 1893, cuja maior consequência política foi a constituição de uma polarização política em torno de dois partidos bem organizados, o que contrastava com a realidade político-partidária dos outros estados brasileiros.

Além disso, outra consequência deste período foi a consolidação de um sistema político centralizado com a existência de uma forte disciplina partidária, especialmente dentro do PRR.

Love observa ainda que a família e a posição social pareciam contar menos no Rio Grande do Sul do que em outras partes do país, em razão principalmente das características desenvolvidas pela política gaúcha.

Para Love, cabe mencionar, ainda, a forte tradição secular do Rio Grande do Sul, ou seja, a ausência de uma forte tradição religiosa comparativamente a outros estados.

Assim, na segunda metade da Primeira República, o Rio Grande do Sul inicia a sua ascensão na política nacional, ou seja, a participar das disputas pelo poder político em nível nacional.

1.4. Rio Grande do Sul na política nacional

Após vários e longos períodos de conflitos internos entre as elites políticas gaúchas, Getúlio Vargas, herdeiro político de Júlio de Castilhos, ascende ao governo do estado, colocando em prática uma política de unificação regional, no sentido de buscar, de reivindicar, junto aos grupos que dominavam a política no país, o verdadeiro espaço que caberia ao Rio Grande do Sul na política nacional.

Com a chegada de Vargas à presidência da República, o Rio Grande do Sul ingressa na história política do país. É o momento em que se dá uma verdadeira “Rio-grandização” ou “gauchização” da política nacional, expressões utilizadas por muitos historiadores para denominar o momento da integração do Rio Grande do Sul à política nacional.

Politicamente, um dos primeiros e grande desafios de Vargas foi tentar acomodar os diversos interesses dos diferentes grupos existentes, inclusive daqueles que o apoiaram no processo de tomada do poder.

Como era de se esperar, Vargas também enfrentou forte pressão e oposição durante seu governo, inclusive de seus antigos correligionários,

decorrente não apenas das transformações desencadeadas pela revolução, quer no plano econômico, no político ou no plano social, mas principalmente decorrente das cisões internas nas forças que conduziram o movimento que culminou na Revolução de Trinta.

Em 1937, como sabemos, juntamente com o exército, Vargas inicia um regime de força, centralizado, disposto a transformar e a industrializar o país.

Com o golpe de 1937, que instituiu o Estado Novo, são extintos todos os partidos. E todos eles seriam profundamente modificados no pós-45 com o processo de reestruturação partidária.

Para o Rio Grande do Sul, as conseqüências negativas da política varguista do Estado Novo foram várias, principalmente em razão da intervenção federal sofrida pelo estado.

O período histórico iniciado com a deposição de Vargas foi chamado de “período de democratização”. Esta denominação que se generalizou, é, de certa forma, um tanto controvertida. Isto porque ela sugere a idéia de retomada total de uma organização democrática. Conforme Boris Fausto, a transição para o regime democrático não representou uma ruptura com o passado, “mas uma mudança de rumos, em meio a muitas ‘continuidades’” (Fausto, 2000:215).

Nesse período, inicia-se o processo de reestruturação do sistema partidário que, no Rio Grande do Sul, se dará de forma diferenciada a do restante do país, pois aqui os partidos políticos irão se organizar muito mais a partir de clivagens ligadas ao padrão político eleitoral anterior do que as que seriam definidas pelas lideranças emergentes do pós-45 (Canepa, 1999).

1.5. O Rio Grande do Sul: de 1945 a 1964

No Rio Grande do Sul, a formação inicial do sistema partidário se estenderá de 1945 a 1950, onde os principais partidos que se organizam são: PSD, PL, UDN, PTB, PCB, PRP.

No plano nacional, as eleições de 1950 dão grande vitória à Getúlio Vargas. Este, em seu segundo mandato, passa a enfrentar, mais do que nunca, uma série de pressões. De um lado, não podia deixar de se preocupar com as reivindicações dos trabalhadores; de outro, precisava tomar medidas impopulares a fim de controlar a inflação.

Apesar das pressões e da inexistência de uma sólida base de apoio em seu segundo mandato, Vargas conseguiu se equilibrar no poder até o seu trágico final que interrompeu seu governo.

No Rio Grande do Sul a política interna girava em torno do populismo do PTB e de uma coalizão anti-PTB, até 1964. Embora predominasse o multipartidarismo em outras regiões do país, a polarização partidária subsistia no Rio Grande do Sul.

Para Helgio Trindade,

“A confrontação PTB/anti-PTB do pós 45, fugindo ao padrão brasileiro dominante, em grande medida é a reprodução no interior do sistema multipartidário da polarização preexistente, cuja origem histórica configurou-se no estuário da Revolução dos Farrapos, definindo o processo de estruturação das opções políticas regionais. Esse padrão

torna mais consistente no Império a competição entre conservadores e liberais e explica, também na República Velha, o etilo radicalizado co confronto entre conservadores-liberais (federalistas e libertadores) e conservadores-autoritários (republicanos positivistas) (Trindade, 1991:68).

O autor ainda argumenta que este tipo de clivagem que se estrutura no Rio Grande do Sul “é provavelmente tributário também da cultura política platina onde degladiavam-se desde o século XIX, *federales* e *unitários* na Argentina e *blancos* e *colorados* no Uruguai” (Trindade, op. cit.).

No plano econômico, nesse período, já são visíveis as consequências da perda de posição do Rio Grande do Sul no conjunto da economia nacional, ocorrendo inclusive uma expressiva queda da produção gaúcha de 1957 a 1961 (Canepa, 1999).

Nesse período, até 1964, foram governadores do Rio Grande do Sul: Ernesto Dorneles, Ildo Meneghetti, Leonel Brizola e novamente Ildo Meneghetti. As relações entre Rio Grande do Sul e a União eram um tanto ambíguas, nesse período, pois a situação econômica do estado contribuía para o afastamento entre o governo estadual e a União. Os políticos gaúchos passam a criticar as políticas do governo federal, as quais estariam provocando a marginalização do Rio Grande do Sul do processo de desenvolvimento.

Quando Leonel Brizola assume o governo do estado, a economia gaúcha encontrava-se no auge da crise. Foi o momento em que não apenas o governo mas vários setores da sociedade, começaram a tomar consciência da gravidade dos problemas do Estado. A partir daí, começa-se a buscar soluções para a crise, combinando interesses e ações em nível regional e nacional.

Porém, as alternativas propostas para o estado passariam fundamentalmente por soluções políticas de âmbito nacional. É o momento em que a política regional nacionaliza-se. Segundo M. Cánepa (1999), o governo Brizola representou um ponto de inflexão bastante importante na política do Rio Grande do Sul. Brizola assume o governo e põe em prática um plano de emergência para a educação, como a construção de um número expressivo de escolas no estado, uma política de assentamento rural, construção de rodovias, eletrificação rural e urbana, industrialização e ainda promove a encampação pelo estado, de multinacionais da área de serviços, eletricidade e telefone.

Mas, Brizola, na verdade, acaba adquirindo projeção nacional por ocasião do movimento que ficou conhecido como a “Campanha da legalidade”, quando o então presidente Jânio Quadros, empossado em 1961, renuncia após sete meses de governo e os militares tentaram impedir a posse constitucional do seu vice João Goulart.

Brizola liderou manifestações populares, mobilizando a opinião pública em favor da defesa da posse do vice-presidente João Goulart, que contou também com o apoio do III Exército. Toda essa movimentação fez os militares mudarem suas posições e através de acordos e negociações o país passaria a ter o parlamentarismo como solução. Assim, em janeiro de 1963 é realizado um plebiscito no país e a população diz sim à volta do presidencialismo. João Goulart retoma o poder, permanecendo até março de 1964, quando é derrubado pelo golpe militar.

Pode-se dizer que o momento que iniciou com a campanha da legalidade até os últimos tempos de João Goulart na presidência, foi um momento

caracterizado por uma crescente polarização e radicalização políticas em nível nacional, mas foi também o momento em que houve um expressivo avanço dos movimentos sociais no país. Entretanto, o golpe de 1964 iria interromper drasticamente esse processo.

1.6. O Rio Grande do Sul no período da ditadura militar

O golpe militar de 1964 instituiu um regime que pouco a pouco foi mudando o país através de Atos Institucionais. O poder executivo foi fortalecido e o legislativo cada vez mais a ele subordinado.

As imunidades parlamentares foram suspensas, sendo autorizadas as cassações e as suspensões dos direitos políticos. Desencadearam-se perseguições aos adversários do regime, envolvendo prisões e torturas.

Inúmeros parlamentares, especialmente do PTB, foram cassados.

Pressionado pelos militares radicais, o presidente Castelo Branco decretou a extinção dos partidos vigentes. O motivo principal para a crise que levou à extinção dos partidos foi o resultado das eleições para o governo de alguns estados, em 1965.

Entretanto, como o propósito não era a instalação de uma ditadura total, mas um arremedo de democracia, ou uma “democracia restringida” (Fausto, 2002:259), manteve-se o funcionamento do poder Legislativo. A nova legislação decretada visava criar uma estrutura partidária simplificada, com dois ou no

máximo três partidos. Desta forma, ficaria mais fácil lidar com o Congresso. O principal objetivo, além da destruição das antigas identidades partidárias, seria manter um forte partido ligado ao governo, comprometido com o movimento de 1964. Na verdade, foram montados apenas dois partidos: ARENA (Aliança Renovadora Nacional), agrupando os partidários do governo, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), representando a oposição. A maior parte dos políticos filiados à Arena tinham pertencido à UDN e ao PSD, enquanto que o MDB foi formado por políticos do antigo PTB e também do PSD.

No Rio Grande do Sul, a nova legislação partidária veio reforçar a tradição do bipartidarismo.

Segundo Hégio Trindade,

“A longa tradição polarizada que, durante o período 1945/1964, transformara-se na confrontação PTB/anti-PTB, permitiu que as novas siglas – ARENA e MDB – se acomodassem com menos artificialismo que nos outros estados” (Trindade, 1991:82).

No auge do regime militar a Arena consegue dominar eleitoralmente o estado, especialmente, porque os governadores eram nomeados, escolhidos pelo governo central. Na eleição indireta para governador, em 1966, Ildo Meneghetti e a Arena indicaram o coronel da brigada Walter Peracchi para governador. Posteriormente, já no governo Médici, Euclides Triches é nomeado.

O recrudescimento da repressão do regime coincidiu com dois momentos de grande euforia no país: a conquista do tricampeonato de futebol no México e o início de um curto período de crescimento econômico, denominado “o milagre brasileiro”.

A economia gaúcha participou ativamente desta fase de euforia, através da expansão da soja, que se tornou não apenas o principal produto do estado como um dos principais itens de exportação do país.

Em 1974, contra a vontade das principais lideranças da Arena, que preferiam o Senador Tarso Dutra, meses antes das eleições parlamentares, o presidente Geisel indicou o deputado federal Synval Guazelli para governar o Rio Grande do Sul. Com 50% dos votos, o MDB gaúcho elegeu 33 deputados estaduais em 1974, formando ampla maioria numa assembléia de 56 cadeiras. Guazelli com minoria parlamentar e com uma Arena pouco confiável, estabeleceu uma espécie de co-governo com a maioria oposicionista.

E, por fim, sucedendo Guazelli é indicado Amaral de Souza (1979-1983), o último dos governadores gaúchos do regime militar.

Nesse período começa-se a delinear um novo quadro político no país. O crescimento da oposição desde às eleições de 1974, também contribuíram para intensificar o processo de liberalização do regime e a reorganização da sociedade.

Segundo B. Fausto,

“Na prática, liberalização do regime, chamada a principio de distensão, seguiu um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos. Isso se deveu a vários fatores. De um lado, Geisel sofria pressões da linha dura, que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinição democrática conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha dura se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo” (Fausto: 2002:270-271).

No Rio Grande do Sul, em 1979 iniciaram-se várias greves, como a dos metalúrgicos, o que marcou a ressurreição do movimento sindical gaúcho, além das greves dos operários da construção civil, dos bancários e dos professores. Todas elas se caracterizaram pela longa duração e alto grau de mobilização.

As greves tinham um conjunto bastante variado de reivindicações, entre as quais: aumento de salário, garantia de emprego, melhores condições de trabalho, liberdades democráticas, etc.

Nesse contexto, os partidos passaram a ganhar importância, e nesse mesmo ano o governo muda novamente as regras eleitorais decretando a extinção dos dois partidos (Arena e MDB), instituindo um novo sistema partidário.

No Rio Grande do Sul, a Arena agora transformada em PDS (Partido Democrático Social), deu continuidade à aliança das históricas forças anti-getulistas (PSD-PL-UDN) que haviam apoiado a ditadura, permanecendo ideologicamente um partido conservador, de direita. O MDB, por sua vez, rebatizado de PMDB, ainda representante da oposição, convive agora com o novo PTB, o PDT, o PT e ainda o PC e o PCdoB.

Na prática, como sabemos, o objetivo do governo com a nova legislação era fragmentar a oposição a fim de impedir a formação de partidos de esquerda fortes.

Durante a ditadura militar o Legislativo Rio-grandense permaneceu como um espaço para a expressão da oposição e canalização dos conflitos políticos (Marenco, 1995). Isto também pode ser exemplificado em um dos episódios marcantes da Assembléia do estado, quando, em 1979, o MDB gaúcho ousou

promover um encontro no plenário para homenagear os cassados pelo regime militar.

Em uma outra situação, ainda neste mesmo ano, o prefeito da cidade de Cruz Alta foi mais longe. Através de um decreto municipal readmitiu todos os funcionários cassados pelo regime.

1.7. O Rio Grande do Sul: da transição democrática aos anos 90

Em linhas gerais, podemos dizer que, entre 1982 e 1985, o governo militar desintegrou-se em consequência do aprofundamento da crise econômica e da incompatibilidade desta com o processo de ampliação da abertura política (Mainwaring, 1999).

No Rio Grande do Sul, vinte anos após as últimas eleições diretas para governador, os eleitores gaúchos elegem, em 1982, Jair Soares (PDS).

Eleitoralmente, o Rio Grande do Sul vive nesse período uma curta fase de “tripartidarismo” (Trindade, 1991), ou seja, com a reorganização partidária, a oposição se divide em vários partidos. Os partidos eleitoralmente fortes nesse período eram PDS, PMDB e o PDT, este liderado por Leonel Brizola, o qual busca com a nova sigla, resgatar a tradição trabalhista que, particularmente no Rio Grande do Sul sempre foi muito forte, através do antigo PTB.

A reorganização partidária que possibilitou a criação de novos partidos, foi, como sabemos, e conforme já mencionado neste capítulo, uma estratégia do governo militar para enfraquecer a oposição que estava em ascensão.

Em certa medida, o governo saiu vitorioso, ainda que por pouco tempo, pois a oposição agora estava mais preocupada com suas diferenças ideológicas e disputas pela liderança do que atacar um regime já falido.

Nesse sentido, a vitória de um candidato do PDS, no Rio Grande do Sul, expõe claramente essas questões. Este, durante seu governo, enfrenta intensos movimentos de protestos, principalmente de agricultores, pois a produção agrícola do estado entra em crise novamente. Os protestos, porém, não se limitavam a reivindicações econômicas, mas pediam também, como de resto da sociedade brasileira, eleições diretas para presidente. Dessa forma, durante o ano de 1984, todo o país mobilizou-se, exigindo eleições diretas para presidente da República.

No Rio Grande do Sul, a campanha das “diretas já” serviu para ampliar a força eleitoral da oposição ao regime militar para a sucessão ao Piratini, em 1986.

Em janeiro de 1985, ainda através do Colégio Eleitoral, Tancredo Neves é eleito para presidente e José Sarney para seu vice. Tancredo deveria tomar posse no dia 15 de março, mas adoeceu e morreu sem assumir a presidência. Em seu lugar assumiu Sarney.

Uma das primeiras medidas da Nova República foi a Emenda Constitucional aprovada em maio de 1985, reformulando novamente o sistema eleitoral.

A nova legislação estabeleceu entre outras medidas a eleição para a Assembléia Nacional Constituinte, que foi marcada para novembro de 1986.

Nessa data haveria eleições para o governo dos estados e para o Congresso que seria encarregado de elaborar a nova constituição. E ainda restabeleceu as eleições diretas para a Presidência da República.

Os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte tiveram início em fevereiro de 1986. Nesse mesmo mês Sarney anuncia ao país o Plano Cruzado por uma rede de radio e televisão. Como sabemos, a alegria do povo durou pouco e o plano logo começou a fracassar. Mesmo assim, as eleições de 1986 mostraram que o PMDB e o governo ainda possuíam prestígio, apesar do Plano já dar sinais de ter fracassado, pois o PMDB elegeu governadores em praticamente todos os estados, à exceção de Sergipe, além de conquistar a maioria da Câmara e do Senado.

No Rio Grande do Sul, Pedro Simon (PMDB) assume o governo em um momento em que a crise econômica do estado ameaçava inclusive o Barrisul. Simon, foi o primeiro governador a se deparar com o problema do déficit financeiro. Seu governo foi marcado por medidas drásticas de contenção de despesas, a fim de poder controlar o orçamento do estado. Medidas estas que afetaram diretamente os funcionários públicos que passaram a ter o pagamento dos seus salários parcelados. No geral, soube aproveitar algumas oportunidades propiciadas por determinadas medidas do governo federal, quanto a rolagem da dívida. Entretanto, não conseguiu atender as necessidades de investimento e de infra-estrutura reprimidas por duas décadas no estado.

Desde o início do seu governo fez questão de deixar claro, que recebia uma pesada e onerosa herança dos governadores do período militar.

No plano nacional, após as eleições de 1986, começa a ficar claro para o povo brasileiro que o Plano Cruzado foi usado pelo governo para ser vitorioso nas eleições.

Os aumentos de preços retornaram e a inflação disparou novamente. A decepção e a desconfiança do povo brasileiro quanto aos rumos da economia ganham espaço. Parecia restar agora a esperança na Constituinte e na futura Constituição.

Podemos dizer que o processo de transição democrática, no plano político, completou-se com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, com a promulgação da nova Constituição em 1988 e, finalmente, com a realização das eleições diretas para presidente da república, em 1989.

A respeito desse processo, B. Fausto faz uma pertinente reflexão. Para o historiador,

“A transição brasileira teve a vantagem de não provocar grandes abalos sociais. Mas leva também a desvantagem de não colocar em questão problemas que iam muito além da garantia de direitos políticos à população (...).

O fato de que tenha havido um aparente acordo geral pela democracia, por parte de quase todos os atores políticos, facilitou a continuidade de práticas contrárias a uma verdadeira democracia.

Desse modo, o fim do autoritarismo levou o país mais a uma “situação democrática” do que a um regime democrático consolidado. A consolidação foi uma das tarefas centrais do governo e da sociedade nos anos posteriores a 1988” (Fausto, 2002:290).

A década de 90, de modo geral, se caracterizou pelos efeitos ainda da transição democrática e da nova ordem constitucional que a partir de então implementou uma política de descentralização que teria um forte impacto sobre

as finanças dos estados. Pode-se dizer que a partir daí as relações entre os estados e a União mudam radicalmente, tornando-se, em grande parte, conflituosas, o que colocou mais uma vez em evidência as questões federativas. E nesse contexto o Rio Grande do Sul é novamente um dos principais estados a colocar em questão vários aspectos do pacto federativo. Nesse sentido, ao examinarmos a história política do Rio Grande do Sul também podemos constatar que as relações entre este estado e a União sempre foram marcadas por uma certa tensão. Sua história demonstra que as elites políticas do Rio Grande do Sul sempre estiveram prontas a reagir contra o poder central nas ocasiões em que este se colocava contra os seus interesses. Interesses, porém, sempre apresentados como sendo os interesses públicos, ou seja, os interesses da sociedade gaúcha. E isso somente foi possível através da construção de um discurso que fosse capaz de responder não apenas às demandas da sociedade gaúcha, mas que se inserisse no conjunto das significações dessa sociedade.

2. As representações e os imaginários sociais

Até aqui examinamos como determinados eventos, práticas sociais e interações historicamente situadas, constituíram o Rio Grande do Sul. Porém, a apropriação dessa história pelos sujeitos sociais, através da qual se auto-representam, e na qual se relacionam com a alteridade, somente é possível pela construção e circulação de um sistema simbólico. Neste sentido, as representações sociais são fenômenos simbólicos e cada sociedade constrói e seleciona os símbolos coletivos, os quais constituem o seu imaginário.

A esse respeito, Pêcheux considera que

“um discurso só tem sentido para um sujeito quando ele o reconhece como pertencente a determinada formação discursiva, na qual estão investidas uma série de formações imaginárias, que designam o lugar que os sujeitos se atribuem mutuamente” (Pêcheux, 1969:18).

Por conseguinte, os símbolos coletivos, tais como língua, imagens, valores, rituais, etc, possibilitam que os sujeitos se reconheçam como membros de uma comunidade de sentido. Porém, pertencer a uma comunidade de sentidos não significa que seu sistema simbólico seja estático, pois a sociedade não é uma totalidade fechada, ou seja, os sentidos nela constituídos são sempre precários e sujeitos a serem deslocados e redefinidos.

Desse modo, consideramos significativo o papel das representações e imaginários da sociedade gaúcha na construção de um discurso do Rio Grande do Sul, sobre o Rio Grande do Sul. Mas, principalmente a forma como se dá ainda a sua circulação e a sua apropriação.

Dentre as muitas formas que possibilitam a circulação das representações e imaginários em uma sociedade, encontra-se a literatura. Apenas como uma breve referência, podemos definir a literatura ou o discurso literário de modo geral, como uma prática social institucionalizada e historicamente variável, de representação do real e do imaginário, podendo na verdade tanto representar a realidade quanto criá-la, transformá-la, ou, ainda, subvertê-la.

3. O discurso literário

O discurso literário é um discurso que carrega uma multiplicidade de códigos metafóricos, míticos, culturais e ideológicos. Para Althusser e Macherey, a obra literária possui relação com a realidade histórica pois está situada num contexto social e ideológico específicos. Sobre essa mesma questão, Macherey ainda é mais específico:

“Embora a literatura seja incapaz de transmitir conhecimento no sentido Althusseriano de conhecimento científico, ela proporciona uma percepção particularmente aguda da experiência vivida, o que não é a mesma coisa que ideologia, embora seja por ela estruturada” (Macherey, In: Burniston e Weedon, 1983:265).

Considerando esta relação, encontramos, especialmente na década de 1920, uma série de textos literários que procuravam explicar as características subjetivas, os códigos culturais do gaúcho como produto das condições geográficas e político-históricas.

De modo geral, em todo o país, nesse período, havia uma discussão entre a intelectualidade brasileira, a respeito da nacionalidade e da construção de identidades. Nesse sentido, alguns movimentos literários como o Modernismo e o Regionalismo contribuíram para esse processo.

Na verdade, o Modernismo incrementou o Regionalismo, na medida em que o Movimento Modernista que ficou marcado pela Semana de Arte Moderna ocorrida em São Paulo, era percebido pelas elites regionais como sendo uma tentativa paulista de generalizar padrões culturais, urbanos e estrangeiros para todo o país, garantindo também, dessa forma, sua hegemonia cultural¹⁴.

¹⁴ Nesse sentido, cabe lembrar que em 1924, um grupo de intelectuais e líderes políticos encabeçados por Gilberto Freyre, Odilon Nestor, Amaury Medeiros, Alfredo Freyre, entre outros, fundou, no Recife, o Centro Regionalista do Nordeste, com o objetivo de promover o sentimento de unidade do nordeste e de trabalhar em prol dos interesses da região em seus diversos aspectos econômicos, culturais e sociais. O regionalismo e o tradicionalismo, como foi denominado por Freyre, em seu Manifesto Regionalista, visava, pois, dar ao nordeste uma identidade, torná-lo mais do que um simples recorte político ou geográfico, na sua concepção. A idéia era, pois, dotá-lo de uma memória, de uma história e de um conteúdo cultural, definindo um modo de ser e uma estética, ou seja, uma identidade. Desse modo, através de uma série de textos políticos, jornalísticos, literários, sociológicos, históricos, artísticos, etc, a partir dos anos 20 do século passado, começou-se a tentativa de construir uma "identidade nordestina". O nordestino passa a ser descrito, tendo como base um conjunto de imagens e caracteres que são definidores do "sertanejo".

Porém, como sabemos, a identidade regional nordestina, ao contrário de outras, nem sempre existiu, isto é, ela surgiu histórica e oficialmente há menos de um século, pois a própria região nordeste, da qual o habitante e sujeito faz parte, só surgiu na geografia e na cultura brasileira na primeira metade do século XX. Antes, a divisão regional do Brasil se resumia às regiões norte e sul. De qualquer modo, o movimento contribuiu para que as elites políticas dessa região, em processo de decadência econômica, se articulassem politicamente e passassem a agir de forma integrada, especialmente no Congresso Nacional.

No plano econômico do país, é o momento em que várias parcelas das elites regionais começam a perder espaço político, devido ao declínio das atividades econômicas às quais estavam vinculadas: no norte, a economia açucareira, no sul a cafeeira.

No plano político, é o momento em que ocorre a cisão da aliança café-com-leite e o enfraquecimento das oligarquias.

No Rio Grande do Sul já estão estabelecidas as bases do modelo Rio-grandense de capitalismo periférico e dependente. Internamente, é o momento em que as novas forças políticas e econômicas se encontram em ascensão no estado. Há um clima de confiança e otimismo, no sentido de que em breve o Rio Grande assumiria o seu lugar no cenário nacional, o lugar que suas elites julgavam merecer.

Em seu estudo sobre Modernismo e Regionalismo no Rio Grande do Sul, L. Leite (1978) revela o compromisso dos novos escritores na década de vinte¹⁵ com a ideologia dominante, identificável na semelhança de linguagem e de interesses, pois não apenas a maior parte desses escritores eram filhos de fazendeiros, como mantinham uma estreita convivência com os novos políticos, como Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas.

A autora observa que a maior parte desses textos, como contos, poesias, etc, veiculavam uma mensagem padrão: o “mito do gaúcho herói”. Dessa forma, propagandeavam os valores e os símbolos gaúchos que auxiliavam na luta pela

¹⁵ São eles: Simões Lopes Neto, Alcides Maya, Clemenciano Barnasque, Roque Callage, Vieira Pires, João Maya.

projeção política e econômica do Rio Grande do Sul. Essa retórica de exaltação da terra e do povo gaúcho seria então amplamente utilizada pela propaganda da Aliança Liberal, antes e depois da revolução de 1930.

Segundo Leite:

“os intelectuais da velha e da nova geração vão se unir pela crença no ressurgimento do “centauro”. É o momento em que o mito toma conta dos discursos, tanto de políticos quanto de literatos, os quais passam a crer que a ressurreição se deu em prol da Riograndização do Brasil, e, conseqüentemente, do saneamento moral da pátria, pela ação saudável do gaúcho” (Leite, 1978:164).

Politicamente, portanto, é o momento em que o Rio Grande do Sul ingressa na política nacional e a evocação do seu passado heróico, como a Revolução Farroupilha, as batalhas travadas na Guerra do Paraguai e as Revoluções de 1893 e 1923, fornecem o argumento que reforça a autoridade das elites políticas do Rio Grande do Sul, nesse momento de “saneamento moral do Brasil”¹⁶.

Como é possível perceber, estamos aqui frente a um momento de tentativa de construção de uma identidade gaúcha e do seu uso político-ideológico, mais precisamente frente a uma articulação hegemônica.

¹⁶ Como sabemos, há vários discursos pronunciados por Getúlio Vargas, à época da Revolução de 30 que enfatizam o papel do Rio Grande do Sul na regeneração nacional, referindo-se sobretudo à corrupção e às fraudes eleitorais promovidas pela Aliança café-com-leite. E também após a revolução, Getúlio, em seu primeiro discurso, pronuncia uma de suas frases que se tornaria praticamente um slogan: “O Rio Grande de pé pelo Brasil”.

Conforme Laclau (1985), somente a presença de uma vasta área de elementos flutuantes e a possibilidade de sua articulação a campos opostos, que implica uma constante redefinição desses últimos, é que constituem o terreno que nos permite definir uma prática como hegemônica. Sem equivalência e sem fronteiras é impossível falar estritamente de hegemonia. A hegemonia se dá no campo da ideologia, ou seja, no campo da luta política, onde cada grupo tenta impor um fechamento, uma sutura final à sociedade.

Em suma, o discurso hegemônico é aquele que consegue constituir uma cadeia de equivalência e articular todas as diferenças de tal forma que elas diminuam seus significados particulares, onde o interesse ou a visão de um grupo aparece no discurso como sendo do conjunto da sociedade.

4. O discurso da mídia

Inegavelmente, a mídia nas últimas décadas vem adquirindo cada vez mais importância no cotidiano das sociedades contemporâneas, não apenas por ser a fonte de informação sobre os acontecimentos diários, facilitado pelo avanço cada vez maior das tecnologias de comunicação, mas principalmente

por introduzir transformações substantivas nas formas de produzir sentido e nas formas como as pessoas se posicionam sobre os acontecimentos e sobre os temas por ela abordados. A mídia produz seu próprio discurso, mas também por seu intermédio faz com que outros discursos nela circulem.

Nesse sentido, ela não apenas faz circular os repertórios que existem na sociedade, como também os recria, os ressignifica e os enquadra, atualizando os signos do passado, da memória do acontecimento e do esquecimento, através dos quais os sujeitos se reconhecem.

Isso é claramente observável por ocasião das comemorações de datas e de personagens históricos, que são constituídos como objetos discursivos. É o caso, por exemplo, do Rio Grande do Sul quando das comemorações da Revolução Farroupilha. A eficácia simbólica das mensagens comerciais, reportagens, programas de entrevista, e especialmente das imagens do desfile transmitido pela TV, reatualizam o passado e torna o presente inteligível, ao exaltar também os valores da terra e do povo gaúcho.

Contudo, cabe lembrar que o discurso da mídia faz circular os sentidos que interessam às instâncias hegemônicas correspondentes a cada época.

Nesse sentido, a mídia também é uma das instituições responsáveis pela construção e circulação de discursos “de verdade”. Verdade aqui empregada no sentido formulado por Foucault,

“A verdade não existe fora do poder ou sem poder (...). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a

múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade;" (Foucault, 2003:12).

Nesse aspecto a mídia aproxima-se muito do discurso científico e do discurso político, o qual nos interessa particularmente neste trabalho.

5. O discurso político

De modo geral, podemos dizer que o discurso político está intimamente relacionado com as formas de construção de sentido, anteriormente mencionados. Na verdade, o discurso político envolve todos os tipos de discursos produzidos na sociedade. Ele provém de uma formação discursiva que atribui posições não somente aos locutores autorizados, mas a todos os enunciadorees, inclusive àqueles pertencentes a outras formações (Corten, 1999). Porém, ele possui a sua especificidade e aqui cabe justamente, situá-la.

O discurso político é aquele que é produzido, enunciado nos locais das atividades políticas, onde se dá a representação do político. Por representação do político entendemos a cena das forças políticas construídas pelo próprio

discurso, o que supõe uma determinada configuração de poder (Corten, 1999). Portanto, seu local de enunciação é o da luta política. A luta política é o jogo da construção do antagonismo, em que cada discurso procura construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo. Em uma perspectiva Schmittiana, a distinção entre amigo e inimigo constitui justamente a essência do político (Schmitt, 1972). Mas, o discurso político somente constrói a sua verdade a partir da desconstrução da verdade do outro. Ele se caracteriza principalmente pela polemica e pela persuasão.

Nessa perspectiva, identificamos o governo enquanto instituição (Estado), as Assembléias Legislativas, o Congresso e os partidos políticos como alguns dos espaços de enunciação específicos do discurso político.

No âmbito das análises e dos objetivos deste trabalho, consideramos o Congresso Nacional o órgão de representação nacional, como o espaço de maior visibilidade das relações de força existentes na sociedade brasileira, ao menos, em tese, sejam elas entre regiões, classes, partidos, poderes, ou mesmo entre os próprios parlamentares.

Nesse espaço o(s) discurso(s) político(s) lutam pelo poder de fixação dos sentidos buscando interpelar o maior número possível de sujeitos.

Em relação à bancada gaúcha procuraremos demonstrar fundamentalmente que o discurso político dos partidos que a compõem expressam claramente a presença de um discurso do Rio Grande do Sul sobre o Rio Grande do Sul, sobretudo nos pronunciamentos de seus parlamentares. Antes, porém, se faz necessário conhecer esta bancada, identificando seu perfil

e atuação, levando em conta o contexto das eleições de 1994, conforme veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

O PERFIL DA BANCADA GAÚCHA NA 50ª. LEGISLATURA DO CONGRESSO NACIONAL (1995–1999)

Este capítulo tem por objetivo examinar, a partir do panorama político estabelecido pelas eleições de 1994, o perfil da bancada gaúcha no Congresso Nacional.

Serão levados em consideração os seguintes elementos: a origem profissional dos parlamentares; suas atividades anteriores, a entrada no meio político, a existência ou não de experiência política, e o número de mandatos exercidos no Legislativo Federal.

Em seu discurso ao Senado em 1994, antes de sua posse, o então presidente eleito neste mesmo ano, Fernando Henrique Cardoso, considerou que as eleições de outubro de 1994 haviam colocado, a seu ver, um ponto final na transição. Isto é, depois de dezesseis anos de marchas e contra-marchas, a

abertura lenta e gradual iniciada no governo Geisel poderia ter finalmente chegado ao porto seguro de uma democracia consolidada¹⁷.

De fato, pela magnitude, forma organizativa e complexidades político-partidárias em jogo, tudo transcorreu dentro da normalidade e do respeito às regras do jogo democrático.

Nas eleições de 1994 estiveram em disputa a Presidência da República, os governos estaduais, dois terços do Senado, as quinhentas e treze cadeiras na Câmara Federal e ainda as mil e quarenta e nove das Assembléias Legislativas.

Apesar da grave e recorrente crise econômica vivida pelo país, desde a década passada e do descrédito aos políticos, em geral, que já vinham com suas imagens desgastadas nos últimos anos, devido aos escândalos de corrupção, as eleições de 1994 constituíram-se em um marco importante e extremamente significativo na história política brasileira para o amadurecimento da democracia por introduzir novos alinhamentos políticos ideológicos que tiveram seus desdobramentos ao longo da década de noventa; não apenas sobre o sistema partidário em si, com a consolidação de um multipartidarismo, mas também sobre as futuras relações entre Executivo e Legislativo.

No entender de Leôncio M. Rodrigues:

“As eleições de 94, apesar de algumas mudanças significativas na relação de forças entre os partidos, reproduziram o perfil partidário fragmentado.

Desse modo, colocaram o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) diante de uma situação equivalente a dos anteriores

¹⁷ Fernando Henrique Cardoso, discurso ao Senado, 14/12/1994.

presidentes civis. Em outras palavras: a existência de um multipartidarismo em que nenhum partido tem força para governar sozinho impõe um estilo de governo muito diverso daquele que se origina da existência de um partido majoritário ou de uma maioria constituída facilmente a partir da coalizão de dois partidos” (Rodrigues, 1995:79).

A referida fragmentação, nestas eleições, decorreu basicamente do aumento do número de partidos médios, em torno de seis: PDT, PP, PTB, PSDB, PPR e PT¹⁸, e do declínio de dois grandes partidos: PMDB e PFL.

Na verdade, essa fragmentação partidária teve início ainda na Assembléia Nacional Constituinte. Muitos partidos surgiram neste período, mas, pouco tempo depois, desapareceram por não exercerem influência ou representatividade na política brasileira. Além disso, cabe lembrar também que houve inúmeras migrações e fusões partidárias.

Segundo Jairo Nicolau (1996), dos sessenta e oito partidos que concorreram a alguma eleição entre 1982 e 1994, restam no final de 1995, apenas vinte e três com registro definitivo.

Vejamos, então, os partidos e o número de cadeiras obtidas na Câmara Federal nas eleições de 1994, conforme o quadro a seguir:

Tabela 1: Eleições de 1994 - Câmara Federal

Partidos	Número de Cadeiras	Percentual do eleitorado (%)
PMDB	107	20,9
PFL	89	17,3
PSDB	62	12,1

¹⁸ De acordo com Leôncio M. Rodrigues, dentro da realidade brasileira, podemos considerar partidos de tamanho médio os que têm de trinta e um a oitenta deputados (aproximadamente entre 6% e 15% da Câmara Federal) (Rodrigues, Leôncio M. Novos Estudos do CEBRAP, nº 41,1995).

PPR	52	10,1
PT	49	9,6
PP	37	7,2
PDT	34	6,6
PTB	31	6,1
PSB	14	2,7
PL	13	2,5
PC do B	10	1,9
PMN	04	0,8
PSC	03	0,6
PSD	03	0,6
PCB (PPS)	02	0,4
PRP	01	0,2
PV	01	0,2
TOTAL	513	100,0

Fonte: Leôncio M. Rodrigues, 1995.

Vejamos agora, mais detalhadamente a situação de cada partido.

Nas eleições para a Câmara Federal, o PMDB se impõe como o partido de maior bancada, obtendo cento e sete cadeiras, seguido pelo PFL que obteve oitenta e nove cadeiras.

Foi a terceira eleição consecutiva em que o PFL obteve a posição de segunda maior bancada.

O PSDB, no saldo geral, foi o partido que saiu mais fortalecido, em razão de seu crescimento, que passou da sexta para a terceira maior bancada neste pleito.

Já o PPR, apesar de ocupar a posição de quarta maior bancada na Câmara, no geral teve seu peso enfraquecido.

O PT, na quinta posição, conseguiu nestas eleições obter um crescimento favorável. O recém criado PP (Partido do Povo), também obteve um pequeno crescimento.

No plano geral, para o PDT e o PTB os resultados de 1994 não foram muito positivos.

Na verdade, o quadro político que emerge do resultado geral das eleições de 1994 para Câmara, apontava para novos e importantes realinhamentos. Isto é, um enfraquecimento da representação dos partidos de direita, especialmente em razão da perda de quase um quarto de sua força na Câmara e, sobretudo, pelo crescimento dos partidos de centro que aumentaram em quase um terço a sua representação na Câmara, devido, principalmente, ao aumento da bancada do PSDB em quase dois terços. A esquerda, por sua vez, obteve um pequeno, porém importante crescimento, passando de 20,1% para 22,4% da sua representação¹⁹ (Fernandes, 1995).

¹⁹ As noções de direita e esquerda, segundo Bobbio (1995), ainda hoje são pertinentes. Termos antagônicos, direita e esquerda, freqüentemente são empregados para designar o contraste entre ideologias. Porém, direita e esquerda significam muito mais. (...) “indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas, cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de idéias, mas também de interesses e de valorações...” (Bobbio, 1995:33).

Além disso, é bom lembrar ainda, segundo Bobbio, que em universos políticos mais complexos e de pluralismo partidário é comum haver um espaço intermediário que geralmente se auto define como nem de direita nem de esquerda, mas que está entre uma e outra. Ora se contrapondo, ora se sobrepondo, formando possíveis outras formas de combinações, como: centro, centro-esquerda, centro-direita, etc.

De acordo com outros autores como Castañeda (1994), por exemplo, em seu estudo baseado na evolução política da América Latina ao longo do século XX, os partidos de esquerda defendem, ou pelo menos têm como proposta, a transformação da ordem social, a defesa de políticas democráticas, a valorização dos direitos humanos, assim como a preservação da identidade e soberania nacionais. Enquanto que os partidos de direita se caracterizam pela defesa da continuidade e preservação da ordem existente. Nos anos 90, observou-se, de modo geral nos partidos de direita, no Brasil, uma tendência no mercado favorável ao capital estrangeiro e de alinhamento neoliberal de reforma e enxugamento do Estado. Já os partidos ou grupos que se caracterizam por uma posição de centro tendem a reconhecer os problemas e as desigualdades na sociedade, porém as soluções propostas não visam uma alteração estrutural, não atingindo, dessa forma, a origem, a causa de tais problemas.

No Brasil, a forma de classificação mais adotada pelos pesquisadores é a que enquadra como:

Para o Senado, nas eleições de 1994, temos a seguinte distribuição, conforme a tabela a seguir:

Tabela 2: Eleições de 1994 – Senado da República

Partidos	Número de Cadeiras	Percentual do eleitorado (%)
PMDB	22	27,2
PFL	18	22,2
PSDB	11	13,6
PPR	06	7,4
PDT	06	7,4
PT	05	6,2
PP	05	6,2
PTB	05	6,2
PSB	01	1,2
PPS	01	1,2
PL	01	1,2

Fonte: Nicolau (1996)

No Senado, o resultado reproduz, ao menos em parte, o resultado da Câmara, colocando o PMDB e o PFL como primeira e segunda maior bancada respectivamente. Os resultados mostram ainda, assim como na Câmara, o crescimento e fortalecimento do centro e o enfraquecimento dos partidos de direita. À diferença da Câmara, no Senado houve um crescimento mais expressivo

Direita: PDS, PPR, PPB, PFL, PTB, PRN, PL, PDC, PSC, PRS, PTR, PP, PST, PMN, PSP, PRP, PRONA e PSL;

Centro: PMDB e PSDB;

Esquerda: PT, PDT, PSB, PCB, PPS, PC do B, PV e PSTU.

Entretanto, podemos encontrar algumas divergências em relação a essa classificação. Para Maria Dalva Kinzo, por exemplo, o PT seria o único partido realmente de esquerda, o PMDB e o PTB ocupariam o centro e a posição de centro-direita caberia ao PL, ao PDC, ao PFL e ao PDS (Kinzo, 1993).

da esquerda, que aumentou em quase 45% a sua representação, especialmente pelo fato do PT ter conseguido eleger cinco senadores (Fernandes, 1995).

Cabe ressaltar que os partidos que obtiveram maior número de cadeiras no Senado e na Câmara, também obtiveram os melhores resultados nos estados, conforme podemos verificar no quadro abaixo:

Tabela 3: Eleições de 1994 – Governo dos estados

Partido	Estados	Total
PMDB	AL, RO, RS, SC, GO, PB, PI, RN, MS	09
PSDB	SP, MG, RJ, CE, PA, SE	06
PPR	AM, TO, AC	03
PFL	BA, MA	02
PDT	PR, MT	02
PSB	PE, AL	02
PT	ES, DF	02
PTB	RR	01

Fonte: Leôncio Rodrigues, 1995

Esse quadro de resultados significou, não apenas uma boa maioria no Congresso Nacional para a coligação partidária vitoriosa de centro-direita formada em torno de Fernando Henrique Cardoso, mas garantiu também importantes aliados como os governadores eleitos nos principais estados.

Fernando Henrique Cardoso exerceu influência decisiva sobre os governadores aliados, pois grande parte dos governadores eleitos assumiram estados falidos, fazendo com que dependessem dos recursos federais, e por essa razão apoiaram inúmeras medidas por ele lançadas. Tal apoio, por sua vez, também permitia a implementação, sobretudo, da agenda econômico-administrativa do governo federal.

No Brasil, como sabemos, os governadores foram atores políticos muito atuantes no cenário nacional entre 1988 e 1994, tendo eles se fortalecido ao longo do processo de redemocratização²⁰.

Vale lembrar que o federalismo brasileiro caracteriza-se, entre outras coisas, por propiciar uma grande autonomia aos estados. Mesmo com a retomada das “rédeas” pelo poder central no período de 1994 a 1998, Fernando Henrique Cardoso tinha de conversar e negociar com os governadores sobre inúmeras questões de ordem federativa²¹.

De fato, a forma de organização federativa brasileira sempre exerceu influência sobre a dinâmica das relações entre os estados e o poder central, bem como sobre a organização partidária, pois muitas das decisões partidárias mais importantes são tomadas na esfera estadual. A presença das forças regionais e estaduais interfere na composição das forças políticas em nível nacional, haja vista, que são os estados que formam os colégios eleitorais que compõem a arena onde ocorrem as disputas pelas cadeiras no Congresso Nacional.

²⁰ Segundo Abrúcio, o poder dos governadores teve origem na redemocratização, quando na existência de um momento de crise em que viviam o Estado Nacional e a Presidência da República, os governadores foram beneficiados na constituição de uma ordem favorável aos estados, mantendo veto às propostas apresentadas pelos presidentes Sarney, Collor e Itamar. A exceção teria sido com este último, quando o então Ministro da Fazenda FHC obteve a primeira grande vitória fiscal da União desde 1988, com a Emenda Constitucional de 1994, na qual foi aprovado o Fundo Social de Emergência que retinha parte dos recursos que eram comumente repartidos às unidades sub-nacionais.

Tal poder também foi possível graças à forte influência exercida sobre os parlamentares federais. Desta forma, os governadores conseguiram contrapor-se a qualquer iniciativa presidencial que visasse alterar a ordem federativa vigente, a qual era favorável às unidades estaduais.

Fernando Henrique Cardoso, ao assumir a Presidência em 1995, o faz em condições mais favoráveis para negociar com os governadores as reformas necessárias para tentar construir um novo modelo de Federação (Abrúcio, 1998).

²¹ Segundo Abrúcio, “a votação da reforma administrativa ou da reeleição constituem alguns dos casos mais notórios nos quais os governadores foram chamados a Brasília para ajudar o Executivo Federal a convencer os deputados a apoiar tais medidas” (Abrúcio, 1998:222).

1. A Bancada Gaúcha

A bancada do Rio Grande do Sul eleita para a 50ª legislatura (1995 – 1999), é constituída por trinta e um deputados e três senadores²², pertencentes aos seguintes partidos: PMDB, PFL, PDT, PPR²³/PPB, PTB, PSDB E PT, os quais formaram a seguinte composição na Câmara de Deputados, conforme o quadro abaixo:

Tabela 4: Bancada Gaúcha – Deputados eleitos pelo RS – Eleições 1994

Partido	Número de Cadeiras
PMDB	08
PT	07
PPR/PPB	06
PDT	05
PTB	02
PSDB	02
PFL	01

²² Em 1990, foi eleito para o Senado Pedro Simon, do PMDB, o qual, portanto, no período delimitado para este estudo, mantinha seu mandato de senador.

²³ O PPR originou-se da fusão entre o PDS e o PDC em 1993 e fundiu-se com o PP em 1995, passando a se chamar Partido Progressista Brasileiro (PPB) (Nicolau, J. (org), 1998:247).

TOTAL	31
--------------	-----------

Fonte: NUPERGS / IFCH / UFRGS

E para o Senado foram eleitos os seguintes senadores pelo Rio Grande do Sul²⁴:

Tabela 5: Bancada Gaúcha - Senadores eleitos pelo Rio Grande do Sul - Eleições de 1994

Ano	Senador	Partido	Votos
1994	José Fogaça	PMDB	1.624.782
1994	Emília Fernandes	PTB	1.164.989

Fonte: NUPERGS/IFCH/UFRGS

No Rio Grande do Sul também foi seguida uma tendência de composição de alianças, no pleito de 1994, para as eleições ao governo do estado, Assembléia Legislativa e Câmara Federal, semelhante às adotadas em outros estados, tendência esta surgida a partir de 1994, quando, segundo Roma e Braga:

“a consciência das eleições estaduais e nacionais teve como efeito o direcionamento das ações das lideranças estaduais no sentido de se adequar ao padrão nacional de adotar uma

²⁴ Para o Senado, como sabemos, segundo as regras eleitorais, este é composto por três representantes de cada unidade da Federação, com mandato de oito anos. A renovação é feita, alternadamente (na proporção 1/3 e 2/3), a cada quatro anos. Desse modo, em um pleito é eleito um senador por unidade da Federação e no pleito seguinte são eleitos dois. Assim, nas eleições de 1990, foi eleito um senador por unidade da Federação, enquanto que nas eleições de 1998 foram eleitos dois (Nicolau, 1998:87).

As funções do Congresso, Câmara e Senado não são idênticas e encontram-se especificadas na Constituição Federal, assim como respectivamente nos regimentos internos do Congresso, Câmara e Senado. Os referidos dispositivos estabelecem as atribuições e os limites de atuação dos deputados e senadores, sendo, por exemplo, seu dever comparecer às sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, sessões do plenário, nas reuniões das comissões das quais são membros e sessões conjuntas do Congresso Nacional. É assegurado também aos parlamentares, entre outros, o direito de oferecer proposições, discutir e deliberar sobre qualquer matéria, assim como a apreciação nas respectivas casas, fazendo uso da palavra, obedecendo as disposições regimentais, solicitar as autoridades informações sobre fatos relativos à administração pública. A partir da Constituição de 1988, cabe destacar ainda, a recuperação por parte dos deputados do direito de atuar no processo de elaboração do orçamento da União (cf. Regulamento Interno da Câmara dos Deputados).

estratégia de alianças. Desde então, a eleição presidencial tornou-se a referência para a composição de alianças nos pleitos para governador do estado e, por consequência, para deputados federais e estaduais” (Roma e Braga, 2002:62).

Isto, porém, não significou uma total padronização na composição das alianças em nível nacional, pois como sabemos, há muitas diferenças quanto às configurações político-partidárias nos estados que compõem cada região.

Conforme Rodrigues:

“Os padrões partidários regionais, como não poderia deixar de ser, dependem das suas unidades constitutivas. Essas unidades, quer dizer, os estados, formam uma arena política própria, com forte autonomia ante o sistema político nacional. Cada unidade da federação é um sistema (ou subsistema) com feições próprias” (Rodrigues, 2002:137).

Isto significa que, muitas variáveis influenciam essas configurações político-partidárias, entre as quais, as histórias políticas locais, os conflitos entre lideranças, muitas vezes de ordem conjuntural entre elas, os interesses locais, assim como a composição social dos parlamentares e dos políticos em geral.

Com base no que precede, consideramos importante para fins deste estudo, levarmos em conta o perfil dos parlamentares gaúchos no Congresso Nacional, neste período, pois, como sabemos, é inegável a relação entre as orientações ideológicas e programático-partidárias e a composição social das bancadas. Sem deixar, entretanto, de reconhecer que esta não é a única variável

a influenciar o comportamento de uma bancada²⁵, conforme referimos anteriormente.

Em especial, ao analisarmos o conjunto de pronunciamentos da bancada gaúcha, no período em questão, a fim de verificar a partir dos mesmos, qual é a presença de um discurso do Rio Grande do Sul sobre o Rio Grande do Sul, o qual se constitui no objetivo central desta investigação. Desse modo, para mapear e analisar especificamente o perfil da bancada gaúcha, consideramos basicamente três critérios metodológicos:

o **primeiro** refere-se a **atividade profissional principal ou de origem anterior** ao exercício do mandato;

o **segundo** refere-se ao exercício de **atividade(s) político-administrativa(s) anterior** ao mandato parlamentar no Congresso Nacional;

e o **terceiro** refere-se o **número de mandatos** de cada representante no Congresso Nacional.

Como principal fonte de informação para o levantamento desses dados, foi utilizada a publicação “Deputados Brasileiros – repertório biográfico”, do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos deputados, referente a quinquagésima legislatura (1995-1999), além de outras informações sobre cada parlamentar obtidas através de seus próprios *sites* na Internet onde constam seus currículos. Outras fontes também utilizadas foram o “Dicionário Histórico-

²⁵ Segundo a literatura recente (Santos 1999, Pereira 2000, Figueiredo e Limongi 1999, 2002), a ação dos partidos dentro do Congresso, bem como as regras internas do Congresso Nacional (leia-se Regulamento Interno), também afetam o comportamento dos parlamentares seja no processo de votações ou de apresentação de emendas ao orçamento. Conforme Figueiredo e Limongi: “... a capacidade de os parlamentares aprovarem políticas depende da organização ou estrutura do processo decisório, mais especificamente, da distribuição dos direitos parlamentares” (Figueiredo e Limongi, 2002:305).

Biográfico Brasileiro”, organizado pelo (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e o DIAP – RGS (Departamento Interestadual da Assessoria Parlamentar). E para complementar, além de todo o material acima relacionado, também foi utilizada, referente aos senadores, a publicação: “Dados Biográficos dos Senadores do Rio Grande do Sul (1826-2001)”, editado pela Secretaria de Informação e Documentação do Senado Federal.

A seguir, passo a apresentar os dados referentes ao primeiro critério adotado pela pesquisa:

Tabela 6: Atividade Principal ou de origem - Bancada RS – Deputados/Senadores na 50ª. Legislatura (1995-1999)

Atividade Principal ou de Origem	Deputados senadores	Percentual (%)
Advogado	20	58,8
Professor	09	26,4
Empresário	08	23,5
Líder Sindical	05	14,7
Funcionário Público	04	11,7
Dentista	04	11,7
Metalúrgico	03	8,8
Bancário	02	5,8
Médico	02	5,8
Agricultor	02	5,8
Administrador de Empresas	02	5,8
Jornalista	01	2,9
Engenheiro	01	2,9
Veterinário	01	2,9
Agrônomo	01	2,9
Economista	01	2,9
Promotor	01	2,9

Este primeiro levantamento geral demonstra que o perfil ocupacional da bancada é relativamente diversificado, entretanto, claro está, a presença de um

grande número de advogados na bancada, perfazendo 58,8% do seu total, em relação às demais profissões (atividades) principais ou de origem.

Em segundo lugar está a atividade do magistério com 26,4% da bancada. E a terceira atividade em maior número é a de empresários, com 23,5%. Cabe ainda um registro não menos importante que é a presença de líderes sindicais (14,7%) e de metalúrgicos (8,8%).

A fim de melhor detalhar a apresentação dos dados, agrupamos algumas categorias ocupacionais, como por exemplo: advogados, dentistas, médicos, engenheiros, veterinários como profissionais liberais. Assim, essa segunda classificação permite-nos visualizar o seguinte quadro, conforme a tabela 7:

Tabela 7: Profissões/Atividade(s) político-administrativa(s) anterior(es) - Bancada RS – Deputados/Senadores na quinquagésima Legislatura (1995-1999)

Profissões/Atividades por categorias	Deputados	Senadores*	%
Profissionais Liberais	22	2	40,6
Professores	08	1	15,2
Empresários	08	-	13,5
Líderes Sindicais	04	1	8,4
Funcionários Públicos	03	1	6,7
Trabalhadores Industriais qualificados	03	-	5,1
Trabalhadores Rurais	02	-	3,3
Bancários	02	-	3,3
Comunicadores	01	1	3,3

Conforme os dados apresentados na tabela acima, podemos constatar que a maior parte dos integrantes da bancada gaúcha na 50ª. Legislatura, pertencem à categoria dos profissionais liberais, perfazendo 40,6% do total. Com uma certa distância é seguida pela categoria de professores (com 15,2%) e por empresários (com 13,5%). Quanto a esta categoria, faz-se necessário, no entanto, fazermos uma distinção entre **empresários urbanos** (construção, coureiro-calçadista, companhias comerciais e/ou serviços urbanos) e **empresários rurais** (proprietários de terras, pecuaristas, agrobusiness), a fim de decompor os dados para melhor analisá-los.

Dessa forma, temos, conforme a Tabela a seguir, 11,7% de empresários classificados como urbanos e 8,8% com atividades empresariais concentradas ou relacionadas ao meio rural.

Tabela 8: Tipos de Empresários

* Sabemos que a bancada gaúcha, neste período, é composta de 3 senadores. Mas, como se trata de profissões e atividades exercidas anteriormente à entrada na política, todos os senadores exerceram mais de uma atividade profissional.

Tipos de Empresários	Deputados	Percentual (%)
Empresário Urbano	04	11,7
Empresário Rural	03	8,8

É importante mencionar que de acordo com as fontes consultadas para este levantamento, nesta classificação não foi encontrado nenhum tipo de empresário (misto), ou seja, rural e urbano ao mesmo tempo. Além disso, registre-se o fato de que em um dos parlamentares autodefinido como empresário não havia informações quanto ao seu ramo empresarial, não sendo possível, portanto, estabelecer sua classificação.

2. As Profissões e a Política

Não é o objetivo desse trabalho realizar uma análise mais aprofundada a respeito do perfil ocupacional da bancada gaúcha, até porque estamos tratando de uma legislatura apenas.

Uma análise mais aprofundada exigiria o exame de algumas ou várias legislaturas, pois se é verdade que o tempo de permanência dos parlamentares brasileiros no Legislativo Federal é curto (ou relativamente curto), conforme recentes estudos²⁶, então, podemos supor que o perfil ocupacional poderá sofrer alguma variação a cada legislatura.

²⁶ A esse respeito ver: Amorim Neto, Octávio e Santos, Fabiano. A Produção Legislativa do Congresso: entre a paróquia e a nação. In: Luiz Werneck Vianna (org). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Minas Gerais Rio de Janeiro: Editora da UFMG / IUPERJ / FAPERJ, 2002.

Na quinquagésima Legislatura, objeto desta investigação, conforme os dados apresentados, os profissionais liberais, em sua maioria os **advogados**, os **professores** e os **empresários** constituem, nessa ordem, as principais categorias ocupacionais e profissionais de origem dos parlamentares gaúchos no Congresso Nacional.

Inúmeros estudos já demonstravam que os advogados, bem como a magistratura em geral, sempre foi uma das principais fontes de recrutamento para a atividade política no mundo ocidental.

Max Weber, em “Ciência e Política duas vocações”²⁷, já havia feito referência nesse sentido:

“Nada tem de fortuito a importância dos advogados na política ocidental, após a aparição dos partidos políticos. A empresa política dirigida por partidos não passa, em verdade, de uma empresa de interesses - (...) Ora, a função do advogado especializado consiste exatamente em defesa dos interesses daqueles que o procuram. (...) o advogado sobrepuja qualquer “funcionário”. (...) acontece infelizmente e com freqüência demonstrada que o funcionário, enquanto homem político, faça de uma “boa” causa, do ponto de vista dos argumentos, uma causa “má”, em razão de erros técnicos. Temos experiência disso. Em medida cada vez maior, a política se faz hoje, em público e se faz, falada e escrita. Pois bem, pesar o efeito das palavras é algo que se põe como parte relevante da atividade do advogado, mas não como parte da atividade de um funcionário especializado que não é demagogo e que, por definição, não o pode ser.” (Weber, s/d:78).

-
- Santos, André M. *Não se fazem mais Oligarquias como antigamente* – recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946 – 1998). Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
 - Pereira, Carlos e Rennó, Lúcio. *O que é que o reeleito tem?* Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. Dados v. 44, nº 2, Rio de Janeiro, 2001.

²⁷ Como se sabe, trata-se de uma conferência realizada pelo sociólogo de Heidelberg em 1919.

Mattei Dogan, em seus estudos sobre a política francesa, também destaca a presença de um grande número de advogados entre os parlamentares. Segundo o autor, há setores profissionais privilegiados, isto é, “profissionais intelectuais”, fundados sobre uma afinidade evidente. São setores ligados ao domínio do verbo e da palavra: o advogado, o professor, o jornalista e o sindicalista, por exemplo.

No caso específico do advogado, haveria uma espécie de “dupla competência”, ou seja, a associação de recursos técnicos do político (oratória, capacidade de decisão, etc), com a competência técnica, o saber jurídico do advogado.

O autor ainda ressalta que:

“Le grand nombre d’avocats parmi les parlementaires s’explique aussi par le fait que la profession d’avocat peut être abandonnée provisoirement et reprise em cas d’échec électoral. Il y a moins d’incompatibilité entre la fonction parlementaire et le métier d’avocat, que pour beaucoup d’autres professions. Bien au contraire, le succès politique valorise l’avocat au barreau. Sa notoriété politique se repercute sur la notoriété d’avocat. D’ailleurs, selon le nombreux témoignages, certains des hommes politiques ont choisi, dans leur jeunesse, la profession d’avocat avec l’intention de se préparer ainsi à la carrière politique” (Dogan, 1999:178).

No Brasil, os advogados sempre foram uma presença constante na política brasileira²⁸, onde fizeram carreira e até mesmo história, haja vista, políticos de

²⁸ De acordo com José Murilo de Carvalho, juristas e magistrados tiveram um importante papel na política e na administração tanto Portuguesa quanto Brasileira. O Brasil pôde contar a partir de sua independência com uma elite ideologicamente homogênea em razão de sua formação jurídica em Portugal, de seu treinamento no funcionalismo público e também, com o distanciamento ideológico das doutrinas revolucionárias. Segundo o autor, os magistrados apresentavam uma perfeita combinação de elementos intelectuais, ideológicos e práticos que favoreciam ao estatismo. Foram no império os verdadeiros construtores do Estado, pois o magistrado no exercício do poder público,

expressão nacional, como Pinheiro Machado, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, os quais, entre outros também foram advogados.

Fabiano Santos em sua pesquisa sobre recrutamento e carreiras políticas no Legislativo Federal entre 1946 e 1999, revela que os advogados caracterizam 57% dos representantes que se elegiam durante a República de 1946 e durante o período militar esse índice elevou-se para 61,3%. Já nas eleições de 1990, foram eleitos para a Câmara Federal menos de 40% de deputados com formação em direito. O que significou para o autor uma quebra da hegemonia dos advogados na Câmara Federal, associada ao processo de redemocratização e principalmente em razão do advento da democracia na política brasileira. Pois observa-se também um declínio na participação dos médicos e um aumento de engenheiros e economistas eleitos (Santos, 2000).

Entretanto, Santos vai mais além, revelando através dos seus dados que o provável perfil do deputado federal entre 1946 e 1999 é: “Homem com idade entre 40 e 60 anos, com instrução de nível superior e advogado, eis o protótipo do legislador no Brasil” (Santos, 2000:98).

era o encarregado de aplicar a lei. Já os advogados (todos com formação no Brasil), são instrumentos de interesses individuais ou de grupos, podendo se transformar em porta-vozes de oposições ou do próprio poder público. Seu papel se tornou mais importante em uma fase posterior ao Império.

A partir de 1870, com o progressivo aumento do número de bacharéis (especialmente em direito) criou-se um excedente e uma dificuldade para os mesmos em alcançar as posições da magistratura. Em razão disso, muitos acabaram no serviço público. De qualquer modo, um pretendente à carreira política, especialmente no Império, cuja família não possuísse prestígio e influência para levá-lo diretamente à Câmara, deveria iniciar tal carreira pela magistratura. (Carvalho, 1980).

No Rio Grande do Sul, os magistrados e advogados em geral, tiveram presença marcante nos acontecimentos políticos do estado no século XX. A fundação da Faculdade de Direito em Porto Alegre, em 1901, teve, neste particular, um papel importante²⁹.

Em sua dissertação sobre “a formação da elite jurídica no Rio Grande do Sul”, Engelmann refere que a chamada “Reforma Benjamin Constant”, nesse período, amparou formalmente a organização de faculdades estaduais ou mesmo particulares, em diversas regiões do país. Isso representou a quebra do monopólio das academias imperiais de Direito de Recife e de São Paulo, quanto ao ensino jurídico.

Dessa forma, a expansão das faculdade de direito pelas províncias ocorreram dentro de um padrão de articulação entre governos e elite política local. Segundo Engelmann, do grupo dos vinte e quatro bacharéis considerados formadores da Faculdade de Direito de Porto Alegre, dezoito se formaram em São Paulo, um em Coimbra, dois em Recife.

“Esta “proximidade” com São Paulo fica clara também na “vocação” que os lentes e alunos imprimir o ao ensino e a forma de “fazer política” dos bacharéis oriundos de Porto Alegre” (Engelmann, 2001:27).

Em síntese cabe destacar o importante envolvimento das esferas jurídica, política, acad mica e intelectual, a partir do início do século XX. No Rio Grande do Sul, os agentes deste espaço serão os alunos formados na Faculdade de Direito

²⁹ A Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre foi a sétima a ser estabelecida no país, depois de São Paulo.

de Porto Alegre entre 1914 e 1924, que podem ser identificados pela disputa entre tradições intelectuais em conflito. Neste período caracterizado pela imbricação da vida política com a vida jurídica, o título de bacharel em Direito configurava-se como um dos trunfos que contribuía para legitimar a posição social da elite, detida por aqueles que se inseriram nas lutas políticas ocorridas na província. Além da posse do título, outros capitais que legitimavam a posição social dos bacharéis estava o pertencimento a famílias de estancieiros e militares de alta-patente³⁰.

Os professores aparecem em segundo lugar na composição sócio-ocupacional da bancada gaúcha. Estudos recentes³¹ indicam tratar-se de uma categoria numerosa na Câmara dos Deputados.

Algumas hipóteses para o aumento do ingresso dos professores na carreira política parecem estar também ligadas ao processo de redemocratização das últimas décadas, onde novas lideranças originárias de outros meios, entre os quais a docência e o sindicalismo, começaram a ser recrutadas, e muito provavelmente por ocuparem posições importantes em seu meio e em instituições que exigem constantes pressões sobre os poderes públicos, como associações de classes, sindicatos, etc.

A esse respeito, Gaxie (2000) analisando a política como carreira na França e em países ocidentais, mais especificamente, sobre "*Types-ideaux d'hommes politiques*", estabelecendo algumas distinções, nos diz que, alguns políticos têm iniciado uma carreira local ou diretamente nos círculos dirigentes, isto é, muitos

³⁰ Um aprofundamento dessas questões, encontramos nos trabalhos de Micelli, 1979; Micelli, 1981; Félix, L. O. e Grijó, 1999; Grijó, 1998.

³¹ Ver: Rodrigues, 2002.

começam a militar em um partido, em um sindicato ou ainda em uma associação profissional, como é o caso dos professores. Observa o autor, também, que alguns políticos de direita têm percorrido itinerários semelhantes; isto é, alguns foram ativos em sindicatos camponeses, patronais, médicos, em câmaras de comércio, associações profissionais ou católicas, antes mesmo de circular pelos escalões da hierarquia dos partidos.

Em sua pesquisa sobre as bancadas partidárias na Câmara dos Deputados, Leôncio M. Rodrigues revela que a maior concentração de professores tende a ocorrer em partidos de esquerda, especificamente no PT³².

No que diz respeito à bancada gaúcha na Legislatura aqui pesquisada, não encontramos a mesma correspondência, ou seja, não há uma maior ou menor concentração de professores neste ou naquele partido. Os vários partidos que compõem a bancada possuem parlamentares oriundos do magistério (em todos os níveis), ou que também exerceram essa atividade paralelamente ou não à outra.

Quanto aos empresários, observamos que estes estão em maior número no PPR/PPB, onde também encontramos um número expressivo de profissionais liberais (o segundo da bancada gaúcha).

³² Segundo Leôncio M. Rodrigues: "(...) há muitos professores na bancada petista, quer dizer, deputados com escolaridade relativamente alta. A grande maioria tem baixo patrimônio. (...) Nenhum, portanto, está nas faixas patrimoniais superiores".

"No PSDB, também se encontra uma parcela importante de parlamentares vindos de camadas cultas da população. Nesse ponto, uma diferença entre os dois partidos vem do fato de que os deputados petistas com alto nível educacional compartilham lugar na bancada com colegas de baixa escolaridade. Já a intelectualidade tucana convive com um grupo importante de empresários (ou ex-empresários) de alta escolaridade" (Rodrigues, 2002:110)

Sem dúvida, tem sido comum e significativo a participação de empresários, homens de negócio (urbano ou rural) ligados ao mercado nos parlamentos das democracias capitalistas.

De modo geral, constata-se que, nestas democracias, a presença de parlamentares que têm ou tiveram ocupações do tipo empresarial (urbana ou rural) é mais expressiva em partidos de direita (Rodrigues, 2000).

No Brasil, em que pese as diferenciações regionais existentes entre os partidos, o PPR/PPB é um partido reconhecidamente formado por elementos de perfil sócio-econômico mais elevado, cujas bases parecem mais concentradas nas regiões Sul e Sudeste, as regiões mais ricas do país. Ao contrário do PFL, de perfil ideológico conservador, o PPR/PPB surgiu a partir de uma série de fusões de grupos parlamentares que tiveram como base as lideranças oriundas do PDS.

É um partido que se caracteriza também por representar diferentes segmentos da classe empresarial. Nos anos noventa, algumas de suas principais lideranças (Roberto Campos, Delfim Neto) foram defensores ferrenhos de apoio às reformas neoliberais.

Entretanto, de acordo com Mainwaring, Meneguello e Power, de modo geral, os partidos conservadores foram mais seguidores do que líderes do neoliberalismo (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000).

No próximo item mapearemos as profissões dos deputados e senadores que compõem a bancada gaúcha.

3. Profissões por Partidos

A partir de dados extraídos da biografia pessoal dos parlamentares, construímos as seguintes tabelas, alocadas por partido, onde podemos verificar a seguinte distribuição, entre deputados e senadores:

Tabela 9: Profissões por partido (PMDB)

Profissões/Atividades por categorias	Deputados	Senadores	%
Profissionais Liberais	06	02	66,6
Professores	---	02	16,7
Empresários	02	---	16,7
Líderes Sindicais	---	---	---
Funcionários Públicos	---	---	---
Trabalhadores Industriais qualificados	---	---	---
Trabalhadores Rurais	---	---	---
Bancários	---	---	---
Comunicadores	---	---	---

Tabela 10: Profissões por partido (PT)

Profissões/Atividades por categorias	Deputados	%	Senador
Profissionais Liberais	03	9,6	---
Líderes Sindicais	04	12,9	---
Trabalhadores Industriais qualificados	03	9,6	---
Professores	01	3,2	---
Empresários	01	3,2	---
Trabalhadores Rurais	01	3,2	---
Bancários	01	3,2	---
Funcionários Públicos	---	---	---

Comunicadores	---		---
---------------	-----	--	-----

Tabela 11: Profissões por partido (PPR/PPB)

Profissões/Atividades por categorias	Deputados	%	Senador
Profissionais Liberais	07	22,5	---
Empresários	05	16,1	---
Professores	03	9,6	---
Funcionários Públicos	01	3,2	---
Bancários	01	3,2	---
Líderes Sindicais	---	---	---
Trabalhadores Industriais qualificados	---	---	
Trabalhadores Rurais	---	---	---
Comunicadores	---	---	---

Tabela 12: Profissões por partido (PDT)

Profissões/Atividades por categorias	Deputados	Senador	%
Profissionais Liberais	05	---	83,3
Professores	---	01	16,7
Funcionários Públicos	---	---	---
Líderes Sindicais	---	---	---
Empresários	---	---	---
Bancários	---	---	---
Trabalhadores Industriais qualificados	---	---	---
Trabalhadores Rurais	---	---	---
Comunicadores	---	---	---

Tabela 13: Profissões por partido (PTB)

Profissões/Atividades por categorias	Deputados	Senador	%
Profissionais Liberais	02	---	66,7
Professores	---	01	33,3
Funcionários Públicos	---	---	---
Líderes Sindicais	---	---	---
Empresários	---	---	---
Bancários	---	---	---
Trabalhadores Industriais qualificados	---	---	---
Trabalhadores Rurais	---	---	---
Comunicadores	---	---	---

Tabela 14: Profissões por partido (PSDB)

Profissões/Atividades por categorias	Deputados	%	Senador
Profissionais Liberais	01	3,2	---
Professores	01	3,2	---
Líderes Sindicais	---	---	---
Bancários	01	3,2	---
Trabalhadores Rurais	01	3,2	---
Comunicadores	01	3,2	---
Funcionários Públicos	---	---	---
Empresários	---	---	---
Trabalhadores Industriais qualificados	---	---	---

Tabela 15: Profissões por partido (PFL)

Profissões/Atividades por categorias	Deputados	%	Senador
Profissionais Liberais	01	3,2	---
Professores	---	---	---
Líderes Sindicais	---	---	---
Bancários	---	---	---
Trabalhadores Rurais	---	---	---
Comunicadores	---	---	---
Funcionários Públicos	---	---	---
Empresários	---	---	---
Trabalhadores Industriais qualificados	---	---	---

Com base no que precede, no seu conjunto, a distribuição das profissões/ocupações encontrada na bancada gaúcha da quinquagésima Legislatura pode ser sintetizada da seguinte forma:

1. Maior concentração de profissionais liberais na bancada do PMDB;
2. No PT existe uma maior heterogeneidade profissional/ocupacional, com a presença de profissionais liberais, líderes sindicais e trabalhadores (metalúrgicos);
3. A maior concentração de empresários está no PPR/PPB;
4. Conforme podemos observar, ao contrário de outras bancadas regionais, o número de funcionários públicos é realmente muito baixo na bancada gaúcha³³;
5. Apesar do grande número de profissionais liberais, especialmente advogados, podemos dizer que a bancada gaúcha apresenta uma certa

³³ Ver estudo realizado por Leôncio M. Rodrigues. Op. cit.

diversificação profissional no recrutamento de elementos que compõem a classe política para o Legislativo Federal.

Essas constatações podem sugerir a sua relação com o processo de democratização política do país, a partir do final da década de oitenta, que possibilitou uma ampliação e uma diversificação da representação, ou seja, a entrada de novos elementos na carreira política. Processo esse já experimentado pelos países de democracia mais avançada, sobretudo com o desenvolvimento capitalista.

O Brasil, entretanto, por ser conhecidamente um país de amplas disparidades e heterogeneidades regionais, o grau de desenvolvimento e modernização é muitas vezes variável de uma região para outra.

O que certamente também influenciou as configurações políticas e sócio-ocupacionais locais, assim como a própria composição da classe política, sendo esta uma questão bastante complexa, cuja análise vai além dos objetivos propostos por esta investigação.

Seguindo nossa análise sobre o perfil da bancada gaúcha, passaremos ao segundo critério, ou seja, ao exame da atividade política ou administrativa anterior ao mandato parlamentar no Congresso Nacional.

4. A Experiência Política

A importância desse segundo critério para mapear o perfil da bancada nesta legislatura, está em verificar se o mandato atual faz parte ou não da trajetória política, vinculada também a atividades público-administrativas desses parlamentares. Para tanto, subdividimos ainda em três tipos de atividades:

1. Atividades públicas/administrativas em associações, autarquias, entidades de classe, sindicatos em cargos de direção, presidência (vice), coordenação, chefias de secretarias;
2. Atividades públicas eletivas no executivo (níveis: municipal, estadual, federal);
3. Mandatos anteriores em postos legislativos.

Que serão representadas pelas tabelas 16, 17 e 18.

Antes, porém, é necessário ressaltar que vinte e dois parlamentares, o que representa 64,7% da bancada entre deputados e senadores já exerceram, de modo geral, alguma ou algumas das atividades acima classificadas, contra 35,3% sem experiência alguma.

Tabela 16: Atividades em Associações, Autarquias, Entidades de Classe

Número de Parlamentares(Deputados e senadores)	Percentual (%)
13	38,2

Tabela 17: Atividades Públicas Eletivas

Atividades Públicas Eletivas (deputados e senadores)	Número de Parlamentares	Percentual (%)
Executivo Municipal (ex-prefeitos, ex-secretários)	11	32,3
Executivo Estadual (ex-governadores, ex-secretários)	11	32,3
Executivo Federal (ex-ministros)	04	11,7

Tabela 18: Mandatos anteriores em postos legislativos – Deputados

	Número de Parlamentares	Percentual (%)
Vereador	16	51,6
Deputado Estadual	11	35,4
Deputado Federal	13	41,9

Observação: Muitos parlamentares exerceram mandatos nos três níveis

Tabela 18a: Mandatos anteriores em postos legislativos - Senadores

Senadores	Partido	Número de mandatos		
		Vereador	Deputado Estadual	Deputado Federal
Pedro Simon	PMDB	01	04	---
José Fogaça	PMDB	---	01	01
Emília Fernandes	PTB/PDT	03	---	---

De modo geral, podemos dizer que a bancada gaúcha constituída na quinquagésima Legislatura Federal, é formada por políticos de longa experiência na vida pública, seja na atuação em atividades público-administrativas ou especificamente políticas, em todos os níveis de ação governamental (municipal, estadual, federal), nos planos Executivo e Legislativo.

Trata-se de um grupo de políticos que possui treinamento, profissionalização no fazer político, tendo indivíduos, em sua maioria, construído e consolidado uma carreira política.

Nesse sentido, Marengo observa que:

“Quando o ingresso na atividade legislativa adquire um padrão endógeno, ocorrendo somente após um longo tempo de treinamento prévio - cargos públicos, vida partidária – semelhante a uma escola política onde o aspirante é curtido, está-se diante de uma classe política estável, dotada de lealdades hierárquicas e condições que favorecem a geração de um perfil homogêneo entre seus membros. Ao contrário, se a oportunidade para uma carreira se oferece a indivíduos que não são do ramo, com experiência breve e compromissos partidários descontínuos, que se aventuram com êxito na política, o sintoma revela presença de escassa profissionalização e precários vínculos hierárquicos internos às organizações políticas” (Marengo, 2000:11).

Além disso, conforme o mesmo autor, em estudo anterior, podemos ainda dizer que os parlamentares gaúchos, de modo geral, apresentam traços no seu fazer político que revelariam a existência de um maior laço de lealdade partidária, de causas e identidades partidárias compartilhadas, o que se refletiriam sobre o Legislativo local (Marengo, 1995).

Como sabemos, a relação entre o Executivo e o Legislativo no Rio Grande do Sul é marcada pela existência de um sistema partidário que, apesar de apresentar mudanças, traz consigo uma estabilidade e diferenciação significativas em relação aos outros estados e em relação ao Legislativo federal³⁴.

³⁴ A esse respeito ver Grohmann, 2001.

Em outras palavras, a entrada e a construção de uma carreira política acabam exigindo progressivamente o abandono dessas ocupações iniciais para “viver da e para a política” (Weber, op. cit.), o que parece sugerir que, no dizer de Gaxie, a entrada e a permanência na política acabaram-lhes proporcionando uma “competência técnica particular”, tornando-os, desse modo, profissionais da política (Gaxie, 2000).

Além disso, no caso brasileiro, conforme Fabiano Santos:

“Percebe-se que dificilmente um político alcança o parlamento sem ter tido algum tipo de experiência política” (Santos, 2000:105).

E, por fim, o terceiro critério de análise para tentar traçar o perfil da bancada refere-se ao número de mandatos já exercidos na Câmara de Deputados e no Senado. Conforme o quadro a seguir, podemos visualizar a seguinte situação:

Tabela 19: Número de mandatos exercidos na Câmara de Deputados

Deputados	Partido	Número de mandatos
Paulo Paim	PT	03
José Fortunati	PT	02
Adão Pretto	PT	02
Miguel Rosseto	PT	01
Esther Grossi	PT	01
Luiz Mainardi	PT	01
Waldomiro Fioravante	PT	01
* Adroaldo Streck	PSDB	03
Nelson Marchezan	PPB/PSDB	03
Yeda Crusius	PSDB	01
Ezídio Pinheiro	PSDB	01
Jair Soares	PFL	02
* * Hugo Lagranha	PTB	01
Oswaldo Biolchi	PTB	01
* Arlindo Vargas	PTB	01

Matheus Schmidt	PDT	04
Carlos Cardinal	PDT	03
Enio Bacci	PDT	01
Renan Kurtz	PDT	01
Airton Dipp	PDT	01
Adilson Motta	PPR/PPB	03
Fetter Junior	PPR/PPB	02
Telmo Kirst	PPR/PPB	02
João Augusto Nardes	PPR/PPB	01
Jarbas Lima	PPR/PPB	01
* Julio Redecker	PPR/PPB	01
Odacir Klein	PMDB	04
Germano Rigotto	PMDB	02
Wilson Cignachi	PMDB	01
* * Nelson Proença	PMDB	01
Paulo Ritzel	PMDB	01
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	01
Darcisio Perondi	PMDB	01
* * Eliseu Padilha	PMDB	01

* Entrou mais tarde na bancada como suplente

* * Licenciou-se

Tabela 20: Número de mandatos exercidos no Senado

Senador	Partido	Número de mandatos
Pedro Simon	PMDB	02
José Fogaça	PMDB	02
Emília Fernandes	PTB/PDT	01

Inicialmente, podemos observar que vinte e um deputados desta legislatura foram eleitos pela primeira vez para a Câmara de deputados, representando assim 64,5% da bancada.

Entretanto, há parlamentares, embora em menor número, que estavam no seu terceiro ou quarto mandatos. Entre eles, Paulo Paim (PT), ex-sindicalista, em seu terceiro mandato; Adroaldo Streck (PSDB), jornalista, comunicador com

passagem por outros partidos durante o exercício de seus mandatos; Néelson Marchezan (PPB/PSDB), político destacado com longa tradição na vida pública gaúcha e nacional, também com histórico de migração partidária; Matheus Schmidt (PDT), este podendo ser considerado um pedetista histórico por também possuir uma carreira no partido e longa experiência na vida pública; Adilson Motta (PPR/PPB) e Odacir Klein (PMDB), também são homens políticos que detém uma história no interior de seus partidos e uma trajetória no exercício de cargos públicos em nível municipal, estadual e federal, respectivamente.

O que podemos verificar em comum entre todos é a detenção de um capital político que foi sendo construído e consolidado ao longo de suas trajetórias políticas ainda que distintas entre si. O mesmo valendo para o Senado.

Conforme Gaxie:

“Ensemble des croyances qui fondent la reconnaissance du droit d’agir au nom et à la place des profanes représentés, le *capital politique* est bien une espèce particulière de capital, forme objectivée d’un travail proprement politique de représentation, qui s’entretient, s’accumule, se transmet et conditionne l’accès aux profits politiques” (Gaxie, 2000:95).

Nesse sentido, ainda segundo o autor, todo homem político carrega consigo uma estrutura de capitais políticos constituídos por capitais pessoais (predisposição, notoriedade, reputação) ou coletivos fornecidos pelo partido ou outro tipo de organização (Gaxie, 2000).

Outra observação que podemos fazer é que o acúmulo de mandatos no Legislativo, de um modo geral, parece ser realmente um fenômeno restrito a um pequeno número de políticos. Além disso, estudos recentes³⁵ apontam para o fato de que o tempo de permanência dos parlamentares na Câmara é, de modo geral, no Brasil, bastante curto, restringindo-se a uma legislatura apenas.

O que sem dúvida, também influencia no comportamento dos parlamentares, bem como o próprio processo Legislativo, objeto de análise do capítulo seguinte, no qual será examinado o comportamento da bancada gaúcha.

³⁵ Segundo Amorim Neto e Santos, os deputados que recebem muitos votos, em razão de seu processo eleitoral, se sentem tentados a disputar cargos mais destacados, como prefeituras, senatorias e governos estaduais, abandonando, desta forma, a Câmara.

CAPÍTULO III

O COMPORTAMENTO PARLAMENTAR NO CONGRESSO NACIONAL E A ATUAÇÃO DA BANCADA GAÚCHA NA 50^a. LEGISLATURA (1995-1999)

Este capítulo divide-se em duas partes e tem como objetivo examinar a atuação da bancada gaúcha no Congresso Nacional no referido período. A primeira parte procura identificar e analisar os fatores de ordem externa e interna à arena legislativa que podem condicionar o comportamento dos parlamentares no Congresso Nacional, de maneira geral. A segunda parte discorre sobre a atuação da bancada gaúcha, influenciada, sob muitos aspectos, por esses fatores, conforme será apresentado.

1. O COMPORTAMENTO PARLAMENTAR NO CONGRESSO NACIONAL

O comportamento parlamentar no Congresso Nacional tem sido objeto de destaque em inúmeros trabalhos realizados pela Ciência Política brasileira nos últimos anos³⁶.

Sabemos através deles, independentemente do modelo de análise utilizado³⁷, que, na verdade, um conjunto de variáveis condiciona o comportamento parlamentar no Congresso brasileiro, desde o Sistema Federativo, a forma de governo, as regras internas do Congresso Nacional, a sua relação com o Executivo, o Sistema Eleitoral, os partidos, até os interesses individuais e eleitorais dos parlamentares na dedicação aos temas e demandas de interesse de suas regiões.

No que diz respeito ao Sistema Federativo, certamente não podemos ignorar o seu impacto sobre a distribuição de poder em uma nação.

O Sistema Federativo como modelo de organização do Estado caracteriza-se por uma complexa engenharia política que articula sob uma Constituição um

³⁶ Sobre este tema destacam-se, entre outros, os trabalhos de Marcos Bezerra (1999), Maria D'Alva Kinzo (1987), Carlos Alberto Marques Novaes (1994), Angelina Figueiredo e Fernando Limongi (1999), Fabiano Santos (1997), Barry Ames (2003), Jairo Nicolau (2000), Carlos Pereira e Bernardo Mueller (2000), Carlos Pereira e Lúcio Rennó (2001), L. Barreiro de S. Lemos (2001), André Marengo dos Santos (2001), Pado Ricci, 2002, Octavio Amorim Neto e Fabiano Santos, 2002, Carlos R. F. Melo (2003).

³⁷ Os estudos sobre este tema costumam privilegiar ou a Teoria da Escolha Racional ou a Teoria Institucionalista. Como sabemos, a teoria da escolha racional parte da premissa de que os indivíduos agem de acordo com um cálculo racional estratégico, privilegiando seus interesses individuais para maximizar benefícios pessoais. A Teoria Institucionalista, por sua vez, enfatiza o papel das instituições na modelagem do comportamento dos indivíduos.

conjunto de instituições democráticas, representativas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Alguns países como o Brasil, adotam o bicameralismo. A instituição bicameral do Congresso se baseia em critérios específicos de representações das unidades federadas, à qual também são conferidas funções diferenciadas.

No Brasil, o Congresso é composto pelo Senado e pela Câmara, de acordo com o modelo bicameral. O Sistema Federalista brasileiro, como sabemos, embora inspirado no modelo norte-americano, na prática assumiu características muito distintas daquele, pois surgiu dissociado da real concepção de República, isto é, onde deveria prevalecer o "espírito público", prevaleceu, ao contrário, o clientelismo, o patrimonialismo e o personalismo, características da sociedade brasileira. O Sistema Federativo, na verdade, resultou do descontentamento das elites provinciais diante do centralismo imperial. Para as elites republicanas das três principais províncias na época do Império (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), o modelo federalista bicameral era a solução mais conveniente. Neste sentido, o que se ressalta é o fato de que, na verdade, nossa história sempre foi marcada pelos conflitos entre o poder central e as elites regionais, quando não entre as próprias elites, o que, sem dúvida, contribuiu para moldar a ordem política de um país continental com grandes heterogeneidades. Heterogeneidades estas, segundo Abrúcio, entre as próprias elites políticas regionais, "fruto de um processo de colonização com vários pólos e características distintas – e, mais adiante, pela desigualdade sócio-econômica entre os estados" (Abrúcio, 2003:244).

Desse modo, a estrutura federativa brasileira acabou fortalecendo o poder local, gerando assim, vários pólos de poder em permanente disputa não somente entre si mas em muitos momentos atritando-se com o próprio governo federal por maiores recursos para seus estados ou região, investimentos ou para conservar ou ainda aumentar sua influência no plano nacional, pois as elites regionais³⁸ possuem interesses próprios localizados, onde cada estado ou região se constitui em uma importante arena política com feições próprias, cujo poder de suas elites de influir no plano decisório nacional (via representação), também depende da sua capacidade de articulação e negociação com o poder central³⁹. Isto tudo, sem

³⁸ Embora não faça parte dos objetivos deste trabalho discorrer sobre as elites, em razão também da amplitude da significação do termo, convém entretanto, um breve comentário e esclarecimento sobre o sentido aqui empregado. Evidentemente que o termo remete à idéia de seleção. A existência de um grupo restrito de indivíduos que se constituem em minorias sociais que podem impor ou impedir a tomada de decisões importantes ou mesmo influir na manutenção ou na transformação da estrutura de poder de um Estado. Existe uma pluralidade de elites, tais como: política, econômica, tecnocrática, religiosas, ou seja, há elites em muitas áreas e muito além dessa escala. Sendo assim, quaisquer que sejam as ligações que se possam observar entre elas, há também uma diversidade ideológica entre as elites, o que faz com que muitas vezes haja uma relação de concorrência entre as mesmas. Porém, dependendo do contexto histórico e dos interesses envolvidos, a concorrência pode dar lugar a coesão. Em outras palavras, reconhecemos, portanto, que o poder tende a se concentrar em um grupo restrito e distinto de pessoas, seja em razão de suas qualidades, posição social ou política, mas principalmente, em razão da posição de autoridade que ocupam e do poder que dispõem. Entre as varias formas de poder encontra-se o mais decisivo: o poder político.

O significado do termo elites, mencionado no contexto deste trabalho considera que há diferentes divisões dentro da própria elite política, que participam, direta ou indiretamente, da estrutura de poder. São os ocupantes dos cargos mais importantes do Executivo, dos demais poderes, em nível estadual e federal, os partidos dominantes, os próprios parlamentares que em sua maioria fazem parte de alguma elite local já que o recrutamento da elite política nacional se realiza regionalmente (Castro, 1992). Funcionários dos mais altos escalões do governo administradores em geral, todos, tanto em nível estadual quanto federal, geralmente, de alguma forma, também associados a diferentes setores da elite econômica, a qual também busca influir nas decisões políticas afim de preservar seus interesses, podendo em alguns casos confundir-se com a própria elite política.

³⁹ Haja vista a atuação dos governadores no plano político nacional especialmente a partir de 1988, mais especificamente, no período entre 1991-1994, a qual foi denominada por Fernando Abrúcio de "federalismo estadualista", cuja atuação procurava favorecer os interesses estaduais. Neste sentido, os governadores ora atuavam em conjunto, afim de manter o *status quo*, ora em conjunto com a União para obter algum tipo de vantagem dentro da federação (Abrúcio, 1998).

duvida, tem seu reflexo sobre o comportamento parlamentar dentro do Congresso Nacional na medida em que deputados e senadores são membros de bancadas representativas dos estados.

Não obstante, o sistema federativo também influencia os sistemas eleitoral e partidário, pois, é na esfera estadual que se dá a escolha dos representantes dos cargos eletivos tanto para o Legislativo estadual quanto federal, através o sistema de lista aberta e da representação proporcional para a Câmara e majoritário para o Senado. As carreiras políticas também se desenvolvem dentro dos estados e se projetam a partir daí. E os partidos políticos, por sua vez, como instituições que buscam a conquista de cargos governamentais através da competição eleitoral, estão estruturados não apenas sob clivagens ideológicas mas também territoriais, havendo em sua maioria, entre eles, características e forças distintas em nível estadual, que se refletem no plano nacional, tornando assim mais complexa a disputa política.

Como podemos perceber, o Sistema Federativo brasileiro se constitui em uma estrutura complexa que conforma um conjunto de instituições em muitos aspectos interligados, e, por esta razão, havendo uma necessidade permanente de busca de equilíbrio no funcionamento dos poderes. No Brasil, o modelo institucional adotado que combina federação, presidencialismo, bicameralismo, dois tipos de sistema eleitoral e multipartidarismo, certamente influencia os parlamentares, em geral, na sua forma de atuar na arena legislativa⁴⁰.

⁴⁰ Analisando o presidencialismo brasileiro por exemplo Sergio Abranches (1988), entre outros autores, o denominou de "presidencialismo de coalizão" por caracterizar-se basicamente pela necessidade do governo em manter amplas alianças para pôr em prática o seu programa de governo, o que significa que ele precisa obter apoio na esfera parlamentar (Câmara e Senado) e

Até aqui, foi mostrado como alguns fatores de ordem institucional, fora da arena legislativa propriamente dita podem interferir no comportamento parlamentar no Congresso Nacional. Obviamente que, além desses, as regras internas e a dinâmica do seu funcionamento interferem diretamente sobre os parlamentares.

A Câmara e o Senado possuem competências distintas estabelecidas pela Constituição Federal e pelos seus respectivos regimentos internos, os quais regulam a atuação dos parlamentares. À Câmara, como sabemos, compete a representação do povo em geral, cabendo-lhe, entre outras atribuições, julgar as contas do Presidente da República, autorizar a instauração de processo contra o mesmo, o vice-presidente e ministros de estado, elaborar o seu próprio regimento e sua forma de funcionamento. Ao Senado, por sua vez, cabe processar e julgar autoridades do Executivo, Judiciário e Ministério Público, dispor sobre matérias financeiras, referentes à União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, além de dispor de atribuições gerais para nomear e ratificar nomeações.

Na verdade, há entre ambas as casas semelhanças em algumas atribuições. Um projeto de lei, por exemplo, pode ser apresentado e submetido à apreciação tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado. Da mesma forma, as emendas constitucionais têm de ser apresentadas e aprovadas pelo mesmo critério de supermaioria (60%), em ambas as casas, conforme seus regimentos.

também no plano regional, isto é, o apoio dos governadores que, conforme sabemos, exerce influência sobre as bancadas dos seus estados. Dessa forma, a dinâmica do presidencialismo também é condicionada pela atuação dos partidos de suas lideranças e por fatores de ordem federativa.

Alguns estudos sobre o comportamento do Legislativo Federal brasileiro revelam indícios de atitudes e decisões legislativas diferenciadas e até mesmo contrapostas entre a Câmara e o Senado⁴¹. No Senado, por exemplo, contrariamente à Câmara, parece haver um número baixo de apresentação de emendas, assim como uma maior capacidade de autoregulação e de rejeição aos seus próprios projetos. Enquanto que na Câmara, a prática distributiva e paroquial parece ser mais evidente. No entanto, mesmo apresentando comportamentos diferenciados, ambas as casas preocupam-se em produzir normas de impacto mais amplo, conforme revelam os estudos mencionados.

O funcionamento do Congresso Nacional, como bem sabemos, ocorre a partir das sessões conjuntas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Algumas atribuições do Congresso Nacional, de acordo com a Constituição, são compartilhadas com o poder Executivo, isto é, aquelas atribuições cujas matérias podem ser submetidas ao veto presidencial, quais sejam, matérias relativas ao sistema tributário, orçamento da União, operações de crédito, matéria financeira, criação de municípios e órgãos da administração pública, criação e extinção de cargos públicos, planos e programas nacionais e regionais de desenvolvimento, telecomunicações e radiodifusão.

As atribuições específicas do Congresso Nacional dizem respeito a tratados e acordos internacionais que possam atingir o patrimônio nacional, questões relativas a defesa do Estado, da sociedade civil, controle do executivo, sustação de atos inconstitucionais, julgamento das contas do presidente da República,

⁴¹ Sobre este assunto destacam-se os trabalhos de Paolo Ricci (2003), Carlos Pereira e Lucio Rennó (2001),

convocação de ministros para prestar esclarecimentos e autorização para o presidente declarar guerra e ausentar-se do país.

A respeito ainda do funcionamento do Congresso Nacional sua característica mais marcante, segundo importantes estudos, é o acentuado poder legislativo do Executivo brasileiro⁴². De fato, o Executivo possui instrumentos para controlar o Legislativo. Na prática isto significa que o Executivo pode encaminhar matéria legislativa, apresentar ou retirar propostas das comissões por meio de pedido de urgência, vetar integralmente ou em parte a legislação aprovada pelo Congresso, pode influenciar na composição das comissões, interferindo na escolha dos seus presidentes e relatores ou, ainda, criando comissões especiais. E também na forma de se relacionar com o Colégio de Líderes pra fazer valer seus interesses.

Apesar do Congresso ter recuperado muitos dos seus poderes com a Constituição de 1988, especialmente no que diz respeito ao processo orçamentário e ao controle das finanças públicas, o Executivo ainda atua como legislador detendo forte poder de agenda.

Para Figueiredo e Limongi, em estudo realizado sobre o funcionamento do Congresso Nacional, ficou evidenciado que

"Ao contrário do que normalmente se afirma, os poderes presidenciais, no tocante a sua capacidade de influenciar e dirigir os trabalhos legislativos, não foram limitados de maneira acentuada pela nova Constituição. Eles são infinitamente superiores àqueles de que dispunham os presidentes do período 1946-64 e não estão assim tão

⁴² A respeito da forte influência do Executivo sobre o processo Legislativo no Congresso Nacional destacam-se, principalmente, os estudos de Figueiredo e Limongi (1999), Pereira e Mueller (2000), B. Ames (2003), Amorim Neto e Santos (2002), Pessanha (2002).

distantes daqueles que detinham os presidentes do período militar" (1999:67).

Conforme seus respectivos regimentos, a organização dos trabalhos legislativos, assim como a divisão de poder, apresenta-se de acordo com critérios de proporcionalidade partidária em ambas as casas. Desta forma, a presidência da mesa cabe ao partido majoritário. Ao presidente da mesa cabe dirigir os trabalhos em plenário, abster-se nas votações nominais, apesar de poder decidir sobre questões polêmicas. Os demais cargos que compõem a mesa diretora são distribuídos pelo mesmo critério partidário.

Como parte integrante desta estrutura há o Colégio de Líderes, regimentalmente instituído na Câmara a partir da Constituição de 1988, sendo presidido pelo presidente da Câmara e dele também fazendo parte os representantes de todos os partidos.

O Colégio de Líderes, apesar do seu caráter informal, exerce, na verdade, uma função estratégica dentro do processo legislativo, na medida em que a ordem do dia, a pauta dos trabalhos, é determinada em conjunto pelo presidente da mesa e pelos líderes que representam os interesses dos seus partidos junto ao Executivo e os interesses do próprio Executivo, visto que alguns partidos fazem parte de coalizão governamental. Além disso, os líderes, em razão dos dispositivos regimentais, contam com os meios necessários para atuar em nome de suas bancadas, já que são eleitos por elas. Isto significa que os líderes dispõem de recursos para controlar a ação dos parlamentares, ou seja, dos membros de suas bancadas especialmente utilizando-se do "regime de urgência"

para apressar a votação de matérias de interesse geralmente do Executivo e na "pressão" por eles exercida sobre o tipo de voto a ser dado por ocasião das votações em plenário⁴³.

A esse respeito, Figueiredo e Limongi também destacam em sua pesquisa o papel determinante exercido pelos líderes no processo legislativo ao concluir que "os líderes definem seus votos em quase todas as questões e são seguidos pela esmagadora maioria de suas bancadas" (Figueiredo e Limongi, 1999:89). E, mais adiante, acrescentam ainda que

"No Congresso brasileiro, a despeito do quase ilimitado poder propositivo individual do parlamentar, é muito pequena a sua capacidade de influenciar o resultado legislativo. As regras que regulam esse processo favorecem sobremaneira as lideranças partidárias" (Id. Ibid., p. 94).

É bem verdade que há controvérsias entre os pesquisadores sobre esta questão, mais especificamente, sobre o grau de influência dos líderes nas votações em plenário. Ames, por exemplo, com base nos dados de sua pesquisa, considera que a orientação dos líderes para o encaminhamento do voto raramente tem grande influência na posição individual do parlamentar quanto a cooperar ou a rejeitar a maioria do partido (Ames, 2003). E conclui, neste sentido, argumentando que

⁴³ É necessário esclarecer que de acordo com o Regimento o direito de encaminhamento de voto da bancada está restrito aos partidos que possuem bancada superior ou igual a seis centésimos do plenário. Em razão disso, nem todos os líderes partidários podem encaminhar votos. O encaminhamento dado pelos líderes pode tomar as seguintes formas: encaminhar um voto favorável (sim), ou desfavorável (não); liberar suas bancadas – ou porque os líderes declaram que a matéria é não programática, ou porque o partido não foi capaz de fechar questão; comunicar que seu partido se encontra em obstrução, o que implica a retirada da bancada do plenário para negar o quorum regimental necessário a validade da deliberação; por último, há casos em que o líder não se manifesta (Figueiredo e Limongi, 1999).

"Parece, portanto, que em geral as recomendações dos líderes não influem na cooperação, seja por ameaças de punição, seja por promessas de recompensa. Às vezes, os encaminhamentos de voto são importantes no sentido de servirem para orientar os deputados que respondem ao apelo pela solidariedade partidária e apenas precisam saber como o partido está votando. Mesmo quando os encaminhamentos importam, no entanto, outros fatores pesam mais na determinação da cooperação ou deserção dos deputados" (Ames, 2003:271)⁴⁴.

De qualquer modo, as regras internas do Congresso Nacional, assim como papel desempenhado pelos líderes, parece revelar, entre outras coisas, a importância dos partidos políticos brasileiros na arena legislativa, ainda que sejam passíveis de inúmeras críticas⁴⁵.

Há, ainda, um outro ponto importante a ser analisado relacionado à dinâmica de funcionamento do Congresso Nacional que diz respeito às comissões e à sua influência sobre o comportamento parlamentar. Internamente, as comissões também desempenham um papel estratégico por estarem ligadas à hierarquia e à distribuição de poder, sendo seus cargos objetos de disputas e negociações entre os parlamentares. A mais importante e a mais disputada entre

⁴⁴ Pode ser o caso, por exemplo, segundo o autor, das adesões de última hora a opinião vencedora nas votações nominais. Tal tendência à adesão de última hora ocorre quando deputados indiferentes negociam uma troca de favores ou aderem à posição vitoriosa na esperança de obter vantagens em futuras decisões (Ames, 2003:240).

⁴⁵ Há inúmeros trabalhos sobre os partidos políticos brasileiros, alguns já tornados clássicos como o de Maria do Carmo Campello de Souza (1976) em que destacam-se os aspectos institucionais e burocráticos da atuação dos mesmos dentro do período 1930-1964. Mais recentemente, isto é, a partir dos anos 90, surgem trabalhos com interpretações e abordagens contrastantes. Alguns enfatizando a baixa institucionalização e fragilidade do sistema partidário brasileiro (Mainwaring, 1999) e outros, cujas abordagens focalizam os aspectos positivos e o caráter mais estável adquirido pelos partidos brasileiros nos últimos tempos (Figueiredo e Limongi, 1999; Menegello, 1998), apenas para citar alguns.

No entanto, esta é uma questão que não será contemplada neste trabalho, posto que, não figura entre os seus objetivos uma discussão sobre o sistema partidário brasileiro.

todas as comissões é, sem dúvida, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que será examinada mais à frente.

As comissões, como sabemos, podem ser formadas na Câmara, no Senado ou ainda no Congresso Nacional, sendo neste, denominadas de Comissões Mistas, por serem compostas por deputados e senadores. Podem ser de caráter permanente ou temporário. Conforme mencionado anteriormente, o critério de composição obedece ao de proporcionalidade partidária, sendo uma atribuição das lideranças. A indicação dos membros das comissões, bem como de seus respectivos cargos pelos líderes partidários, envolve um complexo processo de negociações. Trata-se de um processo marcado por pressões, disputas e acordos, para viabilizar os interesses dos diversos atores envolvidos (parlamentares, partidos, bancadas, governo). Entretanto, apesar das comissões do Congresso Nacional serem, de modo geral, bastante disputadas, na prática, segundo alguns pesquisadores, elas parecem não produzir grandes efeitos de poder. Para Pereira e Mueller (2000), seus estudos sobre os sistemas de Comissões no Legislativo Brasileiro indicam que o poder das comissões no Congresso possui uma base institucional fraca. Isto é, as comissões não tem poder para fazer valer suas preferências por terem alto nível de rotatividade de seus membros, por não possuírem poder de agenda, de veto, ou de qualquer outro tipo para influir na legislação e por acabar favorecendo os interesses do executivo (Pereira e Mueller, 2000).

De fato, externamente podem não exercer grande influência no resultado final dos trabalhos legislativos, além do que, não proporcionam muita visibilidade do parlamentar para o eleitor. Porém, internamente a participação nas comissões, especialmente na ocupação de cargos-chave nas comissões mais prestigiadas,

pode revelar a capacidade de influência e de articulação do parlamentar e lhe render reputação, um acréscimo de capital político, podendo ainda favorecer seus interesses eleitorais e pontos a seu favor na relação com o eleitorado. É o caso da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO – por representar a possibilidade dos parlamentares de influir no direcionamento de recursos para as suas bases eleitorais. É uma comissão bastante numerosa, integrada por oitenta e quatro parlamentares, sendo sessenta e três deputados e vinte e um senadores.

O processo orçamentário obedece a várias instâncias que podem aqui ser resumidas da seguinte forma: a CMO é, na verdade, uma fase intermediária entre duas outras instâncias coordenada pelo executivo. A primeira refere-se às negociações entre o governo, parlamentares, governadores, prefeitos e diversos grupos para serem incluídos no orçamento. A segunda fase cabe à CMO, momento em que são apresentadas as emendas. E, por fim, a sua execução, onde retorna ao Executivo para a liberação de recursos (Souza, 2003).

A organização e o funcionamento da CMO passaram por grandes modificações em 1995 em razão da CPI do Orçamento. Com as novas regras, por exemplo, as bancadas estaduais têm precedência sobre a maior parte das emendas em detrimento das emendas individuais. Além disso, é vedada a permanência na comissão do mesmo parlamentar por mais de dois anos. Na CMO o posto chave é o de relator geral seguido pelos relatores setoriais, parciais e adjuntos que formam uma rede de interligações (Diniz, 1997).

Segundo Figueiredo e Limongi,

"O comportamento dos relatores pode ser mais bem entendido se os tomamos como agente da maioria que apóia o Executivo, que, enquanto tal, tem interesse em preservar suas políticas prioritárias. Verifica-se, assim, a importância dos papéis institucional e partidário desempenhados pelos relatores. Não por acaso, a escolha dos nomes para exercer esta função racai sobre um círculo seleto de membros dos partidos da coalizão que apóia o presidente" (Figueiredo e Limongi, 2002:321-322).

Como podemos ver, as regras e a dinâmica do funcionamento do Legislativo federal revelam claramente um sistema de organização dos trabalhos baseado numa hierarquia de distribuição de poder caracterizada pela competição e mobilização de redes de relações políticas o que não se constitui em nenhuma novidade e nem tão pouco algo fora do comum, já que a arena legislativa é um lócus de concorrência e negociações entre os atores políticos envolvendo interesses diversos, próprios da atividade política, como ocorre em qualquer outro país, ressalvadas, obviamente, as especificidades do sistema político de cada um. Desse modo, nem todos os parlamentares tem acesso aos mesmos recursos e possibilidades dentro do jogo político na arena legislativa. O que também envolve outros fatores, inclusive pessoais, do próprio parlamentar⁴⁶. No caso específico do Congresso brasileiro, muito tem sido estudado sobre as práticas clientelistas não só entre os parlamentares, mas entre o Executivo e o Legislativo⁴⁷. O clientelismo pode ser definido como um modo de relação baseado

⁴⁶ Tais fatores referem-se à posição dentro do partido, na hierarquia do congresso, número de mandatos legislativos, cargos ocupados no Executivo Federal, Estadual e Municipal, capacidade de liderança, articulação e oratória, entre outros.

⁴⁷ As barganhas estabelecidas entre o Legislativo e o Executivo no Brasil são também favorecidas, de acordo com alguns estudos, pelo tipo de presidencialismo existente: Presidencialismo de Coalizão.

em obrigações, em uma troca de favores entre as partes. Essa relação se apresenta como desinteressada, mas, na verdade, toma a forma de uma espécie de "obrigação moral".

Segundo Jean-Louis Briquet,

"Cette obligation peut être qualifiée de culturelle, si l'on entend par culture un "univers commun de références" à partir duquel, de façon partiellement consciente, les acteurs sociaux orientent et évaluent leurs pratiques. La culture cristallise dans des "règles du jeu" énumérant les droits et devoirs des individus, les impératifs liés à leurs rôles ainsi que les comportements qu'ils peuvent légitimement adopter dans telle ou telle situation particulière. La spécificité du clientélisme politique relève ainsi de celle du code culturel qui le soutient. À travers le principe socialement admis de la nécessaire réciprocité et la perception de cette réciprocité comme impératif catégorique (obligation morale ou devoir d'honneur), à travers une forte personnalisation du lien politique, le clientélisme instaure une manière particulière de concevoir et de justifier les relations politiques qui, si elle se distingue de ce qui s'est historiquement imposé comme modalité légitime de l'échange politique, contient en elle-même sa propre logique et sa propre rationalité" (Briquet, 1997:14).

Portanto, nem todas as formas de clientelismo podem ser consideradas práticas políticas ilegítimas, embora seja consenso entre a maioria dos pesquisadores do tema que tais práticas podem favorecer a corrupção (Mainwaring, 1999). Em outras palavras, jogar o jogo político significa, de uma maneira geral, aceitar as suas regras, ou, como diz Bourdieu, "Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo..." (Bourdieu, 1989:172).

Com base no que precede, procuramos demonstrar na primeira parte deste capítulo que os fatores que influenciam as motivações dos parlamentares no Congresso Nacional são de natureza multivariada, tendo origens tanto externas

quanto internas à arena legislativa, especialmente em razão da complexidade da realidade política, histórica e institucional brasileira.

2. A atuação da Bancada Gaúcha no Congresso Nacional

No âmbito do que foi exposto até aqui parece claro que tanto o comportamento dos parlamentares quanto o de suas bancadas, de modo geral, tende a sofrer a influência das variáveis mencionadas.

A bancada gaúcha na 50^a. legislatura, conforme os dados apresentados no capítulo anterior, constituiu-se de 31 deputados e 3 senadores, distribuídos entre 7 bancadas partidárias, sendo a bancada do PMDB a de maior número (8 cadeiras), seguida pela bancada do PT (7 cadeiras) e a do PPR/PPB (6 cadeiras), formando assim as três maiores bancadas partidárias da bancada gaúcha.

No Rio Grande do Sul, neste mesmo período, Antonio Britto era eleito governador pelo PMDB, partido que mais tarde seria incorporado formalmente à coalizão governista.

No plano estadual, Britto também montou sua coalizão parlamentar com partidos ideologicamente próximos para a composição de seu secretariado e contou com bancadas significativas na Assembléia, o que lhe garantiu maioria, não tendo, portanto, no decorrer de seu governo, maiores dificuldades para aprovar os seus projetos.

No plano federal, o fato do governador pertencer a um partido integrante da coalizão presidencial, facilitou, de modo geral, as relações entre os governos estadual e federal neste período, embora o Rio Grande do Sul enfrentasse sérias dificuldades econômicas, exigindo negociações permanentes com a União.

Logo de início, Britto teve de renegociar a dívida do Estado, um dos mais endividados da Federação e pôr em prática um sistema de ajuste da economia estadual ao programa de descentralização já em curso, bem como, ao programa de ajustes do novo governo⁴⁸.

Num rápido parêntese, sabemos que o Plano Real não foi bom para as finanças dos Estados, pois o fim da inflação provocou a perda de uma importante fonte de receita para os Estados provinda do *floating*. Desse modo, a arrecadação diminuiu mas as despesas continuaram crescendo. Além disso, o aumento da taxa de juros também em decorrência do Plano Real, aumentou exageradamente as dívidas estaduais, sobre os títulos e as dívidas dos seus bancos (Abrúcio, 1998).

Na verdade a má situação financeira dos estados já vinha de longa data, agravando-se a partir desta nova conjuntura e sendo os próprios estados responsabilizados pelo governo federal por tal situação.

⁴⁸ O programa de ajustes do governo Fernando Henrique Cardoso constituiu-se em um conjunto de reformas constitucionais visando principalmente reduzir os gastos públicos. Os principais pontos foram: Reforma Tributária e Fiscal; Restruturação dos bancos estaduais; Renegociação das dívidas dos Estados com a União: o Governo Federal assumiria a dívida contraída pelos estados junto aos bancos privados, passando os estados a dever à União. O pagamento seria feito a juros subsidiados e em até trinta anos. Em troca, os estados deveriam privatizar as suas estatais, principalmente as de tele-comunicações e energia e a adotarem um programa de ajuste fiscal voltado para a redução da folha.

Dessa forma, Britto privatizou a CRT e a CEE, buscando também investimentos do capital estrangeiro para o Rio Grande do Sul ao atrair as montadoras GM e Ford.

Esta foi, portanto, a tônica dos embates, das relações entre os estados e a União neste período. De um lado, os estados tentando garantir os recursos distribuídos pelo governo federal, ajustando-se também ao programa estabelecido pelo mesmo e principalmente, sem perder sua posição na estrutura federativa. E, de outro, o governo federal tentando impor as novas regras sob a pressão dos governadores.

A este respeito, os governadores, como sabemos, dispõem de várias formas para pressionar o governo federal a atender os interesses dos seus estados. Uma delas está na sua influência sobre as bancadas dos seus estados no Congresso Nacional, especialmente por ocasião dos processos de votação. A influência política dos governadores decorre da necessidade de seu apoio ao governo federal para aprovação no Congresso Nacional de medidas e projetos do interesse deste.

Porém, conforme ressalta Celina Souza,

"A força dos governos subnacionais não significa que o Brasil retornou aos dias da República Velha, nos quais os interesses regionais de alguns poucos estados dominavam o país. Entre a República Velha e hoje o Brasil tornou-se uma economia industrial e uma sociedade urbana, junto com avanços nos sistemas político e eleitoral, que se tornaram mais democráticos e mais competitivos.

A correlação de forças introduzida a partir de 1988 não significa, todavia, que todos os estados desfrutam do mesmo grau de poder mas sim que existem hoje vários centros de poder competitivos e desiguais que passaram a ter voz nas decisões e nos vetos sobre políticas nacionais. A existência de diversos centros de poder não quer dizer que as estratégias usadas pelos estados nas relações intergovernamentais sejam as mesmas. Entretanto, os estados criaram várias estruturas e processos extraconstitucionais e extraparlamentares nas suas relações intergovernamentais, os quais assumem formas diferenciadas. Na relação com o governo federal, essas

estruturas e processos são desenvolvidos pelos estados mediante duas formas: a) pela influência dos governadores sobre as delegações no Congresso; e b) na indicação de aliados para os quadros governamentais, fortalecendo ainda mais seus cacifes nas coalizões governativas" (Souza, 1998:13).

Neste sentido, a relação do governo do Estado com a bancada gaúcha no congresso Nacional, nesse período, seguiu de modo geral o mesmo padrão. Haja vista, a presença de parlamentares gaúchos em importantes comissões e de importantes lideranças na bancada, pertencentes à coalizão governista que exerceram um papel estratégico na relação entre os governos estadual e federal.

Além disso, o presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato nomeou dois gaúchos do PMDB para ocuparem respectivamente os ministérios do Transporte (Eliseu Padilha) e da Justiça (Nelson Jobim).

Entretanto, tudo isto não significou uma ausência de conflitos, de desacordos entre os parlamentares da bancada gaúcha no Congresso Nacional, até porque as clivagens ideológico-partidárias entre os parlamentares gaúchos que sempre foram nítidas, estiveram bastante acentuadas neste período, em razão da condução das políticas tanto do Estado do Rio Grande do Sul quanto do Brasil. Isto também fica bastante evidenciado, como veremos mais à frente, nas votações e nos pronunciamentos dos parlamentares gaúchos.

A análise da atuação da bancada gaúcha foi operacionalizada por critérios baseados na estruturação da atividade legislativa.

Sabemos que o Congresso Nacional é uma instituição cujo funcionamento é bastante complexo, havendo em seu interior diversas "arenas", cada uma com suas regras. Dessa forma, foram selecionadas algumas destas "arenas" que

consideramos mais pertinentes para os propósitos deste capítulo. São elas: As comissões, as proposições (projetos de lei), as votações e as emendas ao orçamento.

Esclarecendo melhor este ponto, queremos dizer que a análise da atuação da bancada foi feita a partir da identificação de parlamentares gaúchos em postos-chave nas comissões, bem como da análise das proposições apresentadas pelos mesmos, do exame da posição da bancada gaúcha no processo de votação nominal de três propostas de Emendas à Constituição (PECs), de significativa repercussão no período, e, enfim, do número e da natureza das emendas propostas ao orçamento.

2.1. Os parlamentares gaúchos nas Comissões

Conforme discorreremos na primeira parte deste capítulo, fazer parte de comissões, tanto na Câmara quanto no Senado, distinguem o parlamentar, mas algumas comissões, bem como a função nelas desempenhadas, podem distingui-lo ainda mais. Além disso, exercer uma função importante como a de Presidente ou relator em uma Comissão como a CMO (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização) pode significar não apenas a oportunidade de atuar mais diretamente na sua área de formação e interesse, como pode significar a possibilidade do parlamentar encaminhar recursos para a sua região.

A seguir apresentamos dois quadros com a relação dos parlamentares gaúchos e as comissões nas quais participaram como presidente e relator nesse período. O objetivo é verificar a posição e o espaço de articulação dos parlamentares em uma das arenas mais disputadas no Congresso.

QUADRO I

Participação de parlamentares gaúchos como **PRESIDENTES** em Comissões no Congresso Nacional (1995-1999).

PARLAMENTARES	PARTIDO	TIPO DE COMISSÃO
José Fogaça	PMDB	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Germano Rigotto	PMDB	Comissão de Análise e propostas de Reforma Tributária; Comissão Especial da Alca na C. Federal; Comissão de Finanças e Tributação na Câmara Federal.
Oswaldo Biolchi	PTB	Comissão Permanente: trabalho, administração e serviço público
Paulo Paim	PT	Comissão Permanente: trabalho, administração e serviço público
Esther Grossi	PT	Educação, Cultura e Desporto
Julio Redecker	PPR/PPB	Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
Yeda Crusius	PSDB	Comissão Permanente: Finanças e Tributação

Fonte: Currícula dos parlamentares.

À primeira vista podemos perceber que a maioria desses parlamentares pertenciam a partidos da Coalizão governista, sendo alguns, inclusive, líderes de bancadas como: Oswaldo Biolchi, Yeda Crusius e Germano Rigotto. Este, aliás, foi escolhido pelo presidente Fernando Henrique, em fevereiro de 1995,

para ser líder do governo no Congresso. O que, portanto, ratifica a lógica de funcionamento das relações de poder dentro do Congresso Nacional, assim como a presença da influência do Executivo nos trabalhos das Comissões, conforme já exposto na primeira parte deste capítulo.

QUADRO II

Participação de parlamentares gaúchos como RELATORES em Comissões no Congresso Nacional (1995-1999).

PARLAMENTARES	PARTIDO	TIPO DE COMISSÃO
Paulo Ritzel (ex-prefeito de N. Hamburgo, ligado à indústria calçadista)	PMDB	Comissão Especial: Código Aduaneiro do Mercosul
Darcísio Perondi (médico)	PMDB	Comissão Especial do Sistema Único de Saúde
Oswaldo Biolchi (advogado, especialista em direito comercial)	PTB	Comissão Especial: Falência, concordata preventiva e recuperação de empresas com atividade econômica
Wilson Cignachi (empresário do ramo imobiliário)	PMDB	Comissão Permanente: desenvolvimento urbano e interior.
Yeda Crusius (economista, professora universitária)	PSDB	Comissão Especial: Fundo de estabilização fiscal

Fonte: Currícula dos parlamentares.

Em ambos os quadros podemos ainda perceber que o critério de participação dos parlamentares nas comissões também está associado à área originalmente de atuação do parlamentar, seja pela sua profissão de origem,

trajetória política, militância ou posição ideológica, e por essa razão tornam-se especialistas em determinadas matérias no Congresso Nacional.

Conforme o capítulo anterior, que traçou o perfil da bancada gaúcha, examinando, entre outros elementos, a atividade de origem de cada parlamentar, podemos verificar aqui a sua vinculação com o tipo de comissão em que atua. A despeito do deputado Paulo Paim, por exemplo, cujas atividades de origem eram metalúrgico e líder sindical, atuou, conseqüentemente, em Comissões relacionadas ao trabalho e a políticas públicas. Da mesma forma, outros integrantes: Esther Grossi, professora, ex-secretária de educação municipal, Comissão: Educação, Cultura e Desporto; Yeda Crusius, economista, Comissão: Finanças e Tributação; Darcísio Perondi, médico, Comissão: área da Saúde; Osvaldo Biolchi, advogado, especializado em direito comercial, Comissão área da administração pública e privada.

Cabe ressaltar, porém, um outro importante aspecto da atuação dos parlamentares, de modo geral, que também se manifesta nas comissões. Trata-se da representação e da defesa de grupos específicos, que transcendem os interesses exclusivamente partidários. São as chamadas "bancadas de interesse", já identificadas em torno de 15, no Congresso Nacional, pelos pesquisadores⁴⁹.

⁴⁹ Segundo Ames:

"As maiores, com cerca de 100 deputados cada, são as dos ruralistas, da indústria de construção e da saúde, seguidas pelas da Petrobras, dos católicos, dos banqueiros, dos evangélicos e das empresas de comunicação, cada qual com cerca de 50 a 80 parlamentares. Outros blocos, formados por cerca de 20 a 30 membros, são os da educação, dos pensionistas e servidores da Previdência Social, dos revendedores de automóveis e dos sindicatos" (Ames, 2003:86).

Para Ames, a atuação da maioria das bancadas de interesse vem a confirmar que as regras do sistema eleitoral brasileiro, na verdade, distorcem a representação e a prestação de

Na bancada gaúcha isto também é claramente percebido, na maioria dos seus representantes, conforme podemos verificar:

QUADRO III

AS BANCADAS DE INTERESSE PRESENTES NA BANCADA GAÚCHA

PARLAMENTAR	BANCADA DE INTERESSE
Carlos Cardinal	Sindicatos Rurais
Darcisio Perondi	ruralista e da saúde
Arlindo Vargas	ruralista
Wilson Cignachi	construção civil
Paulo Ritzel	interesse na defesa da indústria comércio-calçadista
Telmo Kirst	interesse dos fumageiros
Egidio Pinheiro	agricultura familiar
Esther Grossi	educação
Adão Pretto	pequena produção agrícola e reforma agrária
Waldomiro Fioravante	servidores públicos e da previdência social
Paulo Paim	servidores públicos, pensionistas, previdência social, aposentados
Augusto Nardes	pequena e micro-empresa, cooperativista e ruralista
Osvaldo Biolchi	ruralista
Miguel Rossetto	sindical

É preciso observar que na tabela acima não estão relacionados todos os parlamentares integrantes da bancada gaúcha em razão da insuficiência e da

contas dos parlamentares aos eleitores (Id. Ibid.). Por isso mesmo, ressalta que nem todas as bancadas de interesse são auto-representativas, isto é,

"os sindicatos, os evangélicos e os servidores públicos negociam apoio legislativo em troca de genuína representação. Mas, assim como os ruralistas, as bancadas que representam os setores de construção civil, telecomunicações e bancos estaduais têm uma pretensão à legitimidade muito diferente" (Id. Ibid., p.9).

imprecisão de dados relativos à vinculação de um certo número de parlamentares a determinados grupos.

2.2. A Natureza das Proposições

As proposições referem-se, em sua maioria, a Projetos de Lei (PL) apresentadas pelos parlamentares. Cabe ressaltar que a relação dessas não leva em conta se as mesmas foram aprovadas ou não, pois o objetivo na sua verificação é tão somente analisar a sua natureza, tentando identificar as preocupações da bancada e para onde estão direcionadas as suas ações e interesses nessa legislatura, verificando também se são de caráter nacional ou regional⁵⁰.

NATUREZA DAS MATÉRIAS APRESENTADAS PELOS PARLAMENTARES GAÚCHOS NO CONGRESSO NACIONAL – 1995-1999 – 50^A. LEGISLATURA

TIPO (MATÉRIA REFERENTE A ...)	CARÁTER	N.	%
- Regulamentação/Normas/Restrições diversas	Nacional	43	14,47
- Agricultura	Nacional	19	6,39
- Sistema financeiro	Nacional	19	6,39
- Tributação	Nacional	18	6,06
- Questões comerciais/mercantis	Regional	17	5,72
- Educação	Nacional	17	5,72
- Previdenciária	Nacional	15	5,05
- Energia	Nacional	14	4,71
- Transporte	Nacional	13	4,37

⁵⁰ A decisão de não averiguar a aprovação ou não das proposições se justifica entre outras razões, conforme sabemos, pelo fato de que tal processo é bastante lento chegando, muitas vezes, a ultrapassar o período de mandato do seu proponente. Haja vista que poucos parlamentares permanecem na Câmara por mais de uma legislatura (Santos, 2000).

- Administração pública	Nacional	12	4,04
- Desenvolvimento regional	Regional	11	3,70
- Direitos dos idosos, deficientes, crianças, questões raciais	Nacional	11	3,70
- Orçamentária	Nacional	11	3,70
- Comunicação	Nacional	11	3,70
- Trânsito	Nacional	10	3,36
- Saúde	Nacional	9	3,03
- Criação de C.P.I.	Nacional	9	3,03
- Segurança Pública	Nacional	7	2,35
- Alteração Código Civil	Nacional	7	2,35
- Crimes ambientais	Nacional	6	2,02
- Alteração Código penal	Nacional	4	1,34
- Obras públicas	Regional	3	1,01
- Datas comemorativas	Nacional		
TOTAL		297	100

Fonte: Curricula parlamentares

Como podemos perceber, a natureza das proposições dos parlamentares gaúchos é bastante variada, embora predomine as proposições referentes à regulamentação de normas, direitos e restrições, relacionadas a estatutos, códigos, operações e regimentos diversos, seguida, por proposições referentes à agricultura, que tratam desde seguro, produção, crédito, incentivos, até reforma agrária. Em terceiro lugar, figuram proposições referentes à tributação, matéria à qual muitos parlamentares parecem especializados, entre os quais podemos

citar, principalmente, Germano Rigotto, Yeda Cruzius, Adilson Motta e José Fogaça.

O predomínio das proposições de caráter regulatório na Bancada Gaúcha coincide com as de mesma natureza predominante no Congresso Nacional, de forma geral, conforme o estudo realizado por Figueiredo e Limongi (1999). Semelhante estudo destes autores foi realizado por Amorim Neto e Santos (2002) ao analisar a produção legislativa do Congresso entre 1985-1999, constatando o predomínio do mesmo tipo de proposição.

Sob este aspecto, a bancada gaúcha parece seguir o mesmo padrão. Além disso, as proposições, em quase sua totalidade, são de âmbito nacional, envolvendo questões que dizem respeito, em sua maioria, à vida do cidadão comum, o que certamente não provoca maiores impactos sobre o rumo do país.

Portanto, as matérias propostas individualmente pelos parlamentares através de projetos de lei no Congresso Nacional tendem a ser de âmbito nacional por estarem, em parte, relacionadas à própria concepção da atividade parlamentar na esfera federal, ou seja, a de legislar. Neste sentido, pode ser ilustrativo o exemplo fornecido por Bezerra ao entrevistar um parlamentar no Congresso Nacional, o qual afirmou ao pesquisador:

"você tem a atribuição de legislar, então, nesse caso, a legislação é nacional" (Bezerra, 1999:37).

Ao mesmo tempo, a forma de organização dos trabalhos legislativos no Congresso Nacional restringem e até mesmo inviabilizam a apresentação de proposições de caráter paroquial, individualista, porque suas chances de aprovação seriam mínimas, em razão da limitada autonomia que dispõem os parlamentares no processo legislativo, conforme demonstraram Figueiredo e Limongi (1999).

Desse modo, a instância que concentra e possibilita a proposição de matérias de âmbito regional é a orçamentária, ainda que o legislativo não possua o poder de decisão final a este respeito.

2.2.1. A bancada gaúcha nas votações

Conforme mencionamos anteriormente, selecionamos três propostas de emenda à Constituição, apresentadas pelo Executivo para serem submetidas à votação no Congresso Nacional nos anos de 1995 e 1997. Estas proposições foram selecionadas principalmente por fazerem parte de um conjunto de reformas constitucionais de grande peso que além de acirrem o jogo político dentro e fora

da arena legislativa por atingirem os interesses de vários segmentos político-sócio-econômicos, traziam também em razão de seus conteúdos, conseqüências para a nação como um todo⁵¹.

Selecionamos, então, a PEC N. 6/95 que versava sobre a transferência para a União do monopólio de exploração, refino e transporte de petróleo e gás, antes detido pela Petrobrás, que passava a ser apenas uma concessionária do Estado, com pequenas regalias em relação a outras concessionárias privadas; a PEC N. 1/95, que propunha a reeleição de chefes do Executivo de todos os níveis, inclusive do próprio Presidente da República; e, por fim, a PEC N. 449/97, que substituía o Fundo Social de Emergência pelo Fundo de Estabilização Fiscal, apenas no nome, mantendo o mesmo modelo transferência para o estados, retendo 15% das transferências da União para os governos estaduais e municipais. Esta proposição teve reflexos diretos sobre os interesses dos estados, trazendo à tona novamente as questões federativas.

Baseado nisso, analisaremos a posição da bancada gaúcha nos referidos processos de votação, tentando verificar os alinhamentos, as clivagens, a articulação dos partidos, quais os interesses envolvidos e quais os que prevaleceram.

Como sabemos, o governo federal, nesse período, obteve, em grande parte, a aprovação quase integral dos projetos que encaminhou ao Congresso Nacional. As medidas legislativas foram em sua maior parte aprovadas com

⁵¹ O conjunto de reformas constitucionais propostas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso envolviam: 1) Programa de privatizações; 2) manutenção do FSE com o nome de F. E. F; 3) Reforma fiscal e tributária; 4) abertura econômica; 5) reforma da previdência; 6) reforma política; 7) reforma da administração pública.

facilidade, apesar da mobilização da oposição (minoria), para impedir sua aprovação.

Na verdade, o governo e seus aliados não mediram esforços para tentar obter resultados consistentes em menos tempo possível, já que as regras que regulam a aprovação de emendas no Congresso Nacional costumam ser lentas, tendo de passar por diferentes instâncias de apreciação para sua aprovação final. Basicamente, as regras que regulam a votação de emendas constitucionais determinam, entre outras coisas, que o processo legislativo seja bicameral com dois turnos de votação tanto na Câmara quanto no Senado, para qualquer tipo de alteração realizada, sendo ainda exigido a forma de votação nominal (Figueiredo e Limongi, 1999).

Conforme esses autores,

"as exigências para a aprovação de emendas constitucionais são as maiores entre todas as decisões legislativas. Isto se deve em parte à própria natureza do objeto da decisão. Matérias constitucionais são, por definição, protegidas por uma regulamentação que visa justamente a tornar lentas e difíceis as alterações do texto constitucional" (Id. Ibid., p. 197).

Nesse sentido, apesar da aprovação da maior parte dessas emendas, o seu processo foi bastante lento, envolvendo longas negociações entre o Executivo e o Legislativo, e entre os próprios partidos.

A seguir apresentamos os quadros correspondentes às votações das três PECs que reproduzem o posicionamento da bancada gaúcha.

**VOTAÇÕES NOMINAIS DA BANCADA GAÚCHA - CONGRESSO
NACIONAL – 50^A. LEGISLATURA (1995-1999)**

TIPO DE PROPOSIÇÃO	CONTEÚDO	AUTOR	PARLAMENTAR	VOTO	PARTIDO
Pec N. 6/95 Data da votação: 20/06/1995	Quebra do monopólio do petróleo	Executivo	Adão Pretto	Não	PT
			Adroaldo Streck	Sim	PSDB
			Adylson Motta	Não	PPR
			Airton Dipp	Não	PDT
			Augusto Nardes	Sim	PPR
			Carlos Cardinal	Não	PDT
			Darcísio Perondi	Sim	PMDB
			Enio Bacci	Não	PDT
			Esther Grossi	Não	PT
			Ezídio Pinheiro	Não	PSDB
			Germano Rigotto	Sim	PMDB
			Hugo Lagranha	Sim	BL. PTB
			Ivo Mainardi	Sim	PMDB
			Jair Soares	Sim	BL. PFL
			Jarbas Lima	Sim	PPR
			José Fortunatti	Não	PT
			Julio Redecker	Sim	PPR
			Luiz R. Ponte	Sim	PMDB
			Matheus Schmidt	Não	PDT
			Miguel Rossetto	Não	PT
			Nelson Marchesan	Sim	PPR
			Oswaldo Biolchi	Sim	BL. PTB
			Paulo Paim	Não	PT
			Paulo Ritzel	Sim	PMDB
			Renan Kurtz	Não	PDT
			Telmo Kirst	Sim	PPR
			Waldomiro	Não	PT
			Fioravante	----	----
			Wilson Cignachi	Sim	PMDB
			Yeda Crusius	Sim	PSDB
			Vilson Branco	Sim	PMDB
			Pedro Simon	Não	PMDB
			Emilia Fernandes	Não	PTB
José Fogaça	Sim	PMDB			

**VOTAÇÕES NOMINAIS DA BANCADA GAÚCHA - CONGRESSO
NACIONAL – 50^A. LEGISLATURA (1995-1999)**

TIPO DE PROPOSIÇÃO	CONTEÚDO	AUTOR	PARLAMENTAR	VOTO	PARTIDO
Pec N. 1/95 Data da votação: 25/02/1997	Emenda Constitucional que permite a reeleição de chefes executivos de todos os níveis, inclusive do presidente da República.	Executivo	Adão Pretto	Não	PT
			Adroaldo Streck	Sim	PSDB
			Adylson Motta	Não	PPB
			Airton Dipp	Não	PDT
			Arlindo Vargas	Sim	PTB
			Augusto Nardes	Sim	PPB
			Carlos Cardinal	Não	PDT
			Darcísio Perondi	Sim	BL. PMDB
			Eliseu Padilha	Sim	BL. PMDB
			Enio Bacci	Não	PDT
			Esther Grossi	Não	PT
			Ezídio Pinheiro	Sim	PSDB
			Fetter Junior	Sim	PPB
			Germano Rigotto	Sim	BL. PMDB
			Ivo Mainardi	Sim	BL. PMDB
			Jair Soares	Sim	PFL
			Jarbas Lima	Não	PPB
			Luiz Mainardi	Não	PT
			Matheus Schmidt	Não	PDT
			Miguel Rossetto	Não	PT
			Nelson Marchesan	Sim	PSDB
			Odacir Klein	Sim	BL. PMDB
			Oswaldo Biolchi	Sim	PTB
			Paulo Paim	Não	PT
			Paulo Ritzel	Sim	BL. PMDB
			Renan Kurtz	Não	PDT
			Telmo Kirst	Sim	PPB
			Valdeci Oliveira	Não	PT
			Waldomiro	Não	PT
			Fioravante	----	----
			Wilson Cignachi	Sim	BL. PMDB
			Yeda Crusius	Sim	PSDB
			Emilia Fernandes	Não	PDT
			José Fogaça	Sim	BL. PMDB
Pedro Simon	Sim	PMDB			

**VOTAÇÕES NOMINAIS DA BANCADA GAÚCHA - CONGRESSO
NACIONAL – 50^A. LEGISLATURA (1995-1999)**

TIPO DE PROPOSIÇÃO	CONTEÚDO	AUTOR	PARLAMENTAR	VOTO	PARTIDO
Pec N. 449/97 Data da votação: 13/08/1997	Dispõe sobre o Fundo de Estabelecimento fiscal que substitui o Fundo Social de Emergência (mantido o modelo de transferências para os estados que retém 15% das transferências da União para os governos estaduais e municipais.	Executivo	Adão Pretto	Não	BL. PT
			Adroaldo Streck	Sim	PSDB
			Adylson Motta	Não	PPB
			Airton Dipp	Não	BL. PDT
			Arlindo Vargas	Sim	PTB
			Augusto Nardes	ABST.	PPB
			Carlos Cardinal	Não	BL. PDT
			Darcísio Perondi	Sim	BL. PDT
			Enio Bacci	Não	BL. PDT
			Esther Grossi	Não	BL. PT
			Ezídio Pinheiro	Sim	PSDB
			Fetter Junior	Sim	PPB
			Germano Rigotto	Sim	BL.PMDB
			Jair Soares	Não	PPB
			Julio Redecker	Sim	PPB
			Luiz R. Ponte	Sim	BL.PMDB
			Luiz Mainardi	Não	BL. PT
			Matheus Schmidt	Não	BL. PDT
			Miguel Rossetto	Não	BL. PT
			Nelson Harter	Sim	BL.PMDB
			Nelson	Sim	PSDB
			Marchesan	----	----
			Odacir Klein	Sim	BL.PMDB
			Osvaldo Biolchi	Não	PTB
			Paulo Ritzel	Sim	BL.PMDB
			Renan Kurtz	Não	BL. PDT
			Valdeci Oliveira	Não	BL. PT
			Waldomiro	Não	BL. PT
			Fioravante	Não	PT
			Wilson Cignachi	Sim	BL.PMDB
			Yeda Crusius	Sim	PSDB
			Emilia Fernandes	Não	PDT
			José Fogaça	Sim	BL.PMDB
Pedro Simon	Sim	PMDB			

Como podemos perceber, no posicionamento da bancada gaúcha, na votação das três propostas de emendas à Constituição, aparecem claramente as clivagens ideológico-partidárias existentes entre os partidos de oposição (PT, PDT) e os partidos da base de coalizão governista.

Os partidos de oposição votaram maciçamente contra a quebra de monopólio da Petrobrás, contra a reeleição, especialmente do presidente Fernando Henrique Cardoso e contra o Fundo de Estabilização Fiscal que acarretaria prejuízos financeiros ao estado do Rio Grande do Sul e aos demais. Ao passo que os partidos representantes da coalizão governista votaram, com raríssimas exceções, a favor das propostas do governo.

Isto também evidencia claramente a existência de duas visões a respeito do Estado: a primeira que acabou prevalecendo, baseava-se na doutrina e no projeto neoliberal de reformulação das funções do Estado e de abertura econômica, que defendia o rompimento com o estatismo, o que significava para seus defensores a própria modernidade. A outra visão, em oposição, era defendida essencialmente pela esquerda posicionada a favor da manutenção do patrimônio público, da defesa da economia nacional e, portanto, contrária à continuidade do projeto neoliberal conduzido pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nesse sentido, poderíamos acrescentar, a respeito ainda dos condicionantes do comportamento parlamentar, a influência da ideologia⁵².

Já mencionamos, ao longo do capítulo, a influência das lideranças partidárias sobre suas bancadas nos processos de votações, pesquisada sobretudo por Figueiredo e Limongi. Entretanto, as votações podem revelar que nem todos os parlamentares costumam seguir a orientação de suas lideranças.

A questão da coesão e disciplina partidárias também tem sido amplamente estudadas por diversos pesquisadores brasileiros (Ames, Figueiredo e Limongi, Mainwaring, Meneguello, Marengo, Power).

Ao analisarmos o posicionamento da bancada gaúcha nas votações das três proposições, verificamos que alguns parlamentares se posicionaram de forma independente, aparentemente contrariando a tendência de sua bancada partidária, que, em princípio, pertencia à coalizão governista. Temos, por exemplo: Adilson Motta, PPR/PPB, votou não nas três proposições; Augusto Nardes, PPR/PPB, absteve-se na votação da PEC 449/97; Ezidio Pinheiro, PSDB, votou não apenas na quebra do monopólio da Petrobrás; Jarbas Lima, PPR/PPB, votou não apenas na votação da reeleição; Osvaldo Biolchi, PTB, votou não apenas na PEC 449/97; Pedro Simon, PMDB, votou não apenas na PEC 6/96, quebra do monopólio.

Algumas possíveis explicações vão na direção dos estudos já citados de Figueiredo e Limongi, Mainwaring, Meneguello e Power. As pesquisas dos referidos autores revelaram que os partidos de esquerda tendem a ser mais disciplinados, seguindo, portanto, a orientação do partido, enquanto que os

⁵² Apesar dos partidos políticos brasileiros serem acusados de não possuírem programas coerentes e por haver grande fluxo de migração partidária, além da prática de coligações entre partidos, muitas vezes de ideologia, em princípio, incompatíveis.

parlamentares dos partidos de direita tendem a ser menos fiéis, e, também, mais propensos à troca de partidos.

Conforme Mainwaring, Meneguello e Power,

"Os políticos conservadores não mantêm posições de consenso em todas as questões importantes (...) em comparação com os políticos de esquerda, as elites conservadoras são mais individualistas e concentradas em redes políticas, e menos comprometidas com as organizações formais. Os conservadores prezam mais a sua própria autonomia e não valorizam a agregação em grandes organizações nacionais. Essas observações mostram que regras institucionais iguais resultam em uma maior fragmentação à direita, e apontam para a importância dos referenciais ideológicos na conformação do espectro político" (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000:54-55).

A função independente adotada por alguns desses parlamentares pode também, aparentemente, ser explicada por serem parlamentares de carreira política consolidada. São políticos com longa experiência na vida pública e costumam ser os mais votados dentro dos seus partidos nas eleições, o que pode explicar um maior grau de autonomia nas suas posições.

Outra questão que podemos observar é que o tema da quebra do monopólio da Petrobrás foi na sua votação a emenda mais rejeitada por esses parlamentares citados, sendo que nas demais proposições posicionaram-se a favor. O que pode também indicar convicções pessoais fortes em relação ao patrimônio nacional.

Observamos, ainda, a presença de uma abstenção e de votações em bloco. Sabemos que o recurso da abstenção, geralmente é empregado pelo parlamentar quando há divergências de posições dentro do partido a respeito de determinada

questão. Além disso, é uma forma do parlamentar não expor publicamente, ou de maneira clara, o seu posicionamento, tanto para seus colegas de partido quanto para seus eleitores.

Em relação às votações em bloco, Ames ressalta que "os deputados de um mesmo estado votam como um bloco quando têm algum interesse comum ou quando um líder estadual exige que votem juntos" (Ames, 2003:190).

De maneira geral, observamos que a posição da bancada gaúcha nos três processos de votação apresentados revela a manutenção e mesmo transferência também para a arena federal da forte clivagem político-partidária existente no plano estadual, já mencionada por outros autores.

Segundo Marengo,

"Ao longo de quase um século, os conflitos políticos no estado estiveram marcados por um formato bipolar, configurando campos nítidos e mutuamente excludentes. A relativa rigidez da clivagem política e as sanções que normalmente acompanham comportamentos desviantes sedimentaram um sentimento de lealdade em relação à causas e identidades partidárias compartilhadas. Seus reflexos sobre a vida parlamentar se traduzem em uma valorização dos partidos, com orientações doutrinárias via de regra sobrepondo-se à motivações e objetivos individuais de cada deputado" (Marengo, 1995:13).

2.2.2. A Bancada Gaúcha e as emendas ao orçamento

A elaboração de emendas ao orçamento, conforme mencionamos na primeira parte deste capítulo, é o momento do trabalho legislativo no Congresso Nacional em que os parlamentares têm a possibilidade de dirigir as suas ações para beneficiar as suas bases eleitorais. É, também, um dos momentos de maior mobilização dos parlamentares.

De acordo com a nova Resolução N. 1/93, cada parlamentar pode apresentar até cinqüenta emendas individuais ao projeto de lei orçamentária. Entretanto, de acordo com essa mesma Resolução, as emendas coletivas, isto é, emendas de bancadas, são as mais valorizadas (Santos, Machado e Rosa, 1997).

A elaboração das emendas também costuma mobilizar outros atores fora da arena legislativa. É o caso dos governadores, prefeitos e de alguns grupos de interesse que se manifestam frente aos parlamentares com o intuito de garantir benefícios.

Segundo Santos, Machado e Rosa,

"As demandas dos governadores de estado tendem a ser prioritariamente atendidas pelos parlamentares da sua bancada, já que aqueles detêm o controle da máquina e os recursos financeiros do estado. Os governadores negociam diretamente com os deputados e senadores, individualmente ou mediante reunião com a bancada de apoio, a inclusão de emendas garantindo dotação orçamentária para os projetos de interesse do respectivo estado. Essas negociações podem ainda ser levadas a cabo através de assessores

diretos, geralmente o secretário de Estado da Fazenda e/ou do Planejamento" (Santos, Machado e Rosa, 1997:97).

Internamente os parlamentares em geral, os membros da CMO, assim como os relatores, estabelecem relações de ajuda mútua e troca de favores para garantir o atendimento às suas bases eleitorais, na distribuição de recursos orçamentários. Tudo é negociado, o que significa ainda que os parlamentares que obtiveram as maiores dotações para seus projetos dividem parte das mesmas com aqueles parlamentares que não obtiveram recursos suficientes. Neste sentido, conforme ressaltam ainda os autores acima referidos,

"Fica claro, assim que o jogo dos parlamentares em torno do número de emendas a ser apresentado é o *logrolling*, que se desenvolve tipicamente a partir de projetos *pork barrel*. Mas ainda é preciso garantir recursos para as emendas. O jogo em torno dos recursos será igualmente o da ajuda mútua. Dessa vez os parceiros são basicamente o Executivo, o presidente da CMO, o relator-geral e o "colégio de líderes" informal, locus de decisão das questões mais polêmicas" (Id. Ibid., p. 102).

A seguir apresentamos as emendas ao orçamento de parte da bancada gaúcha, divididas da seguinte forma: primeiramente emendas apresentadas por parlamentares, em seguida por partido e, por fim, pela bancada como um todo.

Cabe, porém, antes a observação de que constam nas referidas tabelas os dados relativos somente aos anos 1997 e 1998 uma vez que os dados referentes aos anos 1995 e 1996 não foram disponibilizados pela Câmara Federal. De qualquer modo, mais do que a quantificação anual do número de emendas apresentadas é a natureza e a destinação das mesmas.

NÚMERO DE EMENDAS AO ORÇAMENTO POR PARLAMENTAR – 1997

PARLAMENTAR	PARTIDO	N. EMENDAS	%
Adão Preto*	PT	19	4,2
Adroaldo Streck	PSDB	20	4,4
Adylson Motta	PPR/PPB	19	4,2
Airton Dipp	PDT	10	2,2
Augusto Nardes	PPR/PPB	21	4,6
Carlos Cardinal	PDT	14	3,1
Darcísio Perondi	PMDB	14	3,1
Eliseu Padilha	PMDB	21	4,6
Emília Fernandes	PDT	16	3,5
Enio Bacci	PDT	16	3,5
Esther Grossi	PT	13	2,9
Ezídio Pinheiro	PSDB	11	2,4
Fetter Junior	PPR/PPB	15	3,3
Hugo Lagranha	PTB	4	0,9
Jair Soares	PFL	13	2,9
Jarbas Lima	PPR/PPB	13	2,9
José Fogaça	PMDB	22	4,8
José Fortunatti	PT	11	2,4
Julio Redecker	PPR/PPB	20	4,8
Luiz Mainardi	PT	11	2,4
Matheus Schmidt	PDT	20	4,4
Miguel Rossetto	PT	9	2,9
Nelson Marchesan	PSDB	13	2,9
Odacir Klein	PMDB	4	0,9
Oswaldo Biolchi	PTB	14	3,1
Paulo Paim	PT	15	3,3
Paulo Ritzel	PMDB	8	1,8
Renan Kurtz	PDT	20	4,4
Wilson Branco	PDT	18	4,0
Waldomiro Fioravante	PT	8	1,8
Wilson Cignachi	PMDB	10	2,2
Yeda Crusius	PSDB	11	2,4
TOTAL		453	100

Fonte: www.senado.gov.br/orca/consulta/relato.asp

NÚMERO DE EMENDAS AO ORÇAMENTO POR PARLAMENTAR – 1998

PARLAMENTAR	PARTIDO	N. EMENDAS	%
Adão Pretto	PT	19	3,4
Adroaldo Streck	PSDB	16	2,9
Adylson Motta	PPR/PPB	20	3,6
Airton Dipp	PDT	20	3,6
Arlindo Vargas	PTB	13	2,3
Augusto Nardes	PPR/PPB	20	3,6
Carlos Cardinal	PDT	5	0,9
Darcísio Perondi	PMDB	20	3,6
Emília Fernandes	PDT	16	2,8
Enio Bacci	PDT	20	3,6
Esther Grossi	PT	16	2,8
Ezídio Pinheiro	PSDB	20	3,6
Fetter Junior	PPR/PPB	20	3,6
Germano Rigotto	PMDB	19	3,4
Jair Soares	PFL	20	3,6
Jarbas Lima	PPR/PPB	19	3,4
José Fogaça	PMDB	19	3,4
Julio Redecker	PPR/PPB	19	3,4
Luiz Mainardi	PT	6	1,1
Luiz R. Ponte	PMDB	20	3,6
Matheus Schmidt	PDT	20	3,6
Miguel Rossetto	PT	4	0,7
Nelson Marchesan	PSDB	20	3,6
Nelson Harter	PMDB	20	3,6
Odacir Klein	PMDB	20	3,6
Osvaldo Biolchi	PTB	8	1,4
Paulo Paim	PT	20	3,6
Paulo Ritzel	PMDB	20	3,6
Renan Kurtz	PDT	9	1,6
Valdeci Oliveira	PT	14	2,5
Waldomiro Fioravante	PT	20	3,6
Wilson Cignachi	PMDB	18	3,2
Yeda Crusius	PSDB	17	3,0
TOTAL		557	100

Fonte: www.senado.gov.br/orca/consulta/relato.asp

As duas tabelas demonstram que o número de emendas apresentadas pelos parlamentares é mais ou menos próximo e equilibrado, isto é, não há um parlamentar que se destaque significativamente quanto ao número de emendas apresentadas, em relação aos outros, pelo menos no período aferido.

EMENDAS AO ORÇAMENTO POR PARTIDO - 1997

PARTIDO	NÚMERO DE EMENDAS	%
PMDB	97	23,0
PPR/PPB	88	20,1
PDT	76	18,1
PT	75	18,1
PSDB	55	13,1
PTB	18	4,4
PFL	13	3,2
TOTAL	422	100

EMENDAS AO ORÇAMENTO POR PARTIDO - 1998

PARTIDO	NÚMERO DE EMENDAS	%
PMDB	136	26,3
PPR/PPB	98	19,0
PDT	90	17,4
PT	79	15,3
PSDB	73	14,1
PTB	21	4,0
PFL	20	3,9
TOTAL	517	100

EMENDAS AO ORÇAMENTO DA BANCADA GAÚCHA
50^A. LEGISLATURA – CONGRESSO NACIONAL
EMENDAS APROVADAS – 1997-1999

NÚMERO DE EMENDAS	ANO	PROJETOS	DESTINAÇÃO
9	1997	de habitação de interesse social, construção e aparelhamento de hospital, irrigação, ampliação de rodovias	Municípios do Rio Grande do Sul
10	1998	pavimentação de estradas, ações de saneamento, apoio agrícola familiar, irrigação, infra-estrutura em assentamentos rurais, ações de desenvolvimento regional,	Municípios do Rio Grande do Sul

Vale registrar que os tipos de emendas, bem como a sua destinação, conforme se apresenta na tabela acima, são comuns a todos os partidos da bancada.

Outrossim, ao analisarmos as propostas de emendas ao orçamento dos parlamentares gaúchos na 50^A. legislatura do Congresso Nacional verificamos que, na sua totalidade, são emendas que contemplam projetos de natureza social, cultural, de infra-estrutura e desenvolvimento regional, direcionados ao Rio Grande do Sul como um todo, ou seja, a municípios das diferentes regiões deste estado.

Observa-se, também, que o maior número de emendas aprovadas encontram-se entre os parlamentares e os partidos pertencentes à base de coalizão governamental.

Tudo indica, portanto, que as práticas políticas consideradas de *pork barrel* no Congresso Nacional concentram-se na elaboração das emendas ao orçamento, conforme foi demonstrado neste capítulo.

Para concluir, podemos dizer que, de modo geral, a atuação parlamentar, além de estar condicionada a inúmeras variáveis, envolve uma constante tensão e, por vezes, uma contradição, entre legislar e atender os interesses das suas bases; em outras palavras, uma tensão entre as questões nacionais e os interesses locais. Trata-se, no fundo, da manifestação da histórica tensão típica entre os estados federativos. No caso da bancada gaúcha, pelo que foi visto neste capítulo, ela atuou na legislatura em questão, de modo em geral, em conformidade com as regras de funcionamento da estrutura legislativa na esfera federal. Isto significa que no material analisado no presente capítulo, em sua maior parte, não se identificou a presença direta de importantes especificidades regionais quanto a elaboração de emendas na sua atuação, embora tenha se verificado a presença de nítidas clivagens ideológico-partidárias nas votações apresentadas, semelhantes às clivagens ideológico-partidárias existentes em nível local, como sempre foi característico do fazer político do Rio Grande do Sul.

No entanto, o tema regional, diferentemente do que foi identificado nas análises feitas neste capítulo, aparece de forma mais pronunciada e contundente nos pronunciamentos da mesma bancada, conforme veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

OS PRONUNCIAMENTOS DA BANCADA GAÚCHA: OS TEMAS, SUA NATUREZA E SIGNIFICADO NOS PARTIDOS

Este capítulo apresenta a análise dos pronunciamentos de deputados e senadores, realizada de acordo com os recortes mencionados na introdução desta tese, levando em conta especialmente os temas, sua natureza e significado. Iniciemos, portanto pelos temas abordados nos pronunciamentos pelos parlamentares.

1. Os temas

De modo geral, as questões econômicas e regionais estiveram na ordem do dia para os parlamentares gaúchos, especialmente relacionadas ao tema da agricultura, que, aliás, esteve presente em praticamente todos os partidos, seguido pelo tema da produção econômica do Rio Grande do Sul, em geral, envolvendo todos os seus setores, e, em terceiro lugar, o tema governo federal, conforme podemos verificar no seguinte quadro.

ORDEM	TEMAS	NÚMERO	%
1	Agricultura	38	12,14
2	Produção econ. do RS	37	11,82
3	Governo Federal	35	11,18
4	Plano Real	33	10,54
5	Governo Estadual	32	10,22
6	Recursos, créditos, dívida do Estado	31	9,90
7	Questões tributárias	24	7,66
8	Mercosul	12	3,83
9	Cultura, História e Tradições gaúchas	12	3,83
10	Desemprego	11	3,51
11	Disparidades regionais no RS	10	3,19
12	Política estadual, questões específicas	9	2,87
13	Privatizações no RS	8	2,55
14	Questões climáticas	7	2,23
15	Infra-estrutura, obras e rodovias	6	1,91
16	Conflitos de terras no RS	4	1,27
17	Questões agrárias	3	0,95
18	Previdência (referente ao Rs)	1	0,31
	TOTAL	313	100

Os temas relacionados foram referidos de modo geral pela maior parte dos partidos que compunham a bancada no período estudado, sendo alguns com maior destaque e frequência por determinados partidos. Podemos dizer, também, que não se observou uma variação significativa de temas sobre o Rio Grande do Sul entre os partidos neste mesmo período, conforme veremos, ou seja, os temas mantiveram-se mais ou menos os mesmos. A variação ocorreu, entretanto, em relação à sua natureza e à forma de abordagem pelos partidos. É o que examinaremos na seqüência.

2. A natureza dos pronunciamentos⁵³

Natureza dos pronunciamentos	PMDB	PSDB	PT	PTB	PDT	PPR/ PPB	TOTAL	%
Crítica ao gov. federal	5	2	16	4	19	11	57	17,84
Denúncia	11	3	9	6	15	10	54	16,90
Defesa de interesse(s) do RS	7	2	4	8	18	7	46	14,37
Defesa setores econômicos do RS	3	1	8	8	11	5	36	11,50
Solicitação/apelo	11	4	2	8	6	4	35	10,86
Análise realidade do RS	5	1	1	6	9	6	28	8,94
Defesa interesses da região parlamentar	11	1	3	2	---	3	20	6,38
Crítica ao gov. estadual	---	--	12	---	5	3	20	6,38
Protesto	5	1	4	---	2	1	13	4,15
Defesa do gov. estadual	10	2	---	1	---	---	13	4,15
Homenagem/evocação história e trad. Gaúcha	---	---	---	---	1	8	9	2,87
Defesa gov. federal	2	4	---	---	---	---	6	1,91
Homenagem/comemoração/datas históricas	1	---	---	---	1	2	4	1,27

⁵³ O percentual referente à natureza dos pronunciamentos foi calculado sobre o número total de pronunciamentos referentes ao Rio Grande do Sul que é de 313. O quadro acima engloba os pronunciamentos correspondentes ao período total da legislatura (1995-1999).

2.1. Análise da natureza dos pronunciamentos

Como podemos observar, em relação a sua natureza, o maior número de pronunciamentos encontrados caracteriza-se por críticas dirigidas ao governo federal, pela quase totalidade dos partidos, inclusive do PSDB, apesar de ser o partido que mais o defendeu.

Obviamente, não poderia ser diferente, tratando-se de uma bancada pertencente ao partido do governo, que tinha entre os seus membros, o deputado Adroaldo Streck, como coordenador da bancada do Rio Grande do Sul no Congresso Nacional, além de ter sido um dos principais líderes do governo, no período. Já, o PDT foi o partido que mais dirigiu críticas ao governo federal, seguido pelo PT. Este por sua vez, foi o que mais fez críticas ao governo estadual.

Quanto aos pronunciamentos de denúncia, cabe ressaltar que, estes caracterizam-se por uma certa ambigüidade, ou seja, uma denúncia, em princípio, pode caracterizar uma declaração ou uma revelação de algum fato ou situação pelo parlamentar, que pode ou não ser seguida por uma crítica, um apelo ou um protesto, particularmente direcionada ao governo, seja este federal ou estadual. Em terceiro lugar aparecem os pronunciamentos caracterizados pela defesa de interesse(s) do estado do Rio Grande do Sul. Neste tipo de pronunciamento fica bastante evidenciado as questões regionais e federativas, pois estas envolvem uma multiplicidade de interesses políticos e econômicos do estado, que são apresentados pelos parlamentares. Cabe ainda observar a

estreita relação entre os três temas dominantes dos pronunciamentos e a tipologia dominante apresentados nos quadros anteriores, os quais poderemos demonstrar da seguinte forma:

Temas	Natureza
1 - Agricultura	1 - Crítica ao governo federal 2 - Denúncia 3 - Defesa de interesses do RS
2 - Produção econômica do RS	1 - crítica ao governo federal 2 - Denúncia 3 - Defesa de interesses do RS
3 - Governo federal	1 - Crítica ao governo federal 2 - Denúncia 3 - Defesa de interesses do RS

Onde a agricultura, por exemplo, é apresentada como um setor em crise, daí a denúncia desta situação, que tem como causa número um a política econômica do governo federal. Além disso, a agricultura é considerada como um dos principais setores da economia do Rio Grande do Sul, o qual, portanto, deve ser defendido. O mesmo se repete com o tema da produção econômica. Quanto ao tema **governo federal**, cabe esclarecer que, embora apareça de forma predominante em muitos pronunciamentos, ele costuma estar associado ao que podemos chamar de “sub-temas”, isto é, onde se fala sobre as ações do governo federal que podem estar relacionadas ao Plano Real, a recursos federais, desemprego, etc.

Por conseguinte, o tema do governo federal aparece predominantemente na forma de crítica e de denúncia contra este, por parte da maioria dos parlamentares. Este tema aparece ainda, em pronunciamentos que se caracterizam e se relacionam à defesa de interesses do Rio Grande do Sul. Porém, conforme veremos ao longo deste capítulo, o governo federal e os interesses do Rio Grande do Sul são apresentados como sendo antagônicos pela maior parte da bancada.

Ainda sobre a natureza dos pronunciamentos, podemos observar que esta expõe claramente as clivagens ideológico-partidárias existentes, neste período, sobretudo no Rio Grande do Sul. Pois, encontramos um maior número de pronunciamentos de crítica ao governo estadual, no PT e no PDT, enquanto que, no PSDB e PMDB não foram menos presentes. Nos partidos aliados: PTB e PPB também encontramos alguns pronunciamentos desta natureza. Algumas hipóteses sugerem que isso pode ocorrer em razão de uma atitude mais independente adotada por alguns parlamentares, especialmente por aqueles que possuem uma carreira política consolidada, em que acumularam um significativo capital político, o que pode assim, lhes assegurar uma certa autonomia. Uma segunda hipótese sugere que tal fato poderia ocorrer por razões relacionadas à existência de forças distintas no interior dos próprios partidos, em consequência das diferenciações regionais e intra-partidárias. E ainda uma terceira pela possibilidade de estar relacionado às características do partido, no que diz respeito à exigência ou não de disciplina partidária de seus membros.

Procuramos até aqui, através da apresentação dos temas e da análise de sua natureza dar uma idéia de como se caracterizam os pronunciamentos da bancada gaúcha, de modo geral, nesse período.

Passaremos agora a análise dos pronunciamentos por partido, através do exame de alguns exemplos de fragmentos discursivos, a fim de verificar como os temas foram tratados por cada um.

3. Análise dos pronunciamentos por partido

3.1. Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Ao analisarmos os temas dos pronunciamentos da bancada gaúcha do PMDB, podemos constatar que, especialmente nos anos de 1995 e 1996, são freqüentes as críticas ao governo federal quanto a sua política agrícola e, sobretudo, críticas dirigidas à forma como este trata as questões de interesse do estado. Neles, o Rio Grande do Sul é apresentado como um estado, cuja economia como um todo se encontra em “crise”, principalmente a agricultura, conforme poderemos verificar na seqüência de alguns fragmentos discursivos que serão apresentados.

O primeiro fragmento pertence ao deputado Darcísio Perondi, extraído de pronunciamento realizado em 12-05-1995, sobre a agricultura.

“Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. A insensibilidade e a lentidão com que o governo vem tratando a crise da agricultura está causando prejuízos gravíssimos ao país, alguns até irreversíveis. No caso do Rio Grande do Sul, o interior do estado está parando. Os agricultores, principalmente os pequenos produtores, não estão comprando mais nada. E o pior: começam a vender suas terras a preços irrisórios e a se transferir para as cidades, engrossando o cinturão de miséria. Hoje, diversas entidades e prefeitos estão publicando documento, intitulado “Alerta ao Rio Grande”, chamando a atenção do governo para as terríveis consequências da crise na agricultura. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o presidente Fernando Henrique Cardoso precisa apresentar soluções urgentes para o atual impasse, que já se prolonga por mais de dois meses. O governo não pode continuar adotando a política do “empurrar com a barriga”, porque a crise é séria e tem que ser tratada com seriedade” (Darcísio Perondi, D. C. N. 12/05/1995).

Percebemos, em primeiro lugar, neste pronunciamento que, a agricultura é enunciada pelo parlamentar como em estado de “crise”. E esta crise é um fato que persiste, conforme demonstra o tempo verbal empregado (“vem tratando”). A forma como é referida pelo sujeito enunciativo, o tratamento da questão pelo governo federal: “insensibilidade e lentidão”, constrói a posição do governo federal como antagônica aos interesses dos agricultores e do estado do Rio Grande do Sul. Porém, o discurso vai mais além, construindo o problema da agricultura não apenas como um problema regional, que atinge principalmente o Rio Grande do Sul como um todo, mas que se trata de um problema nacional. O discurso se coloca claramente ao lado dos agricultores e contra o governo federal, construindo ainda um campo de presença, onde nomeia outros sujeitos: “diversas entidades”,

“prefeitos gaúchos, para dar mais autoridade a sua fala, mostrando que há uma comunidade inteira mobilizada, tendo esta, inclusive, lançado um manifesto dirigido ao governo federal. O último parágrafo do pronunciamento cobra uma posição do governo, enfatizando mais uma vez a posição do governo em relação à agricultura, agora construída através de um recurso lingüístico metafórico: “ o governo não pode continuar adotando a política do empurrar com a barriga”, utilizado, obviamente como reforço argumentativo de reiteração.

Alguns meses depois, ainda no ano de 1995, o deputado Darcísio Perondi profere o seguinte pronunciamento sobre o mesmo tema:

“Venho à tribuna para registrar nos Anais desta casa um manifesto em relação à agricultura feito pelo governador Antônio Britto, do PMDB, na Expointer, realizada dias atrás no Rio Grande do Sul. O PMDB, já no mês de junho, foi o primeiro partido a expor para o país a “Carta de Goiânia”, na qual fez um alerta e apresentou propostas bem claras ao governo federal sobre a crise na agricultura. Na Expointer o governador do Rio Grande do Sul foi feliz, claro e firme. Trata-se de um membro do PMDB que, embora amigo do Sr. Presidente da República, não silenciou diante da grave crise”(Darcísio Perondi, D.C.N.12-09-1995).

O pronunciamento comunica a apresentação de um manifesto pelo governador do Rio Grande do Sul, por ocasião da Expointer sobre a questão da agricultura. O que chama a atenção neste discurso, é que o sujeito enunciador procura construir a posição do partido (PMDB), quanto à “crise” da agricultura, mas uma posição distinta em relação aos outros partidos e em relação ao próprio governo federal, do qual procura se distanciar a respeito desta questão. O discurso constrói ainda, o apoio ao governador do Rio Grande do Sul, eximindo-o

de responsabilidade por tal situação. Trata-se de um problema de responsabilidade do governo federal. Nas últimas duas linhas do pronunciamento temos três enunciados:

“Trata-se de um membro do PMDB”,

“embora amigo do Sr. Presidente da República”,

“não silenciou diante da grave crise”.

Podemos dizer que, o primeiro e o segundo enunciados apresentam implicitamente duas condições, ao menos em tese, as quais impediriam o governador de se manifestar sobre a crise da agricultura: ele pertence ao PMDB, partido integrante da coalizão presidencial e ele é amigo do presidente Fernando Henrique. Ao mesmo tempo, o segundo enunciado assinala uma oposição, expressa na palavra “embora”; ou seja, assinala a incompatibilidade da ação do governador apresentada no terceiro enunciado, em relação ao primeiro. Dessa forma, em relação à questão da agricultura, o discurso constrói o antagonismo entre o governo estadual e o governo federal, e ainda, entre este e o PMDB.

Outro pronunciamento bastante ilustrativo sobre o mesmo tema, foi proferido pelo deputado Wilson Cignachi, ainda em 1995.

“Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, no último fim de semana estivemos, a convite do Diretório Regional do PMDB do Estado do Rio Grande do Sul, sob a coordenação e a Presidência do dinâmico Deputado André Forster, num encontro histórico, de iniciativa do nosso partido no Rio Grande, que, preocupado com a situação do atual momento da agricultura nacional, decidiu reunir as mais expressivas lideranças do Estado numa cidade essencialmente agrícola do interior do Estado, a cidade de Espumoso. Lá estivemos,

Sr. Presidente, junto com o Senador Pedro Simon, diversos Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores, líderes sindicais, líderes cooperativistas e, especialmente, os produtores de alimentos.

(...)

Quero dizer, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, que o setor agrícola, a produção de alimentos no Estado do Rio Grande do Sul, está atravessando os piores momentos de toda a sua história. Manifestaram-se mais de trinta líderes sindicalistas, trabalhadores, todos eles relatando a realidade da agricultura no Estado e no País” (Wilson Cignachi, D.C.N. 23/08/1995).

No primeiro enunciado, do primeiro fragmento, há dois pontos importantes a serem analisados. Em primeiro lugar, a construção do sujeito enunciativo como “nós”. Trata-se de um “nós” que pode ser analisado sob duas perspectivas: de um lado, referindo-se a um sujeito coletivo (nós do PMDB do Rio Grande do Sul), ao qual pertence o parlamentar. De outro, trata-se de um “nós” em contraposição a “vocês”, de outros partidos. Em segundo lugar, ainda no mesmo enunciado, é feita uma referência a um evento ocorrido no Rio Grande do Sul, organizado pela coordenação do PMDB deste estado, ao qual o parlamentar esteve presente. Ele destaca a importância do evento, caracterizando-o como um evento histórico. Histórico, porque trata-se de um evento, cuja iniciativa partiu do PMDB do Rio Grande do Sul, a fim de discutir a questão da agricultura nacional, conforme enfatiza o deputado. Percebe-se que desde o seu início, este discurso também procura destacar a atuação do PMDB do Rio Grande do Sul, construindo uma posição distinta do partido, não apenas em relação aos demais partidos, mas em relação ao próprio PMDB, ao PMDB de fora do estado. Pois, de acordo com o parlamentar, o PMDB do Rio Grande do Sul tomou a frente da questão, porque

este PMDB preocupa-se com a situação da agricultura. Nesse sentido, a agricultura parece ser para o PMDB gaúcho, mais do que uma questão regional. Ela é uma questão nacional.

Antes de analisarmos a última parte deste primeiro fragmento, nos chama a atenção que o discurso identifica o difícil momento vivido pela agricultura, como sendo o momento presente.

No final desta primeira parte, aparece novamente o sujeito “nós” [lá estivemos], que, através de um processo de construção de equivalências, busca articular lideranças regionais do partido em diversos níveis do Legislativo e do Executivo com líderes sindicais, cooperativistas e com os próprios produtores, pois procura mostrar que a gravidade da situação da agricultura mobiliza todos os sujeitos enunciados.

No segundo fragmento, o sujeito “nós” desaparece, dando lugar ao sujeito “eu” [quero dizer], a fim de reiterar mais uma vez a difícil situação vivida pelo setor agrícola. Novamente o discurso identifica o momento presente como o pior momento vivido pela agricultura do Rio Grande do Sul em toda a sua história. E mais uma vez interpela os mesmos sujeitos, a fim de reforçar a sua fala.

Um dos aspectos interessantes deste discurso é que ele, apesar de enunciar do início ao fim a difícil situação da agricultura, ele não menciona em nenhum momento, a origem ou a causa de tal situação. O fato existe e é motivo de preocupação pelo parlamentar e pelo PMDB do Rio Grande do Sul, mas o agente responsável não é nomeado. O discurso não faz acusações ou críticas ao Executivo federal nem ao Executivo estadual. Ao contrário dos pronunciamentos anteriores do deputado Darcísio Perondi, também do PMDB, que responsabiliza o

governo federal. Isto pode significar que não há um consenso dentro do partido a respeito dessa questão, ou ainda pode sugerir que há um ou outro parlamentar que “prefere” não declarar abertamente suas posições.

Vejamos o próximo fragmento discursivo de um dos Senadores do PMDB, Pedro Simon, no mesmo ano de 1995.

“Senhor Presidente, senhoras e senhores Senadores. Trago mais uma vez ao debate um problema do meu estado: o Rio Grande do Sul (...). Hoje, porém, estou mudando o foco do meu discurso. Vou falar especificamente sobre uma questão que está comovendo o meu estado. Os gaúchos têm por tradição não se queixarem das suas dificuldades: “aguentar no osso do peito”, como se diz lá no Rio Grande. Disseram-nos que era preciso aumentar o superávit da nossa balança comercial e o Rio Grande do Sul tornou-se o maior produtor de soja do país, garantindo milhões de dólares com a sua exportação. O que aconteceu, então?

A soja é exportada, deixando poucos impostos no estado, e a união não nos dá nenhuma compensação por isso. As estradas, onde pesados caminhões transportam a safra para o porto de Rio Grande, estão esburacadas e a união não faz nada para recuperá-las, ou faz muito pouco. Perguntem ao ministro dos transportes, o nosso conterrâneo Odacir Klein, qual é a situação viária do Rio Grande do Sul e de que verbas ele dispõe para os reparos necessários.

(...)

Depois de aguentar calados, por muito tempo, essas e outras situações, os gaúchos começam a reclamar. Nossos deputados, independentemente de partidos, estão unidos na defesa dos interesses espoliados do Rio Grande. Como Senador hoje, como governador ontem, eu também não poderia deixar de trazer para esta casa, o grito de revolta dos gaúchos. E o faço, na certeza de que estou honrando o mandato que me foi outorgado pela gente do Rio Grande do Sul.

(...)

E o que está sendo feito para enfrentar essa crise monumental?

O governador Antônio Britto tem feito tudo o que é possível dentro das limitações institucionais do governo do estado. A solução dos problemas, porém, depende muito mais da ação do governo federal(...). Vamos usar esta tribuna para cobrar de um governo que ajudamos a eleger e que apoiamos com

nossos votos no parlamento, para que adote medidas fortes e urgentes....” (Pedro Simon, S. F. 10/05/1995).

Os pronunciamentos do Senador Pedro Simon costumam ser longos e contundentes. Trata-se de uma liderança histórica do partido, no plano regional e uma das principais referências do PMDB no plano nacional. Neste pronunciamento, o Senador sintetiza de forma crítica e contundente a situação de vários setores da economia gaúcha, demonstrando claramente, na sua concepção, como tem se caracterizado a relação entre a União e o estado do Rio Grande do Sul. O discurso é marcado pela construção de diversas posicionalidades: "eu", Senador; "nós" (subdividindo-se, às vezes em: "nós" do Rio Grande do Sul / "nós" do PMDB) e "eles" (aqueles que formam o governo federal ou o próprio governo). O sujeito "eu" aparece de maneira predominante nos enunciados iniciais, onde o sujeito enunciativo toma para si, enquanto parlamentar-Senador, a tarefa de expor o problema de seu estado e de encaminhar a sua solução, dando a entender que se trata de um problema que atinge o estado como um todo. O discurso busca, ainda, construir um campo de memória e ao mesmo tempo uma diferença no enunciado: "os gaúchos têm por tradição não se queixarem das suas dificuldades". Na verdade, o que está implícito é que o povo gaúcho possui uma história, um passado de lutas que travou para defender seus interesses, não tendo, em muitos momentos ao longo de sua história, o apoio do governo central, contra o qual, inclusive, lutou muitas vezes. Ao mesmo tempo, esse implícito parece construir uma diferença em relação ao restante do país. E isso se torna mais claro no enunciado seguinte: "Agüentar no osso do peito, como se diz lá no Rio Grande do Sul", onde, através

de uma enunciação proverbial, oriunda de uma sabedoria popular, própria de uma determinada comunidade, se constitui no discurso numa espécie de “enunciado síntese”, cuja função é asseverar o que foi dito anteriormente.

O próximo enunciado faz o corte: “disseram” (eles). Aqui, obviamente, referindo-se à União, ao Governo federal. O terceiro parágrafo deste fragmento é bastante revelador no que diz respeito à forma como o discurso do parlamentar constrói a relação entre o Rio Grande do Sul e a União. Após descrever o que o estado realizou, Simon faz um questionamento: “o que aconteceu então?”

A partir daí e até o final desse parágrafo Simon procura mostrar que o Rio Grande fez a sua parte, enquanto que a União, ao contrário, não fez a sua, o que caracteriza obviamente uma relação antagônica.

Dessa forma, o Rio Grande do sul é, neste tipo de construção, um estado injustiçado, pois “A União não nos dá nenhuma compensação...”. “A União não faz nada para recuperar as estradas, ou faz muito pouco”.

Paralelamente, ainda neste mesmo parágrafo, o discurso constrói um campo de presença com a referência ao Ministro dos Transportes, o gaúcho Odacir Klein, para dar mais autoridade ainda à sua fala, pois o Ministro dos Transportes é um conhecedor dos problemas viários do país e principalmente do Rio Grande do Sul.

Os parágrafos seguintes apresentam importantes enunciados que revelam claramente a construção de vários sujeitos antagônicos: “os gaúchos *versus* a União”; “a bancada do Rio Grande do Sul unida pelos interesses “espoliados” do estado *versus* a União”.

Aqui verificamos o momento em que o discurso neutraliza ou mesmo apaga as clivagens ideológico-partidárias existentes no Rio Grande do Sul e constrói a unidade, pois os interesses dos diversos setores econômicos do estado são os interesses de todo o povo gaúcho e estes devem se sobrepor aos interesses político-partidários, pois trata-se dos “interesses espoliados” pela União.

E ainda constrói: Simon (senador) *versus* União, Simon (ex-governador) *versus* União. Como Senador, Simon não pode e não deve se calar, pois ele é um representante dos gaúchos. Seu papel é defender os interesses do seu estado. Esta é a posição em que se coloca. Por ter sido governador, isso o credencia e dá maior autoridade ainda à sua fala.

No penúltimo parágrafo Simon questiona novamente a União e defende o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Brito. Considera que este faz a sua parte, dentro do que lhe cabe como governador para resolver os problemas de seu estado. Porém, enfatiza que a solução dos problemas do Rio Grande do Sul encontra-se em verdade com a União.

O último parágrafo é também significativo. O “nós” reaparece de forma reiterada, referindo-se a “nós”, parlamentares do PMDB, para cobrar do governo federal uma solução, numa espécie de “cumprimento de acordo”, pois o PMDB compunha juntamente com o PSDB, o PFL e o PTB, a base de apoio do governo. Neste sentido, o discurso constrói o governo federal como um devedor, não apenas dos partidos que o apóiam mas principalmente um devedor do Rio Grande do Sul, pois o PMDB, neste período, além de ser o maior partido brasileiro, constituía a maior bancada no Congresso, assim como era majoritário também na composição da bancada gaúcha no Congresso Nacional.

Em 1996, os temas dos pronunciamentos da bancada do PMDB permanecem concentrados nas questões econômicas. Entretanto, observa-se que o tema da agricultura cede lugar a outros como a pesca e a temas de ordem econômico-administrativos.

Vejamos alguns exemplos, como o pronunciamento do deputado Wilson Branco:

“O descaso dos governos federal, estadual e municipal para com o setor pesqueiro é muito triste. Isso revolta a nós, pescadores. Digo nós porque sou pescador profissional e conheço realmente o setor pesqueiro.

(...)

Os pescadores podem ter certeza de que os estarei defendendo com unhas e dentes como dizem os gaúchos, porque conheço a situação por que o setor atravessa neste momento tão difícil para o país” (Wilson Branco, D.C.N. 4/10/1996).

Neste primeiro fragmento os sujeitos enunciados (governo federal, governo estadual e governo municipal) são responsabilizados pela condição em que se encontra o setor pesqueiro. Neste fragmento o sujeito enunciatador se constrói como “nós”, assumindo a sua condição de igual. No segundo fragmento posiciona-se como representante do setor. O que está implícito neste discurso é que ele constrói o problema do setor pesqueiro como uma questão nacional. Isto fica evidenciado no fragmento correspondente a outro pronunciamento:

“Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, pela primeira vez, na história política e econômica do Rio Grande do Sul, foi criada pelo Governador Antônio Brito a Câmara Setorial do Setor Pesqueiro. Essa Câmara é o resultado de muitos anos de luta reivindicatória deste Deputado em defesa da causa pesqueira (...). Com esse ato simples mas democrático

poderemos dobrar o potencial pesqueiro do Rio Grande do Sul em poucos anos” (Wilson Branco, D.C.N. 9/11/1996).

Aqui, coloca-se novamente como representante, defensor da categoria e da causa pesqueira nacional. Seu pronunciamento ainda comunica um ato inédito do governador, que vem beneficiar o setor. Porém, fica claro que o mérito de tal ato não é do governo do estado, e sim do defensor da causa pesqueira: o próprio parlamentar.

Os dois pronunciamentos seguintes dos senadores Pedro Simon e José Fogaça também mencionam o governador do Rio Grande do Sul e expressam uma tendência que caracteriza os pronunciamentos da bancada do PMDB nesta legislatura, que é de defesa e apoio ao governador, eximindo-o da responsabilidade pelos efeitos negativos, sobretudo para o Rio Grande do Sul, das políticas do governo federal, conforme podemos verificar no pronunciamento do senador Pedro Simon.

“O Rio Grande do Sul, apesar do excepcional trabalho do Governador Antônio Britto – que está, diga-se de passagem, fazendo um trabalho sério e responsável, com grande autoridade, inclusive com um desgaste causado por aquelas reformas que devem ser feitas, algumas que, inclusive, eu poderia talvez ter tentado no meu Governo e S. Exa. Está tendo a coragem de fazê-las, vive um momento difícil na sua economia” (Pedro Simon, S.F. 02/12/1996).

Porém, no pronunciamento do senador José Fogaça encontraremos uma diferença:

“Estivemos no Palácio do Planalto com o presidente da República, o governador do Rio Grande do Sul, o

Governador de Santa Catarina e o governador de São Paulo, respectivamente, Antônio Britto, Paulo Afonso Vieira e Mario Covas. Da reunião e da solenidade de que participamos resultou o anúncio, senhor presidente, por parte da General Motors do Brasil, da instalação de uma fábrica de veículos no Rio Grande do Sul.

(...)

O Estado está fazendo uma verdadeira reforma pública, está reorganizando as suas estruturas: o porto de Rio Grande está sendo modernizado, passando por um processo de privatização; as estradas também estão sendo licitadas para serem mantidas por operação privada, mediante pedágio, o que vai lhes dar uma melhora notável. E seguramente, com os investimentos em infra-estrutura que serão feitos a partir do momento em que o estado reorganizar as suas finanças e o seu endividamento e consolidar essa dívida num prazo de trinta anos, por meio de um acordo amplo com o Governo Federal, se estabelecerão as condições de credibilidade para uma empresa desse porte se implantar no Rio Grande do Sul”.

(...)

Portanto, é da maior importância registrar isto: os investimentos estão sendo feitos, primeiro porque houve no Rio Grande do Sul quem lutasse, quem colocasse a sua posição política em jogo (...). Em segundo lugar, um governo que reorganiza o estado com profundas reformas que, embora as vezes incompreendidas, geram frutos extraordinários para o benefício da população no futuro. Em terceiro lugar, a estabilidade monetária alcançada pela política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso” (José Fogaça, S. F. 02/12/1996).

O discurso do senador Fogaça faz, como podemos ver, a defesa das ações de governo de Antônio Britto, ressaltando os seus aspectos benéficos para o estado, especialmente, aquelas que geraram maior polêmica dentro do Rio Grande do Sul, tais como: as privatizações de alguns setores, as condições de renegociação da dívida do estado, e da mesma forma, as condições que viabilizaram a instalação da montadora GM. E, ao final, faz ainda, a defesa da política econômica do governo Fernando Henrique. Eis aqui a diferença

mencionada, pois trata-se do único pronunciamento a favor do governo federal proferido por um membro da bancada do PMDB nesta legislatura.

O discurso argumenta ainda que o Rio Grande do Sul está no caminho do desenvolvimento devido às ações audaciosas e corajosas do governador em promover reformas. E o êxito destas ações também resultou da política econômica do governo Fernando Henrique, ou seja, este é um discurso que, pela primeira vez, constrói a política do governo federal como positiva para o Rio Grande do Sul, ao contrário do pronunciamento do senador Pedro Simon.

A partir de 1997, e até o final de 1998, observamos que há uma espécie de ruptura no discurso da bancada do PMDB em relação aos anos de 1995 e 1996. Ou seja, os pronunciamentos passam a versar sobre o crescimento econômico do Rio Grande do Sul, sendo este creditado especialmente ao governador Britto.

Nos anos de 1997 e 1998, não há nenhum pronunciamento de deputados do PMDB que utilize as palavras “crise” ou “problema”, para caracterizar a condição da economia do Rio Grande do Sul e principalmente da agricultura, mas, pelo contrário, estas parecem ter sido apagadas. Os únicos pronunciamentos que permanecem mencionando a difícil situação do Rio Grande do Sul são os proferidos pelo senador Pedro Simon.

Seus pronunciamentos mantêm-se críticos em relação ao governo federal.

Vejamos alguns fragmentos como exemplos:

“O Rio Grande do sul trabalhou por um pólo que era para o Brasil. No momento em que o governo privatiza e considerando-se o dinheiro que vai receber nessa privatização, é natural que o Rio Grande do Sul seja compensado.
(...)”

O governo privatizou, ganhou, recebeu em troca. Então, repito, que haja uma compensação para o Rio Grande do Sul com relação a essa parte.

(...)

É o apelo que faço na carta que eu, neste momento, publicamente, envio ao Presidente da República e ao governador do Rio Grande do Sul. E a bancada, toda a bancada, os três senadores e todos os deputados federais, de todos os partidos, se solidarizaram, pois essa vai ser uma proposta do Rio Grande do Sul.

(...)

O Rio Grande do Sul vive horas difíceis (...). Como todos nós sabemos, o governador Britto identifica-se como amigo pessoal do presidente Fernando Henrique e tem colaborado com Sua Excelência; todavia, ele chama a atenção: diz que respeita o governo do Senhor Fernando Henrique, seu trabalho, sua dedicação, suas realizações e o carinho que o presidente da república tem dedicado ao Rio Grande do Sul mas alerta para os problemas que estão sendo vividos.

(...)

Diz o governador Britto que ele não sabe se alguns dos problemas sociais que se está vivendo poderão esperar até lá, como por exemplo as questões referentes à diminuição da arrecadação do governo do estado no que tange à tributação que o Governo Federal está tirando dos estados. Sabemos que, para o Rio Grande do Sul, a isenção do ICMS nas exportações é da maior importância, porque somos o segundo Estado exportador do Brasil.

(...)

A lei Kandir está tirando verbas. Está provado que, somente por causa da Lei Kandir, o Estado deixou de arrecadar R\$300 milhões, e que só esses recursos equacionariam o problema do Estado” (Pedro Simon, S. F. 06/08/1997).

Neste pronunciamento o senador peemedebista aborda duas importantes questões. A primeira relacionada à privatização de um importante setor econômico do Rio Grande do Sul pelo governo federal. Trata-se do pólo petroquímico, construído no governo do general Ernesto Geisel. A segunda diz respeito aos efeitos negativos da diminuição da arrecadação do estado provocada pela Lei Kandir.

No primeiro enunciado do fragmento inicial, o discurso constrói o Rio Grande do Sul como um estado desfavorecido, injustiçado, pelo governo federal. O Rio Grande do Sul, leia-se “suas lideranças políticas”, tiveram de pressionar muito o governo militar para convencê-lo da importância da implantação do terceiro pólo petroquímico no estado. Porém, o governo estadual foi quem mais investiu na sua implantação, gastando milhões de dólares na sua infra-estrutura. Mas, três décadas após, o governo federal decide privatizá-lo sem compensar financeiramente o estado por todo o investimento feito.

Desta forma, o discurso do senador constrói, mais uma vez, um ato do governo federal como antagônico aos interesses do Rio Grande do Sul.

No terceiro parágrafo, o “eu” acaba se construindo como “nós” e diluído ao final do parágrafo, pois o “eu” é quem apela, pede através de uma mensagem dirigida ao presidente e ao governador, para englobar.

Esta mensagem se constitui não apenas na posição do senador em relação à questão por ele enunciada, mas na construção da posição de toda a bancada gaúcha, incluindo todos os outros partidos que a compõem.

O discurso, portanto, constrói esse “apelo” ou proposta, como sendo “do estado do Rio Grande do Sul”. É o Rio Grande unido para defender seus interesses contra a União. Nesse momento, o discurso constrói a unidade neutralizando as clivagens ideológicas existentes entre os partidos que compõem a bancada, em favor da causa do Rio Grande, pois este está acima das causas partidárias.

Como podemos ver, o discurso constrói o Rio Grande do Sul como um estado que ainda passa por uma situação difícil. Porém, ao mesmo tempo em que

o discurso constrói, em quase sua totalidade, o Rio Grande do Sul e o governo federal em posições antagônicas, no penúltimo parágrafo, ele atenua este antagonismo, construindo a relação entre Antônio Britto e Fernando Henrique Cardoso, não como uma relação formal entre presidente e governador de partidos aliados, mas como uma relação de amigos, parceiros, com afinidade de objetivos. E isto é consenso pois “todos nós sabemos”.

Todavia, isso não impede que o Rio Grande do Sul se encontre em uma situação econômica difícil, em razão das políticas adotadas pelo governo federal.

Ainda neste mesmo parágrafo o sujeito falante cede lugar ao locutor: o governador Antônio Britto, que passa a ocupar a posição de enunciador. É ele quem fala, embora o senador se responsabilize pela asserção, pois foi o governador que emitiu as proposições relatadas.

No último parágrafo deste fragmento discursivo, o sujeito enunciador nomeia claramente o agente causador de um dos principais problemas enfrentados, especialmente pelo Rio Grande do Sul, o qual tem efeito sobre a sua arrecadação: a Lei Kandir.

Como podemos perceber, os pronunciamentos do senador Pedro Simon, ao longo desta legislatura destoam, em parte, sobre vários pontos do restante da bancada gaúcha do PMDB. Pois em seus pronunciamentos, o Rio Grande do Sul, em nenhum momento deixa de estar em uma situação difícil. E esta situação deve-se ao governo federal e a sua política econômica.

Além disso, o Rio Grande do Sul é um estado injustiçado e “espoliado” pela União. Enquanto que encontramos, por exemplo, o pronunciamento do deputado Wilson Cignachi, em 1997, descrevendo a economia do estado da seguinte forma:

“Sr. Presidente, Sr e Sras. Deputados, confirmando o bom momento que vive o Estado do Rio Grande do Sul, dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE — mostram um acelerado crescimento da indústria gaúcha.

(...)

Há alguns dias, nesta mesma tribuna, tive oportunidade de comentar o surto de desenvolvimento que o Rio Grande do Sul vem atravessando, fruto de uma profunda e competente reforma do Estado que vem sendo realizada pelo Governador Antônio Britto, em sua forma corajosa e moderna de administrar, atraindo assim grandes investimentos para o Estado e ao mesmo tempo multiplicando os recursos públicos, federais e estaduais em obras de infra-estrutura básica.

(...)

É o Governo do PMDB gaúcho dando um novo rumo ao Estado, que vinha economicamente cambaleante, carente de investimentos, gerando perda da auto-estima dos gaúchos. É o Governo de um partido que entendeu muito bem a necessidade de inovar, de reformar, para atender aos anseios da população. É assim que se faz um estado moderno, competitivo, cumpridor de suas finalidades, enfim um estado para todos (Wilson Cignachi, D.C.N. 19/9/1997).

Percebemos, logo no primeiro fragmento, que o discurso constrói a realidade econômica vivida pelo Rio Grande como positiva, através de um campo de presença, onde cita uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a respeito do crescimento econômico do Rio Grande, a qual empresta autoridade a sua fala por tratar-se de um trabalho científico realizado por um órgão credenciado.

No segundo parágrafo, o discurso situa “o surto de desenvolvimento econômico” do estado, no momento presente, ou seja, no mandato do governador Antônio Britto que, aliás, é enunciado como o agente deste desenvolvimento.

Porém, o terceiro parágrafo mostra que o discurso constrói o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul ainda como resultado da presença do PMDB no governo, ou seja, como resultado de um programa, de um projeto político de um “partido”, mas não de um partido qualquer. Trata-se do PMDB. O discurso ainda assinala um “antes e um depois” do governo do PMDB no estado. Antes, era um estado “economicamente cambaleante e carente de investimento, gerando perda da auto-estima dos gaúchos”. Depois, com o PMDB, “é um governo de um partido que entendeu muito bem a necessidade de inovar, ou reformar, para atender aos anseios da população”.

Nota-se, em muitos pronunciamentos do deputado Wilson Cignachi, que este costuma distinguir o seu partido, o PMDB, procurando destacar a posição do mesmo sobre diferentes questões.

Os pronunciamentos do PMDB no ano de 1998, em sua maior parte, conforme já mencionamos, caracterizam-se pela defesa do governo Antônio Britto, destacando ainda a boa situação econômica vivida pelo estado, neste momento. Não há indícios de “crise” ou “problema” com a economia do Rio Grande do Sul. É o que também podemos constatar, no exame dos pronunciamentos do deputado Germano Rigotto que tomamos como exemplo. Antes, porém, é importante salientar, que este parlamentar foi escolhido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em fevereiro de 1995, para ser líder do seu governo no Congresso e foi Coordenador da Bancada do Rio Grande do Sul em 1997, também no Congresso Nacional.

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo hoje esta tribuna para destacar as conquistas e o crescimento econômico registrado no meu Estado, o Rio Grande do Sul, durante a gestão do Governador Antônio Britto, que recolocou-o no rumo do desenvolvimento.

(...)

A atual gestão dos negócios públicos pelo Governador Antônio Britto, agindo de forma competente, criando parcerias com a iniciativa privada, colocou o Estado em uma etapa mais avançada de crescimento (Germano Rigotto, D.C.N. 20/3/1998).

(...)

É importante salientar que o governo Antônio Britto está fazendo um governo que é, sem dúvida, o maior governo que o Rio Grande do Sul já teve, pois o Estado, além de estar transformado em um verdadeiro canteiro de obras, nunca experimentou um grau de desenvolvimento e recebeu tantos investimentos como agora” (Germano Rigotto, 20/06/1998).

Finalizando esta análise, podemos dizer que os pronunciamentos do PMDB revelam que as questões referentes à economia do estado são as mais relevantes para o partido, sobretudo a agricultura, entre 1995 e 1998. E todas essas questões são associadas à política econômica do governo federal.

Percebemos a regularidade de algumas questões enunciadas, como a defesa do governo estadual, e a imputação ao governo federal das dificuldades enfrentadas pelo estado. Porém, nos pronunciamentos referentes a 1997 e 1998, encontramos uma ruptura, uma dispersão, pois, o Rio Grande do Sul passa a ser representado como um estado que se encontra em franco desenvolvimento. Há, portanto, um deslocamento de sentido na forma de constituir o Rio Grande do Sul.

Percebemos, ainda, através desses pronunciamentos que, parece haver uma espécie de “euforia” dentro do PMDB gaúcho, nesse período, coincidindo, justamente, com o momento em que o então governador Antônio Britto dá prosseguimento às reformas do estado e a outras ações de maneira mais efetiva, tais como: o sancionamento de leis que viabilizaram a instalação da montadora GM, e de outras empresas, as privatizações da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), e da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEE), e a renegociação da dívida do estado com a União. Esse acordo com o governo federal foi efetivado em julho de 1998 e tinha um significado extremamente importante para as contas públicas do estado.

Por tudo isso, essas ações forneceram um argumento político para o partido, de que elas teriam conseqüências positivas para o estado, especialmente em 1998, quando o mandato de Antônio Britto já se encaminhava para o final. A ênfase no apoio ao governador confirma o papel político-estratégico ainda exercido pelos governadores na relação com a bancada federal, sobretudo a do mesmo partido, além de revelar o peso das lealdades partidárias locais.

3.2. Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

Como sabemos, em 1994 foram eleitos apenas dois deputados federais no Rio Grande do Sul pelo PSDB: Yeda Crusius e Ezídio Pinheiro. Posteriormente, este número aumentou para quatro com a entrada do suplente Adroaldo Streck (ex-PDT), e com a filiação de Nelson Marchezan (ex-PPR/PPB), em 1996.

No entanto, cabe esclarecer que o número de pronunciamentos realizados pelos parlamentares do PSDB gaúcho no Legislativo federal, neste período, é muito pequeno em relação ao de outros partidos, sendo ainda menor o número de pronunciamentos sobre o Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, não foi encontrado nenhum pronunciamento a respeito de alguma questão envolvendo particularmente o Rio Grande do Sul, proferido pela deputada Yeda Crusius, embora fosse bastante ativa em plenário na defesa de propostas do governo federal e na abordagem de temas político-econômicos de caráter nacional.

O deputado Ezídio Pinheiro durante seu mandato parece não ter ido à tribuna em nenhuma ocasião para proferir qualquer tipo de pronunciamento, pois não há registro nos Anais do Legislativo Federal de que o tenha feito.

O deputado Adroaldo Streck é outro parlamentar que pouco se pronunciou especificamente a respeito do Rio Grande do Sul. A quase totalidade de seus pronunciamentos, nesta legislatura, versou sobre os grandes temas da política

nacional, como: o sistema financeiro, o Plano Real, a defesa do governo federal, etc.

O único parlamentar do PSDB gaúcho no Legislativo federal a abordar temas especificamente relacionados ao Rio Grande do Sul foi o deputado Nelson Marchezan⁵⁴, conforme veremos mais à frente.

Iniciaremos a análise com o pronunciamento do deputado Adroaldo Streck, realizado em 1995.

“Sr. Presidente. Sr e Srs. deputados, faço rápido registro a propósito da crise em que vive a lavoura de arroz, de maior tradição no meu Estado.

O arroz norte-americano entra no Brasil com subsídio de 100 dólares por tonelada, coberto pelo Tesouro dos Estados Unidos, com a aprovação do Congresso daquele país, contrariando o foi determinado pela Rodada Uruguai do GATT.

O produto está entrando via São Borja e fronteira do Rio Grande do Sul, numa quantidade de 1 milhão e 500 mil sacas, exatamente no momento em que a safra do arroz irrigado começa a ser colhida.

Ninguém entende, Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, por que se permite essas importações, quando há estoque de arroz para suprimento interno e o produto está em queda livre.

(...)

Sr. Presidente, este é o registro que faço sobre assunto que traz grande preocupação à lavoura de arroz irrigado do meu Estado, cuja colheita oficial começará a ser feita no dia 19 do mês que vem. Há excesso de produção interna, e as

⁵⁴ Trata-se de um parlamentar bastante experiente e com larga atuação política, com passagem em vários partidos. Durante o regime militar pertenceu à ARENA, partido do qual foi líder. Com a liberalização do regime e a criação de um novo sistema partidário, que veio a substituir o arranjo bipartidário em vigor desde 1965, surgiu, do lado governista, o Partido Democrático Social (PDS), do qual o deputado passou a fazer parte. Em 1992, em razão das cisões ocorridas no interior do PDS, um grupo dissidente fundou um novo partido: o PFL. E outro fundiu-se com o PDC, formando o PPR. Posteriormente, em 1993/94, o PPR fundiu-se com o PP, resultando no PPB. Porém, na prática, todos esses partidos permaneceram como continuadores do PDS. Em 1995, Nelson Marchezan deixou o PPB e permaneceu sem partido até o início de 1996, quando formalizou seu ingresso no PSDB.

importações do produto continuam” (Adroaldo Streck, D.C.N. 23/02/1995).

O deputado inicia seu pronunciamento definindo-o como um “registro”, apenas uma comunicação a respeito de um fato: a crise em que vive a lavoura de arroz no seu estado. Esta crise, à qual o deputado se refere, é, na, na verdade, decorrente de problemas cambiais, provocados pelo Plano Real. O que não é mencionado em nenhum momento em seu discurso.

O arroz é uma cultura tradicional em algumas regiões do estado do Rio Grande do Sul, especialmente na região de origem do parlamentar (Cachoeira do Sul), e na qual o deputado é conhecidamente produtor. Daí sua preocupação.

Por ser membro do partido governista, seu pronunciamento é feito como “registro”, conforme menciona, e não como crítica, denúncia ou protesto.

No fragmento: “Ninguém entende Sr. Presidente, Sras e Srs deputados, por que se permite essas importações...”, fica claro que, embora implicitamente haja uma crítica, ele não interpela o agente responsável que é, obviamente a política econômica do governo federal. Isso parece claro na utilização da forma da não-pessoa, através da expressão (se permite). “Ninguém entende” e nem mesmo o próprio parlamentar parece entender tal prática, enunciando a frase em tom de perplexidade.

Trata-se, portanto, de um discurso marcado pelo deslocamento de vários sentidos, onde, por exemplo, não há a interpelação de sujeitos e onde o próprio pronunciamento procura deslocar o indício de qualquer crítica a determinada

política do governo federal, sendo definido apenas como um “registro” de informação e comunicação, além de não mencionar a causa de fato do que ele chama de crise da lavoura do arroz”.

Este se constitui no único pronunciamento da bancada do PSDB no ano de 1995, relacionando o Rio Grande do Sul.

No ano de 1996, com a entrada do deputado Nelson Marchezan no PSDB, encontramos mais pronunciamentos. Contudo, no cômputo geral, ainda foram bastante escassos. Cabe enfatizar que são apresentados aqui todos os pronunciamentos realizados pelos parlamentares do PSDB gaúcho, nesta legislatura. Ao contrário de outros partidos que, por serem muitos os pronunciamentos, estes foram selecionados de acordo com a sua relevância para os propósitos de nossa análise.

Em fevereiro de 1996, o deputado Nelson Marchezan realiza o seguinte pronunciamento:

“Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, dirijo-me a este plenário, hoje, para chamar a atenção mais uma vez par a situação calamitosa em que se encontra a economia do RS, que se reflete em todos os setores produtivos da sociedade, causando ansiedade e insegurança a toda a população. Recebo, agora, a Associação Comercial e Industrial de Ijuí, um dos Municípios mais produtivos do Estado, correspondência, que solicito transcrição nos anais esta Casa. Essa associação apresenta ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, o quadro dramático vivido pelas pequenas e médias empresas em decorrência da recessão econômica. Mesmo aplaudindo as mudanças, esses representantes do setor produtivo gaúcho, os quais comercializam bens, serviços e sustentam vários produtos de trabalho, ressentem-se diante da constatação de que são muitos os estabelecimentos comerciais e industriais que encerram suas atividades sem que novas portas se abram em substituição.

Os reflexos das dificuldades econômicas vem, conforme frisei em pronunciamento há menos de um mês, castigando a agricultura e o Rio Grande em sua totalidade por ser um Estado essencialmente agrícola, sobretudo no que diz respeito às cidades do interior.

Espero que algumas dessas tantas reivindicações que o Rio Grande vem fazendo com vistas a amenizar as dificuldades por que passa, as quais não são poucas, encontrem eco a partir desta Casa e sensibilizem os setores de direito no empenho das ações que são aguardadas pela comunidade do meu Estado” (Nelson Marchezan, D.C.D. 01/02/1996).

Podemos verificar que o parlamentar faz um chamamento, um alerta sobre a difícil situação econômica em que se encontra o Rio Grande do Sul, expressando claramente que já havia se pronunciado sobre o mesmo assunto anteriormente, não obtendo até o momento uma resposta satisfatória.

Neste pronunciamento, Marchezan se coloca como porta-voz de alguns representantes do setor produtivo gaúcho, construindo em seu discurso um campo de presença ao mencionar a correspondência enviada ao ministro Malan pela Associação Comercial e Industrial de Ijuí, no Rio Grande do Sul, como forma de reiterar e reforçar seus argumentos. Ele reitera que há dificuldades em todos os setores produtivos do estado, especialmente na agricultura, pois o Rio Grande do Sul é um estado “essencialmente agrícola”, o que já havia mencionado em outros pronunciamentos, conforme declara.

O último parágrafo é bastante significativo, pois nele há uma espécie de desabafo, de crítica e reclamação, onde demonstra que são muitas as reivindicações feitas pelos setores produtivos do estado, enunciados como reivindicações do Rio Grande do Sul como um todo. E que há muito são feitas e não atendidas. Nota-se que a palavra utilizada pelo parlamentar é “reivindicações”.

E quem reivindica está a exigir um direito, o que é muito diferente de solicitar e apelar. Na verdade, entende-se que são reivindicações dirigidas ao governo federal.

Ainda neste último parágrafo, o discurso interpela alguns sujeitos mesmo de forma indireta, ao dizer: “Espero que algumas dessas tantas reivindicações (...) encontrem eco a partir desta casa e sensibilizem os setores de direito...”.

Ou seja, refere-se à Câmara Federal e aos órgãos ministeriais. Trata-se, na verdade de um pronunciamento de natureza crítica, ainda que não declarada, por ser o parlamentar membro do partido do governo.

No mesmo mês, o deputado Adroaldo Streck faz o seguinte pronunciamento, conforme podemos verificar nos fragmentos abaixo:

“Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, falo na condição de Vice-Líder do meu partido, PSDB, para responder as afirmações irracionais que ouvimos neste plenário em apenas vinte minutos de sessão.

Dizer que o atual Presidente da República não é um democrata é desconhecer a biografia desse grande brasileiro. Partidos que até hoje forjam sua existência no autoritarismo têm menos condições de achacar o passado glorioso deste grande democrata que é o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Quanto às alegações de que o Governo não age sob pressão, convém esclarecer o que efetivamente o Presidente da República quis dizer na reunião com a bancada do Rio Grande do Sul. S. Exa acertou com o movimento dos sem-terra o desenvolvimento de um programa de assentamento de agricultores. S. Ex está cumprindo rigorosamente sua parte. Outros grupos — aí, sim, sob pressão da Central Única dos Trabalhadores Rurais — estão tentando tumultuar o processo.

(...)

Será que adianta invadir prédio público? Resolve alguma coisa entrar numa fazenda produtiva quando tem tanta terra de voluta, como no meu Estado, Rio Grande do Sul, na região onde tenho propriedades? Trata-se de uma região

que não tem luz, estradas, telefone. Inclusive já ofereci minha área para esse grupo, comandado pelo Deputado Adão Pretto, invadir. Mas eles não invadem, porque não há telefone para se comunicar com a imprensa. O que vale é o fato e não resolver o problema do trabalhador rural, porque resolvendo o problema do trabalhador rural, o que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está fazendo, essa gente fica sem discurso. A sociedade brasileira tem de ser esclarecida a respeito deste grande problema que estamos vivendo no momento” (Adroaldo Streck, D.C.D. 03/02/1996).

Embora mencione o Rio Grande do Sul, o tema principal deste pronunciamento diz respeito aos conflitos agrários ocorridos no Estado como a invasão a fazendas e a ocupação de prédios públicos pelo MST, em que o parlamentar faz a defesa do governo federal e critica o deputado Adão Pretto, do PT, acusando-o, inclusive, de liderar tais invasões.

Neste pronunciamento observamos que, desde o primeiro parágrafo o discurso procura desconstruir o outro, o seu opositor. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso era bastante nítido o antagonismo entre o PSDB e o PT. Este faz forte oposição ao governo e aos seus aliados neste período. Em contrapartida, os representantes do governo partiam em sua defesa. No pronunciamento em questão, sua argumentação principal é justamente a defesa do governo, no qual o parlamentar se coloca como aquele que fala pelo governo.

Ele assume desde o início sua posição enunciativa relacionado-a a sua função política, pois não é apenas o direito ao exercício da palavra como deputado que lhe permite se manifestar, mas a sua condição (autoridade) de vice-líder do governo, conforme enuncia no primeiro parágrafo: “falo na condição de vice-líder do meu partido...”.

Seu discurso constrói posições antagônicas, procurando, de um lado, desconstruir o discurso opositor, representado pelo PT e por outros grupos por ele interpelados, e, de outro, busca construir a imagem do político, do presidente e do brasileiro Fernando Henrique Cardoso. Desse modo temos:

Um discurso que se opõe à F.H.C.	Discurso sobre F.H.C.
Que faz afirmações irracionais sobre F.H.C.	É um democrata
Forja sua existência no autoritarismo	É um grande brasileiro
Tentam tumultuar o processo	O presidente F.H.C. está resolvendo o problema do trabalhador rural.

Além disso, a forma como os sujeitos são interpelados, desqualifica-os tanto no plano do discurso como no plano político. Isso fica evidenciado pela forma genérica e pejorativa de enunciação: “Essa gente”. E, como todo o discurso, este também procura impor a sua verdade: “A sociedade brasileira tem de ser esclarecida a respeito deste grande problema que estamos vivendo no momento”.

Por “grande problema” refere-se, obviamente, à atuação dos sujeitos interpelados pelo enunciador que se coloca como aquele em que na sua condição cabe informar e esclarecer a sociedade sobre esses fatos.

Ainda em 1996 encontramos um pronunciamento do deputado Marchezan onde aborda novamente questões econômicas referentes ao Rio Grande do Sul, como podemos verificar nos fragmentos a seguir:

“Sr. Presidente, Sr. e Sr.s Deputados, volto hoje a esta tribuna para alertar mais uma vez sobre a grave crise que se verifica no setor coureiro-calçadista, e da necessidade

urgente de o Governo Federal adotar medidas eficazes que regulem a excessiva saída do País das matérias básicas do setor — os couros bovinos salgados e wet blue — e revertam a perda de competitividade dos produtos de maior valor agregado — couros acabados, calçados e outros manufaturados.

(...)

Só no Rio Grande do Sul, segundo dados da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Calçado e do Vestuário/AS, o número dos calçadistas abrangidos por esta Federação baixou de 260 para 140 mil. Nos últimos dois anos, somente no vale do Rio dos Sinos, as falências nos mesmos setores atingiram 95 empresas, enquanto outras estão no mesmo caminho. São mais de 120 mil desempregados.

(...)

Aqui fica, Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados, o meu apelo ao Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, aos Ministros da área econômica e aos setores responsáveis pelo comércio exterior, para que analisem os pleitos das entidades representativas do setor coureiro-calçadista e adotem as medidas necessárias ao fortalecimento das empresas do ramo, para que, em vez de exportarmos matérias-primas, exportemos produtos manufaturados, fazendo com que toda a cadeia produtiva no território nacional gere mais divisas, mais riquezas e mais empregos” (Nelson Marchezan, D.C.D. 07/11/1996).

Já no primeiro parágrafo, o parlamentar deixa claro que não é a primeira vez que aborda o mesmo tema sobre a grave crise do setor coureiro-calçadista, onde interpela o governo federal a adotar medidas para sua solução.

Comparando este com o seu pronunciamento anterior, podemos constatar que o estilo do discurso se repete. Em que pese o seu conteúdo, há grande semelhança em relação ao tema abordado, ou seja, crise no setor produtivo gaúcho. A estrutura lingüístico-semântica do discurso também é muito semelhante nos dois pronunciamentos, conforme podemos verificar na utilização das seguintes expressões.

1. pronunciamento (01/02/1996)	2. pronunciamento(07/11/1996)
<p>Mais uma vez - Espero que algumas dessas reivindicações ... encontrem eco ... sensibilizem os setores de direito no empenho das ações...</p>	<p>- Volto hoje ... - Alertar mais uma vez - necessidade urgente... adotar medidas eficazes - meu apelo ao Sr. presidente da República... aos ministros... e aos setores responsáveis..., adotem as medidas necessárias...</p>

O conteúdo implícito do discurso nos dois pronunciamentos sugere a falta de ação do governo federal para solucionar os problemas referentes ao estado do Rio Grande do Sul, relatados pelo deputado.

No segundo parágrafo do segundo pronunciamento, o sujeito enunciador (deputado) apóia-se em um outro discurso, citando os dados levantados pela Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Calçado e do Vestuário do Estado, a respeito do problema relatado pelo parlamentar, construindo, dessa forma, um campo de presença para valorizar e legitimar ainda mais a sua fala.

No último parágrafo, de forma mais uma vez reiterada, interpela o presidente da República, os ministros da área econômica e os setores responsáveis pelo comércio exterior, a adotarem medidas, porém, em forma de apelo. O emprego da palavra “*apelo*”, tem no final do discurso, o efeito de suavizar a sua fala. Afinal, trata-se de um deputado do partido do governo.

Os pronunciamentos seguintes, realizados por Marchezan e Adroaldo Streck, ainda no mesmo ano, coincidem pela primeira vez no tema abordado.

Seus discursos se constroem pelas mesmas instâncias de produção, ou seja, a partir do anúncio da instalação da montadora de automóveis GM no Rio Grande do Sul. Vejamos, primeiramente o pronunciamento de Marchezan a esse respeito.

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, pela manhã, no Palácio do Planalto, em solenidade presidida pelo Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, foi anunciada ao País a instalação de uma montadora de automóveis no Rio Grande do Sul — a GM. Estavam presentes o Governador, altas autoridades do Rio Grande, a bancada federal, empresários e lide ranças de todos os setores, inclusive das comunicações sociais.

Em primeiro lugar, congratulo-me com o povo do Rio Grande por essa notícia. A instalação de uma montadora de automóveis, particularmente da GM, em nosso Estado, além de representar um fato histórico, possibilitará, de um lado, extraordinários avanços em todos os sentidos e a busca da construção de um país harmonicamente desenvolvido e, de outro lado, melhor qualidade de vida para o povo do RS” (Nelson Marchezan, D.C.D. 03/12/1996).

Podemos perceber que o discurso é construído do início ao fim pelo estabelecimento de equivalências. Na solenidade em que foi anunciada a instalação da empresa no Rio Grande do Sul, pode-se dizer que diferentes representantes da elite política e econômica do estado estavam presentes. Pelo significado econômico e mesmo simbólico da instalação dessa empresa, tal fato não deixa espaço para antagonismos, para diferenças, não apenas entre os que estiveram presentes, mas também entre os rio-grandenses e brasileiros de modo geral, pois, de acordo com o discurso “... além de representar um fato histórico, possibilitará, de um lado, extraordinários avanços em todos os sentidos e a busca da construção de um país harmonicamente desenvolvido e, de outro lado, melhor qualidade de vida para o povo do Rio Grande do Sul”.

Já o pronunciamento do deputado Adroaldo Streck vai em outra direção, acrescentando ainda outros elementos, conforme podemos perceber:

“Sr. Presidente, Sr. Deputados, vou abordar lado diferente daquele a que se referiram os Deputados do Rio Grande do Sul que me antecederam, sobre o anúncio, veiculado hoje, da instalação de uma montadora de automóveis da General Motors no meu Estado.

É bom um investimento desta natureza num Estado como o Rio Grande do Sul? É. Mas precisamos ver os antecedentes. O Estado está se credenciando a receber esse investimento de 600 milhões de dólares porque o atual Governador Antônio Britto promoveu o saneamento da economia do Estado, primeiro, renegociando, e negociando em outros pontos, a rolagem da dívida do Estado — impagável na forma como estava ordenada —, de aproximada mente sete bilhões de reais. Este é o primeiro ponto. Segundo, o Governador Antônio Britto tomou medidas impopulares também, reduzindo pessoal, colocando em prática o programa de demissões voluntárias e enxugando tudo o que é possível enxugar numa administração pública. O resultado é que os investimentos começaram a aparecer. Esse, da GM, chega ao Rio Grande exatamente porque o Estado dá aparências de que passa a ser de novo um Estado saudável. Antes disso, o próprio Governo da União já havia investido na duplicação do terceiro pólo petroquímico do Rio Grande do Sul e em outros grandes empreendimentos internacionais — brevemente, será feita a despoluição do estuário do rio Guaíba, com aporte de capital do BID de aproximadamente 200 milhões de dólares.

Então, o Estado está tomando, em consonância com a sociedade, um conjunto de providências que lhe está dando novamente a posição de realce que sempre teve no concerto da Federação. Durante muito tempo, a situação em que o Rio Grande se encontrava chegou a sinalizar para a condição de Estado periférico. O Rio Grande do Sul chegou, sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a prefigurar a condição de um Estado periférico, por falta de uma boa administração, depois de ter sido sempre, sem nenhuma dúvida, uma das principais Unidades da Federação” (Adroaldo Streck, D.C.D. 03/12/1996).

Neste pronunciamento o próprio deputado comunica no seu início que abordará o tema sob outro ângulo. Trata-se de um discurso marcado por uma heterogeneidade enunciativa e pela construção de vários sujeitos.

O segundo parágrafo, por exemplo, inicia por uma interrogação simulada, construindo dessa forma, uma dimensão interativa no seu discurso: “É bom um investimento dessa natureza, num estado como o Rio Grande do Sul?”

A resposta é afirmativa, seguido pelo conectivo “mas”, que liga dois enunciados não necessariamente contraditórios. Trata-se de um “mas” argumentativo que sugere um sentido de ressalva, dando ao segundo enunciado um argumento de maior força que o do primeiro enunciado.

“É, mas precisamos ver os antecedentes”.

A palavra “antecedentes” possui um sentido temporal e condicional, referindo-se aos acontecimentos anteriores que possibilitaram a realização desse investimento no Rio Grande do Sul e que passam a ser relacionados pelo projeto enunciado. São eles, em um primeiro momento:

- o saneamento da economia do estado;
- a rolagem da dívida do estado pelo governador Britto (sujeito enunciado).

Em um segundo momento:

- o governador Britto tomou medidas impopulares
- reduziu pessoal, implementou o programa de demissões voluntárias, etc.

O discurso constrói, portanto, uma relação de causalidade entre as medidas empregadas pelo governador Britto e a instalação da GM no Rio Grande do Sul. Porém, quando enuncia: “o Estado está se credenciando a receber um

investimento de 600 milhões de dólares”, o discurso orienta, não revela, em que exatamente se constitui esse investimento.

Mais à frente, o parlamentar, através de um determinante demonstrativo (esse), retoma o referente anterior (investimentos), enunciando novamente os sujeitos GM e Rio Grande do Sul. Este último é construído como um estado financeiramente saudável, no momento presente. Isto é, a expressão: “passa a ser de novo um estado saudável”, constitui-se em um referente temporal.

O momento em que o estado passa a ser “saudável” financeiramente corresponde ao mandato do governador Antônio Britto. Dessa forma, o discurso constrói de modo implícito que, nos governos anteriores, o Rio Grande do Sul estava em má situação financeira.

A expressão “antes disso”, obviamente refere-se à chegada do investimento, representado pela GM no Rio Grande do Sul e enuncia o governo federal construindo-o como outro agente responsável pela realização, anteriormente de outros investimentos no estado. O último parágrafo deste fragmento discursivo é bastante rico em significados. O emprego do conetivo consecutivo (então), estabelece a ligação do segundo enunciado que legitima a demonstração apresentada no enunciado anterior (final do penúltimo parágrafo), onde são citados os investimentos realizados no Rio Grande do Sul pelo governo da União, sugerindo a consonância com as outras medidas tomadas pelo governador do Estado.

O discurso constrói, portanto, uma sintonia de ações e interesses entre a União e o Rio Grande do Sul, articulados ainda com a sociedade em uma lógica de equivalência.

A sociedade referida parece ser a sociedade rio-grandense a qual é mencionada como uma totalidade homogênea. O discurso constrói, dessa forma, a União entre Estado e sociedade, como a condição que está permitindo o Rio Grande do Sul a reconquistar o seu lugar na federação.

A partir daí o Rio Grande do Sul passa a ser construído através de uma série de enunciados metadiscursivos. No enunciado: “O Estado está tomando em consonância com a sociedade, um conjunto de providências que lhe está dando novamente a posição de realce que sempre teve no conserto da federação”, o conteúdo que se encontra implícito é, na verdade, que o governo de Antônio Britto é que está colocando o Rio Grande do Sul em posição de destaque dentro da federação, em razão das políticas adotadas. O emprego do advérbio “sempre”, constrói a referência temporal, indicando que o Rio Grande do Sul sempre teve importância na federação, mas existiu (no passado e durante muito tempo, uma pré-condição de estado periférico). E em seguida enuncia a razão que levou o estado a essa situação: “por falta de uma boa administração”.

Contudo, não interpela algum partido ou governo anterior especificamente. Em uma forma dialógica de construção discursiva, reitera sua argumentação ao final do parágrafo, construindo o Rio Grande do Sul em duas instancias temporais:

“O RS chegou sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a prefigurar a condição de um estado periférico, por falta de uma boa administração, depois de ter sido sempre, sem nenhuma dúvida, uma das principais unidades da federação”.

1 – o Rio Grande do Sul sempre foi uma das principais unidades da federação;

2 – depois, a má administração o levou a prefigurar uma condição de estado periférico.

Porém, antecipadamente o parlamentar busca evitar um possível erro de interpretação do seu discurso a respeito da posição cabida ao Rio Grande do Sul, no enunciado:

“... depois de ter sido sempre, sem nenhuma dúvida, uma das principais unidades da federação”.

Nele, muito mais do que um simples recurso de retórica, o discurso constrói ideologicamente a posição do sujeito Rio Grande do Sul.

Em 1997, os pronunciamentos dos parlamentares do PSDB diferem bastante entre si, não apenas quanto aos temas, mas também quanto a sua natureza. Vejamos alguns fragmentos discursivos como exemplos, começando pelo deputado Nelson Marchezan.

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho recebido apelos dramáticos de cooperativas agropecuárias, sindicatos e produtores do meu Estado, no sentido de apoio às suas reivindicações de providências do Governo Federal que venham a minimizar os graves prejuízos que tiveram em suas lavouras, devido à pior seca que se abateu sobre o Rio Grande do Sul nesses últimos dez anos.

Para que tenham uma idéia da monta desses prejuízos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a atual safra de soja no Estado, com uma área total de 2,9 milhões de hectares cultivados, apresentou uma perda de aproximadamente 30% do seu potencial, numa ordem de 1,123 milhão de toneladas.

(...)

Creio, Sras. e Srs. Deputados, que esses dados dão idéia do grau das dificuldades vividas pelos produtores rurais e cooperativas de produção do Rio Grande, que estão por isso

a reivindicar do Governo Federal, entre outras medidas, as seguintes: que seja autorizada a prorrogação para pagamento após a última parcela das prestações vincendas dos financiamentos de quotas-partes de capital e securitização; que seja reavaliado o cronograma de amortizações dos financiamentos concedidos para investimentos via FINAME-BNDES.

É este o apelo que faço desta tribuna, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante das dificuldades dos agropecuaristas gaúchos, que esperem ver suas reivindicações atendidas no menor prazo possível” (Nelson Marchezan, D.C.D. 17/06/1997).

“Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, a conclusão das obras da BR—158, no Rio Grande do Sul, no trecho Santa Maria—Rosário do Sul, é um antigo anseio não só daquela região, como de todo o Estado do Rio Grande do Sul e da região Sul do Brasil.

Este trecho constitui, na verdade, parte do eixo rodoviário formado pelas BR—153/158 (Transbrasiliana) e um os principais eixos estratégicos de integração do Mercosul.

(...)

E ele será de grande importância na ligação com os Estados de Santa Catarina e Paraná e as regiões Sudoeste e Centro-Oeste do País.

(...)

Além de constituir-se em elemento indutor da interiorização do desenvolvimento da região Sul;

Entendendo como prioritária a conclusão das obras desse trecho da BR—158, entre Santa Maria e Rosário do Sul, obras que estavam interrompidas há doze anos, a bancada da região Sul, formada por Deputados e Senadores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, sob a minha coordenação, resolveu apresentar uma emenda coletiva ao Orçamento da União de 1996, esforço que foi compensado com a aprovação de recursos no valor de R\$5 milhões.

Lamentavelmente, alegando a falta de edital de concorrência para a realização da obra e a conseqüente impossibilidade de aplicação dos recursos aprovados, o Ministério, dos Transportes aplicou-os em outras obras rodoviárias, destinando para a BR—158, no Rio Grande do Sul, em 1996, apenas R\$100 mil para a assinatura do contrato e a abertura de editais.

Por minha iniciativa, mais uma vez se movimentou e apresentou nova emenda coletiva ao Orçamento de 1997. Conseguimos aprovar recursos no montante de R\$6 milhões, 750 mil, insuficientes, é verdade, mas que permitiram a retomada dos trabalhos e encheram nossas esperanças a população de toda aquela região, que sonha ver o trecho Santa Maria—Rosário do Sul concluído.

Por diversas vezes, reiteramos apelos ao Ministério dos Transportes no sentido de que viesse a ser consignado maior aporte de verbas para aquela obra, sob pena de haver nova interrupção dos trabalhos.

(...)

Por isso, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, faço aqui esse registro, dizendo da minha inconformidade com o pequeno aporte de recursos para essa obra rodoviária no projeto de lei orçamentária enviada ao Congresso Nacional e também da minha esperança de ver aprovados, pela Comissão Mista de Orçamento, recursos que permitam a continuidade e conclusão da BR- no trecho compreendido entre Santa Maria—Rosário do Sul (Nelson Marchezan, D.C.D. 11/09/1997).

Nesses dois pronunciamentos observamos que Marchezan expõe alguns problemas vividos pelo Rio Grande do Sul e interpela o governo federal para a sua solução.

No início do primeiro pronunciamento enuncia os sujeitos: cooperativas agropecuárias, sindicatos e produtores do Rio Grande do Sul, que através do referido parlamentar fazem “apelos” no sentido de apoio às suas reivindicações e providências do governo federal para que sejam minimizados os prejuízos em suas lavouras, em razão da “pior seca que se abateu sobre o Rio Grande do Sul nesses últimos anos”.

O tempo verbal empregado, logo no início do primeiro parágrafo, com o auxílio do presente do verbo ter (tenho) mais o particípio do verbo receber

(recebido), indica, portanto, na forma do pretérito perfeito composto, uma ação que continua a se repetir, ou seja, os apelos, as reivindicações, das referidas categorias em razão da seca, estabelecendo, desse modo, as condições de produção do discurso.

Embora o parlamentar assuma do início ao fim de seu pronunciamento o papel de enunciador, como bem demonstram os pronomes, os possessivos referentes ao “eu” e os tempos verbais referentes à primeira pessoa, ele insere no seu discurso, conforme podemos observar no segundo parágrafo, uma enunciação de outros locutores onde cita os dados referentes aos prejuízos dos produtores, apresentados pelas cooperativas enunciadas que são as responsáveis pela informação.

Esta citação, que se constitui em um discurso relatado, constrói um valor de autoridade que valoriza, reforça e atesta a verdade dos argumentos discursivos de Marchezan. Isso é confirmado no início do parágrafo seguinte com a frase: “esses dados dão idéia do grau das dificuldades vividas pelos produtores rurais e cooperativas de produção do Rio Grande”.

Nesse parágrafo volta a interpelar claramente o governo federal. E, por fim, o último parágrafo evidencia a natureza do discurso: trata-se de um “apelo”, apesar de seu conteúdo implícito revelar, do início ao fim, uma insatisfação com uma certa demora do governo federal em tomar as providencias anunciadas. Isso parece ficar evidenciado na expressão: “no menor prazo possível”.

O segundo pronunciamento também faz referência a outro problema vivido pelo Rio Grande do Sul, relacionado à liberação de recursos para a conclusão da BR-158, ligando Santa Maria e Rosário do Sul.

Nesse pronunciamento Marchezan ressalta que a conclusão do referido trecho é um desejo antigo da região pela sua importância estratégica e não apenas desta região, como para todo o estado e, da mesma forma, para toda a região sul do Brasil.

O discurso constrói como equivalentes os interesses das diversas regiões enunciadas em torno da rodovia, incluindo igualmente as regiões sudoeste e centro-oeste do país. Isto, porque a sua construção argumentativa gira em torno da questão estratégica representada pela rodovia como um todo, por facilitar a integração do Mercosul e por ser ainda um agente indutor do desenvolvimento da região sul. E os diversos obstáculos por parte do Ministério dos Transportes como a não liberação de recursos suficientes para a conclusão do trecho referido pelo deputado, constituem as condições de produção discursiva em que o sujeito enunciator (Marchezan) constrói as posições do governo federal, representado pelo Ministério dos Transportes e da bancada da região sul, representando os interesses desta região, como antagônicas.

Há diversos enunciados que exemplificam o antagonismo.

Em primeiro lugar, a interrupção das obras levou a uma ação conjunta das bancadas dos três estados da região sul, sob iniciativa e coordenação do parlamentar, o que é enunciado explicitamente, a apresentar uma emenda coletiva ao orçamento da União de 1996, no sentido de destinar recursos para a obra. No entanto, os trâmites burocráticos impediram a aplicação dos recursos aprovados no orçamento. No ano seguinte, sob a iniciativa do deputado, a bancada apresenta nova emenda coletiva e consegue aprovação. Porém, os recursos são insuficientes.

O penúltimo parágrafo expressa claramente a construção da posição do sujeito: Ministério dos Transportes, a respeito da questão e a posição em que se coloca o sujeito enunciador em relação àquele.

“Por diversas vezes, reiteramos apelos ao Ministério dos Transportes ...”, ou o nós como referindo a toda a bancada da região sul que trabalha pela causa, intercedendo, pedindo, no ministério que detém o poder de liberar ou não os recursos necessários para a conclusão da rodovia.

No último parágrafo ratifica sua argumentação, declarando sua contrariedade com o Ministério dos Transportes pela liberação de recursos ainda insuficientes para a conclusão do referido trecho rodoviário, construindo, dessa forma, uma posição antagônica em relação a ele. O discurso, na verdade, revela o antagonismo entre questões de caráter regional.

De um lado, a política do Ministério dos Transportes, do governo federal, e, de outro, os interesses da região sul do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul, defendidos pelos parlamentares. Isso também pode ser constatado no seguinte fragmento:

“Lamentavelmente, alegando a falta ou edital de concorrência para a realização da obra e a conseqüente impossibilidade de aplicação dos recursos aprovados, o Ministério dos Transportes aplicou-os em outras obras rodoviárias”.

O enunciado em questão parece pressupor que os recursos não foram aplicados em obras rodoviárias da região sul.

Retomando a análise do último parágrafo, este confirma, portanto, a não aceitação pelo parlamentar da posição adotada pelo Ministério, expressa no projeto de lei Orçamentária enviada ao Congresso, mas ao mesmo tempo

expressa a sua confiança, a sua expectativa de que a Comissão Mista de Orçamentos, por ele enunciada, termine por aprovar os recursos necessários.

Neste pronunciamento, o parlamentar assume explicitamente o papel de enunciador, conforme demonstra o emprego dos pronomes, dos possessivos e tempos verbais, destinados a marcar a identidade e a função do eu no discurso, embora em alguns trechos possamos identificar a presença de um “nós”, que se constrói como a bancada da região sul, criando um efeito de sentido de identificação entre o eu e os outros parlamentares da bancada da região sul.

Cabe, ainda, analisar a expressão “lamentavelmente”. Trata-se de uma categoria lingüística que exprime uma avaliação. Seu emprego não se limita a significar apenas uma na forma lingüística particular, mas pode revelar a posição ideológica do enunciador e sua relação com os sujeitos enunciados.

O pronunciamento do deputado Adroaldo Streck, realizado no mesmo ano, segue uma linha distinta dos pronunciamentos do deputado Marchezan. A começar pela forma como constrói o Rio Grande do Sul. Vejamos, então, o seu pronunciamento.

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar a retomada da atividade produtiva no meu Estado, o Rio Grande do Sul, pelo saneamento que se dispôs a fazer e o está fazendo o Governo Antônio Britto.

Foram no mínimo dois anos difíceis de convivência do Governador com corporações e grupos que se julgavam prejudicados em virtude da maneira direta com que S. Exa. se decidiu a sanear a vida do Rio Grande do Sul, que ultimamente já se constituía quase num Estado periférico e que hoje vê, para a satisfação dos mais de 9 milhões de rio-grandenses, uma retomada sadia do desenvolvimento dos negócios, das indústrias e dos serviços.

Para que esta Casa tenha conhecimento, o Rio Grande do Sul tem um crescimento industrial duas vezes e meia maior do que a média do crescimento industrial do País. Na próxima semana, dentro do programa de desenvolvimento da metade sul, a metade pobre do Rio Grande do Sul, estarão em Uruguai o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Governador Antônio Britto, dando início às obras de construção de uma termoelétrica com gás argentino que gerará 450 megawatts de energia, transformando a paisagem dessas regiões de fronteira com a e Uruguai, que, por questão de segurança nacional, por medo de sofrermos uma invasão da Argentina, foram relegadas a segundo plano.

(...)

Somos hoje, através do Mercosul, uma unidade fortíssima, com todas as condições de dar ao restante do País a colaboração de um Estado repito saneado pela ação política do jovem Governador Antônio Britto.

(...)

São essas as manifestações que transmito com grande alegria e contentamento a esta Casa, mostrando que uma das unidades mais pujantes da Federação, o Rio Grande do Sul, mercê de um Governo autêntico e combativo, lança-se de novo no cenário nacional como uma das maiores unidades federadas” (Adroaldo Streck, D.C.D. 08/10/1997).

Logo de início percebemos que o discurso constrói o Rio Grande do Sul como um estado em pleno crescimento econômico. O esquema enunciativo revela claramente a posição dos sujeitos.

Sujeito enunciador: o deputado.

Sujeitos enunciados: Rio Grande do Sul, Governo Antônio Britto, corporações, presidente Fernando Henrique Cardoso, gaúchos, brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios, Mercosul, governo federal, esta casa (Câmara dos Deputados), federação.

O sujeito que discursa assume explicitamente o papel de enunciador, comprovado pelo emprego da maior parte dos verbos e formas pronominais na primeira pessoa (quero, meu, repito, transmito).

Seu discurso constrói o Rio Grande do Sul como um estado que está recuperando a sua capacidade produtiva e com isso recuperando também sua posição dentro da federação. O discurso também constrói o governo Antônio Britto como promotor do saneamento e desenvolvimento do estado.

O Rio Grande do Sul é construído no discurso como sendo um antes de Antônio Britto e outro a partir do seu governo. E mesmo assim a primeira metade do seu governo enfrentou momentos difíceis:

“Foram no mínimo dois anos difíceis de convivência do governador com corporações e grupos que se julgavam prejudicados em virtude da maneira direta com que S. Exa. Se decidiu a sanear a vida do Rio Grande do Sul...”.

Neste fragmento, o discurso faz um corte antagônico entre o governador de um lado e corporações e grupos de outro que tiveram seus interesses contrariados pela política adotada pelo governador.

Fazendo aqui um rápido parêntesis chama a atenção como o orador personaliza as ações de governo, nas qualidades físicas e pessoais de Antônio Britto.....

Ao mesmo tempo, homem e governo se confundem: “... um governo autêntico e combativo”. De qualquer modo, o governo de Antônio Britto é construído como um governo que possui características e qualidades próprias.

O seu governo marca o momento em que se dá a ruptura com a situação econômica anterior do Rio Grande do Sul, que “ultimamente já se constituía *quase* num estado periférico”.

Chama-nos atenção do tipo de construção ambígua que caracteriza este enunciado. O enunciador não parece disposto a se responsabilizar por tal assertiva. “É, mas parece que não é”.

A expressão “ultimamente”, de caracterização temporal, não dá a idéia precisa do tempo verdadeiro, isto é, refere-se ao governo anterior ou mesmo ao governo de Antônio Britto?

O tipo de construção discursiva apresentada no terceiro parágrafo com o enunciado: “... o RS tem um crescimento industrial duas vezes e meia maior do que a média do crescimento industrial do país”..., assinala a condição ou a posição do Rio Grande do Sul em relação ao resto do país, através da construção da diferença.

Percebe-se também ao longo do pronunciamento que o sujeito enunciador insere-se claramente no discurso, identificando-se com o governo, assumindo o controle da atribuição do sentido dos verbos, dos adjetivos, que revelam a proximidade da relação estabelecida pela interlocução no contexto discursivo.

No penúltimo parágrafo, o discurso constrói uma relação de equivalência entre os sujeitos enunciados: gaúchos, que são os brasileiros do extremo sul, os argentinos, uruguaios e paraguaios em torno do Mercosul, constituindo-se este em um ponto de condensação. Nesse contexto, o Rio Grande do Sul é construído como um estado com grande e importante participação dentro do Mercosul. “Somos hoje através do Mercosul, uma unidade fortíssima”.

Nos últimos enunciados deste parágrafo o enunciador reitera clara e objetivamente a ação do governo Antônio Brito.

O último parágrafo apresenta enunciados do ponto de vista, do conteúdo e do ponto de vista lingüístico-semântico bastante semelhantes aos de outros discursos do parlamentar onde este busca construir o Rio Grande do Sul como um estado importante dentro da federação e que através de um governo como de Antônio Britto o qual precisa sempre enfatizar, o Rio Grande do Sul volta a recuperar a sua posição no cenário nacional.

O último pronunciamento realizado por um parlamentar da bancada do PSDB do Rio Grande do Sul, na Câmara Federal, sobre o Rio Grande do Sul, refere-se ao ano de 1998. E foi proferido pelo deputado Nelson Marchezan. Vejamos sobre o que ele trata:

“Ocupo esta tribuna hoje para falar mais especificamente de alguns problemas estruturais da metade sul do Estado, não efeitos climatéricos, mas de algumas providências que, entendo, ainda devam ser tomadas pelo Governo Federal com relação àquela região do Rio Grande do Sul.

(...)

A verdade é que a metade sul do Rio Grande do Sul, em que pese a boa imagem que tem, vem sofrendo, ao longo do tempo, um largo esvaziamento político. Por razões as mais diversas. Poderíamos citar uma razão, das mais importantes, que seria o fato de ser uma região de fronteira que, ao longo do tempo, foi contestada.

A atividade principal foi a pecuária e, posteriormente, a orizicultura, porque outras atividades na maior parte da região não tinham receptividade pela falta de chuvas no período de verão.

Aquela região, que representava 50% ou mais da atividade econômica, do PIB do Rio Grande do Sul, ficou reduzida a menos de 25% nos últimos anos. Ali não se realizaram

investimentos básicos, não se realizaram transformações do setor primário, de tal forma que a depressão econômica se verificou constantemente.

(...)

Pois bem, Sr. Presidente, digo isso sem qualquer outra razão senão para justificar a necessidade de adotarmos algumas medidas diferenciadas para a metade sul do Estado. Algumas, aliás, que já estão começando acontecer. Por quê? Por que os gaúchos saíram do Rio Grande do Sul? Por que eles foram para outras regiões? Porque havia, naturalmente, estímulo: propriedade facilitada, preço da terra mais barato, financiamentos mais a longo prazo e a juros mais baixos. Foram essas as razões que levaram milhares de gaúchos a migrarem para outros Estados.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, mesmo antes de assumir a Presidência da República, reconheceu a depressão, reconheceu que a metade sul do Estado do Rio Grande do Sul não se desenvolvia, como aconteceria em condições adequadas.

A primeira das medidas adotadas pelo Governo foi o Reconversul. Por meio desse programa foram oferecidos, pelos Governos Federal e Estadual, recursos em condições mais adequadas para a realização do desenvolvimento. Seria essa medida adequada? Não. Sem dúvida alguma, é uma medida apropriada, mas não suficiente.

Em consequência também da ação da bancada do Rio Grande do Sul, o Governo alocou recursos orçamentários para a construção dos molhes do Por todo Rio Grande, uma obra extraordinária, que viabilizará a navios de grande porte atracarem com segurança no período de carga e descarga.

O Governo Federal, no último dia 7, assinou Protocolo de Intenções com o Governo do Rio Grande do Sul, o qual solicito seja transcrito nos Anais da Casa, que tem por objetivo alocar para aquela região mais de 1 bilhão de reais, entre financiamentos, obras de infra-estrutura, avais. Os referidos recursos serão alocados a fundo perdido ou por empréstimo. Aplaudo essas medidas, que estão de acordo com as recomendações dos estudos, mas, ainda assim, acredito serem elas insuficientes” (Nelson Marchezan, D.C.D. 13/05/1998).

À primeira vista trata-se de um discurso caracterizado por uma certa heterogeneidade enunciativa, cujo principal sujeito interpelado é o governo federal, pois o conteúdo temático diz respeito ao problema do subdesenvolvimento da metade sul do estado e às medidas que “ainda” devem ser tomadas em relação ao problema. O que também se constitui nas condições de emergência discursiva.

O parlamentar assume do início ao fim sua posição de enunciador, fazendo uso em alguns momentos do seu discurso, de uma modalização autonímica como é o caso do enunciado do início do segundo parágrafo:

“A verdade é que a metade sul do RS...”, onde o emprego da expressão “a verdade é”, permite validar em tom de comentário, o conteúdo que será enunciado. Há várias razões, segundo ele, que podem explicar o que o parlamentar chamou de “esvaziamento político” da região sul do estado.

No terceiro e quarto parágrafos faz uma síntese da produção econômica da região. Apresenta dados que emprestam autoridade e dramaticidade a sua construção argumentativa, embora não faça referência a nenhuma fonte.

Dessa forma, o desenrolar de sua argumentação vai em direção da necessidade de adoção de investimento e de medidas diferenciadas para esta região do estado, razões pelas quais interpela o governo federal que já possuía conhecimento da situação, antes mesmo de assumir a presidência, de que as medidas tomadas ainda são insuficientes.

“O presidente Fernando . mesmo antes de assumir a Presidência da República, reconheceu a depressão...”.

No parágrafo anterior, e também no sétimo, observamos a construção da forma dialógica dos enunciados que estabelecem ainda uma dimensão interativa do discurso.

Do ponto de vista argumentativo, é interessante constatar uma divisão de autoridade do seguinte enunciado:

“Em consequência também da ação da bancada o Rio Grande do Sul, o governo alocou recursos orçamentários para a construção”.

Ou seja, o enunciado parece sugerir que além da iniciativa do próprio parlamentar, houve uma iniciativa da bancada do Rio Grande do Sul como um todo no sentido de pressionar o governo federal para a alocação de recursos para obras na região. Ao final do último parágrafo, expressa claramente a sua relativa insatisfação com a falta de ações efetivas do governo federal para solucionar os problemas da região sul do estado. O pronunciamento possui um claro caráter de defesa dos interesses do estado do Rio Grande do Sul, onde o parlamentar, apesar de pertencer ao partido do governo, revela uma posição de relativo distanciamento deste, no que se refere às questões abordadas em seu pronunciamento. Posição esta, que, de certa forma, marcou seus pronunciamentos.

Como dissemos no início da análise dos pronunciamentos do PSDB, o número de pronunciamentos envolvendo o Estado foi bastante pequeno. A bancada eleita em 1994 era de apenas dois deputados: Yeda Crusius e Ezídio Pinheiro. Posteriormente, aumentou para quatro, com a entrada de Adroaldo Streck e Nelson Marchezan.

O que queremos enfatizar é que não encontramos nenhum pronunciamento abordando questões diretamente referentes ao Rio Grande do Sul pela deputada Yeda Crusius e nenhum sobre qualquer tema, pelo deputado Ezidio Pinheiro.

Portanto, a análise restringiu-se somente aos pronunciamentos de Streck e Marchezan. De um lado, a análise dos pronunciamentos do partido sobre o Rio Grande do Sul ficou bastante limitada, por outro, isso também não deixa de ser revelador, isto é, pode ser um indicativo de uma posição.

Desse modo, podemos deduzir que Yeda Crusius talvez tivesse seus interesses e preocupações voltadas para questões mais abrangentes, envolvendo a federação como um todo, o que talvez possa justificar o fato de o Rio Grande do Sul não ocupar espaço nos seus pronunciamentos.

O deputado Ezidio Pinheiro, embora tratando-se de um agricultor, de um dirigente sindical do, não realizou nenhum pronunciamento na tribuna, não exercendo, desse modo, seu direito à palavra no legislativo federal, nesse período.

Quanto a Adroaldo Streck e Nelson Marchezan, seus pronunciamentos são bastante heterogêneos, isto é, em sua maioria não há uma coincidência de temas e sob muitos aspectos diferem ainda quanto a sua natureza. O que revela preocupações e interesses distintos entre os parlamentares. E isso também dificulta a identificação de um perfil partidário em relação aos temas abordados. Podemos dar alguns exemplos:

- a agricultura também aparece como um tema importante, porém, é enunciada em grande parte pelo mesmo parlamentar.

- Enquanto Marchezan faz o discurso da crise, dos problemas, das dificuldades do Rio Grande do Sul, Streck faz o discurso da superação desta, alinhando-se totalmente com Antônio Britto e Fernando Henrique Cardoso. Os pronunciamentos de natureza crítica do deputado Streck são dirigidos a grupos antagônicos claramente definidos, como o MST e o PT.

Marchezan, por sua vez, em muitos pronunciamentos faz críticas ao governo federal, embora muitas vezes de forma sutil, demonstrando um certo cuidado na escolha das palavras, estabelecendo, assim, relações cordiais através da interlocução. O único tema coincidente entre os parlamentares a respeito do Rio Grande do Sul refere-se à instalação da GM, significando para ambos novas e boas perspectivas econômicas para o estado.

A dificuldade de visualização de um perfil partidário, expresso nos temas abordados, relacionados ao Rio Grande do Sul pode estar associado à formação e à carreira política dos distintos parlamentares, o que se reflete, obviamente, nos seus interesses e nas causas que defendem, bem como as características que detém o padrão do PSDB no Rio Grande do Sul.

Contudo, de modo geral, os pronunciamentos apelam, alertam e denunciam ao governo federal. A denúncia, conforme vimos, possui um caráter ambíguo, nem sempre significando uma crítica. Neles o sujeito governo, estadual ou federal, é enunciado não como o causador dos males do Rio Grande do Sul, mas como o sujeito de autoridade que possui o poder de revolvê-los, afinal, trata-se do partido governista.

Até aqui analisamos os pronunciamentos dos principais partidos ligados às bases do governo federal e estadual. Agora passaremos a analisar o principal

partido de oposição da bancada gaúcha no Legislativo Federal: o Partido dos Trabalhadores.

3.3. Partido dos Trabalhadores (PT)

No Partido dos Trabalhadores encontramos o predomínio de pronunciamentos de natureza crítica, tanto no plano federal, em relação ao governo de Fernando Henrique, quanto no plano estadual ao governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto. O que não poderia ser diferente, neste período, já que o PT se posicionava claramente contrário às políticas dos respectivos governantes. Vejamos dois pronunciamentos correspondentes ao ano de 1995.

“A instalação da Câmara Setorial do Setor Coureiro-Calçadista, no dia de ontem, é uma conquista daquela comunidade econômica, seus representantes classistas e Parlamentares. Desde a implantação do Plano Real assistimos às dificuldades que este setor, de inegável participação no desenvolvimento econômico do País, passou a enfrentar em virtude da defasagem na cotação cambial e da entrada sem critérios dos importados (...). O País deve integrar-se na globalização econômica. Mas, deve fazê-lo com soberania, com uma política orientada de investimento na renovação tecnológica, no incentivo à qualificação da mão-de-obra e através de um processo de maturação que promova políticas compensatórias, mercados alternativos e competitividade ao produto nacional. Supervalorizar a moeda nacional, dificultando exportações e liberalizando totalmente a entrada do produto estrangeiro, evidentemente redundante na falência generalizada, no desemprego e na recessão econômica, O País deve ser altivo e soberano nas suas relações internacionais. E para isso nada melhor do que deliberar políticas para o comércio

internacional e do cambio com os setores diretamente envolvidos” (José Fortunati – D. C. N. 18/05/1995)

Apesar do pronunciamento do deputado José Fortunati não se referir claramente ao Rio Grande do Sul, sabemos que implicitamente o faz, porque a Câmara Setorial coureiro-calçadista foi instalada na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, por ser considerada esta cidade, assim como toda a região, o grande pólo industrial calçadista do estado.

Verificamos claramente que a construção argumentativa principal gira em torno da dificuldade enfrentada pelo setor coureiro-calçadista, devido à política cambial adotada pelo governo federal a partir da implantação do Plano Real. Trata-se da defesa de um setor econômico que é construído discursivamente como um setor de importância nacional:

“Desde a implantação do Plano Real assistimos às dificuldades que este setor, de inegável participação no desenvolvimento econômico do País.....”

A defasagem cambial, nesse período, como sabemos, favoreceu a entrada de produtos importados no país, a preços mais baixos. Em determinado momento do discurso, o parlamentar faz referência à globalização que passa a ganhar um sentido próprio no discurso:

“O País deve integrar-se na globalização econômica. Mas, deve fazê-lo com soberania, com uma política orientada de investimento na renovação tecnológica, no incentivo à qualificação da mão-de-obra e através de um processo de maturação que promova políticas compensatórias, mercados alternativos e competitividade ao produto nacional....”.

Sabemos que alguns termos podem adquirir uma conotação axiológica, pois associam ao mesmo tempo propriedades internas do enunciado e ainda informações extra-discursivas. Isso significa que um termo como “globalização”, por exemplo, faz intervir pressupostos de ordem cultural, circunstancial e ideológico, revelando, desse modo, a posição do(s) enunciador(es). Essa posição dependerá de sua convicção e do tipo de relação que estabelece com outros enunciados ou com outros sujeitos.

Assim, podemos verificar que Fortunati constrói uma posição política quando menciona a globalização.

Seu discurso constrói, ainda, como antagônicos, os sujeitos: o Plano Real e o setor coureiro-calçadista.

Ao longo da apresentação dos fragmentos discursivos correspondentes ao Partido dos Trabalhadores, poderemos perceber que, apesar do tema da agricultura ser bastante presente nos pronunciamentos petistas, verificaremos a presença de uma maior variação temática.

Contudo, poderemos constatar a presença de regularidades discursivas. Os temas variam, mas a natureza e a forma de construção discursiva apresentam as mesmas características, ou seja, críticas dirigidas ao governo de Fernando Henrique e ao governo Antônio Britto.

É o que poderemos observar na seqüência dos fragmentos selecionados.

Ainda em 1995, o deputado Paulo Paim faz o seguinte pronunciamento:

“Venho à tribuna para cumprimentar o movimento sindical gaúcho, que realizou no último sábado uma Conferência Unitária, reunindo cerca de dois mil sindicalistas de todo o Estado do Rio Grande do Sul no Auditório Araújo Viana, para debater a conjuntura nacional. Nessa Conferência onde estavam representadas todas as federações de trabalhadores ligados ao campo e à cidade, à área privada e ao serviço público e também às centrais sindicais, como CUT e CGT, foi decidido que os trabalhadores gaúchos vão lutar principalmente por algumas questões fundamentais como plebiscito já para as reformas constitucionais decididas no Congresso Nacional, e uma luta permanente contra o desemprego e em defesa dos salários.

(...)

Aquele evento, Sr. Presidente, elaborou um documento, a “Carta dos Trabalhadores Gaúchos”, que está sendo panfleteada em todo o Estado. Os trabalhadores do Rio Grande do Sul, nesta carta, fazem um apelo para que em todos os Estados os trabalhadores façam uma conferência semelhante” (Paulo Paim, D.C.N. 19/09/1995).

Neste pronunciamento, Paim faz referência do Movimento Sindical Gaúcho, cumprimentando-o pela realização de importante evento sindical que, conforme o parlamentar, reuniu “todas as federações de trabalhadores ligados ao campo e à cidade, à área privada e ao serviço público e também às centrais sindicais CUT e CGT.

O discurso comunica o evento e relata a posição do sujeito: trabalhadores gaúchos, construído como uma unidade. Ao mesmo tempo em que constrói a unidade, constrói a diferença, pois os enunciados especificam e restringem: “Sindicalistas de todo o estado do RS”, “os trabalhadores do RS”..... “a Carta dos Trabalhadores Gaúchos”.

Observamos nesse pronunciamento o predomínio de um relato. O parlamentar faz o relato de um discurso traduzido pelos trabalhadores gaúchos: “A

Carta dos Trabalhadores Gaúchos”. O orador não está interessado, ou pelo menos, não é o seu objetivo assinalar de forma vigorosa a sua posição de enunciador, assumindo, desse modo, a responsabilidade pelo conteúdo da enunciação.

Ao final do último parágrafo ainda observamos a construção de equivalências, em um enunciado que procura articular agora os trabalhadores do Rio Grande do Sul e os trabalhadores de todos os estados, onde aqueles conclamam estes a fazerem conferência semelhante, pois a luta de todos os trabalhadores é a mesma.

Em 1996, encontramos dois pronunciamentos bastante significativos. O primeiro, proferido pelo deputado Paulo Paim, a respeito da visão dos gaúchos sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso e também sobre o Legislativo federal. Diz o deputado:

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveitei o último final de semana para visitar diversas cidades do interior do Estado do Rio Grande do Sul, e o que notamos nessa cruzada pelo nosso Estado é que há um desespero generalizado por parte da população e uma decepção muito grande com o Governo FHC e, não dá para negar, também, com esta Casa.

Muitos trabalhadoras chegam a nos perguntar se é com seriedade que se discute neste Plenário a questão, por exemplo, do salário mínimo.

Perguntaram-me: “Mas, Paim, é verdade que algum Deputado acredita que um cidadão vive com 112 reais?” Fui obrigado a dizer que não, mas esses Parlamentares não têm coragem de votar a favor nem contra o Projeto de Resolução n que trata do requerimento de urgência urgentíssima, que tramita nesta Casa.

(...)

O Governo FHC, no momento, está adotando uma política provocativa ao trabalhador, ao servidor que há 18 meses não tem um centavo de reajuste, ao aposentado e àquele que depende do salário mínimo.

(...)

Sr. Presidente, espero que, em véspera ou não de eleição, os Deputados não se omitam, que assumam suas responsabilidades, e quando forem pedir voto ao trabalhador e ao aposentado expliquem por que votaram contra esse requerimento de urgência. Eles vão ter de explicar por que não querem discutir questão salarial” (Paulo Paim, D.C.D. 11/06/1996).

Observamos que a visita ao interior do Rio Grande do Sul e a constatação do descontentamento do povo gaúcho com o governo Fernando Henrique e com a Câmara Federal estabelecem as condições de produção discursiva. Percebe-se ainda que a posição enunciativa se modifica ao longo do discurso. Isto é, há enunciados marcados pela presença do “eu” enunciador e outros marcados pela presença do “nós”. Porém, o pronunciamento discursivo do emprego do “nós” neste discurso tem um efeito de indeterminação.

Na verdade, podemos dizer que o discurso é marcado por uma heterogeneidade enunciativa.

No terceiro parágrafo, o emprego do demonstrativo “esses” para referir aos parlamentares, mostra claramente a posição de distanciamento e conseqüentemente de distinção do eu enunciador, o deputado Paulo Paim em relação aos seus colegas parlamentares referidos genericamente. O último parágrafo evidencia de forma mais contundente esse distanciamento:

“Espero que, em véspera ou não de eleição, os Deputados não se omitam...”;

“Eles vão ter de explicar por que não querem discutir questão salarial”.

Obviamente, o que o parlamentar busca construir e evidenciar em seu discurso é a sua posição política em relação às questões enunciadas, como sendo distinta da dos outros parlamentares. Além disso, o que está implícito, na verdade, é a posição do seu partido, o PT, em relação aos demais, dos quais busca se distinguir.

Observamos, ainda, a forma como interpela os sujeitos em seu discurso, especialmente a população do Rio Grande do Sul e os trabalhadores.

Quando refere-se à população do Rio Grande do Sul, o faz de forma geral e indistinta:

“Há um desespero generalizado por parte da população e uma decepção muito grande com o Governo FHC e, não dá para negar, também, com esta Casa”.

O parlamentar faz esta constatação porque identifica no Legislativo federal o peso da influência do Executivo na aprovação ou não de medidas que vão ao encontro dos interesses do governo de Fernando Henrique, em detrimento dos interesses da população, do servidor, do aposentado e especialmente dos trabalhadores, categoria esta que possui centralidade nos temas de seus pronunciamentos.

O segundo pronunciamento selecionado referente ao ano de 1996 pertence ao deputado José Fortunati.

“É sabida a tradição política do Rio Grande com personagens e práticas políticas que lhe conferem a qualidade de uma das unidades federativas mais politizadas e participativas da Nação. Tivemos políticos que marcaram o cenário nacional, como Borges de Medeiros, Alberto Pasqualini, Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Olívia Dutra, Tarso Genro, o atual prefeito de Porto Alegre, Ministros de Estado e mesmo a representação da bancada federal, Deputados e Senadores que, por opções ideológicas distintas, enobrecem a trajetória política do Rio Grande do Sul.

Editorial de um jornal local destacou, esta semana, que a população gaúcha prefere políticos honestos, competentes e com bom passado político. Destaca-se, portanto, a primazia de padrões éticos, ao contrário de outras regiões do país que optam por políticos que tenham a qualidade de tocar obras.

Este vigor político do gaúcho parece não seduzir o atual Governador do Estado, Antônio Britto. O Governador Britto fez uma opção de governar propagandisticamente, ofuscando, através da mídia, a veracidade dos fatos e a situação do Rio Grande.

(...)

Enquanto o Estado empobrece paulatinamente, com a indústria e a agricultura enfrentando duramente os efeitos da globalização e da política econômica do Governo Federal, com sobrevalorização cambial e juros escorchantes, o Governo estadual arrecada mal e não cobra dos sonegadores.

(...)

O Governo arrecada mal, expurga os servidores e não aplica em programas geradores de empregos e renda” (José Fortunati, D.C.D. 16/08/1996).

O pronunciamento se caracteriza claramente como uma crítica contundente ao governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto. O primeiro parágrafo é marcado pela construção de um campo de memória, cujo efeito de sentido marca uma dupla diferença.

A presença de figuras políticas históricas do Rio Grande do Sul, no discurso de Fortunati constrói a diferença entre a existência de uma tradição política no Estado pautada por padrões éticos, daí a exemplificação através da referência à figuras políticas de projeção nacional e, paralelamente, a existência de outro tipo de prática política, exatamente oposta a do Rio Grande do Sul, a qual caracterizaria as outras regiões do país.

A segunda e principal diferença assinalada pela construção do campo de memória tem o objetivo de construir a diferença, a separação entre o que se constitui a “*tradição política do Rio Grande do Sul*”, definida no discurso, e as práticas políticas do governador Antônio Britto que nada tem a ver com ela.

O segundo parágrafo assinala a construção de um campo de presença, através do qual o discurso interpela o editorial de um jornal que confirma a argumentação do orador, fortalecendo, juntamente com o campo de memória, a sua crítica.

O emprego da expressão: “é sabida”, no início do discurso, articula a idéia de um consenso: todos sabem da existência de uma tradição política no Rio Grande do Sul, ou, até mesmo, poderia-se dizer, de um modo historicamente diferente de fazer política neste Estado.

O discurso tem como tema central as dificuldades econômicas vividas pelo Rio Grande do Sul em razão da má administração de Antônio Britto, que através da mídia encobre a verdadeira realidade do estado.

Em seu discurso, o parlamentar constrói ainda as causas das dificuldades enfrentadas pela indústria e pela agricultura do Estado.

Tais problemas possuem causas comuns, ou seja decorrem da globalização e da política econômica do governo federal.

Em pronunciamento anterior, o mesmo parlamentar já havia mencionado a globalização como um processo negativo para a economia brasileira, sobretudo para o Rio Grande do Sul. A forma como é enunciada em seus discursos, revela claramente sua posição ideológica.

Ainda em relação ao estado, as causas das suas dificuldades econômicas são identificadas como decorrentes da má administração do governador, sendo esta constituída através de uma cadeia de equivalências.

“o governo federal arrecada mal e não cobra dos sonegadores”;

“o governo arrecada mal, expurga os servidores e não aplica em programas geradores de emprego e renda”.

Em suma, o discurso interpela o governo federal e o governo estadual como sujeitos antagônicos ao sujeito Rio Grande do Sul.

Em 1997, embora sejam abordados novos temas, observamos a repetição de um mesmo padrão semântico-discursivo nos pronunciamentos e, da mesma forma, quanto a sua natureza. É o que podemos observar nos dois pronunciamentos que seguem:

“Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, hoje pela manhã, o povo gaúcho foi informado, através dos Deputados Estaduais do PT, que o Governador do Estado Sr. Antônio Britto, repassou, para a empresa General Motors, a quantia de R\$ 253.296.000,00, resultado de um acordo, nunca esclarecido, para atrair a empresa para o Estado. Na verdade, frente ao que hoje se anuncia, de atrair o Estado para a empresa, transfere-se de forma inaceitável, recursos públicos para uma empresa privada, além de um pacote de

medidas que estabelecem um grau de renúncia fiscal nunca visto. Ao mesmo tempo, este mesmo Governo anuncia atraso no pagamento dos salários dos servidores, descumpra a política salarial, não paga os precatórios. Saibam que o valor repassado, na moita, representa o equivalente a uma folha de salários, mais do que o Governo gastou em saúde pública em 1996, quase o dobro do investimento do Governo em 1996.

(...)

No momento em que se utiliza o argumento de que só com demissões se resolverá a crise fiscal da União, dos Estados e Municípios, fatos como esse, aqui denunciados, nos mostram que de fato a crise fiscal vem sendo alimentada de forma absolutamente irresponsável por essa política de renúncia fiscal, estimuladas por essa política suicida de disputa entre Estados — a chamada guerra fiscal.

(...)

A manutenção dessas políticas seguramente representam o caminho mais rápido para a destruição do Estado e para o agravamento da miséria e sofrimento do nosso povo.

(...)

Por fim, Srs. Deputados, são essas as políticas irresponsáveis que alimentam e ampliam a crise fiscal, que destroem o Estado, que eliminam as possibilidades de investimento do setor público. Que esta denúncia e esses fatos ajudem na reflexão e na tomada de posição frente ao debate da reforma administrativa” (Miguel Rossetto, D.C.D. 01/04/1997).

Como podemos ver, o pronunciamento do deputado Miguel Rossetto tem como tema a transferência de recursos do estado do Rio Grande do Sul pelo governador Antônio Britto para a instalação da GM, no momento em que o estado enfrenta dificuldades e os seus servidores são penalizados com o atraso dos seus salários.

Um dos eixos da sua argumentação é que a quantia repassada para a empresa resultou de um acordo não esclarecido publicamente pelo governador.

Mas, os deputados estaduais do PT denunciaram o fato ao povo gaúcho, conforme enuncia o deputado Rossetto.

Evidentemente que o discurso constrói o governador Antônio Britto como sujeito antagônico aos interesses públicos do sujeito Rio Grande do Sul.

O que chama a atenção nesse discurso, do ponto de vista da sua configuração lingüística, é que não se evidencia a presença do locutor na quase totalidade do discurso. O corpo discursivo é marcado, sobretudo pela construção da “não-pessoa”, por uma forma de designação genérica, impessoal e indeterminada:

“transfere-se de forma inaceitável, recursos públicos para uma empresa privada...”;

“se utiliza o argumento de que só com demissões se resolverá a crise fiscal...”.

Além disso, observamos o uso constante de determinantes como “este”, “esse”, “essa”, “dessas”, “esses”, cujo efeito discursivo aproxima o referente do ato de enunciação, mas ao mesmo tempo possui um caráter genérico, indeterminado e não nomeado.

O pronunciamento a seguir, do deputado Luiz Mainardi, introduz a discussão de questões federalistas, como a distribuição de recursos para os estados, pela União.

“Sr. Presidente, Sr e Srs. Parlamentares, quero trazer um assunto que julgo importante para o nosso Estado, porque o tratamento igualitário ou proporcional às unidades da Federação é um pressuposto que se pode esperar, efetivamente, quando se tem um País federativo.

Observe-se que, no caso do Brasil, o princípio de Estado federado aparece na atualidade mais como letra morta na Carta Magna do que, em realidade, se não para autonomia, pelo menos para distribuição equânime de verbas.

Digo isso porque ao consultar o Orçamento da União, especialmente no que concerne à Fundação Nacional de Saúde, vimos o absurdo que ocorre em relação ao Estado do Rio Grande do Sul. Foram destinados 830 mil reais à Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde do Rio Grande do Sul para o ano de 1997, de um total de 330 milhões. Ou seja, o Rio Grande do Sul, no ano de 1997, para as ações de saneamento básico, pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, foi tratado com 0,25%. Isso não chega, Sr. Presidente, a atender 5% dos projetos encaminhados à Fundação pelas Prefeituras Municipais do nosso Estado.

(...)

Não entendemos qual a razão que leva o Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso a achar que o Rio Grande do Sul não mereça um tratamento justo, sério e igualitário. Isso, para nós, prova mais outra coisa: que os Governos submissos, os que se curvam frente ao hierarquicamente superior, acabam produzindo esse tipo de prejuízo para seus Estados, pois nosso Governador, Antônio Britto, é o mais submisso de todos os Governadores deste País ao imperador Fernando Henrique Cardoso, e aqui estão os resultados.

(...)

Portanto, de 330 milhões disponíveis para o País, 830 mil reais vão para o Rio Grande do Sul. Esse é o resultado de um Governo Estadual submisso e um Governo Federal injusto e discriminador em relação ao Estado do Rio Grande do Sul” (Luiz Mainardi, D.C.D. 11/07/1997).

Observamos que a construção argumentativa principal gira em torno do tratamento *desigual e discriminatório* dado pelo governo federal ao Rio Grande do Sul na distribuição de recursos, apoiando-se em elementos de produção extra-discursivos, como os princípios que regem um país federativo.

O discurso constrói o federalismo brasileiro, no que diz respeito aos princípios que regem a distribuição de recursos, como muito distante daqueles que regem verdadeiramente um Estado Federativo, pois no Brasil não seria obedecido os princípios de igualdade e proporcionalidade de distribuição de recursos entre as unidades federativas.

O discurso situa o contexto político presente como a instância temporal em que se evidenciam esses fatos. Dito de outro modo, mais precisamente, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Sabemos que alguns termos como adjetivos, por exemplo, são categorias empíricas que exprimem uma avaliação. Porém, muitas vezes seu emprego tem um efeito discursivo que vai além de um mero sentido avaliativo, revelando a posição ideológica do(s) enunciator(es) e a sua relação com seus interlocutores:

“quero trazer um assunto que julgo *importante* para o nosso Estado, porque o tratamento *igualitário* ou *proporcional* às unidades da Federação é um pressuposto que se pode esperar, efetivamente, quando se tem um País federativo”.

“Não entendemos qual a razão que leva o Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso a achar que o Rio Grande do Sul não mereça um tratamento *justo, sério e igualitário*”.

“Esse é o resultado de um Governo Estadual *submisso* e um Governo Federal *injusto* e *discriminador* em relação ao Estado do Rio Grande do Sul”.

O funcionamento discursivo das expressões destacadas revela a construção de uma posição ideológica claramente identificável, servindo para identificar o discurso de oposição ao governo.

Vê-se, também, que o sujeito no discurso passa do pronome “eu” por meio do qual o enunciador se representa, para o “nós”, significando parte de um coletivo. Desse modo, percebemos que o Rio Grande do Sul é construído como um estado prejudicado pelo governo federal pelo drástico corte de recursos destinados à saúde e às ações de saneamento básico.

Logo, o governo federal e o Rio Grande do Sul são construídos como sujeitos antagônicos.

O governador Antônio Britto, por sua vez, é construído como um governador submisso ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Seu governo ratifica, em nível local, a política do presidente, que prejudica o estado do Rio Grande do Sul.

“os Governos submissos, os que se curvam frente ao hierarquicamente superior, acabam produzindo esse tipo de prejuízo para seus Estados”.

Luiz Mainardi destaca que Antônio Britto é o governador mais submisso, de todos os governadores do país ao presidente Fernando Henrique, a quem o parlamentar chama de “imperador”.

Britto é o mais submisso de todos os governadores, porque se cala e não contesta o corte de recursos para o estado.

Como sabemos, Britto ao assumir o estado conseguiu renegociar a dívida deste, que era uma das maiores do país, com a União. O resultado desta renegociação implicou, entre outras coisas, na aceitação e aplicação do programa de ajuste fiscal e econômico do governo federal no Rio Grande do Sul.

Verificamos, ainda, a reincidência de expressões que servem para reiterar seus argumentos em sua crítica.

“Pois nosso Governador, Antônio Britto, é o mais submisso de todos os Governadores deste País ao imperador Fernando Henrique Cardoso, e aqui estão os resultados”.

“Esse é o resultado de um governo estadual submisso...”.

Em 1998 e 1999, os pronunciamentos dos parlamentares petistas seguem fazendo duras críticas tanto ao governo do estado quanto ao governo federal, como podem exemplificar os pronunciamentos abaixo.

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no apagar das luzes da gestão do Governador Antônio Britto, vem demonstrando absurda pressa em subsidiar grandes empresas e concluir tantas alienações do patrimônio gaúcho quanto for possível nestes seus últimos dias.

(...)

Quanto a avaliação do parque térmico da CGTEE apresentam diversos pontos obscuros, e haverão de comprometer, de forma decisiva, os cofres estaduais nos próximos anos” (Luiz Mainardi, C.D.C. 04/12/1998).

“Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, lamento subir à tribuna hoje para registrar mais um crime que o atual Governo, seguindo a cartilha neoliberal do Fundo Monetário Internacional e cedendo às pressões do governo e mercado argentinos, comete contra a agricultura familiar do Sul do Brasil e o setor ervateiro.

A adição de açúcar à erva-mate, considerada ilegal até o último dia 15, está legalizada com a Portaria n 978, de 30 de novembro de 1998, publicada pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Um golpe pelas costas em 486 municípios, 725 pequenas e médias empresas, 710 mil

trabalhadores e, só no Rio Grande do Sul, 80 mil agricultores familiares que extraem, industrializam e comercializam a *ilex paraguariensis*.

(...)

O que o Governo brasileiro finge não ver são os males que, a curto prazo, atingirão diretamente os consumidores, agricultores familiares e a mão-de-obra da extração e cancheio de folhas de erva-mate. A médio prazo, será a vez da indústria ervateira” (Waldomiro Fioravante D.C.D., 16/01/1999).

No primeiro pronunciamento, Luiz Mainardi critica duramente as ações do governo estadual em final de mandato, no sentido da rapidez com que o governador vem realizando as privatizações e subsidiando grandes empresas. O que está implícito no enunciado: “ vem demonstrando absurda pressa em subsidiar grandes empresas...”, refere-se sobretudo às transnacionais FORD e GM. Ação esta duramente criticada pelo PT.

Os recursos negociados e transferidos pelo governador são colocados sob suspeita pelo discurso, pois tal tipo de negociação comprometerá os cofres do estado.

No que se refere à situação de enunciação, o corpo do discurso é marcado pela forma impessoal, isto é, não se verificam sinais da presença direta do locutor, embora o discurso interpele clara e objetivamente o sujeito governador Antônio Britto.

Já o deputado Waldomiro Fioravante assume claramente no início do discurso a sua posição de sujeito enunciador. A presença do “eu” enunciador no início do discurso, tem também por efeito ressaltar e reiterar as ações do governo,

no caso, o referindo-se ao governo federal, pois é este quem segue a *CARTILHA NEOLIBERAL DO FMI* e cede as pressões do governo e mercado argentinos.

A argumentação principal gira em torno da legalização da adição de açúcar à erva-mate por portaria do governo, o que acarretará inúmeros prejuízos para o tradicional setor ervateiro Rio-grandense.

O discurso constrói os sujeitos governo, cartilha neoliberal do FMI, o governo e o mercado argentino, como sujeitos antagônicos ao setor ervateiro e à agricultura familiar do sul do Brasil.

O emprego da expressão “cartilha neoliberal” do FMI no discurso é bastante significativa, pois, como já mencionamos anteriormente, o emprego de determinados termos revelam não apenas uma forma lingüística particular, mas mesclam propriedades e pressupostos de ordem ideológica. Tal tipo de construção ocupa um lugar privilegiado nos discursos dos partidos que fazem oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso no período pesquisado.

Analisando os pronunciamentos do PT, do ponto de vista temático, verificamos que, embora possamos encontrar pronunciamentos que tematizem questões relacionadas ao Rio Grande do Sul, encontramos também pronunciamentos que abordam temas de caráter mais geral, isto é, de caráter nacional. Essa tendência parece ser maior no Partido dos Trabalhadores do que em outros partidos. Isso pode estar associado ao perfil ideológico do partido e aos princípios programáticos que defende. Nesse sentido, Gaxie esclarece que:

“Certains problèmes comme le pouvoir d’achat des salaires, les inégalités sociales ou le chômage sont, par exemple, particulièrement sensibles pour tous ceux qui adhèrent à des

conceptions socialisantes (...). De même, la sensibilité aux difficultés des entreprises est plus développée chez les libéraux. Ils sont donc prédisposés à constituer certaines questions techniques comme, par exemple, le financement ou la durée d’amortissement des investissements en objets politiques” (Gaxie, 2000:126).

Além disso, observamos a recorrência de expressões como: “globalização”, “governo neoliberal”, “cartilha neoliberal do FMI”, etc.... utilizadas em operações enunciativas muito particulares, o que evidencia o padrão discursivo de um determinado grupo, ou seja, da oposição, no presente contexto.

Tais expressões são enunciadas pela oposição de forma distinta a dos outros partidos e conseqüentemente adquirem um sentido também distinto.

Isso pode ser constatado, por exemplo, no emprego das expressões “globalização” e “mercado globalizado”, ambas enunciadas no aspecto econômico, porém com sentidos diferentes para dois partidos. É o caso dos seguintes enunciados:

“Na medida em que o Rio Grande, por decisão acertada de governo, adere a um perfil industrial mais moderno, são criadas condições para que as demandas desta nova realidade econômica sejam vencidas, uma vez que somente com uma economia forte competiremos no *mercado globalizado*, superando os desafios que, nas atuais circunstâncias, rapidamente se sucedem (Germano Rigotto, 20/03/1998).

“Enquanto o Estado empobrece paulatinamente, com a indústria e a agricultura enfrentando duramente os efeitos da globalização e da política econômica do Governo Federal, com sobrevalorização cambial e juros escorchantes, o Governo estadual arrecada mal e não cobra dos sonegadores” (José Fortunatti, 15/08/1996).

Nesses dois fragmentos discursivos podemos perceber que a globalização econômica enunciada pelo representante do PMDB em um sentido positivo e natural, sendo decorrente de novos desafios colocados pela economia, enquanto que o representante do PT enuncia a globalização econômica em um sentido negativo.

Para o PT, o Rio Grande do Sul é um estado cuja economia encontra-se em sérias dificuldades, em razão da má administração do governador Antônio Britto, aliado de Fernando Henrique, que, por sua vez, penaliza particularmente o estado com o Plano Real.

Para o PT a política econômica de Fernando Henrique prejudica os principais setores econômicos do Rio Grande do Sul, como o setor exportador, coureiro-calçadista e o setor agrícola.

A “crise” da agricultura no estado também aparece como tema. Porém, a ênfase recai sobre a “grave situação da agricultura familiar” e dos “pequenos agricultores”.

O Pacto Federativo para alguns parlamentares do PT também estaria ameaçado, devido à Lei Kandir e ao tratamento “desigual” dado ao Rio Grande do Sul pelo governo federal.

3.4. Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Em 1994, o PTB elegeu dois deputados: Oswaldo Biolchi e Hugo Lagranha, tendo este, posteriormente, se licenciado, assumindo em seu lugar o suplente Arlindo Vargas. Nesta mesma eleição, o PTB elegeu ainda a primeira senadora do Rio Grande do Sul, Emília Fernandes.

Como sabemos, o PTB de hoje, nada tem a ver com o PTB populista do período 1945-64. Atualmente, o PTB é considerado, de modo geral, um partido predominantemente de centro-direita (Ames, 2003). Entretanto, também sabemos que dentro de um contexto federativo e de grandes diferenças regionais, quanto ao desenvolvimento sócio-econômico e inclusive na própria cultura política, há conseqüentemente a formação de grupos claramente diferenciados em cada partido, e em cada região, e mesmo internamente. Nesse sentido, o PTB não foge à regra e da mesma forma o PTB no Rio Grande do Sul. Além disso, o PTB no período 1995-1999, integrou no plano federal a coalizão governista (PSDB, PFL, PTB e PMDB) e no Rio Grande do Sul, durante o governo de Antônio Britto, o PTB integrou o governo, contribuindo para a ampliação da coalizão parlamentar que proporcionou a maioria ao governo estadual, recebendo deste, inclusive, duas secretarias. Porém, no que se refere ao plano federal, observamos nos pronunciamentos da bancada gaúcha do PTB, no Legislativo Federal, um maior número de críticas ao Executivo desta esfera e nenhuma ao Executivo estadual.

Contudo, é verdade que o caráter das críticas não é tão contundente, transformando-se no seu final em “apelos” e, considere-se ainda, a presença de uma certa ambigüidade em alguns pronunciamentos.

Vejamos alguns exemplos de fragmentos discursivos selecionados para a análise.

Antes, porém, cabe esclarecer que dos pronunciamentos realizados pelos parlamentares do PTB, em 1998 e início de 1999, não encontramos nenhum referindo-se ao Rio Grande do Sul. Por esta razão, nossa análise dos pronunciamentos do PTB compreenderá somente os anos de 1995, 1996 e 1997. Começaremos pela senadora Emília Fernandes.

“ocupo a tribuna desta Casa, nesta tarde, para abordar um assunto que já tem sido tratado por muitos Senadores e que, certamente, se configura uma grande preocupação para todos nós. Refiro-me à questão da agricultura neste País.

(...)

Sentimos a preocupação e a indignação dos produtores do Estado do Rio Grande do Sul.

(...)

O Grito do Campo vai envolver o Rio Grande do Sul, pois o Estado depende do setor agrícola para sobreviver. Os agricultores deixarão a lavoura, agora, para gritar, nas ruas das cidades que estão sendo vítimas de uma insuportável taxa de juros, de falta de verbas para a comercialização da safra e que há uma concorrência desleal com os produtos estrangeiros.

(...)

O Governo e todos os setores que defendem a política neoliberal pregam contra o subsídio.

(...)

O PTB entende que a Agricultura é prioritária em um país como o Brasil, com sua potencialidade e dimensão geográfica. O PTB defende uma política nacional agrícola permanente, com metas, objetivos, programas, prioridades, calendários e diretrizes gerais preestabelecidas” (Emília Fernandes, S. F. 20/03/1995).

O tema da agricultura tem centralidade no seu pronunciamento, o qual é construído discursivamente como uma questão nacional, apesar de referir-se aos produtores do Rio Grande do Sul. Isso transparece já no início do seu pronunciamento: "... se configura uma grande preocupação para todos nós. Refiro-me à questão da agricultura deste país".

A utilização do pronome "nós" e as formas verbais com sentido equivalente no seu discurso, produzem um efeito de indeterminação. O "nós" empregado inclui o enunciador em um coletivo, porém, este "nós" não é claramente definido na superfície discursiva, podendo referir-se a "nós senadores", "nós gaúchos", "nós brasileiros" ou "nós do PTB".

Sabemos que a presença do "nós" em um discurso pode se desdobrar em diversos usos com referentes distintos, produzindo, dessa forma, efeitos não detectáveis na superfície do discurso. Nesse sentido, Indursky (1999) observa que o "nós" permite ao sujeito do discurso a associação com referentes variados e conseqüentemente não especificados lingüisticamente.

Na verdade, a expressão utilizada no discurso é: "todos nós". Expressão esta de caráter globalizante que acentua o efeito de indeterminação, pois não há distinção de pessoa gramatical.

O discurso enuncia os produtores do Rio Grande do Sul como vítimas da "insuportável taxa de juros, da falta de verbas para comercializar a safra e da concorrência desleal com os produtos estrangeiros", que são significações construídas como causas equivalentes de sua ruína.

Até aqui, o discurso enfatiza a preocupação com o Rio Grande do Sul, porque este estado “depende do setor agrícola para sobreviver”. Em outro fragmento, o discurso interpela o governo e todos os setores que defendem a política neoliberal, como sendo contrários à política de subsídios aos agricultores. Nota-se neste enunciado a presença novamente de um efeito de indeterminação, pois o governo e todos os setores que defendem a política neoliberal são enunciados de forma genérica e mesmo indistinta quando o enunciado refere-se a “todos os setores que defendem a política neoliberal”.

A respeito da expressão “neoliberal”, mencionamos em passagens anteriores deste capítulo que o emprego de determinadas expressões, como “*neoliberal*”, fazem intervir pressupostos ideológicos e por essa razão não são empregados de forma aleatória. Nesse sentido, é bastante recorrente o seu emprego em discursos de oposição.

O seu funcionamento identifica este tipo de discurso e serve para estabelecer o contraste de posições entre o discurso do governo, que é construído como neoliberal, e o discurso de oposição como sendo anti-neoliberal.

Na parte final deste fragmento, observamos que o discurso procura construir claramente a posição do partido em relação à agricultura. O PTB não só defende a agricultura, como entende ser a agricultura uma questão nacional e por essa razão defende uma política nacional agrícola permanente. O efeito de sentido buscado pelo discurso da senadora é estabelecer a posição de distanciamento e de não identificação do PTB com as ações do governo.

No mesmo ano encontramos outro pronunciamento bastante significativo da senadora Emilia Fernandes.

“Trago, aqui, também, a profunda preocupação do povo gaúcho diante da situação econômica e social do Rio Grande do Sul. Assim, como sempre fiz, nesta tribuna, pretendo contribuir para a reflexão sobre o que está verdadeiramente ocorrendo em meu Estado e no conjunto do País.

(...)

Srs. Senadores, o Rio Grande do Sul está vivendo a mais grave, profunda e dramática crise da sua história recente, superada apenas, ousou dizer, por aquela vivida pelos nossos antepassados no período pré-Revolução Farroupilha.

(...)

Os gaúchos - homens e mulheres capazes de grandes iniciativas, empreendedores por natureza, trabalhadores e solidários - estão sendo empurrados dia a dia para o descrédito na capacidade de produzir.

(...)

Em recente reunião da Bancada federal gaúcha, Parlamentares ligados ao Executivo Federal afirmaram que "o Governo tem consciência de que o Rio Grande do Sul tem sido o Estado mais atingido pelas medidas econômicas" e também que "a política agrícola penalizou a agricultura do Estado".

(...)

Aos homens e mulheres do Rio Grande do Sul está reservada uma grande e inadiável tarefa de defender o Estado, a sua economia e os seus valores.

O presente e a nossa história cobram a mobilização de todos os gaúchos, empreendedores por natureza, para superar a crise atual e reencontrar o caminho do crescimento econômico do Estado e do País.

(...)

A minha intervenção é fruto do estilo de trabalho que tenho procurado desenvolver, aberto à sociedade gaúcha e comprometido, antes de mais nada, com os interesses do Rio Grande do Sul” (Emília Fernandes, S.F., 10/10/1995).

No primeiro parágrafo deste pronunciamento observamos que o sujeito do discurso traz para o interior da enunciação a voz de uma coletividade (o Rio Grande do Sul), da qual exerce seu papel de representante, papel este

legitimado pelo espaço político institucional de onde fala. Neste mesmo parágrafo, no seu final, o discurso enuncia a realidade vivida pelo Rio Grande do Sul como equivalente ao restante do país, conforme podemos constatar.

Nos enunciados que se seguem encontramos os trechos mais interessantes e significativos deste fragmento discursivo. O segundo parágrafo enuncia que a realidade vivida pelo Rio Grande do Sul é de uma mais grave e profunda crise da sua história recente e utiliza como referência discursiva desta crise a realidade do Rio Grande do Sul à época que levou à Revolução Farroupilha.

Novamente nos deparamos com um discurso que através da construção de um campo de memória organiza a sua argumentação onde a referência ao contexto pré-Revolução Farroupilha traz o passado para o presente, associando-os, através de um processo de reatualização, pois este é um período quase mítico na história política do Rio Grande do Sul. Foi um momento que marcou o ápice da divergência de interesses entre a elite econômica rio-grandense e o poder central representado pelo Império. Porém, como sabemos, é recorrente a significação da Revolução Farroupilha como um movimento do Rio Grande do Sul e não como sendo o de uma elite regional contra o Império. Nesta perspectiva, o discurso da senadora Emilia, através da construção de relações de equivalência articula homens e mulheres indistintamente numa unidade: os gaúchos.

“Os gaúchos - homens e mulheres capazes de grandes iniciativas, empreendedores por natureza, trabalhadores e solidários”.

A expressão “empreendedores por natureza” parece sugerir a idéia da presença de um atributo como decorrência de uma especificidade constitutiva do

“ser gaúcho”. Entretanto, os gaúchos “estão sendo empurrados dia-a-dia para o descrédito na capacidade de produzir”. Este enunciado parece sugerir a existência de uma força externa superior, causadora do infortúnio dos gaúchos. Esta força externa, embora não nomeada neste enunciado, nos possibilita, entretanto, deduzir que se trata da União.

Isso somente começa a ficar claro nos enunciados seguintes, pois em primeiro lugar, os parlamentares ligados ao Executivo federal, o que equivale a dizer: líderes do governo, enunciados de forma genérica, afirmaram que o governo federal, em outras palavras, admite que o Rio Grande do Sul é o estado mais atingido pelas medidas econômicas, incluindo sua agricultura, penalizada também pela política agrícola do governo.

Nesse momento, o discurso estabelece claramente o antagonismo entre o Rio Grande do Sul e a União, pois as medidas econômicas do governo, assim como a sua política agrícola vão de encontro aos interesses do Rio Grande do Sul.

No enunciado “aos homens e mulheres do Rio Grande do Sul está reservada uma grande e inadiável tarefa de defender o estado, a sua economia e os seus valores”, o discurso interpela homens e mulheres do Rio Grande do Sul articulados numa relação de equivalência a se insurgirem e a lutarem lado a lado novamente, como na revolução Farroupilha. A defesa do estado compreende a defesa de sua economia e dos “seus valores”, aqui podendo ser interpretados como a defesa de “suas tradições”.

“O presente e a nossa história cobram a mobilização de todos os gaúchos, empreendedores por natureza, para

superar a crise atual e reencontrar o caminho do crescimento econômico do Estado e do País”.

No enunciado acima, o momento atual e a nossa história, na qual a senadora se inclui, clamam pela mobilização de todos os gaúchos. Novamente passado e presente se encontram e exigem uma tomada de posição, na qual os gaúchos são construídos como uma unidade. A repetição do enunciado “empreendedores por natureza”, tem por função enfatizar a especificidade constitutiva do “ser e do fazer gaúcho”, forjados no presente e no passado, que chamam os gaúchos a “superar a crise atual e a reencontrar o caminho do crescimento econômico do *estado* e do *país*”. Neste sentido, o discurso parece sugerir ainda que os gaúchos estão destinados a lutar, tendo como missão o resgate da dignidade do Rio Grande do Sul e do país.

Do ponto de vista da estrutura enunciativa o sujeito do discurso tem um papel ativo, assumindo a responsabilidade pela ação enunciativa. O corpo do discurso é, em sua maior parte, constituído de afirmativas precedidas por um verbo performativo (“trago”, “fiz”, “ouso dizer”...), que precisam a identidade, a intenção e a ação do sujeito que fala.

O último parágrafo deste fragmento também evidencia estas afirmações, onde ao final a senadora enfatiza sua posição e seu papel de defender os interesses do Rio Grande do Sul.

Nos anos de 1996 e 1997, poderemos perceber que o tema da agricultura permanece dominante, ainda que a questão das privatizações e da aprovação do Fundo de Emergência Fiscal também tenham sido objetos dos pronunciamentos do PTB.

Vejamos alguns exemplos de fragmento deste período, como o do deputado Oswaldo Biolchi.

“Apesar da favorável queda da inflação o Governo continua na política de juros altos. Essa política vem prejudicando diretamente o setor primário e produtivo no País.

A minha preocupação, e isso é fato incontestável, é que hoje no Rio Grande do Sul o setor agrícola está endividado e falido. Conseqüência de uma política de restrições ao crédito com juros abusivos, onde contratos foram celebrados em base insuportáveis. Pude verificar nessas três semanas de recesso que apesar de termos produzido a maior safra agrícola do País, estamos contraditoriamente com o maior empobrecimento dos produtos rurais.

Faço minhas as críticas do Ministro da Agricultura Andrade Vieira, publicadas nos jornais de ontem, criticando mais uma vez os rumos tomados pela área econômica que inviabiliza a produção agrícola, com juros altos. A agricultura está quebrada” (Oswaldo Biolchi, D.C.D. 18/01/1996).

O emprego do conetivo “apesar” no início do discurso, assinala uma relação contraditória entre os enunciados iniciais que podem ser expressos da seguinte forma:

1 - foi favorável a queda da inflação

2 - o governo continua com a política de juros altos.

Há uma divergência entre ambos, estabelecida por um implícito: o Plano Real, implantado pelo governo com o objetivo de derrubar a inflação, sendo uma de suas premissas o estabelecimento de juros altos.

A política de juros altos implementada pelo governo é identificada pelo parlamentar como responsável pelas dificuldades do setor agrícola. Mais à frente, quando refere-se ao Rio Grande do Sul emprega novamente: “apesar”.

O Rio Grande do Sul produziu a menor safra agrícola do país, mas seus produtores rurais estão empobrecidos, endividados pela política de juros altos.

No último parágrafo apóia as críticas realizadas pelo Ministro da Agricultura Andrade Vieira, também do PTB, às políticas adotadas pela área econômica do governo que inviabilizou a agricultura.

No mesmo ano encontramos o pronunciamento da Senadora Emilia Fernandes, a respeito da privatização do Banco Meridional.

“O Banco Meridional é uma instituição financeira saudável, segundo demonstram indicadores divulgados pela própria Diretoria do banco.

(...)

O Meridional tem um papel chave a desempenhar, como executor da política de crédito do Poder Público Federal, no processo de integração do Brasil no Mercosul, em função de sua posição geográfica e de seu perfil financeiro.

(...)

Com este sentimento de defesa e de valorização daquilo que construímos com dedicação e competência, é que, nesse período, os gaúchos mobilizaram-se em defesa do banco, com instrumento fundamental para o desenvolvimento da Região Sul.

Em junho do ano passado, a Bancada Federal do Rio Grande do Sul, incluindo Deputados e Senadores, encaminhou documento ao Presidente da República, pedindo que fosse realizado um amplo debate sobre todas as alternativas para a instituição.

Diante disso, lideranças políticas do Rio Grande do Sul, sem distinções partidárias ou ideológicas, estão, mais uma vez, apelando ao Presidente Fernando Henrique Cardoso a suspensão do leilão” (Emília Fernandes, S.F. 30/04/1996).

Neste pronunciamento a senadora faz a defesa do Bando Meridional contra a sua privatização pelo governo federal, argumentando que se trata de uma instituição financeira saudável, que possui importância estratégica para a integração do Brasil no Mercosul, especialmente para a região sul do país. O discurso constrói a defesa do Banco Meridional como sendo a defesa feita pelos gaúchos como um todo, na qual a senadora se inclui:

“Com este sentimento de defesa e de valorização daquilo que construímos com dedicação e competência, é que, nesse período, os gaúchos mobilizaram-se em defesa do banco...”

No parágrafo final a construção dos gaúchos como uma unidade se torna mais evidente. As lideranças políticas do Rio Grande do Sul sem distinções partidárias se unem na defesa dos interesses do Rio Grande. Trata-se, portanto, de um momento em que os interesses do Rio Grande do Sul, *representados pelo Banco Meridional, se sobrepõem às diferenças e aos interesses partidários.*

Nesse sentido, as lideranças gaúchas unidas apelam a quem possui autoridade, o presidente Fernando Henrique, a suspensão do leilão.

Em pronunciamento realizado em 1997, a senadora Emilia Fernandes posiciona-se em relação à aprovação do Fundo de Estabilização Fiscal.

“A aprovação do Fundo de Estabilização Fiscal aumentaria as dificuldades para o Rio Grande do Sul, pois provocaria um corte de cerca de R\$23 milhões no Fundo de Participação do Estado e de R\$72 milhões no Fundo de Participação dos Municípios, recursos que, certamente,

farão falta para as administrações municipais responderem às demandas das comunidades, particularmente na área social.

É incompreensível, portanto, que o Governo Federal, diante da situação atual, pretenda resolver desta forma seus problemas de caixa, através da penalização dos Estados e dos Municípios, levando adiante um processo de distorção do sistema federativo, cujas conseqüências, certamente nefastas, não interessam a nenhuma das regiões do Brasil nem ao conjunto da Nação brasileira” (Emília Fernandes, S.F. 27/05/1997).

O discurso se constrói claramente como antagônico à aprovação do Fundo de Estabilização Fiscal, argumentando as conseqüências que acarreta para estados e municípios, especialmente ao RS. O Fundo de Estabilização Fiscal provocará “um processo de distorção do sistema federativo”, o que significa afetar a soberania financeira das unidades federativas.

O discurso interpela o sujeito governo federal, identificando-o como o agente responsável pela criação do Fundo de Estabilização Fiscal.

Observamos neste discurso que, embora saibamos a autoria do pronunciamento, do ponto de vista lingüístico-discursivo, o sujeito enunciador não se mostra no discurso. O corpo do discurso é marcado por uma forma de construção impessoal, a qual dispensa a presença do sujeito enunciador.

Outro parlamentar, defensor do setor agrícola é o deputado Arlindo Vargas, que faz o seguinte pronunciamento:

“estou aqui para defender basicamente a produção primária do Brasil, particularmente do meu Estado, que está agonizante.

(...)

Que o Governo se sensibilize, dê recursos e amortize a dívida por um prazo de no mínimo quinze anos, com carência mínima de dois anos, para que o agricultor possa ter crédito, plantar, produzir e recuperar sua dignidade. Esses planos são necessários, e faço esse apelo ao Governo” (Arlindo Vargas, D.D.D. 16/01/1997).

Percebe-se que o sujeito enunciativo marca a sua presença no discurso através de formas verbais que o identificam. O discurso tem como tema a defesa da produção pecuária do Brasil e, especialmente a do Rio Grande do Sul. Nele o governo é interpelado a colocar em prática medidas que solucionem o endividamento dos produtores. Porém, o discurso interpela o governo de maneira a que ele “se sensibilize” com a situação do setor e ao concluir o deputado faz um “apelo” ao governo para que este solucione esta situação. Esse tipo de construção não caracteriza uma posição antagônica do seu enunciativo em relação ao governo. Não caracteriza nem mesmo uma crítica, pois o possível caráter de crítica do discurso é atenuado com a utilização de expressões como: “sensibilize” e “apelo”.

Implicitamente o discurso constrói o problema do setor primário como uma questão que deve ser apenas “revista” pela política do governo. Ou seja, é apenas uma questão do governo dar recursos aos agricultores e amortizar suas dívidas. Neste sentido, o discurso não critica, apenas denuncia e apela para quem tem a autoridade de presidente da República.

Ao finalizarmos a análise dos pronunciamentos selecionados do PTB, observamos que também para este partido a agricultura no país e particularmente

no Rio Grande do Sul é percebida como um setor que vive uma difícil situação. E, da mesma forma, a economia do Rio Grande do Sul em geral. Os pronunciamentos apontam as medidas político-econômicas praticadas pelo governo federal, entre as quais as privatizações, os juros altos e, principalmente, a Lei Kandir, como medidas de impacto negativo para o Rio Grande do Sul.

Apesar do uso freqüente de palavras como “crise”, “falência”, “difícil situação” etc, para definir a economia do Rio Grande do Sul, não há, na maioria desses pronunciamentos, um tom de crítica e acusação contundentes à Fernando Henrique Cardoso. Há “apelos” para que redirecione sua política, especialmente no que diz respeito à agricultura. Entretanto, alguns pronunciamentos da senadora Emilia Fernandes podem constituir a exceção. Isto é, alguns dos seus pronunciamentos fazem claramente uma crítica mais contundente ao governo federal. Além disso, podemos identificar em seus pronunciamentos a presença de um discurso sobre o Rio Grande do Sul.

3.5. Partido Democrático Trabalhista (PDT)

Ao lado do Partido dos Trabalhadores, o PDT se constituiu em um dos principais partidos de oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso. A bancada gaúcha do PDT, no Legislativo Federal, era composta por cinco deputados, sendo que, no segundo semestre de 1997, a senadora Emilia Fernandes, deixou o PTB para ingressar no PDT. Sendo um partido de oposição, o PDT foi o que mais realizou pronunciamentos criticando o governo federal, e depois do PT, o que mais criticou o governo estadual.

Como na maioria dos partidos da bancada gaúcha, a agricultura foi o tema mais abordado pelo PDT, seguido pelo Plano Real e seu conjunto de medidas complementares dirigidas aos estados, e seus efeitos, particularmente sobre o Rio Grande do Sul. Nesse sentido, também esteve em alta no PDT os temas referentes às questões federativas. Vejamos alguns exemplos de fragmentos discursivos, começando pelo ano de 1995, com o deputado Matheus Schmidt.

“Comemora-se hoje um evento histórico da maior importância para o País: a chamada Guerra dos Farrapos, ou Revolução Farroupilha. Durante dez anos, o Rio Grande do Sul foi sacudido por um movimento revolucionário cheio de atos de heroísmo, de resistência aos desmandos imperiais, de amor ao Brasil e ao Rio Grande; enfim, uma verdadeira odisséia, com muitos sacrifícios, muitas mortes, mas também com muitos heróis.

(...)

É preciso que se tenha presente, Sr. Presidente, que o que havia de mais avançado no campo das idéias políticas, à época, era o sistema federativo de governo, em uma república federativa. Foi com esse conteúdo ideológico que os revolucionários das 13 colônias norte-americanas transformaram-nas no grande país que são hoje os Estados Unidos da América do Norte. As idéias oriundas do iluminismo francês passaram pela América do Norte, chegaram ao Brasil, e aqui foram alimentadas pelo surto de idéias que vinha do sul e do oeste, por meio de movimentos emancipacionistas como o que Bolívar estava desenvolvendo na América Latina. Tais idéias, como disse, impregnaram o nosso País, e a Revolução Farroupilha não esteve imune a elas.

(...)

Ainda hoje o principio federativo está muito vivo entre nós. Para os rio-grandenses, a Federação constitui algo intocável, o que explica por que os representantes daquele Estado nesta Câmara dos Deputados e no Senado Federal, no campo da política brasileira, sempre se unem toda vez que se toca nela.

Infelizmente, hoje vivemos momentos de agressão aos princípios federativos. O Governo que aí está a todo momento toca na Federação e procura diminuí-la: as formas que chegaram a esta Casa e outras que aqui já tramitavam, as emendas constitucionais ditas reformistas, todas têm, no fundo, algo que procura atingir a Federação, enfeixando mais poderes no âmbito do Governo Federal.

Deixo aqui, portanto, as minhas homenagens àqueles bravos e heróicos gaúchos que, durante dez anos, com tanto sacrifício, denodo e coragem, escreveram as páginas mais belas, talvez, da História do Brasil” (Matheus Schmidt, D. C.N. 21/09/1995).

O pronunciamento de Matheus Schmidt sugere a comunicação de uma data histórica e comemorativa para os gaúchos: o 20 de setembro, na qual os gaúchos comemoram a Revolução Farroupilha. Entretanto, verificamos que o relato da epopéia Farroupilha se constitui em uma seqüência discursiva de referência, a

partir da qual o corpo do discurso se organiza, produzindo um efeito de memória que visa inserir esta formulação no contexto discursivo atual. Ela é utilizada para desenvolver um determinado raciocínio pelo enunciador, pois o objetivo do discurso não se constitui em abordar propriamente a Revolução Farroupilha, mas falar sobre o Sistema Federativo, de forma a trazê-lo para o contexto político atual.

Ao mesmo tempo o discurso também constrói o Rio Grande do Sul e seus representantes políticos como sendo distintos do restante do país.

A Revolução Farroupilha é essencialmente apresentada pelo discurso como um evento com muitos heróis, como um movimento revolucionário de resistência aos desmandos imperiais e acima de tudo um movimento patriótico:

“Durante dez anos, o Rio Grande do Sul foi sacudido por um movimento revolucionário cheio de atos de heroísmo, de resistência aos desmandos imperiais, de amor ao Brasil e ao Rio Grande”.

Entre as idéias revolucionárias defendidas estavam o Sistema Federativo e a República, idéias estas inspiradas na Independência Americana e nos movimentos emancipacionistas que estavam se desenvolvendo na América Latina, conforme são enunciados pelo discurso.

No parágrafo seguinte, percebemos o momento em que o discurso distingue o Rio Grande do Sul e os políticos do restante do país.

“Ainda hoje o princípio federativo está muito vivo entre nós. Para os rio-grandenses, a Federação constitui algo intocável, o que explica por que os representantes daquele Estado nesta Câmara dos Deputados e no Senado Federal, no campo da política brasileira, sempre se unem toda vez que se toca nela”.

Mais do que distinguir os políticos gaúchos, o discurso sugere que para defender o princípio federativo, os políticos gaúchos são capazes de se unir.

O último parágrafo confirma a referência à Revolução Farroupilha, como o exemplo maior dos gaúchos na defesa do princípio federativo, para criticar a política do governo atual, que atenta contra esse princípio, na medida em que a sua política redundava no fortalecimento do poder da União, afetando, desta forma, o equilíbrio na distribuição de poder que deve haver em um Sistema Federativo.

Examinemos mais um fragmento correspondente ao mesmo ano, do deputado Airton Dipp.

“Nunca o Governo Federal foi tão vagaroso para responder aos anseios do campo como agora. Há falta de planejamento agrícola, de assistência técnica, de infraestrutura de transporte, de política de importação, de garantia de preços mínimos, de crédito rural, assim como de custeio de investimento e de comercialização.

(...)

A agricultura vive um momento que exige respostas rápidas e eficazes para a solução dessas questões, pois o endividamento está se tornando insuportável.

Sr. Presidente, registro nos Anais desta Casa a situação desesperadora por que passa a imensa maioria dos municípios do Rio Grande do Sul” (Airton Dipp, D. C. N. 09/05/1995).

A agricultura é o tema central deste pronunciamento. O discurso interpela o governo federal, o que equivale a dizer “o governo de Fernando Henrique Cardoso, como o mais vagaroso para responder aos anseios do campo”. As

causas da ausência de uma ação rápida e eficaz para solucionar os problemas do setor são enunciadas através de uma cadeia de equivalências:

“Há falta de planejamento agrícola, de assistência técnica, de infra-estrutura de transporte, de política de importação, de garantia de preços mínimos, de crédito rural, assim como de custeio de investimento e de comercialização”.

O discurso ainda enuncia os municípios do Rio Grande do Sul como em situação desesperadora em razão da política agrícola do governo.

Em 1996, a questão da agricultura predomina, associada à crítica ao governador Antônio Britto a respeito das questões envolvendo a instalação da GM no RS. É o que aparece no pronunciamento do deputado Carlos Cardinal.

“O Rio Grande do Sul vem enfrentando uma série de dificuldades, especialmente em decorrência do que vive o setor agropecuário (...) em decorrência da transferência de recursos do setor de produção para o setor financeiro e a falta de uma política agrícola de proteção aos nossos agricultores. Outro fator que se agrega, com conseqüências desastrosas para o Rio Grande do Sul, é a abertura indiscriminada para o ingresso de produtos agrícolas do Mercosul, numa concorrência predatória com nossos produtores e expondo nossa agricultura a uma situação calamitosa.

(...)

Tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se deve a uma política agrícola que temos denuncia do há muito tempo.

(...)

Desejamos que o Governo Federal atente para a questão do Rio Grande...” (Carlos Cardinal, D.C.D., 27/04/1996).

O discurso do deputado Carlos Cardinal constrói a questão do Rio Grande como sendo as dificuldades por que passa o setor agro-pecuário em decorrência da transferência de recursos do setor de produção para o setor financeiro e a falta de uma política agrícola de proteção aos agricultores, associadas ainda à abertura indiscriminada para o ingresso de produtos agrícolas do Mercosul, o que acarretou uma concorrência predatória.

O discurso faz a defesa dos produtos agrícolas do Rio Grande do Sul, denunciando a falta de uma política de proteção a esses produtos por parte do governo federal. Dentro desse contexto, o Mercosul é percebido pelo deputado como tendo efeitos negativos sobre alguns setores da economia do estado. Isto provavelmente se deve à tendência de todo o político a hierarquizar “as questões”, “os problemas”, de forma a ajustá-los às preocupações e interesses daqueles que representa. Mesmo assim, o Mercosul é construído como uma das “questões” do estado do Rio Grande do Sul.

Outro pronunciamento do ano de 1996 é o do deputado Matheus Schmidt, referindo-se à instalação da GM no RS.

“Continuam repercutindo na imprensa nacional as isenções de impostos concedidas pelo Governador Antônio Britto à GM para que a montadora se instale no Estado do Rio Grande do Sul. O fato vem tomando corpo e as sumindo todas as características de um escândalo nacional” (Matheus Schmidt, D.C.D. 06/05/1996).

O discurso parte da referência à imprensa nacional pela repercussão do fato das isenções de impostos concedidas pelo governador Antônio Britto à GM

para a sua instalação no Rio Grande do Sul. A referência à repercussão deste fato na imprensa nacional gera ao mesmo tempo as condições de produção do discurso e um campo de presença sobre o qual o discurso busca se apoiar para legitimar o seu caráter de crítica ao governador Antônio Britto.

Podemos observar que a agricultura e as questões federativas predominam nos pronunciamentos do PDT nesta legislatura, assim como os pronunciamentos que criticam o governador Antônio Britto. Os pronunciamentos seguintes, correspondentes a 1997 e 1998, confirmam a preocupação dos parlamentares do PDT com essas questões, conforme veremos.

Vejamos, em primeiro lugar, o pronunciamento da senadora Emilia Fernandes, realizado em 1997.

“O mês de setembro tem uma grande importância para o Rio Grande do Sul. O dia 20 de setembro é a data máxima do Estado e do nosso povo. Neste dia, em todos os recantos, os gaúchos reverenciam a Revolução Farroupilha - marco da história e da formação política da sociedade rio-grandense -, suas causas e ensinamentos.

(...)

Mas, além disso, a Revolução Farroupilha transformou-se em um momento de construção e afirmação dos princípios sociais, políticos, econômicos, culturais, e, talvez, principalmente ideológicos, que orientam a sociedade gaúcha até hoje.

(...)

A Revolução Farroupilha, portanto, deixou muitos ensinamentos, dentre os quais, certamente, destacam-se o sentimento de soberania em relação ao poder central, o profundo espírito de integração da sociedade com o poder público e um grande senso de patriotismo.

Tais acontecimentos ensejaram ao povo sulino, sensorialmente, o sentimento de firmeza de caráter e de ação dos seus ancestrais, sensibilizando-o como um seu predestinado continuador no tempo e no espaço.

(...)

Se os farroupilhas lutaram para defender o couro, o charque, o sebo e a gordura, ou seja, suas fontes de riquezas da época, hoje os produtores rurais gaúchos levantam-se em defesa da agropecuária do Rio Grande, que vem sendo massacrada pela política econômica em curso no País...” (Emilia Fernandes, S.F., 19/09/1997).

O discurso reverencia a Revolução Farroupilha, podendo ser dividido em duas partes. A primeira parte do pronunciamento constrói a Revolução Farroupilha como um marco da formação política da sociedade rio-grandense, o momento em que os eventos que constituíram o movimento denominado Revolução Farroupilha forjou o caráter e os princípios que regem a sociedade gaúcha. O principal deles seria o sentimento de soberania em relação ao poder central, que pode ser traduzido como a coragem de se rebelar contra ele e de enfrentá-lo.

A segunda parte do discurso busca vincular o contexto da Revolução Farroupilha ao contexto atual, conforme se evidencia no último parágrafo. O discurso, portanto, traz o passado para o presente através da construção de um campo de memória, servindo este evento como referência e inspiração para os gaúchos de hoje, tomarem uma posição frente à política econômica do governo federal em defesa da agro-pecuária gaúcha.

Como se vê, podemos identificar neste discurso a presença de um discurso sobre o Rio Grande do Sul.

Outro tema dominante no ano de 1997 esteve ligado às questões federativas, conforme aparece no pronunciamento do deputado Airton Dipp.

“Estamos acompanhando as dificuldades por que passam os municípios brasileiros. Por um lado, temos a descentralização cada vez maior das ações governamentais, repassando-se encargos às Prefeituras, especialmente nas áreas de educação e saúde. Os brasileiros também estão

passando por uma situação difícil e a demanda social é cada vez maior; Por outro lado, o Governo Federal vem concentrando a arrecadação no Tesouro Nacional.

Nesta Casa, infelizmente, aprovamos a reforma constitucional e uma lei ordinária que caminham nessa direção. O Fundo de Estabilização Fiscal retira dos municípios recursos que poderiam ser utilizados no atendimento dos municípios, especialmente naquelas áreas sociais. A Lei Kandir, que isentou de ICMS os produtos primários nas exportações, assim como os produtos manufaturados, torna cada vez menor a arrecadação desse imposto pelos Estados e especialmente pelos municípios.

(...)

No Rio Grande do Sul essa situação é muito mais desesperadora, porque é um Estado essencialmente agrícola, que tem sua economia baseada no setor primário e as exportações são tradicionais, especialmente nesse setor. Nossa dificuldade, tanto no Estado como nos municípios, acredito seja superior aos demais Estados e municípios brasileiros.

(...)

Sr. Presidente, fica este registro, para que os municípios gaúchos, hoje, possam expressar sua insatisfação em relação ao próprio governo federal. Ressalto que esta insatisfação não é somente das prefeituras mas de todo o povo gaúcho” (Airton Dipp, D.C.D. 04/10/1997).

As questões federativas constituem o tema do pronunciamento acima. São precisamente questões referentes à centralização e descentralização das ações da União. O discurso faz uma crítica a essas ações no que diz respeito à política de descentralização do governo federal, quando se trata de investir principalmente em saúde e educação, deixando estas a cargo dos municípios e dos estados. Por outro lado, o governo centraliza cada vez mais os recursos no Tesouro Nacional e a aprovação de leis pelo Congresso Nacional como o Fundo de Estabilização

Fiscal e a Lei Kandir, contribuem para retirar dos estados os seus recursos, diminuindo cada vez mais a arrecadação destes.

A partir daí a argumentação principal concentra-se no Rio Grande do Sul. O discurso o constrói como o estado da federação mais prejudicado pelo Fundo de Estabilização Fiscal e pela Lei Kandir, exatamente por ser um estado

“essencialmente agrícola, que tem sua economia baseada no setor primário e as exportações são tradicionais, especialmente nesse setor”.

O discurso de caráter crítico e de denúncia se constrói como antagônico a esta política do governo federal e ao final constrói ainda o antagonismo entre “todo o povo gaúcho” e o governo federal.

“Ressalto que esta insatisfação não é somente das prefeituras mas de todo o povo gaúcho”.

Neste enunciado, o emprego da expressão “todo o povo gaúcho” visa defender uma argumentação que se baseia em valores globalizantes, construindo o Rio Grande do Sul como uma totalidade.

Os pronunciamentos realizados em 1998 e selecionados para análise evidenciam mais uma vez a importância do tema da agricultura para o PDT. É o que podemos constatar em dois pronunciamentos da senadora Emilia Fernandes, apresentados a seguir:

“Em nosso Estado, o abandono do setor agropecuário por parte dos atuais governos Estadual e Federal, e a falta de políticas claras e estratégicas, já é responsável pela queda na produção de grãos, que se acentuou a partir de 1995.
(...)
É fundamental que o Governo do Estado esteja ao lado dos

produtores, deixando de ser omissos em relação à defesa da produção.

(...)

Não se pode abandonar um Estado, uma região, como ocorre no Rio Grande do Sul e particularmente a sua metade sul, sob pena de comprometer não apenas aquele pedaço do Brasil, mas o conjunto de sua economia.

(...)

É com este sentido de alerta e de reafirmação do compromisso com a agropecuária gaúcha e com o conjunto da economia do Rio Grande do Sul e do Brasil que concluo, conclamando a todos para esta caminhada cívica em busca do desenvolvimento equilibrado, harmônico e justo da economia rio-grandense e nacional” (Emilia Fernandes, S.F. 17/06/1998).

Neste pronunciamento os governos federal e estadual são enunciados como responsáveis pelo abandono do setor agropecuário, pela falta de políticas claras e estratégicas. A posição enunciativa é claramente identificada por meio do “nós”, no qual o enunciador se insere no discurso.

Os dois últimos parágrafos evidenciam uma acusação. O discurso acusa o governo do estado de ser omissos em relação à defesa da produção e de abandonar o estado. O que equivale a não ter interesse em solucionar os problemas da agropecuária, ao não desenvolver políticas para o setor. Tal atitude significa um risco não apenas para as regiões do Rio Grande do Sul, mas para todo o Brasil, inclusive para a sua economia como um todo.

Aqui podemos perceber que o discurso tem a preocupação em construir uma relação de equivalência, pois o problema da agricultura não é apenas um problema local do Rio Grande do Sul, mas do Brasil, podendo, inclusive, afetar a economia do país. Mais do que um problema regional, o discurso busca construir a agricultura como um problema nacional.

O segundo pronunciamento anunciado é este:

“A situação que temos encontrado no Estado do Rio Grande do Sul é profundamente preocupante. É uma situação de grande dificuldade, que atinge especialmente a produção agropecuária, com reflexos diretos na agroindústria, no comércio e na arrecadação dos Municípios e, de forma dramática, no desemprego de um número cada vez maior de pessoas que clamam por apoio, solidariedade e, sobretudo, respeito à sua história e capacidade.

(...)

No Rio Grande do Sul, durante o Plano Real -- portanto, nos últimos três anos --, verificou-se, somente no setor do arroz, uma redução média de 200 mil hectares na produção, significando uma perda de 10 mil empregos diretos e 30 mil indiretos, que se somam aos cerca de 700 mil desempregados em todo o Estado, dos quais 250 mil estão na região metropolitana de Porto Alegre.

(...)

Na condição de Senadora da República e como candidata ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, tenho a obrigação de contrapor-me, denunciar e reafirmar o compromisso com a mudança dos rumos dessa política de exclusão das pessoas - seja das decisões, do processo produtivo, do mercado de trabalho e, por fim, da sociedade. Essa política exclui as pessoas de todos esses espaços de decisão” (Emília Fernandes, S.F. 12/08/1998).

O discurso tem como tema a situação de grande dificuldade vivida pela economia do Rio Grande do Sul, especialmente pela agropecuária. O Plano Real é apontado como o responsável por tal situação. A senadora assume explicitamente o papel de sujeito enunciativo. A posição de enunciativo é definida e também se apresenta como uma posição legitimada, pela sua condição de senadora da República e candidata ao governo do estado. Esta condição a coloca

numa posição definitivamente antagônica à enunciada política de exclusão representada pelo Plano Real.

Em síntese, os pronunciamentos do PDT revelam que a agricultura não foi a única preocupação dos parlamentares. O Plano Real, acompanhado de um conjunto de medidas complementares, entre as quais o Fundo de Estabilização Fiscal e, principalmente, a Lei Kandir, que integravam o programa de governo de Fernando Henrique Cardoso, também foram temas de críticas e denúncias, pois para o PDT a política do Governo Federal atenta contra os interesses do Rio Grande do Sul. E, nesse sentido, o PDT foi o partido que mais realizou pronunciamentos de defesa dos interesses do estado. Para o PDT, a política do governo federal, ao prejudicar os interesses dos estados, e, principalmente, do RS, coloca em risco “o pacto federativo”, pois o programa de estabilização econômica implantado por Fernando Henrique leva, entre outras coisas, à perda da soberania dos estados, atingindo, desta forma, a essência dos princípios federativos.

Grande parte dos pronunciamentos do PDT constroem o Rio Grande do Sul como um estado cuja economia encontra-se em crise. E sugerem ainda a idéia que:

1 – o Rio Grande do Sul é um estado desconsiderado e desprestigiado pelo governo federal;

2 – o Rio Grande do Sul é um estado que historicamente tem os seus interesses ameaçados pelo poder central, haja vista a presença freqüente de uma analogia entre o período pré-Revolução Farroupilha e o contexto atual, para rememorar e reatualizar a luta dos gaúchos contra o governo central.

3 – Neste sentido, o Rio Grande do Sul tem no governo federal o seu grande antagonista.

3.6. Partido Progressista Renovador (PPR) Partido Progressista Brasileiro (PPB)

Finalizando nossa análise, apresentaremos os pronunciamentos do PPR/PPB. Conforme mencionamos em notas nos capítulos II e IV, a referência às duas siglas partidárias se justifica pelo fato do PPB ter sido formado a partir de uma série de fusões de grupos parlamentares.

Os pronunciamentos do PPR/PPB, durante o período 1995-1999, conforme poderemos verificar ao longo dessa exposição, caracterizaram-se principalmente por críticas ao governo Fernando Henrique e ao Plano Real, contudo, encontraremos também pronunciamentos que fazem referência à história e às tradições gaúchas.

Vejamos alguns exemplos de fragmentos correspondentes ao ano de 1995, começando pelo pronunciamento do deputado Jarbas Lima.

“Na história do Rio Grande, o fato mais apaixonante é, sem dúvida a Revolução Farroupilha. Ninguém até hoje conseguiu estudá-la a fundo sem tomar partido, a favor ou contra ela.

(...)

Os farroupilhas ambicionavam o reconhecimento da República Rio-Grandense, federada ao Império. Seria uma forma de assegurar a autonomia conquistada na guerra. O Império, porém, era um Estado essencialmente unitário, e não tinha como aceitar as exigências dos rio-grandenses, pelo precedente que se abriria em relação às outras Províncias, que também poderiam optar pela Federação. Para o Brasil como um todo, o projeto dos gaúchos era prematuro e só se concretizaria cinquenta anos depois com a proclamação da República. O federalismo, porém,

permaneceria entre os rio-grandenses como urna marca de sua consciência política.

(...)

Passado Ponche Verde, não se apagou da memória do Rio Grande aquele período de que podem os gaúchos se orgulhar” (Jarbas Lima, D.C.N. 07/03/1995).

O pronunciamento do deputado Jarbas Lima tem como tema a Revolução Farroupilha. Nos chama a atenção neste discurso, entre outras coisas, que sua construção é marcada por uma forma impessoal e genérica, isto é, não se verifica no corpo do discurso evidências da presença do locutor. Ele está excluído da cena enunciativa. Não se verifica ao longo do discurso a presença de verbos performativos ou algum equivalente que assuma claramente a posição do “eu” enunciador. Mas sim, uma construção que se apóia na terceira pessoa do plural (eles), o que contribui para dar um valor universal às ações realizadas por um sujeito universal. Isso pode ser verificado nos seguintes enunciados:

“Os farroupilhas ambicionavam o reconhecimento da República Rio-Grandense...”;

“O império, porém, era um estado essencialmente unitário, e não tinha como aceitar as exigências dos rio-grandenses...”.

Esse tipo de construção caracteriza o discurso, sobre o qual se desenvolve a argumentação principal, cujo funcionamento visa construir um coletivo; mais precisamente, a unidade e a diferença ao mesmo tempo, isto é, a construção de uma comunidade, de uma voz coletiva: os “gaúchos”, ou os “rio-grandenses”, onde o efeito de sentido homogeneiza as diferenças no interior dessa comunidade,

construindo a sua identidade. E com isso o discurso constrói a diferença em relação às outras regiões. Isso aparece claramente nas seguintes passagens:

“Para o Brasil como um todo, o projeto dos gaúchos era prematuro e só se concretizaria cinquenta anos depois com a proclamação da República. O federalismo, porém, permaneceria entre os rio-grandenses como uma marca de sua consciência política”.

“Passado Ponche Verde, não se apagou da memória do Rio Grande aquele período de que podem os gaúchos se orgulhar”.

Claro está que esse tipo de discurso não tem o objetivo apenas de informar, no caso, “o fato mais apaixonante” na história do Rio Grande do Sul, mas de reafirmar uma identidade, isso porque a Revolução Farroupilha possui um alto valor simbólico para o estado. A presença dessa narrativa nos pronunciamentos dos parlamentares gaúchos é, de modo geral, recorrente. E particularmente nos pronunciamentos do deputado Jarbas Lima, conforme poderemos constatar nas seqüências de nossa análise.

No ano de 1995, a questão que parece ter dominado os pronunciamentos dos parlamentares do PPR/PPB, referia-se aos efeitos negativos da política do governo de valorização do real frente ao dólar para o setor exportador do país, especialmente do RS.

É o que podemos verificar, por exemplo, no pronunciamento do deputado Augusto Nardes.

“Abordo um assunto de extrema gravidade para o nosso Estado. Todos sabemos que o Rio Grande do Sul é um dos Estados exportadores do País. Ultimamente, a política do Governo, com a valorização do real, fez com que houvesse

um desequilíbrio nas exportações do Rio Grande e em todo o País. A desvalorização do dólar e a valorização do real, apesar do último pacote editado pelo Governo, não são suficientes para recuperar as perdas ocorridas no setor.

(...)

Trago alguns dados para mostrar a realidade do Rio Grande do Sul. Na área de calçados, por exemplo, em que o Estado do Rio Grande do Sul ocupa a primeira colocação do País, houve uma redução de 14 mil e 400 postos de trabalhos (dados consolidados), em 1994.

(...)

Na área do fumo, projeta-se, para o ano de 1995 uma redução de 3 mil e 300 empregos diretos e de 13 mil produtores rurais ligados ao setor. Isto mostra a gravidade da situação do Rio Grande do Sul. Segundo as estimativas, com relação ao vinho, em 1994, a redução de oferta de empregos diretos é da ordem de 16 mil postos de trabalho.

(...)

Somente nos três setores anteriormente citados, calçados, fumo e vinho, a estimativa está próxima de 50 mil desempregados no Rio Grande do Sul, diante da política exercida pelo atual Governo.

(...)

Portanto, venho à tribuna hoje dizer que, neste momento, o Governador do Estado, Antônio Britto, está reunido com a bancada gaúcha. Mais tarde, teremos também um encontro com o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e com o Ministro do Planejamento José Serra, para discutir algumas propostas da FIERGS — Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

(...)

Estamos extremamente preocupados, Sr. Presidente, porque pior do que desemprego só a guerra. Temos em nosso País hoje 14 milhões de desempregados, e há possibilidade de termos mais cinqüenta mil desempregados, alguns já consolidados, outros a consolidar-se, no Rio Grande do Sul. E a tendência é a crise social cada vez se degradar mais em nosso País” (Augusto Nardes, D.C.N. 10/03/1995).

Conforme podemos ver, este discurso tem nos efeitos negativos da política cambial do governo sobre o setor exportador, como perda de competitividade e desemprego, as suas condições de produção. Nele, o sujeito da enunciação (o parlamentar), assume mais de uma posição enunciativa: eu/nós.

Seu discurso alterna a construção de assertivas precedidas por um verbo performativo, como “*abordo* um assunto de extrema gravidade...”; “*trago* alguns dados...”; “portanto, *venho* à tribuna hoje, *dizer* que...”, nas quais o “eu” assume explicitamente o seu papel de enunciador, construindo-se como um sujeito que fala de uma posição determinada, posição político-institucional, porque é o “eu deputado” e membro do Legislativo federal quem fala, legitimado pela representação delegada pelo povo.

Em outro pronunciamento o “eu” é transformado em “nós”.

“*abordo* um assunto de extrema gravidade para *nosso* estado”;

“*todos sabemos* que...”

“*Estamos* extremamente preocupados”;

“*temos* em nosso país...”.

Trata-se de um “nós” por meio do qual o enunciador se insere no discurso e se representa como parte de um grupo, de um coletivo. Significa, também, trazer para o interior da enunciação, uma coletividade, de que ele (o enunciador) a representa e também faz parte.

O sujeito enunciador se vale (ainda) da construção de um campo de presença, com a apresentação de dados para dar maior autoridade ainda a sua

argumentação principal. Isso pode ser verificado nos segundo e terceiro parágrafos.

A política econômica do governo, mais precisamente o Plano Real, possui um aspecto condensador, na medida em que a sua implantação repercutiu sobre diferentes setores da sociedade, tendo para cada um deles um significado próprio.

Nesse sentido, os sujeitos Rio Grande do Sul, governador Antônio Britto, a bancada gaúcha e a FIERGS, interpelados no discurso, mobilizam-se, pois a política do governo (também nomeada no discurso), vem de encontro aos seus interesses.

Observamos, ainda, ao longo do pronunciamento, que os interesses prejudicados são construídos como sendo não apenas os interesses do Rio Grande do Sul mas também os interesses do país.

“A política do Governo, com a valorização do real, fez com que houvesse um desequilíbrio nas exportações do Rio Grande e em todo o País”.

“Temos em nosso País hoje 14 milhões de desempregados, e há possibilidade de termos mais cinquenta mil desempregados, alguns já consolidados, outros a consolidar-se, no Rio Grande do Sul. E a tendência é a crise social cada vez se degradar mais em nosso País”

Vejamos outros exemplos de fragmentos discursivos, abordando o mesmo tema, pelo deputado Julio Redecker.

“Originário que sou do setor exportador coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul sei que trazem grande preocupação a todos os brasileiros, e, principalmente, aos empresários e trabalhadores daquela região, os crescentes problemas de perda de competitividade e desemprego que têm assolado o nosso Estado.

Poderia citar, Sras e Srs. Deputados, que o Rio Grande do Sul é o segundo maior exportador do Brasil. Exporta soja, frango, vinho, fumo e calçados. Em apenas três desses setores, perdemos recentemente, fruto do novo Plano, 42.300 empregos.

(...)

Isso, Sr. Presidente, Srs e Srs. Deputados, trouxe um grande prejuízo para o setor coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul.

(...)

A indústria coureira-calçadista, depois da construção civil, a que mais agrega mão-de-obra neste Brasil.

(...)

É preocupante, caros colegas, a situação de desemprego que gera hoje, no Estado do Rio Grande do Sul, o problema da limitação das empresas em exportar seus produtos e gerar empregos. Talvez o Governo não tenha levado em consideração a importância de se manter os empregos, não se apercebendo do alto custo que demanda manter um desempregado neste País, com o salário-desemprego, o aumento da criminalidade e da violência e a necessidade de uma assistência social com plantão médico de 24 horas, para atender à população carente que sequer tem dinheiro para comprar seus remédios” (Julio Redecker, D.C.N. 06/04/1995).

Logo no início do seu pronunciamento, o “eu” enunciador (o próprio parlamentar), assume a responsabilidade pela construção dos sentidos em seu discurso que definem a sua identidade e a sua posição enunciativa. Esta é nomeada e definida, apresentando-se como uma posição legitimada em um espaço anterior à enunciação:

“originário que sou do setor exportador coureiro-calçadista do RS, sei que....”

Por pertencer originariamente ao setor, conhece os dilemas que este vem enfrentando. E isso se constitui, segundo o parlamentar, em motivo de preocupação. Preocupação esta, que é construída através da relação de equivalências, onde o seu discurso busca articular todos os brasileiros e principalmente empresários e trabalhadores da região calçadista, em torno de uma preocupação comum, pois todos eles são atingidos pelos “crescentes problemas de perda de competitividade e desemprego que têm assolado o nosso estado”.

Embora o discurso enfatize o Rio Grande do Sul como o estado mais afetado, ele constrói o problema do setor de exportação como uma questão nacional.

Isso é enfatizado ao longo do discurso que tem como efeito não apenas chamar a atenção do principal sujeito enunciado (o governo federal), mas também construir a posição do Rio Grande do Sul no contexto da econômica nacional, isto é, a importância de um estado que gera divisas para o país.

“O Rio Grande do Sul é o segundo maior exportador do Brasil. Exporta soja, frango, vinho, fumo e calçados”.

“A indústria coureiro-calçadista, depois da construção civil, é a que mais agrega mão-de-obra neste Brasil”.

O discurso se caracteriza claramente por ser um discurso de denúncia e de defesa dos interesses de determinados setores econômicos do Rio Grande do Sul, que são construídos como interesses econômicos nacionais, onde a crítica ao governo federal é feita de modo cuidadoso e suavizado pelo orador, na escolha das palavras:

“Talvez o Governo não tenha levado em consideração a importância de se manter os empregos, não se apercebendo do alto custo que demanda manter um desempregado neste País...”

Outro discurso sobre o mesmo tema proferido pelo deputado Jarbas Lima pode ser exemplificado pelas seguintes fragmentos:

“Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, é dramática a situação experimentada hoje pelos produtores e trabalhadores da indústria calçadista em consequência do Plano Real.

(...)

No Vale do Rio dos Sinos, tradicional região produtora de calçados, o efeito desastroso dessa política pode, de imediato, ser confirmado pelo desemprego direto de mais de 40 mil trabalhadores, sem contar as demissões verificadas nas indústrias paralelas que abastecem os fabricantes de calçados com matéria-prima.

(...)

A política de proteção ao real, com efeito, constitui, quanto a esses aspectos, um absurdo que contraria até mesmo a idéia de associar o controle da inflação com o fim da miséria. Ao provocar o desemprego e o fechamento de diversas indústrias, o Governo, na verdade, está contribuindo ainda mais para o aumento da miséria.

(...)

Para concluir o presente pronunciamento, reitero, então, meu apoio ao setor calçadista do Rio Grande do Sul, aos produtores e trabalhadores do Vale dos Sinos, com a expectativa de que o Governo, atento a todas essas considerações e justos motivos de preocupação, procure atender às reivindicações do setor no sentido da adoção de medidas que novamente tornem viável a exportação” (Jarbas Lima, D.C.N. 06/05/1995).

Os fragmentos acima caracterizam claramente um discurso de natureza crítica, onde o Plano Real também é enunciado como o agente responsável pela “dramática” situação vivida pelos produtores e trabalhadores da indústria calçadista do Rio Grande do Sul.

Observamos que a estrutura lingüístico-semântica do discurso, em sua maior parte, apóia-se numa construção enunciativa, na qual a posição de enunciação se mostra difusa e não nomeada; isto é, não se evidencia a presença do “eu” enunciador. Somente no último parágrafo do discurso esta se evidencia, onde o sujeito enunciador constrói uma posição antagônica ao governo, na medida em que declara reiterar seu apoio ao setor calçadista ao Rio Grande do Sul.

A política do governo, portanto, é construída como antagônica aos interesses do setor. A esse respeito, cabe ainda analisar a presença da construção de diferenças e de equivalências no seguinte parágrafo.

“A política de proteção ao real, com efeito, constitui, quanto a esses aspectos, um absurdo que contraria até mesmo a idéia de associar o controle da inflação com o fim da miséria. Ao provocar o desemprego e o fechamento de diversas indústrias, o Governo, na verdade, está contribuindo ainda mais para o aumento da miséria”.

A política de proteção ao Real é enunciada como responsável pelo fechamento de indústrias e pelo desemprego.

A implementação de tal política não levará ao fim da miséria. Não há nenhuma relação de causa e efeito entre eles, já que o propósito do Plano era de

acabar com a inflação e o controle da inflação objetivado e efetivado pelo plano não põe fim à miséria, conforme argumenta o sujeito enunciador.

Por outro lado, o fechamento das indústrias e o desemprego provocados pelo Plano Real são articulados discursivamente como causas equivalentes do aumento da miséria.

Prosseguindo nossa análise dos pronunciamentos do PPB, passaremos agora a analisar os pronunciamentos correspondentes ao ano de 1996, em que os temas predominantes foram a questão do subdesenvolvimento da metade sul do estado, as dificuldades da economia em geral no estado, a crise da cultura arrozeira e da agricultura brasileira.

Começaremos pela análise do pronunciamento do deputado Fetter Junior.

“Em primeiro lugar, gostaria de registrar que o programa lançado pelo Governo Federal no dia 9 de agosto denominado Brasil em Ação, contendo 42 metas, gerou protestos no Sul do Brasil, pelo fato de aquela região não ter sido contemplada nas prioridades governamentais.

(...)

Refiro-me à falta de atenção e de prioridade efetiva à parte do Rio Grande do Sul conhecida como metade sul e como sul do Rio Grande do Sul.

(...)

Constata-se, portanto, que a crise do sul do Rio Grande do Sul é real, profunda e estrutural, resultando de um processo através do qual a região se descapitalizou e perdeu dinamismo e importância, em especial a partir dos anos 30, período em que o País passou a implantar um novo modelo de desenvolvimento.

Esse modelo, conhecido como substituição de importações, induziu a concentração dos investimentos públicos e privados no Centro do País e marginalizou os pontos mais periféricos, inclusive o Rio Grande do Sul como um todo.

(...)

Minha opinião, portanto, é que as ações empreendidas até agora pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal, embora necessárias e adequadas, são insuficientes para recuperação da metade sul, na medida em que esse quadro econômico, desfavorável aos setores produtivos tradicionais, limita sua aplicação a uma parcela reduzida de possíveis beneficiários” (Fetter Junior, D.C.N. 27/08/1996).

O discurso tem como condições de produção o Programa Brasil em Ação, lançado pelo governo federal, o qual se constitui em um conjunto de metas para o desenvolvimento de determinadas regiões do país. Porém, não incluindo a metade sul do Rio Grande do Sul. O que gerou protestos da região e críticas do próprio parlamentar, conforme podemos constatar, pois o deputado Fetter Junior é originário da região sul do estado e, por conseguinte, é um de seus maiores defensores. Seu discurso discorre sobre as causas histórico-estruturais do atraso da região sul do estado e da falta de atenção e prioridade do governo federal para com a região.

O parlamentar assume a posição de sujeito enunciador, responsabilizando-se pelo conteúdo de suas assertivas. Seu discurso se caracteriza, quanto à natureza, pela crítica, embora não contundente, onde o sujeito enunciador é bastante polido e cuidadoso ao interpelar os sujeitos: governo estadual e governo federal como agentes, aos quais cabe a responsabilidade de solucionar efetivamente os problemas da região. Percebe-se, ainda, a utilização do recurso do “eu”, cujo efeito suaviza a crítica final.

“Minha opinião, portanto, é que as ações empreendidas até agora pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal, embora necessárias e adequadas, são insuficientes para recuperação da metade sul, na medida em que esse quadro econômico, desfavorável aos setores produtivos tradicionais,

limita sua aplicação a uma parcela reduzida de possíveis beneficiários”

Em pronunciamento realizado no mês seguinte, o tom do seu discurso modifica-se.

“Sr. e Srs. Deputados, uma vez mais dirijo-me aos membros desta Casa para fazer repercutir os anseios e reclamos do Estado que represento neste Parlamento, o Rio Grande do Sul, que vive momentos de dificuldades.

Com uma economia baseada na agropecuária e na agroindústria, bem como nas exportações, ocupante atualmente o 2. lugar entre os Estados brasileiros, vive o Rio Grande do Sul, com grande intensidade, os reflexos das disposições provocadas pelo Plano Real.

No que diz respeito à produção primária e à industrialização o Rio Grande produtivo está em crise há vários anos, por conta da falta de prioridade com que sucessivos governos tem tratado a produção de alimentos.

(...)

Os produtores de outros produtos vivem dias dramáticos no Rio Grande do Sul. É o caso do trigo e do arroz, culturas expressivas para o Estado, e que não conseguem oferecer rentabilidade para quem a elas se dedica. Este também é o caso do leite e da carne.

(...)

É preciso ainda, Srs. Parlamentares, fazer uma análise um pouco mais abrangente dos reflexos do Plano Real na economia brasileira, em especial na do Estado do Rio Grande do Sul.

(...)

Não se pode aceitar algumas das distorções embutidas no Plano Real, as quais o Governo sistematicamente se nega a corrigir” (Fetter Junior, D.C.N. 12/09/1996).

Já no início do discurso a posição de enunciação é nomeada e claramente definida, além de se apresentar como uma posição legitimada pela instância de

representação dada pelo povo, pois o “eu” discursivo que se constrói como o sujeito enunciador, fala de um lugar político-institucional. Trata-se de um membro do Legislativo Federal que enuncia seu discurso, trazendo para o interior da enunciação a coletividade que representa.

A expressão “mais uma vez”, no começo do discurso revela a existência de um espaço discursivo anterior à enunciação, onde outros discursos pronunciados pelo sujeito parecem ter tido pouca eficácia sobre o destinatário e tendo ainda por função ainda reiterar novamente seus argumentos.

O discurso tem como tema as dificuldades vividas pela econômica do Rio Grande do Sul, sobretudo na agropecuária e agro-indústria, que são as bases da economia do estado. A configuração do discurso segue o mesmo padrão, ou seja, é marcada pela exposição, pelo relato da situação e dos problemas. Ao mesmo tempo em que constrói os problemas, constrói o agente ou os agentes responsáveis, interpelando, portando, o Plano Real e os sucessivos governos pela falta de ação e pela forma como estes vêm tratando a questão da produção alimentar. Entretanto, o Plano Real é construído como o principal sujeito antagônico aos interesses, sobretudo da economia do estado.

No mesmo ano, encontramos o pronunciamento do deputado Jarbas Lima, porém, abordando neste pronunciamento, tema que se distancia das questões econômicas freqüentemente abordadas pela maioria dos parlamentares.

Trata-se de um pronunciamento que tem como tema a história e as tradições gaúchas. Tema preferido do parlamentar.

“Permitam-me que, sem me furtar da abordagem dos grandes interesses nacionais, fale um pouco do meu Estado natal.

(...)

Nós, do Rio Grande do Sul, não somos brasileiros por fatalidade, meu caro Deputado Adroaldo Streck, nem tivemos território outorgado pelo acordo dos reis de Espanha e Portugal, pois o meridiano de Tordesilhas, como delimitador das terras de além-mar dos remos peninsulares, terminava em Laguna, Santa Catarina. Todo o território gaúcho foi conquistado palmo a palmo com muito sangue e suor, em meio às duras circunstâncias de uma fronteira móvel entre dois impérios empenhados na expansão dos seus domínios na América Meridional. Temos uma noção bastante clara de que decidimos ficar do lado de cá, de que pudemos optar por ser brasileiros, de que nos integramos livremente à comunhão nacional brasileira.

(...)

Permitam-me, Srs. Deputados, acrescentar que a trágica experiência missioneira no Rio Grande do Sul, as guerras externas, como a da Cisplatina, a saga do decênio heróico da Revolução Farroupilha, a Revolução Federalista, a epopéia da imigração, especialmente a açoriana, a alemã e a italiana, são todas fatos bem presentes na memória gaúcha, pano de fundo de nossa personalidade básica” (Jarbas Lima, D.C.N. 12/10/1996).

Nesse pronunciamento o parlamentar pede permissão para deixar de lado os temas nacionais e falar do seu estado, não escondendo o seu orgulho de ser gaúcho, condição esta várias vezes reiterada em seu discurso.

A forma pronominal utilizada e a presença do “eu” enunciador, que vai se modificando longo do discurso, passando do “eu” para o “nós”, caracteriza a sua configuração. O “nós” por meio do qual o enunciador se represente como parte da coletividade enunciada: “nós do Rio Grande do Sul”.

Além disso, trata-se do emprego de um “nós”, cujo funcionamento discursivo torna opaca as diferenças e homogeneiza as formas de ser, construindo uma identidade única e singular.

“nós do RS não *somos* brasileiros por fatalidade...”;

“Temos uma nação bastante clara de que *decidimos* ficar do lado de cá, de que pudemos optar por ser brasileiros, de que nos *integramos* livremente à comunhão nacional brasileira”;

“são todos fatos bem presentes na memória gaúcha, pano de fundo de *nossa* personalidade básica”.

O discurso ainda não se coloca como antagônico a nenhum sujeito, mas sua construção é marcada pela lógica da diferença.

O discurso constrói e fortalece as diferenças, mesmo quando constrói a equivalência. Os gaúchos são brasileiros (construção de equivalência), mas ao mesmo tempo existe uma diferença, ou seja, há um modo particular de ser brasileiro, que é ser gaúcho.

A enunciação de um passado épico, representado através da luta pelo território, das batalhas referidas pelo discurso, teria forjado “o modo de ser gaúcho”. Nele, o passado é trazido para o presente, produzindo um “efeito de memória” (Courtine, In: Brandão: 1996).

A repetição dessas narrativas permite a constante atualização de uma memória coletiva. Ao remontar a esses arquivos e traduzir seus enunciados, o locutor também revela a forma como a sociedade se representa.

Encerrando o ano de 1996, selecionamos o pronunciamento do deputado Augusto Nardes, que traz a agricultura como tema central.

“Desejo fazer uma análise da situação da agricultura brasileira em relação a dois produtos de grande importância para o País. Refiro-me ao arroz e ao trigo.

Sabemos que o Estado do Rio Grande do Sul é principal produtor de arroz do País. Nos últimos anos, infelizmente, com a falta de estabilidade da política agrícola do Brasil, temos tido enormes prejuízos no Rio Grande do Sul na geração de empregos, principalmente na economia interna. Muitas em presas estão indo à falência, pois vivem momentos difíceis com o decréscimo da produção de arroz e com a diminuição da economia como um todo. Isso se reflete especialmente na fronteira, onde mais se produz arroz no Rio Grande do Sul.

(...)

O nosso agricultor foi atropelado por diversos planos econômicos: Planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor e Real.

Espero que o Governo dê condições ao agricultor de se estabilizar, ou pelo menos lhe dê a garantia de um preço mínimo, o que não tem ocorrido” (Augusto Nardes, D.C.D. 10/12/1996).

A falta de estabilidade política agrícola no Brasil é enunciada como responsável pelos prejuízos da agricultura, principalmente do Rio Grande do Sul, na produção de trigo e arroz, sendo o estado o principal produtor de arroz do país. Paralelamente, o discurso também enuncia como causa das dificuldades dos agricultores, os diversos planos econômicos: Plano Cruzado, Bresser, Verão, Collor e Real.

Na verdade, a implementação sucessiva de planos econômicos a cada governo gerou uma instabilidade no setor, no que diz respeito aos preços. Do ponto de vista da sua configuração lingüística, o discurso é marcado pela alternância da posição enunciativa entre o “eu” e o “nós”. O nós por meio do qual o

enunciador insere-se no discurso, representando-se como parte da coletividade enunciada: “nós do Rio Grande do Sul”.

Apesar da argumentação principal privilegiar os problemas da agricultura no estado, os problemas da agricultura são enunciados como uma questão nacional:

“desejo fazer uma análise da situação da agricultura brasileira....”.

Ou, melhor dizendo, os problemas do trigo e do arroz são construídos como uma questão de interesse nacional.

Os temas dos pronunciamentos do PPR nos anos de 97, 98 e 99 seguem a mesma tendência, ou seja, criticam a política do governo federal e seus reflexos negativos sobre o setor agrícola regional e nacional e principalmente sobre o setor exportador, mais precisamente, sobre o setor coureiro-calçadista, conforme podemos verificar nos fragmentos abaixo.

“Tenho viajado bastante pelo interior do Estado do Rio Grande do Sul e conversado com muitas pessoas, das mais diversas condições socioeconômicas, em vários Municípios. Por isso, posso afirmar que há uma insatisfação crescente com a atuação do Governo Federal.

Isto se deve, basicamente, às enormes dificuldades enfrentadas pela produção primária, que é o carro-chefe de nossa economia, estando os produtores indignados com a falta de sensibilidade do Governo para com os seus problemas” (Fetter Junior, D.C.D., 13/09/1997).

“O que me traz à tribuna é a preocupante questão do desemprego. No Rio Grande do Sul, especifica mente no setor coureiro calçadista do Vale do Rio dos Sinos, estamos extremamente preocupados com o índice de desemprego verificado no mês de janeiro, quando 364 postos de trabalho foram perdidos. No ano de 1997, houve 6.419 demissões no setor, conforme o próprio sindicato dos sapateiros nos informou.

Esperamos que o Governo se sensibilize e adote medidas que amenizem esse quadro no que se refere aos mercados interno e exportador, tanto para as empresas da nossa região quanto para as demais empresas brasileiras” (Julio Redecker, D.C.D. 11/02/1998).

Podemos verificar que os temas e a forma de sua abordagem, bem como a sua natureza, mantiveram-se mais ou menos constantes. Percebe-se uma regularidade nos temas que persistem de um ano a outro.

Entretanto, chama-nos a atenção os pronunciamentos do deputado Jarbas Lima que, na maior parte das vezes subiu à tribuna para exaltar a cultura e as tradições gaúchas. Em algumas ocasiões o fez com o objetivo de assinalar a passagem de datas históricas e comemorativas para os gaúchos. Em outras, nada parece indicar uma razão especial para fazê-lo. Porém, há pronunciamentos seus, cujos temas relacionados à conjuntura político-econômica regional ou nacional, são atravessados por um “discurso sobre o Rio Grande do Sul”.

É o que podemos constatar em pronunciamento realizado em 1999.

“Quero fazer algumas breves considerações ao povo gaúcho, ao povo rio-grandense-do-sul, ao povo do meu Estado. É um povo de índole generosa, bondoso, que mantém o que identificamos como uma espécie de garbosa valentia, uma valentia nobre, sem agressão, mas firme, determinada, para que ninguém tenha dúvida sobre o que queremos e aonde queremos chegar. É um povo que se basta na sua realização, naquilo que tem capacidade de fazer, de realizar. Está apenas na dependência daquilo que for capaz de construir, desde que não o impeçam de fazê-lo.

(...)

Esse é o povo que tenho representado. Se olharmos para a história desse povo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e prezados companheiros de representação rio-grandense nesta Casa, talvez uma das mais curtas das histórias de todos os Estado da Federação brasileira — é um Estado novo, embora com uma história rica — , verificaremos que tem sido uma preocupação permanente o aperfeiçoamento institucional. Nós, rio-grandenses-do-sul, em todas as épocas, temo-nos dedicado ao aperfeiçoamento institucional, querendo estabelecer regras que devam ser respeitadas.

(...)

Portanto, Sr. Presidente, tem estado ao lado da história do Rio Grande do Sul e de seu povo a luta pelo institucional.

(...)

Não suportamos o desrespeito ao sistema federativo praticado pelo Presidente da República. Não suportamos o desleixo do Poder Legislativo na defesa de suas prerrogativas, sendo conduzido e levado praticamente de cabresto pelo Poder Executivo. Lutamos contra isso, Sr. Presidente.

(...)

A experiência que estamos vivendo agora, essa declaração de guerra dos Governadores não é mais que o resultado de uma situação de servilismo a que se procura submeter os Estados da Federação, com o desrespeito ao que cada um desses povos tem e historicamente conquistou” (Jarbas Lima, D.C.D. 08/01/1999).

Podemos dizer que as condições que motivaram este discurso dizem respeito à política do governo federal, política esta que vai de encontro aos princípios do Sistema Federativo brasileiro, atingindo conseqüentemente, a autonomia e os interesses dos estados. O deputado constrói a sua crítica e seus argumentos contra o Executivo federal, utilizando enunciados de um discurso de natureza regionalista, onde exalta o caráter do povo gaúcho, sugerindo que a tradição, a história e o caráter de permanente defensor da moralidade institucional,

não permitem que o Rio Grande do Sul se *curve* e *aceite* tal situação. Isto significa, do ponto de vista da análise do discurso, que esta configuração discursiva apresenta a coexistência de enunciados que se referem a domínios de objetos diferentes, pertencendo, por conseguinte, a tipos de discursos diferentes, mas que possuem funções específicas no discurso. Tal tipo de configuração delinea um “campo de concomitância” (Brandão, 1996), onde a coexistência desses enunciados funciona neste discurso como uma espécie de princípio geral, objetivando um raciocínio, “seja porque servem de modelos que podem transferir a outros conteúdos, seja porque funcionam como instância superior com a qual é preciso confrontar e submeter certas proposições que são confirmadas” (Brandão: 1996:78).

Analisando os pronunciamentos do PPB, verificamos que a agricultura, assim como a economia do Rio Grande do Sul, de modo geral, também constituem-se nos temas mais importantes para o partido. Há uma “grave crise”, um “grave problema”, uma “difícil situação”, no estado do Rio Grande do Sul. E o agente causador é nomeado claramente, conforme atestam os pronunciamentos.

As políticas do governo federal, especialmente o Plano Real, são criticados e apontados como responsáveis pela situação em que se encontra o Rio Grande do Sul. E a bancada gaúcha do PPB não poupa críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso, apesar do partido ter recebido um ministério, por ocasião da reforma ministerial promovida por Fernando Henrique em 1996⁵⁵.

⁵⁵ Segundo Meneghello,

“Tais mudanças atingiram o Ministério da Indústria e Comércio, que passou ao controle do PPB, ingressante no governo, chefiado pelo deputado federal Francisco Dornelles (...). Com a

Algumas hipóteses podem explicar esse tipo de comportamento. Em primeiro lugar, de acordo com T. Power (2000), há uma grande fragmentação entre os partidos conservadores no Brasil, ou seja, os políticos conservadores não mantêm posição de consenso em todas as questões. Além disso, como sabemos, há dentro dos partidos grupos e facções. Conforme observa Gláucio Soares,

“A formação de partidos políticos nacionais no contexto de diferenças regionais muito grandes no grau de desenvolvimento sócio-econômico e na cultura política levou à formação de grupos claramente diferenciados dentro de cada partido, com bases regionais...” (Soares, 2001:136).

Além da existência de heterogeneidades regionais nos partidos, há, como sabemos, grupos e facções dentro dos mesmos.

Estudos a esse respeito (Power, 2000; Limongi e Figueiredo, 1998; Mainwaring, 1999), demonstram que os partidos conservadores, de modo geral, tendem muito mais a permitir a convivência de interesses e posições diferentes no seu interior do que os partidos de esquerda, sendo também menos coesos e menos disciplinados. Segundo Power,

“Em comparação com os políticos de esquerda, as elites conservadoras são mais individualistas e concentradas em redes políticas, e menos comprometidas com organizações formais” (Power, 2000:55).

Podemos também constatar essas teses quando examinamos as votações nominais citadas no capítulo anterior, onde a bancada do PPB não votou de forma

substituição do PTB pelo PPB na equipe ministerial a sustentação partidária do governo subiu para 79% da representação do Congresso, sendo 77% na Câmara e 86% no Senado, índices altos apenas comparáveis ao apoio ao governo Sarney logo após as eleições de 1986” (Meneghello, 1998:145).

coesa ou disciplinada sobre as proposições selecionadas. Sabemos que a tomada de posição pode estar, muitas vezes, relacionada aos interesses de grupos, setores ou mesmo regiões aos quais os parlamentares representam e aos quais lhes dão sustentação. Neste sentido, para Gaxie:

“La coincidence entre une prise de position politique et les intérêts d’un groupe quelconque, par exemple les électeurs d’une circonscription, n’est pourtant pas nécessairement le résultat d’un calcul “cynique”. Il se peut que cette prise de position exprime la conviction de son auteur qui se trouve être aussi en harmonie avec les sentiments de membres du groupe” (Gaxie, 2000:124).

Dentro dessa perspectiva, é possível ainda perceber a vinculação de alguns parlamentares do PPB, por exemplo, com os interesses de determinados grupos ou de setores da economia rio-grandense. Essa vinculação, também pode estar associada ainda, em alguns casos, com o perfil social e profissional dos parlamentares. É o que verificamos, por exemplo, com o deputado Julio Redecker e a sua vinculação ao setor de comércio exterior, mais especificamente, à indústria calçadista e de couros, tendo sido, inclusive, representante junto à Câmara Setorial de Couros e Calçados, Secretaria Nacional de Economia, MEFP, 1982, e vice-presidente da ABAEX, de Novo Hamburgo.

O deputado Fetter Junior é outro exemplo. Natural de Pelotas (RS, cidade situada na metade sul do estado, região considerada estagnada economicamente. Fetter Junior é um grande defensor da implementação de políticas de desenvolvimento econômico regional, defendendo especificamente o agronegócio.

O Deputado Augusto Nardes é administrador de empresas, foi diretor de empresa agrícola e é um defensor da economia de mercado, sendo, inclusive, um dos principais coordenadores da bancada da pequena e micro-empresa, da bancada do cooperativismo e também costuma atuar na defesa dos interesses da bancada ruralista.

Jarbas Lima é advogado, promotor de justiça, natural da cidade de Lagoa Vermelha, RS, e conhecido integrante de Centro de Tradições Gaúchas (CTG).

Entre todos os parlamentares de toda a bancada gaúcha, deputados e senadores, que proferiram pronunciamentos referindo a história, os personagens ou as tradições gaúchas, Jarbas Lima é o que mais chama a atenção. Não apenas pelo número de pronunciamentos sobre esses temas, mas principalmente pelo caráter de verdadeira “ode” e exaltação ao Rio Grande do Sul que apresentam.

Em suma, o Rio Grande do Sul é percebido, fundamentalmente, pela bancada do PPB como um estado que tem a sua economia degradada e inviabilizada pelas políticas do governo federal, principalmente pelo Plano Real.

A crítica às políticas do governo federal também se relacionam ao seu desinteresse e a falta de políticas direcionadas para problemas específicos do Rio Grande do Sul. Isso equivale, de um lado, a jogar para o plano federal, exclusivamente, a responsabilidade pela situação vivida pelo estado, e, de outro isentar o governo do estado dessas responsabilidades. Pelo menos, é a idéia que sugerem os pronunciamentos, já que na maior parte, não mencionam a atuação do governo do estado e tão pouco a sua vinculação ao governo federal, como o fazem, principalmente PT e PDT.

Para o PPB, assim como para os demais partidos que compõem a bancada gaúcha no Legislativo Federal, a agricultura e a economia do Rio Grande do Sul, juntamente com a(s) política(s) do governo federal constituem os principais temas dos seus pronunciamentos e de suas críticas.

Ao concluirmos a análise dos pronunciamentos dos partidos que compõem a bancada gaúcha, no Congresso Nacional, constatamos que há três grandes temas que dominam os pronunciamentos, em praticamente todos os partidos e, por isso, podem ser considerados como “as grandes questões do estado”. São elas: *a agricultura, a economia do Rio Grande do Sul, e o Governo Federal*, sendo que este tema, no entanto, compõe-se de outros sub-temas, isto é, os pronunciamentos que mencionam o tema “governo federal”, geralmente vinculam a este, por exemplo, temas como o “Plano Real” ou a “Lei Kandir”, apenas para citar alguns. Na verdade, os três temas ou as três grandes questões estão intimamente relacionadas.

A agricultura é o tema predominante, constituindo-se se não em uma das grandes questões do Rio Grande do Sul na questão central, pois o Rio Grande do Sul é constituído pela bancada como um estado essencialmente agrícola, como um estado que tem na agricultura a base de sua economia.

No entanto, observa-se que a agricultura é construída não apenas como uma questão regional, mas como uma questão nacional pela maioria dos partidos, porque esta é percebida como um setor estratégico (produção de alimentos), que tem reflexos sobre a economia do país, como um todo e por ser também um dos principais setores de exportação.

Portanto, para a bancada gaúcha, trata-se de uma questão que extrapola os limites da esfera estadual, pois a agricultura assim percebida exige uma política de abrangência nacional, devendo fazer parte do programa de um governo federal.

A economia do Rio Grande do Sul é o segundo tema mais enunciado, significando o conjunto dos principais setores produtivos do estado, envolvendo: a pecuária, o vinho, o fumo, a indústria em geral, e, especialmente, a indústria coureiro-calçadista, além evidentemente da agricultura.

A agricultura e a economia do estado são enunciados como em “crise”, porém, a crise da economia do estado é enunciada como “a crise do estado”, do estado como um todo: “o Rio Grande do Sul está em crise”. Mas, o que significa crise?

De modo geral, a crise pode ser definida como um momento crítico, como uma fase de privação e de instabilidade que caracteriza uma determinada situação de caráter transitório e passível de superação.

Porém, no âmbito da análise que estamos aqui realizando, sua definição assim como sua razão e dimensão devem ser entendidas a partir da posição enunciativa de cada partido, assim como o papel que cada um deles joga dentro do jogo político.

Por conseguinte, a forma de tratamento dessas questões e da própria “crise” pelos partidos de oposição e pelos partidos ligados à base governista serão distintos. Nesse sentido, para o PT e o PDT, conforme verificamos na análise dos pronunciamentos, a crise da agricultura Rio-grandense e da economia do estado são definidos como sendo a falta de recursos, dificuldades de investimentos em

todos os setores produtivos, bem como a perda de competitividade, de arrecadação, aumento de desemprego, queda da renda e da produtividade, etc. A crise tem dimensões econômicas e sociais. E a razão principal da “crise” está na política econômica do governo federal. No Rio Grande do Sul, PT e PDT identificam ainda a política do governador do estado como a causa do seu agravamento, haja vista os números de crítica, neste sentido.

Para os partidos de oposição a solução da crise encontra-se não apenas na mudança da política econômica do governo, identificado como um governo neoliberal e referido geralmente em pronunciamentos pelos seus parlamentares com expressões de conotação pejorativa, como: “o governo FHC”, “o governo que aí está”, “o governo neoliberal de FHC”, “A cartilha neoliberal....

Sabemos que grande parte da atividade político-partidária é atribuir ao adversário a responsabilidade pelos problemas, especialmente pelos partidos do governo. Neste sentido, conforme observa Gaxie, toda oposição considera que sua chegada ao poder e a conseqüente aplicação de seu programa de governo permite a resolução dos problemas (Gaxie, 2000).

Porém, a definição de crise e da sua dimensão pelos partidos da coligação governista, na bancada gaúcha (PMDB, PSDB, PTB), são bastante semelhantes às dos partidos de oposição. Nelas, entretanto, o que difere é a razão da crise, que é apontada e interpretada de forma distinta a da oposição. De modo geral, os partidos da coligação governista, à exceção de alguns de seus parlamentares, identificam na política econômica do governo federal as causas da crise do Rio Grande do Sul. Entretanto, consideram que a sua solução é uma questão de “mudança de estratégia” por parte do governo federal, uma “questão de ajuste”,

ou, ainda, indicam uma “necessidade de adotar medidas mais eficazes”. Seus pronunciamentos se caracterizam por “apelos” dirigidos ao “presidente Fernando Henrique Cardoso”, ou à sua “equipe econômica”.

É consenso de que a ideologia que funda uma posição política se traduz em uma linguagem. Por conseguinte, cada grupo ou partido buscará sempre se distinguir dos seus adversários seja por um vocabulário, por uma sintaxe, por um conjunto de metáforas, ou ainda por sentidos de condensação. Essas distinções também contribuem para acentuar simbolicamente as clivagens partidárias e, nesse sentido, os partidos possuem interesse em fazer entender suas diferenças (Cristian le Bart, 1998).

Ainda a respeito da identificação pelos partidos do agente responsável pela crise do estado, observamos que alguns parlamentares apresentam uma posição ambígua quanto a essa questão. Embora discorram sobre a “crise” em seus pronunciamentos, alguns não nomeiam objetivamente o agente responsável. Sabemos, entretanto, que tal procedimento também é revelador de interesses e estratégias em jogo, ligadas a posições individuais e coletivas dentro da competição política.

Por outro lado, observamos por parte de alguns parlamentares gaúchos, pertencentes à coalizão governista, a manifestação de críticas à política do governo federal, de modo geral, no sentido de que esta seria não apenas ineficaz à solução da crise do Rio Grande do Sul, como também, nociva aos interesses desse estado. É o caso, por exemplo, dos pronunciamentos do Senador Pedro Simon, do PMDB, e dos pronunciamentos do deputado Nelson Marchezan, do PSDB, apenas para citar alguns exemplos.

Nesse caso, as razões para esse tipo de pronunciamento, por parte dos dois parlamentares, pertencentes a partidos da coalizão governista, podem estar relacionadas, em primeiro lugar, ao fato de que a implementação do Plano Real, como sabemos, envolveu longas negociações entre governos, bem como entre o Executivo e o Legislativo. E em várias ocasiões, até os membros da coalizão parlamentar do presidente se opuseram a muitos de seus projetos, chegando até mesmo os partidos da base aliada do governo a obstruírem algumas votações no Congresso Nacional.

Portanto, mesmo entre os partidos da base aliada não havia um consenso, pois atrelado ao Plano Real estava um conjunto de medidas que, na prática, acarretavam perdas fiscais e financeiras para os estados, atingindo, dessa forma, os interesses regionais em jogo.

Em segundo lugar, em se tratando especialmente de políticos, como Marchezan e Simon, por exemplo, devemos levar em conta suas trajetórias políticas. Ambos possuem longos anos consagrados à vida pública, com ativa participação no cenário político regional e nacional, desde o período da ditadura militar, atuando, porem, em partidos e campos opostos, como sabemos.

Marchezan e Simon constituem-se em lideranças históricas e de importância estratégica em seus partidos. São políticos que detêm considerável capital político, capital de confiança e de reconhecimento de seus pares e por aqueles que representam. Portanto, parecem não se preocupar em assumir e defender suas posições, mesmo quando contrárias ao governo que apoiam.

O terceiro tema, ou a terceira maior questão para a bancada é o “governo federal”. Este, conforme mencionamos, envolvendo vários sub-temas.

Na verdade, o tema “governo federal” é um tema bastante abrangente que condensa inúmeros sentidos. O tema ou ainda a expressão “governo federal” é associada ao Plano Real, à Lei Kandir, ao FSE, à dívida do estado, à falta de recursos, à perda de arrecadação, às dificuldades do Rio Grande do Sul, entre outros.

A freqüente referência ao governo federal expõe, na verdade, a natureza do conflito político, onde as questões federalistas, regionais, constituem o seu cerne.

Como podemos perceber, os “três grandes temas”, ou as “três grandes questões”, apresentam-se de forma sobredeterminada, isto é, as diversas cadeiras que significam os três grandes temas se entrecruzam através de vários pontos nodais.

O que estes três temas têm em comum é justamente a natureza das questões e dos conflitos que carregam, ou seja, a natureza federativa.

A análise dos pronunciamentos da bancada revelou que o estado do Rio Grande do Sul é percebido por esta, em sua maior parte, como um estado em “*crise*”, como um estado que está sendo prejudicado pela política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso e principalmente por julgar receber deste um tratamento desigual, dentro da estrutura federativa. Disso resulta, de acordo com suas elites, a impossibilidade do estado de constituir-se plenamente como um estado desenvolvido, digno de ocupar uma posição político-econômica importante dentro da federação. Em outras palavras, o governo de Fernando Henrique Cardoso é percebido pela maior parte da bancada gaúcha, inclusive por alguns parlamentares da sua base aliada, como antagônico aos interesses dos setores

econômicos do estado. Interesses esses, porém, enunciados nos pronunciamentos como sendo “*os interesses do povo gaúcho*”.

Como sabemos, esse tipo de argumento não se constitui simplesmente em um mero artifício retórico, por parte de muitos parlamentares da bancada gaúcha, mas constitui-se em um discurso que tem uma presença constante entre os políticos gaúchos. Ele é enunciado em determinadas conjunturas políticas, conseguindo, nesses momentos, neutralizar as históricas clivagens ideológico-partidárias existentes no Rio Grande do Sul, construindo, desse modo, a unidade: “A união de todas as correntes, de todos os partidos, em favor do Rio Grande”.

Trata-se, portanto, de um discurso que persiste historicamente, pois, segundo Céli Regina Pinto:

“sua aparição é cíclica e corresponde a condições de emergência muito claras: aparece na história gaúcha quando há um conflito entre os interesses do Estado Nacional e os interesses dos grupos dominantes gaúchos” (Pinto, 1990:260).

A eficácia desse discurso está em que a neutralização das clivagens existentes extrapola o nível das clivagens político-partidárias, trazendo para o seu interior a sociedade gaúcha.

O discurso, então, ao interpelar a sociedade, faz com que os interesses de natureza diversa existentes entre os gaúchos percam o sentido.

A sociedade gaúcha, portanto, é construída como uma unidade. E isso só é possível pela presença de um discurso do Rio Grande do Sul sobre o Rio Grande do Sul, ou seja, pela articulação de conteúdos, de elementos dispersos no seu

interior, mais ou menos fixos, os quais o explicam e, por conseguinte, fazem sentido para os gaúchos.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho procuramos, através da análise do conjunto de pronunciamentos da bancada gaúcha no Congresso Nacional entre 1995 e 1999, verificar como esta bancada constitui o Rio Grande do Sul neste período e qual é a presença e o funcionamento de um discurso político gaúcho na sua atuação e na sua relação com a esfera federal. Consideramos, portanto, que há um discurso do Rio Grande do Sul sobre o Rio Grande do Sul que o constituiu como historicamente singular na sua forma de fazer política.

A partir daí buscamos, em primeiro lugar, identificar as condições de produção desse discurso e examinar a sua presença nos pronunciamentos e o seu funcionamento.

Nossa análise concluiu que as condições de produção desse discurso são bastante heterogêneas e estabelecidas pelas diferentes regiões do interdiscurso.

Isto significa dizer que o discurso do Rio Grande do Sul, sobre o Rio Grande do Sul é constituído pela presença e pela intersecção de vários outros discursos existentes no campo da discursividade. Assim, identificamos no discurso histórico, nas representações e imaginários sociais, no discurso literário, da mídia e principalmente no discurso político no seu sentido estrito, os espaços de

construção de um discurso do Rio Grande do Sul, sobre o Rio Grande do Sul, o qual também o constitui como singular na sua forma de fazer política.

Porém, o que o constitui enquanto um discurso político específico, é a forma como são articulados esses discursos em uma totalidade organizada de significados. O que está intimamente relacionado com as suas condições de emergência.

Nesse sentido, podemos verificar que este discurso possui uma pertinência histórica, ou seja, ele possui uma grande capacidade de interpretação, de responder às demandas existentes na sociedade gaúcha, reconstruindo posições e sujeitos em novas situações. Ele é enunciado pelas elites políticas e econômicas do Rio Grande do Sul, em situações históricas específicas. Podemos dizer, naquelas situações em que estas elites passam a questionar o Pacto Federativo, por estarem sendo desfavorecidas, construindo, dessa forma, um discurso hegemônico, um discurso que se apresenta como a visão dos interesses da sociedade gaúcha, como um todo.

Questionar o Pacto Federativo significa essencialmente construir a política do governo federal como antagônica aos interesses do Rio Grande do Sul.

Este é o momento em que o discurso consegue neutralizar as fortes e históricas clivagens ideológico-partidárias presentes na história política do Rio Grande do Sul, construindo, portanto, a união de todos em favor do Rio Grande.

Ao analisarmos os pronunciamentos da bancada gaúcha na 50^a. Legislatura, correspondente ao período de 1995-1999, identificamos em vários pronunciamentos, e praticamente em quase todos os partidos, a presença desse discurso.

Devemos ainda considerar que as condições políticas e econômicas desse período fizeram com que as questões federativas e regionais constituíssem a agenda política dentro e fora do Congresso Nacional, pois os efeitos do Plano de Estabilização Econômica atingiram em cheio os governos dos estados.

Nesse contexto, conforme demonstram os pronunciamentos, o Rio Grande do Sul foi constituído pela bancada como o estado mais prejudicado e discriminado pela política do governo federal.

Sabemos que o arranjo federativo produz elites que tendem a não manter um bom relacionamento com o Governo Central, isso porque o sistema federativo cria inúmeras arenas de competição política.

Segundo A. Gagnon (1993), paradoxalmente, a capacidade do Sistema Federal em refletir a diversidade, constitui, justamente, a sua fraqueza intrínseca, pois ele estimula a emergência de conflitos politizados.

Fica claro, portanto, que as lutas regionais são conduzidas pelas elites e o modo como se relacionam entre si e com o poder central, indicam suas opções políticas e principalmente a posição que ocupam dentro da estrutura de poder no plano nacional.

Relativamente às elites políticas gaúchas, podemos dizer que, na sua relação com o governo federal, o que parece predominar historicamente é o confronto e não o alinhamento, como forma de obter alguma vantagem política, tanto interna quanto externa, isto é, ao responsabilizar a união pelas dificuldades do estado do Rio Grande do Sul, eximem-se da responsabilidade por tal situação e de certo modo, isso também favorece a constante reatualização de um discurso político gaúcho, na medida em que jogam com a construção de uma relação

antagônica entre o Rio Grande do Sul e a União. Ao mesmo tempo, devemos levar em conta que, diferentemente do restante do país, as elites políticas gaúchas parecem dar muito valor ao republicanismo e ao federalismo, haja vista o recorrente apelo aos princípios republicanos, assim como o questionamento do pacto federativo, e as idéias e princípios a ele vinculados ao longo da história política do Rio Grande do Sul, nas suas relações com o governo central.

Outro importante ponto a destacar é o que parece ser o “permanente estado de crise” vivido pelo Rio Grande do Sul. Com efeito, na visão de suas elites, a concepção da existência de uma “crise”, de “um estado sempre em crise”, transparece claramente nos pronunciamentos, e isto parece contribuir, também, para retroalimentar, reproduzir, o próprio *discurso do Rio Grande do Sul sobre o Rio Grande do Sul*, pois a “crise” propicia a busca, a tentativa de construção, de esforços coletivos para vencê-la. Nesse sentido, a crise passa a ser uma condição capaz de gerar ou de ser utilizada para gerar a unidade e a conseqüente diluição das históricas clivagens ideológicas existentes na política do Rio Grande do Sul, nos momentos cruciais, especialmente na relação entre este estado e o Governo Federal. É dessa forma que as elites políticas gaúchas parecem constituir e manter um discurso hegemônico, no sentido dado por Laclau, distinguindo-as, portanto, no seu modo de fazer política em relação ao restante do país.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de Coalizão: o sistema institucional brasileiro. In: *Dados*, Rio de Janeiro, V. 31, N. 1, 1988.

ABRUCIO, Fernando. A reconstrução das funções governamentais do federalismo brasileiro. In: Hofmeister, Wilhelm e Carneiro, José Mário Brasiliense (Org). *Federalismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2001:95-105.

ABRUCIO, Fernando. *Os barões da federação*. São Paulo, Hucitec/USP, 1998.

ABRUCIO, Fernando. Reforma política e federalismo: desafios para a democratização brasileira. In: Benevides, M. V. Vannuchi, P. e Kerche, F. (Org). *Reforma Política e Cidadania*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003:225-265.

AFFONSO, Rui. A crise da Federação no Brasil. In: *ENSAIOS FEE*. Estado, Políticas Públicas e Federalismo. Porto Alegre, Ano 15, N. 2, 1994:321-337.

ALONSO, José Antonio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80.

In: Fundação de Economia e Estatística, *A economia gaúcha e os anos 80*, Tomo I, 1990:67-130.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

BALDI, Brunetta. *Stato e território. Federalismo e decentramento nelle democrazie contemporanee*. Roma, Editori Laterza, 2003.

BANDEIRA, Pedro Silveira. A economia da região Sul. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares e SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs). *Federalismo no Brasil, desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo, 1995:225-251.

BART, Christian le. *Le discours politique*. Paris, Puf, 1998.

BEZERRA, Marcos. *Em nome das Bases*, Rio de Janeiro, Relume Dumara, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda. Razões e Significados de uma distinção política*. São Paulo, Ed. UNESP, 1995.

BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; e SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer, 2000.

BOURDIEU. Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Difel, 1989.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1996.

BRIQUET, Jean-Louis. *La tradition em mouvement. Clintelisme et politique en Corse*. Paris, Belin, 1997.

BURNISTON, Steve; WEEDON, Chris. Ideologia, Subjetividade e o Texto Literário. In: *Da Ideologia*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1983:257-294.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Deputados brasileiros. Repertório biográfico. 50^A. Legislatura 1995-1999*. Brasília, 1995.

CAMARGO, Aspásia. “O novo pacto federativo”. In: *Revista do Serviço Público*. V. 188, jan/jul 1994:87-94.

CAMARGO, Aspásia. Federalismo e identidade nacional. In: Sachs, I. Wilhelm J. e Pinheiro, P. S. (org). *Brasil, um século de transformações*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001:306-347.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)*. Tese de doutorado em Ciência Política, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UFRGS, Porto Alegre, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1992.

CAVALCANTI, Amaro. *Regime federativo e a república brasileira*. Brasília, Ed. da UNB, 1983.

CORTEN, Andre. “Discurso e representação política” In: INDURSKY, Freda. *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre, Ed. Sagra Luzzatto, 1999:37-52.

COURTINE, J. J. Analyse du discours politique. In: *Langages*. Paris, Larousse, (62), 1981:9-127.

CROISAT, Maurice. *Le fédéralisme dans les démocraties contemporaines*. 3. Ed., Paris, Montchrestien, 1999.

DINIZ, Eli. e AZEVEDO, Sergio de (org). *Reforma do Estado e Democracia no Brasil*. Brasília, Editora UNB, ENAP, 1997.

DOGAN, Mattei. Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In: OFFERLÉ, Michel (dir). *La profession politique XIX-XX. Siècles*. Paris, Belin, 1999:171-200.

EDELMAN, Murray. *Pièces et Règles du jeu politique*. Paris, Seuil, 1991.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo, Edusp/Imprensa OficialSP, 2002.

FÉLIX, L. O. e GRIJÓ, L. A. *História de vida: entrevistas e departamentos de magistrados gaúchos*. Porto Alegre, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Projeto Memória do Judiciário Gaúcho, 1999

FERNANDES, Luis. Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994. In: *Dados*. V. 38, 1995, pp. 107-144.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, São Paulo, Ed. FGV, FAPESP, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 4^a ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Ed. Loyola, 1986.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 3^a. Ed. s/c, Passagens, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18^a. Ed., Rio de Janeiro, Graal, 2003.

GAGNON, Alain-G. The Political Uses of Federalism. In: Burgess, M. and Gagnon, Alain-G. *Comparative Federalism and Federation. Competing traditions and Future Directions*. Toronto/Buffalo, University of Toronto Press, 1993: 15-44.

GAXIE, Daniel. *La démocratie représentative*. 3^A ed. Paris, Montchrestien, 2000.

GREGOLIM, Maria do Rosário Valencise. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIM, Maria do Rosário Valencise; BARONAS, Roberto (org). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. 2^a ed. 2001, São Carlos, S.P., Claraluz Editora, 2003:47-60.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada geração de 1907*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, UFRGS, PPGCP, setembro 1998.

GROHMANN, L. Gustavo M. O processo legislativo no Rio Grande do Sul: 1995 a 1998. In: SANTOS, Fabiano (org). *O poder legislativo nos estados: divergência e convergência*. Rio de Janeiro, FGV editora, 2001:113-162.

GUILHERME M. SANTOS, Fabiano. República Idealista Oligárquica. In: *Cadernos de Conjuntura*. IUPERJ, UFRJ, 1995:17-21.

GRIGOLETTO, Marisa. *A resistência das palavras*. Campinas, Ed. Da Unicamp, 2002.

INDURSKY, Freda. *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre, Ed. Sagra Luzzatto, 1999.

KINZO, Maria D'Alva. *A bancada federal paulista de 1986. Concentração ou dispersão de voto?* São Paulo, ANPOCS, 1987.

KUGELMAS, Eduardo & SOLA, Lourdes. Recentralização/Descentralização. Dinâmica do regime federativo no Brasil nos anos 90. In: *Tempo Social*. São Paulo, USP, 11(2), outubro 1999:63-81.

KUSCHNIR, Karina. *O Cotidiano da Política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2000.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy. Towards a radical Democratic Politics*. London, Verso, 1985.

LACLAU, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1990.

LACLAU, Ernesto. *La guerre des identités. Grammaire de l'émancipation*. Paris, La découverte, 2000.

LE BART, Christian. *Le discours politique*. Paris, PUF, 1998.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *Regionalismo e Modernismo (o "caso" gaúcho)*. São Paulo, Atica, 1978.

LEITMANN, Spencer. *Raízes socio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

LEMOS, L. Barreiro de S. O congresso brasileiro e a distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista. In: *Dados*, V. 44, N. 3, 2001.

LEVI, Lucio. Federalismo. In: Bobbio (org). *Dicionário de política*. Brasília, ED. UNB, 1986:474-475, 481.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Partidos, eleições e Poder Legislativo. In: MICELI, S. (org). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. V. 3, Política, São Paulo, ANPOCS, 1999:13-58.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. In: *Lua Nova*, N. 44, 1998:81-106.

LOVE, Joseph. *O Regionalismo gaúcho*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos chave da análise do discurso*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias. O caso do Brasil*. Rio de Janeiro e Porto Alegre, FGV Editora e Mercado Aberto, 2001.

MAINWARING, Scott; LIÑAN, Anibal Pérez. Disciplina partidária: o caso da constituinte. In: *Lua Nova*, N. 44, 1998:107136.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel e POWER, Timoty. *Partidos conservadores no Brasil Contemporâneo. Quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo, Paz e Terra. 2000.

MARENCO DOS SANTOS, André. A representação esvaziada. In: *Cadernos de Ciência Política*. PPGPOL, Porto Alegre, N. 1, 1995, pp. 7-21.

MARENCO DOS SANTOS, André. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários*

entre deputados brasileiros (1946-1998). Porto Alegre. Tese de Doutorado apresentada ao PPG de Ciência Política, UFRGS, 2000.

MARENCO DOS SANTOS, André. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, N. 45, 2001.

MELO, Carlos Ranulfo F. Migração partidária na Câmara dos Deputados: causas, consequências e possíveis soluções. In: *Reforma Política e Cidadania*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (org). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. V. 3, Política, São Paulo, ANPOCS, 1999:59-100.

MENEGHELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

MICELLI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Ática-Difel, Tomo XX, V. 3, 1981:557-596.

MICELLI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

NETO, Octavio Amarin e SANTOS, Fabiano. A produção legislativa no Congresso: entre a paróquia e a nação. In: VIANNA, Luiz Werneck. *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, IUPERJ, FAPESP, 2002:91-139.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro, IUPERJ, UCAM, Ed. Revan, 1996.

NICOLAU, Jairo. Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). In: *Dados*, V. 43, N. 4, 2000.

NICOLAU, Jairo. *Multipartidarismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. Dinâmica institucional da representação: individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. São Paulo In: *Novos Estudos* CEBRAP, 1994.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo. A diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis, Vozes, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. 4ª. Edição, São Paulo, Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e Texto. Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas. Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. et alii. *Vozes e contrastes. Discurso na cidade e no campo*. São Paulo, Cortez, 1985.

ORLANDI, Eni P. *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo, Cortez Editora, 1990.

PALMEIRA, Moacyr. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contra-Capa, 1996.

PÊCHEUX, Michel. *Lecture et mémoire: projet de recherche*. In: Mالدیدیر, D. *L'inquietude du discours: textes de Michel Pêcheux*. Paris, Editions des Cendres, 1990.

PÊCHEUX, Michel e FUCHS, Catherine. *A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas (1975)*. In: Gadet, F. e Hack, T. (org). *Por uma análise automática do discurso*. 3ª ed. Campinas, Ed. da Unicamp, 1993:163-252.

PEREIRA, Carlos e MUELLER, Bernardo. Uma teoria da preponderância do poder Executivo, o sistema de comissões no Legislativo Brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, V. 15, N. 43, 2000.

PEREIRA, Carlos e RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. In; *Dados*, V. 44, N. 2, Rio de Janeiro, 2001: (on line).

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. 4^a Ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

PESSANHA, Charles. O poder executivo e o processo legislativo nas constituições brasileiras, teoria e prática. In: VIANNA, Luiz Werneck. *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, IUPERJ, FAPESP, 2002:141-181.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O federalismo como projeto político no Rio Grande do Sul. In: Targa, Luiz R. P. (org). *Breve inventário de temas do Sul*. Porto Alegre, Ed. da Universidade, FEE, 1998:273-283

PINTO, Céli Regina Jardim e MARENCO DOS SANTOS, André (org). *Partidos Políticos no Cone-Sul*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2002.

PINTO, Céli Regina Jardim. “O discurso da crise”. In: Schuler, Donald e Goettens, M. Barcellos. *Mito ontem e hoje*. Porto Alegre, Ed. Da Universidade, 1990:258-265.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney. Ou como entender os meandros da linguagem do poder*. São Paulo, Hucitec, 1989.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Notas a propósito de Ernesto Laclau* (inédito).

PINTO, Céli Regina Jardim. *Elementos para uma análise de discurso político* (inédito).

PINTO, Céli Regina Jardim. *Positivismo: um projeto político Alternativo (RS:1889-1930)*. Porto Alegre, LPM, 1986.

Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Regimento Interno do Senado Federal.

RICCI, Paolo. *As relações de poder entre Congresso e Executivo no contexto dinâmico do decision-making brasileiro*. Dissertação de Mestrado, USP, 2001.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As eleições de 1994: uma apreciação geral. In: *Dados*. V. 38, 1995, pp. 71-92

RODRIGUES, Leôncio Martins. Eleições, fragmentação partidária e governabilidade. In: *Novos Estudos*, N. 41, março 1995:78-90.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social. Um estudo as bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo, Edusp, 2002.

ROMA, Celso. *Mensurando preferência individual: a votação nominal da Câmara de Deputados, 1989-1998*. Paper apresentado na ANPOCS, Caxambu, MG, 2002.

SALLUM JR. Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. In: *Tempo Social*, USP, 11(2), outubro 1999, pp. 23-47.

SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In: Boschi, Renato, Diniz, Eli e Santos, Fabiano. *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Konrad Adenauer, 2000:91-117.

SANTOS, Fabiano. Patronagem e poder de agenda na política brasileira. In: *Dados*, V. 40, N. 3, 1997.

SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil:1946-99. In: Boschi, Renato; Diniz, Eli; Santos, Fabiano. *Elites políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000:91-117.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e Liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.

SCHNEIDER, Sergio. "Os colonos da indústria calçadista: a expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no RS" In: *Brasil, Mercosul, Mundialização. Ensaios FEE*, Porto Alegre, (17), 1996:298-322.

SCHMITT, Carl. *La notion de Politique*. Paris, Flammarion, 1992.

SENADO FEDERAL. *Dados biográficos dos senadores do Rio Grande do Sul 1826-2001*. Brasília, 2001.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia Interrompida*. Rio de Janeiro FGV Editora, 2001.

SOARES, Márcia Miranda. Federação, democracia e instituições políticas. In: *Lua Nova*. N. 44, 1998:137-164.

SOUZA, Celina. Intermediação de Interesses Regionais no Brasil: o Impacto do Federalismo e da Descentralização. In: *Dados*. Rio de Janeiro, V. 41, N. 3 (versão eletrônica, Scielo).

SOUZA, Celina. Políticas públicas e orçamento público: conflitos e cooperação. In: Benevides, M. V. Vannuchi, P. e Kerche, F. (Org). *Reforma Política e Cidadania*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003:134-161.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

TEIXEIRA, Carla Costa. *A honra da política*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1998.

TRINDADE, Hélió. A república positivista: teoria e prática. In: TRINDADE, Hélió (org). *Reforma eleitoral e representação política. (Brasil anos 90)*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1992:85-130.

TRINDADE, Hélió . O jacobinismo castilhistas e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul. In: TRINDADE, Hélió (org). *Reforma eleitoral e representação política. (Brasil anos 90)*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1992:137-152.

TRINDADE, Hélió (org). *Reforma eleitoral e representação política. (Brasil anos 90)*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1992.

TRINDADE, Hélió (org). *O positivismo teoria e prática*. Porto Alegre, Ed. Da Universidade, 1999.

TRINDADE, Hélió e NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre, Sulina, Ed. da Universidade, 1991.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *O Rio Grande do Sul e a política nacional*. Porto Alegre, Edição do BRDE, 1982.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix, s/d.